



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Teoria Literária e Literaturas

Programa de Pós-Graduação em Literatura

**IMPÉRIO, NAÇÃO E SOCIEDADE: O ROMANCE HISTÓRICO PÓS-COLONIAL EM LÍNGUA PORTUGUESA (JOÃO UBALDO RIBEIRO, UNGULANI BA KA KHOSA E AGUSTINA BESSA-LUÍS)**

Marcos Vinicius Caetano da Silva

Brasília – DF

2022

Marcos Vinicius Caetano da Silva

**IMPÉRIO, NAÇÃO E SOCIEDADE: O ROMANCE HISTÓRICO PÓS-COLONIAL EM LÍNGUA PORTUGUESA (JOÃO UBALDO RIBEIRO, UNGULANI BA KA KHOSA E AGUSTINA BESSA-LUÍS)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura (Pós-Lit) do Departamento de Teoria Literária e Literaturas (TEL) do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo

Brasília – DF

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC128i Caetano da Silva, Marcos Vinicius  
Império, Nação e Sociedade: O Romance Histórico Pós  
colonial em Língua Portuguesa (João Ubaldo Ribeiro, Ungulani  
Ba Ka Khosa e Agustina Bessa-Luís) / Marcos Vinicius Caetano  
da Silva; orientador Edvaldo Aparecido Bergamo. -- Brasília,  
2022.  
307 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) --  
Universidade de Brasília, 2022.

1. Império, nação e sociedade. 2. Romance histórico pós  
colonial. 3. João Ubaldo Ribeiro. 4. Ungulani Ba Ka Khosa.  
5. Agustina Bessa-Luís. I. Bergamo, Edvaldo Aparecido,  
orient. II. Título.

## BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo (TEL/UnB)  
Presidente da Banca e Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tania Celestino de Macêdo (USP)  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Rogério Max Canedo Silva (UFG)  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Tiago Marcenes Ferreira da Silva (IFB)  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Juan Pedro Rojas (LET/UnB)  
Suplente

Aos meus pais, presente da minha existência;  
aos meus antepassados,  
pré-história do meu presente:  
muito obrigado!

## AGRADECIMENTOS E REVERÊNCIAS

Aos meus antepassados, pré-história da minha existência, sou grato por darem a ela sentido. Aos meus pais, Hélio e Edilamar, obrigado pela oportunidade de demonstrar, em plano terreno, a minha capacidade infinita. Aos meus irmãos, Luciano e Bárbara, agradeço por serem exemplo de companheirismo e por se tornarem porto seguro contra qualquer adversidade.

Ao meu orientador, professor Edvaldo, saúdo com uma grande e respeitosa reverência. Agradeço o compromisso e o profissionalismo com que conduziu minha orientação, sempre demonstrando confiança em minha pessoa. Obrigado pela sua paciência e por ter me mostrado as minhas necessidades formativas durante esse percurso, constituído por mais de dez anos de orientação, tempo necessário para que eu entendesse o seu exímio exemplo para o profissional que almejo ser. A simplicidade de sua pessoa somente o torna mais admirável aos meus olhos, o que fomenta o meu desejo de ser, sempre, não somente um profissional melhor, mas um ser humano melhor.

Ao Rogério Canedo e ao Tiago Marcenes, muito obrigado pela contribuição que deram acerca deste trabalho em meu exame de qualificação e na ocasião da defesa. Também agradeço à professora Tania Macêdo, pois sem seus generosos apontamentos durante a defesa não obteria uma melhor versão deste estudo.

Também gostaria de expressar gratidão aos professores Isabel Pires de Lima e Roberto Vecchi e à Fundação Calouste Gulbekian, por terem me enviado textos importantes para o desenvolvimento deste trabalho; ao amigo Dércio Braúna, que das veredas do Ceará me mandou textos incentivadores para a escrita desta pesquisa em seu princípio.

Um muito obrigado aos meus colegas da Universidade de Brasília, principalmente aos que contemplam o núcleo do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (POSLIT/UnB), do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB (TEL/UnB); aos professores e funcionários dessa maravilhosa instituição na qual tenho orgulho de ter estudado por mais de dez anos. Registro também a importância da gentileza nas palavras que me despertavam sempre a reflexão durante o meu trajeto na UnB, as obras indicadas e os olhares atentos ao meu bom crescimento da parte dos professores Ana Laura, Ana Cláudia,

Alexandre Pilati, Anderson Luis Nunes da Mata e Hermenegildo Bastos (*in memoriam*). Obrigado por terem feito grande diferença na minha formação. Também saúdo afetosamente o funcionário Armando Braga do Nascimento, *in memoriam*, que soube me guiar com brandura pelos caminhos administrativos da burocracia da universidade até minha graduação. Armando, sem você esse momento não seria possível. Muito obrigado!

Aos colegas da Escola Estadual Pindorama, que tiveram paciência e compreensão comigo durante essa fase importante na qual me dedicava à escrita final deste trabalho. Ao Jonathan Marcel Scholz, especialmente, levo por meio destas palavras a lembrança de nossas reflexões, que bem expressam o intuito deste estudo — um diálogo intenso entre os Estudos Literários e a História. Aos estudantes dessa escola maravilhosa, que me incentivaram cada vez mais a completar essa importante parte de minha formação; sobretudo a Camila Portil, a Aryadne Thainá e a Ana Beatriz Marcheto, que me tornaram cada vez mais consciente do meu ofício e do seu caráter afetuoso e humanizador.

Aos meus amigos, Victor, Petterson, Rodrygo, Denilson, Danilo, Rennan, Luana Carolina, Giovana, Luís Paulo, Henrique, Lilian, Hellen, Alysson, Lucianne, Douglas, Frederico, Camila, agradeço a força atuante nesses dois lados da minha atual etapa de vida, entre Brasília e Rondonópolis.

Agradeço especialmente ao Jonatas Rafael por sempre me apontar possibilidades durante a minha jornada; ao Leonardo Borne, que me estimulou para a escrita deste trabalho nos momentos de exaustão; à Rosa Alda, à Elisabete Barros, à Anna Isabel, ao João Paulo, ao Rafael e ao Vagner, amigos que sempre me deram suporte nos momentos mais difíceis da escrita.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, por seu exemplo admirável de ser humano; líder que proporcionou não só a mim, mas a muitos brasileiros, mesmo que por um momento singular de nossa história, a oportunidade de experimentarmos o desejo de sermos plenamente humanos.

*Temos de entender que tempo não é dinheiro. Essa é uma brutalidade que o capitalismo faz, como se o capitalismo fosse o senhor do tempo. Tempo não é dinheiro. Tempo é o tecido da nossa vida.*

Antonio Candido

## RESUMO

A dialética dos processos colonizatórios é caracterizada por dilemas políticos, econômicos e sociais de contornos próprios que qualificam diferentes temporalidades. De acordo com o filósofo húngaro György Lukács, o romance histórico, por conseguinte, estabelece os vínculos entre a interpretação do passado, a emancipação humana e a inteligibilidade do presente. Dessa maneira, elegemos como *corpus* desse estudo as obras *O feitiço da ilha do pavão* (1997), do brasileiro João Ubaldo Ribeiro; *Choriro* (2009), do moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa; e *Crónica do cruzado Osb.* (1976), da portuguesa Agustina Bessa-Luís, que figuram, respectivamente, o princípio, a expansão e a derrocada do Império colonial português. Uma vez que conectam, interligam e associam a colonização e a descolonização como adversidades e incongruências, nossa hipótese é de que seja possível conceber uma forma artística específica associada à estética realista chamada romance histórico pós-colonial, que visa estabelecer e explicitar essas conexões, as quais se tornam mais evidentes com uma abordagem comparativa das obras selecionadas. Para isso, nos utilizamos do pressuposto firmado por Lukács acerca da estética realista e da forma do romance histórico; cotejaremos as obras selecionadas de modo a destacar os pontos em comum e os aspectos divergentes quanto à formação do Brasil, de Moçambique e de Portugal. Finalmente, espera-se verificar subsídios estéticos e ideológicos referentes à particularidade da colonização portuguesa nas criações literárias examinadas, pois sendo expressão de arte que reflete as possibilidades de mudança e instiga a reflexão independente, permite vislumbrar, em seu constante projeto de emancipação, a contínua perspectiva de superação de uma complexa teia de relações sócio-materiais e intersubjetivas opressivas.

**Palavras-chave:** Império, nação e sociedade. Romance histórico pós-colonial. João Ubaldo Ribeiro. Ungulani Ba Ka Khosa. Agustina Bessa-Luís.

## ABSTRACT

The dialectics of colonial process is featured by political, economical and social dilemmas whose own boundaries depict different temporalities. Alternatively, according to hungarian philosopher György Lukács, the historical novel establishes connections between the interpretation of past, the human emancipation and current time intelligibility. Therefore, we appoint as objects of this study *O feitico da ilha do Pavao* (1997), written by the brazilian Joao Ubaldo Ribeiro; *Choriro* (2009), written by the mozambican Ungulani Ba Ka Khosa; and *Cronica do cruzado Osb.* (1976), written by the portuguese Agustina Bessa-Luis, which figures, respectively, portuguese colonial empire's beginning, colapse and end. Once they connect, interconnect and link the colonization and the decolonization as adversities and inconsistencies, our hypothesis is that is possible to frame a specific artistic form involved to realist aesthetic named postcolonial historical novel, that establishes and explains these links, whom become more evident with a comparative analysis of selected books. To achieve this, we employ Lukacs consolidated assumption about Realism and historial novel form; we contrast the chosen historical novels in manner to emphasise common and divergent aspects related to Brazil, Mozambique and Portugal historical and cultural development. Finally, we hope to verify aesthetical and ideological subsidies regarding to portuguese colonization particularities in the examined literary creations, since as art expression that reflects the possibilities of change and induces independent pensiveness, it glimpses the continuous perspective of overcoming an intricated web of oppressive social, historical and intersubjective relations.

**Keywords:** Empire, nation and society. Postcolonial historical novel. Joao Ubaldo Ribeiro. Ungulani Ba Ka Khosa. Agustina Bessa-Luis.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>13</b>
<b>Capítulo 1 – O romance histórico: formação e transformação</b> .....	<b>20</b>
1.1. <i>Literatura e História: laços incontornáveis</i> .....	21
1.2. <i>Da teoria do romance ao romance histórico</i> .....	23
1.3. <i>A teoria sobre o romance histórico</i> .....	28
1.4. <i>O romance histórico no Brasil</i> .....	38
1.5. <i>O romance histórico em Moçambique</i> .....	50
1.6. <i>O romance histórico em Portugal</i> .....	59
1.7. <i>O romance histórico pós-colonial</i> .....	68
<b>Capítulo 2 – “Portugal não é um país pequeno”: um império colonial periférico</b> .....	<b>79</b>
2.1. <i>O Império Colonial Português: Ásia, América e África</i> .....	80
2.2. <i>A América portuguesa</i> .....	92
2.3. <i>A África Oriental portuguesa</i> .....	101
2.4. <i>Portugal: o império derrotado</i> .....	109
2.5. <i>Brasil, Moçambique e Portugal: formações nacionais</i> .....	119
<b>Capítulo 3 – “Sua tristeza era ver tanta abundância nas mãos de uns poucos” – O feitiço da ilha do Pavão, de João Ubaldo Ribeiro</b> .....	<b>141</b>
3.1. <i>O autor de Itaparica</i> .....	142
3.2. <i>Império: tempo doce, destino amargo</i> .....	147
3.3. <i>Nação de Ubaldo, ilha de Balduino</i> .....	157
3.4. <i>Sociedade brasileira: purgatório de quem?</i> .....	168
3.5. <i>O feitiço da ilha do Pavão como um romance histórico</i> .....	178
<b>Capítulo 4 – “Onde canta a água do rio, o rio é profundo” – Choriro, de Ungulani Ba Ka Khosa</b> .....	<b>189</b>
4.1. <i>O autor de Sofala</i> .....	190
4.2. <i>Império: tempo de prazos (a vencer)</i> .....	197
4.3. <i>Nação de Ungulani: território dividido, projeto em disputa</i> .....	209

4.4. <i>Sociedade moçambicana: feitiço nacional contra o espírito estrangeiro</i> ....	218
4.5. <i>Choriro como um romance histórico</i> .....	226
<b>Capítulo 5 – “Mas quando julgam ser eternos é porque já morreram” – Crónica do cruzado Osb., de Agustina Bessa-Luís</b> .....	<b>234</b>
5.1. <i>A autora do Porto</i> .....	235
5.2. <i>O fim de um império ultrapassado</i> .....	242
5.3. <i>Nação de Agustina: legado medieval, busca presente</i> .....	251
5.4. <i>Sociedade portuguesa: em busca da modernidade europeia</i> .....	261
5.5. <i>Crónica do cruzado Osb. como um romance histórico</i> .....	271
<b>“Existe vida após o império!” – Considerações finais</b> .....	<b>279</b>
<b>Referências</b> .....	<b>292</b>

## Introdução

Numa concepção pragmática, como toda obra artística, a literatura é considerada um meio de fruição. A sua liberdade é tamanha que, como patrimônio artístico e histórico, a sua ligação com o pensamento nacional se tornou quase imediata.

No esteio da relação entre literatura e sociedade, no entanto, um elo universal, suprimido por razões adversas, vem à baila para tornar o texto literário significativo e amarrado à vida social. O princípio comunicativo torna esses produtos da criação humana em arte capaz não somente de refletir a realidade, mas também de ligar diferentes contextos a diferentes indivíduos utilizando uma língua comum.

No caso da língua portuguesa, as expressões próprias refletem novas realidades naturais e humanas, nas palavras do brasileiro Antonio Candido (1987). Além de tornar o panorama mais intrincado, traz à tona questionamentos sobre “prolongamento e novidade, cópia e invenção, automatismo e espontaneidade” (CANDIDO, 1989, p. 165).

O antes e o depois: essas categorias despontam em transformações que compartilham um domínio comum de estudo — a História. Tal domínio universal da experiência humana não se dá de maneira total, uma vez que o dia a dia revela-se história ainda em curso e suscetível às transformações de seus pequenos e grandes agentes. Os estudos linguísticos apontam essas transformações no campo da língua portuguesa, de maneira que os diversos falares diferenciam a formação social de vários países que tiveram contato com Portugal.

Mesmo com sua dissolução após a revolução de 1974, o Império Colonial Português foi responsável por uma teia de relações que extrapolam os itens mais elementares — língua, cultura e fé. Nesse cenário pautado principalmente pela alienação da figura humana,

A literatura foi [...] expressão da cultura do colonizador, e depois do colono europeizado, herdeiro dos seus valores e candidato à sua posição de domínio, que serviu às vezes violentamente para impor tais valores, contra as solicitações a princípio poderosas das culturas *primitivas* que os cercavam de todos os lados. Uma literatura, pois,

que do ângulo político pode ser encarada como peça eficiente do processo colonizador (CANDIDO, 1989, p. 165).

A literatura e a cultura coloniais ligam-se a práticas de dominação inerentes ao império colonial. A transformação de nações colonizadas em nações emancipadas se mostra um passo revolucionário por criar redes de solidariedade e conferir um papel progressista aos nacionalismos anticoloniais (AHMAD, 2002). Porém, as amarras com o passado colonizado são inquebrantáveis: a hibridez das culturas e das línguas faz com que se crie um clima no qual “há a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas” (SAID, 2011, p. 34). É nessa situação de subordinação ao passado subalterno como resíduo do que fora o império colonial que se afirma a importância dos estudos pós-coloniais, que surgem

Da inabilidade da teoria europeia de lidar adequadamente com as complexidades e a variada origem cultural da escrita pós-colonial. Teorias europeias erguem-se de tradições culturais particulares que são encobertas por falsas noções do que é “universal”. Teorias de estilo e gênero, premissas sobre os aspectos universais da linguagem, epistemologias e sistemas de valores são radicalmente questionados por práticas de escrita pós-colonial. A teoria pós-colonial avançou da necessidade de direcionar essa prática diferenciada. Teorias autóctones foram desenvolvidas para acomodar as diferenças contidas nas variadas tradições culturais bem como o propósito de descrever de maneira comparada as especificidades compartilhadas além dessas tradições (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002, p. 11).<sup>1</sup>

A descentralização do cânone de valores originados do império colonial, contudo, refaz o fluxo histórico de maneira a reconhecer a interdependência entre o passado colonizado e o presente emancipado. A quebra de rigidez dos valores coloniais é uma ação necessária a um progresso do gênero humano, seja por parte de quem foi colonizado, seja por parte de quem foi colonizador

---

<sup>1</sup> Tradução livre do trecho: “[...] the inability of European theory to deal with the complexities and varied cultural provenance of post-colonial writing. European theories themselves emerge from particular cultural traditions which are hidden by false notions of ‘the universal’. Theories of style and genre, assumptions about the universal features of language, epistemologies and value systems are all radically questioned by the practices of post-colonial writing. Post-colonial theory has proceeded from the need to address this different practice. Indigenous theories have developed to accommodate the differences within the various cultural traditions as well the desire to describe in a comparative way the features shared across those traditions” (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002, p. 11).

(CÉSAIRE, 1978), e o empenho no questionamento do estatuto colonial é o que torna relevante a demanda dos estudos pós-coloniais.

Também se reconhece que o mundo de hoje, imerso na dinâmica do consumo e da imediatez provenientes do atual estágio do capitalismo hegemônico, está envolto de uma cultura que traduz erroneamente os valores ditos como modernos e humanos. A fetichização pela mercadoria e pela propriedade privada paralisa os eventos e aliena o homem de sua capacidade de participar dos acontecimentos, criando-se a ilusão da falta da história, quando, na verdade, há um esforço dos grupos reinantes por meio desses instrumentos para incitar a paralisia das mudanças históricas.

O imperialismo cultural assume várias formas, de acordo com as particularidades das nações. E o seu entendimento ainda deriva de outros estágios da história do desenvolvimento do capitalismo, o que implica de igual maneira a história da luta de classes. Nesse contexto, é importante afirmarmos o valor da História como dimensão essencialmente humana das experiências, assim como a ficção.

Posto isso, a forma estética do romance histórico atualmente responde aos anseios naturais dos atributos humanos mesmo quando inserida nessa ordem cultural de negação da própria materialidade da vida, que se torna o centro da figuração. A nação moderna segue essa ordem, mas “[...] A tendência da globalização para um mundo sem fronteiras, não obstante, não implica desconsiderar a existência concreta desse mesmo Estado e seus instrumentos de poder, que continuavam e continuam a atuar na vida social” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 19).

É por isso que entender-se no mundo de hoje implica o reconhecimento de relações advindas do passado e da relação com o outro, o diferente, inserido nas mesmas ordens. Esse discernimento é possível por meio de uma análise comparada de obras que dão a ver a sucessão de eventos desse passado que se faz arquétipo do presente.

No caso do império colonial português, há três períodos distintos que dão uma dimensão próxima de sua totalidade: primeiro, a sua expansão e constituição; segundo, sua consolidação e estagnação; por último, sua derrocada. Isso pode ser trazido pela reunião de três romances históricos que, conjugados neste estudo, podem dar a ver elementos oriundos dos tempos do

império ainda presentes na ficção contemporânea. São tensões acumuladas que resultaram nas relações dos dias de hoje, nas palavras do historiador e autor moçambicano João Paulo Borges Coelho (2003).

O primeiro romance, *O feitiço da ilha do Pavão* (1998), do brasileiro João Ubaldo Ribeiro, tem como espaço uma ilha conectada a Salvador. Nela vários personagens representativos da formação nacional brasileira estão inseridos de modo a registrar as principais tensões referentes ao período de cultivo da cana-de-açúcar e ao seu comércio para a Europa, entre os séculos XVI e XVIII. A ocupação da América portuguesa, marco da expansão marítima portuguesa, atinge aqui o estágio de constituição da empreitada colonial na esfera organizacional, e seus principais atores representam as instituições envolvidas nesse intuito: a Igreja, os governos locais, os latifundiários e o povo. Todas essas instâncias são unidas pela cultura proveniente da particularidade da mestiçagem, eixo de ligação entre os diferentes povos que habitam a ilha.

O segundo romance, *Choriro* (2009), do moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, é uma narrativa que trata da vida de Luís António Gregódio, na região do Vale do Zambeze, entre o Tete e o Sena, onde se localiza a comunidade que liderou durante o período dos prazos, mais especificamente durante o século XIX. O título remete a um rito funerário que, no romance, dá o tom de seu início: o luto pela morte de Gregódio, colonizador português que, convertido à cultura moçambicana, relacionou-se com as mulheres da comunidade e, com seu falecimento, deixou o povo com questões em aberto relacionadas à regência do grupo — quanto ao seu futuro. O ritual tem como finalidade abrir os caminhos espirituais para que Nhambezi, nome assumido por Gregódio, pudesse se converter em Leão. A hibridez entre as culturas e o “processo de cafreização” tornam esse movimento de regressão do colonizador português no dito como “primitivo” ou selvagem — um legítimo africano da tradição.

O terceiro romance, *Crónica do Cruzado Osb.* (1976), da portuguesa Agustina Bessa-Luís<sup>2</sup>, é um romance histórico que figura um período próximo ao de sua publicação — os processos em torno dos acontecimentos anteriores

---

<sup>2</sup> É importante destacar que a autora é laureada pelo seu centenário de nascimento neste ano de 2022, evento que destaca a sua significativa contribuição para a literatura e a sociedade portuguesa em sua extensa obra.

e posteriores à revolução de 1974, marco decisivo para a descolonização dos países africanos de língua portuguesa e para o declínio do Império Colonial Português. As três famílias que compõem os personagens da obra expõem domínios sociais e psicológicos nos quais o processo de descolonização interfere e os transforma. O desencontro entre o passado que dá nome a esse livro e o documento original, que registra o nascimento da nação portuguesa no momento em que os cruzados tomam Lisboa contra os árabes, revela aspectos particulares e coletivos resultantes desse rompimento com o império colonial.

À vista disso, nós acreditamos que os romances históricos que figuram o Império Colonial Português selecionados são capazes de revelar etapas do desenvolvimento dessa estrutura de poder e dominação tanto no Oceano Atlântico como no Oceano Índico. Essa junção permite um entendimento mais próximo do total do que foi o Império Colonial Português, cujas consequências ainda podem ser sentidas nos tempos de hoje. Uma vez que questionam o estatuto colonial ao figurar uma etapa da história do império português, essas obras possibilitam revelar, por meio da obra de arte, conexões entre o passado como parte do império e o presente da escrita dos autores elencados, cujo contexto é o de uma nacionalidade periférica num contexto global.

Sendo assim, por meio do romance histórico pós-colonial, é possível relacionar o passado figurado como parte do império colonial e o presente dos países emancipados, bem como investigar indícios do seu processo de descolonização. A princípio, o romance histórico pós-colonial segue a corrente do romance histórico da contemporaneidade, na qual o questionamento da memória experienciada por meio de posicionamentos definidos ideologicamente nos embates do passado que ainda reverberam no presente é o que faz acontecer o questionamento de atitudes culturais e materiais que ainda manifestam essa conexão temporal. Dessa forma, os autores possibilitam uma maneira de confrontar as forças reverberantes do estatuto colonial.

Posto isso, organizamos este trabalho em cinco capítulos, dos quais dois capítulos teóricos se dedicam à forma do romance histórico e a um exame histórico do Império Colonial Português. Os três capítulos finais se dedicam à análise das obras que compõem o *corpus*.

O primeiro capítulo dispõe sobre as considerações acerca do romance essenciais ao estudo propriamente dito do gênero romance histórico. Apresentaremos os pressupostos que fundamentam a teoria marxista do romance, que tem como referenciais György Lukács e Ian Watt. No tocante à especificidade do romance histórico, utilizaremos a incontornável obra *Romance histórico* (1936-37) do filósofo húngaro György Lukács, que estabelece suas diretrizes essenciais. Ainda, trataremos especificamente do romance histórico em Portugal, no Brasil e em Moçambique. Por último, trataremos de delimitar um modo de entender os romances aqui contemplados pela forma do romance histórico pós-colonial, o que se qualifica como uma contribuição aos estudos literários realizados no Brasil. Elencamos para o estudo do romance histórico nesses países Maria de Fátima Marinho, Antônio Roberto Esteves, Antonio Candido, M. Keith Booker, Fátima Mendonça, Arlenice Almeida da Silva e John McWilliams.

O segundo capítulo dedica-se a uma exposição da história do Império Colonial Português. Num primeiro momento, nós o faremos de uma perspectiva panorâmica, o que compreende do início da nação portuguesa ao *ultimatum* inglês. Depois, apresentaremos as peculiaridades da colonização portuguesa na América no que se refere ao trabalho e à questão da raça, da religião e das atividades econômicas, dando ênfase especial ao cultivo da cana-de-açúcar, período de destaque do romance *O feitiço da ilha do Pavão*. Na sequência, discorreremos sobre as singularidades da colonização portuguesa na África Oriental, considerando os mesmos itens, mas com ênfase na especificidade do período dos prazos, figurado na obra *Choriro*, de Ungulani Ba Ka Khosa. Posteriormente, nós nos dedicaremos à implantação do Estado Novo em Portugal e às suas principais correntes até o momento de sua derrocada, em 25 de abril de 1974. Esses eventos, cabe lembrar, são fundamentais para o entendimento das transformações figuradas em *Crónica do Cruzado Osb.*, de Agustina Bessa-Luís. Na última parte do referido capítulo, esmiuçaremos algumas direções para um horizonte pós-colonial associado aos momentos de escrita desses romances.

As análises das obras, que ocuparão os três capítulos seguintes, serão feitas considerando o movimento entre império, nação e sociedade. Essa dinâmica é antecedida de uma seção dedicada ao autor ou à autora e aos

principais postulados de sua produção estético-literária. Por fim, também averiguaremos a adequação da obra à condição de romance histórico pós-colonial.

No que concerne ao império, procuraremos evidenciar, nas obras do *corpus*, os principais atores envolvidos nas fases figuradas da história do Império Colonial Português. Levaremos em consideração os principais substratos culturais que deram sustentação à ideia desse complexo, as instituições que o reafirmavam e sua composição em personagens-tipo nos romances históricos.

Com relação à nação, desmembraremos os símbolos nacionais e as maneiras pelas quais a nação se apresenta plasticamente no romance histórico pós-colonial. Ainda, evidenciaremos problemas relativos principalmente à ligação entre os autores e suas nações por meio de suas obras, como no tradicional ciclo de elementos que compõem a relação entre literatura e sociedade, prescrita por Antonio Candido, e pelo modo como foi constituída a sua história nacional.

Deste par, prosseguiremos para a relação da obra com a sociedade no tempo de sua escrita, desvelando os principais indícios de subdesenvolvimento e adequação da nação ao mundo contemporâneo, inclusive os pontos não superados desde a época do império. Sendo o romance uma forma arqueológica de desvelar o presente, as condições de produção revelam configurações próprias de países que lidam com os impasses de um mundo globalizado e sem tempo para lidar com as próprias contradições.

Finalizaremos a análise de cada capítulo com o questionamento sobre cada obra do *corpus*: se se trata de romances históricos pós-coloniais sobre a descolonização portuguesa e a descolonização dos países resultantes dos processos de formação nacional. É com esse intuito que retomaremos dados dos capítulos anteriores e os relacionaremos com o que foi discutido até então a respeito do romance em análise.

Sendo assim, convém assinalar não se tratar de um retorno ao passado, e sim de composições em que se destacam a atitude do autor e o potencial dessas literaturas face à realidade e ao nível artístico alcançado (OTSUKA, 2010), uma marca não apenas da estética realista, mas de sua forma mais singular capaz de figurar a vida em seu fluxo contínuo.

## Capítulo 1 – O romance histórico: formação e transformação

*É evidente que toda ação de um homem ou grupo humano tem efeitos sobre seus destinos; estes dependem, em grande parte, da orientação que se dá à ação em determinadas circunstâncias históricas [...]. É fato universal e frequente da vida que essas consequências de atos anteriores — e sobretudo do comportamento geral ou da atitude em relação à vida que inspira tais atos — concentrem toda a sua força na vida, e então o homem tenha de acertar suas contas com a vida.*

György Lukács

Para o início de nosso estudo, neste primeiro capítulo trataremos das ligações entre literatura e história. Posteriormente, da forma romance e de alguns apontamentos necessários ao seu estudo. Em seguida, discorreremos sobre o romance histórico, forma artística de destaque para este trabalho. Na sequência, apresentaremos um panorama das produções dos romances históricos em Portugal, no Brasil e em Moçambique, respectivamente, considerando as matrizes historiográficas que dão base a essas produções e tendo em vista o nosso elo em comum — o Império Colonial Português.

### 1.1 *Literatura e História: laços incontornáveis*

A relação entre passado e presente é algo que sempre permeou a ficção, o que permite alcançar a forma específica do romance histórico. Suas raízes, entretanto, derivam desde quando Aristóteles (2010) postulou, em sua *Poética*, as diferenças entre o poeta e o historiador com base na representação dos acontecimentos possíveis e factíveis. Com isso, o filósofo grego sugeriu que as ideias de arte e verdade estavam dialeticamente relacionadas. De acordo com Lukács (2011a), a forma romance herdou a capacidade de figurar a vida ao seu conteúdo,

[...] a universalidade e a amplitude do material abarcado; a presença de vários planos; a submissão do princípio da reprodução dos fenômenos da vida por meio de uma atitude exclusivamente individual e subjetiva diante deles ao princípio da figuração plástica, na qual homens e eventos agem na obra quase por si, como figuras vivas da realidade externa (LUKÁCS, 2011a, p. 201-202).

A ação deriva de sua necessidade primordial: refletir a realidade do modo mais adequado possível. Entretanto, a consciência do ser fundamenta as suas ações. Sendo a decadência da ideologia burguesa caracterizada pela hostilidade da classe à totalidade, o romance acaba por refletir suas contradições como classe que se pretende universal quando não mais o é (LUKÁCS, 2010a). Foi por isso que o povo se tornou importante agente para a mudança histórica, motor de transformação entre a velha e a nova ordem. E isso não passa despercebido à ficção.

No romance, “o passado é absolutamente necessário para explicar geneticamente o presente, o desenvolvimento ulterior do personagem”

(LUKÁCS, 2011a, p. 202-203). Em razão disso, a narrativa do romance organiza o tempo de modo a eleger determinados fatos em relação a outros, o que aproxima o prosaico ao historiográfico. Sua ambição pela totalidade e sua importância econômica são aspectos integrados ao público leitor, o que enquadra o gênero à cena literária em consonância com os ditames da Era Moderna (WATT, 2010).

Com base nesse pressuposto que a forma do romance histórico foi escolhida como objeto para este trabalho, a fim de revelar as tensões presentes no passado figurado, correspondente à ideia de Império Colonial Português da qual edificaram-se as nações independentes e em processo de descolonização do tempo presente à escrita dos romances do *corpus*. A ideia hegemônica de miscigenação para o escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro, por exemplo, é algo que percorre a história brasileira desde o início da colonização portuguesa na América até o Brasil nação dos dias de hoje, como podemos perceber em *O feitiço da ilha do Pavão*. Em *Choriro*, o moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa transcende a ideia de raça e chega a um denominador comum para a ideia de povo por meio da unidade dos prazos na África Oriental portuguesa, o que explica as várias identidades regionais presentes em Moçambique hoje. Por fim, em *Crónica do cruzado Osb.*, da portuguesa Agustina Bessa-Luís, há um entrecruzamento de diferentes momentos do processo histórico português, principalmente da formação da nação, associada ao cerco de Lisboa (1147), do qual resultou o documento “Carta do Cruzado Osb.”, e a Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, que modificou até mesmo como as pessoas se relacionavam umas com as outras.

As conexões entre o passado representado e o presente da escrita tornam a luta de classes um espaço de destaque para o romance histórico, cujo caráter humanizante depende da existência da História como condutor e índice questionador das ações humanas. Nesse contexto, a conexão entre acontecimentos realça as linhas de tensão entre os tempos do passado, do presente e do futuro. A ideia moderna de nação é posta em confronto com o passado regido pelo estatuto colonial na literatura dos três países em destaque, em especial nas obras do *corpus*. Será que foi possível separar o passado do presente?

Isso, no entanto, não será possível sem antes tratarmos do gênero romance, em cuja teoria marxista se firmou um sólido alicerce para o seu estudo e as considerações sobre o romance histórico.

## 1.2 *Da teoria do romance ao romance histórico*

Em Lukács, a *Teoria do romance* (1916) parece sugerir as bases para o estudo da forma romance. Se tomada em suas configurações iniciais, a epopeia é justificada pelas paixões inerentes à alma humana, dimensão cujo ponto de chegada aponta para a individualidade. A vida, ligada à epopeia, encontra na cultura helênica a totalidade para sua figuração. A vida, ligada intrinsecamente à ciência, à religião, à filosofia e às artes, tem como elo de junção o mito grego, que garante essa dimensão de completude à vida cotidiana. O mundo era tido como fechado, pois sua explicação tinha todos esses valores. Para ser alcançada, a

Totalidade do ser só é possível quando tudo já é homogêneo, antes de ser envolvido pelas formas; quando as formas não são uma coerção, mas somente a conscientização, a vinda à tona de tudo quanto dormitava como vaga aspiração no interior daquilo a que se devia dar forma; quando o saber é virtude e a virtude, felicidade; quando a beleza põe em evidência o sentido do mundo (LUKÁCS, 2000, p. 31).

Por essa razão, os valores universais não permitiam ao homem a solidão do indivíduo. Hoje, no entanto, tudo mudou. Segundo o brasileiro Ranieri Carli (2012, p. 152, grifos do autor),

Com o aparecimento da sociedade burguesa, tornou-se inconciliável a representação da totalidade da vida feita pela mitologia; a divisão capitalista do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas engendradas pelo capital fizeram ruir os mitos antigos. A “era da segurança” — na expressão do jovem Lukács — representada na epopeia termina a partir do desenvolvimento da divisão burguesa do trabalho e da racionalidade capitalista.

A totalidade da vida passou a não ser imediata, fato decorrente da especialização do homem e do acirramento das divisões entre classes sociais (CARLI, 2012). Portanto, o ser e a sua essência passam a ser vistos de maneira diferente, o que caracteriza o ser humano como solitário.

Para consolidar a sua autonomia, a arte separou-se das esferas científica, religiosa e filosófica que garantiam o elo de totalidade. A modernidade fez com que o processo mimético fosse renovado, e a arte, antes baseada na cópia da realidade, passou a ter como princípio a criação artística. Por isso, a totalidade é impossível na arte de hoje, e cada retorno aos temas clássicos não passa de indícios que apontam para “o esfacelamento e a insuficiência do mundo” (LUKÁCS, 2000, p. 36). Afinal, a experiência empírica se mostra a maior evidência de totalidade histórica nas formas artísticas individuais, sendo impossível decifrar e interpretar nas totalidades das eras históricas mais do que nelas próprias se encontra. O destino do homem, pouco claro e fragmentado, torna-se errante e, “antes, é o elevar-se acima do que é simplesmente humano, seja da massa que o circunda ou dos próprios instintos” (LUKÁCS, 2000, p. 41). A motivação psicológica dos personagens, que os caracteriza como indivíduos únicos, revela ainda mais que

A epopeia dá forma a uma totalidade de vida fechada a partir de si mesma, o romance busca encobrir e construir, pela forma, a totalidade oculta da vida. A estrutura dada do objeto — a busca é apenas a expressão, da perspectiva do sujeito, de que tanto a totalidade objetiva da vida quanto sua relação com os sujeitos nada têm em si espontaneamente harmonioso — aponta para a intenção da configuração: todos os abismos e fissuras inerentes à situação histórica têm de ser incorporados à configuração e não podem nem devem ser encobertos por meios composicionais (LUKÁCS, 2000, p. 60).

Decerto, a complexidade da vida está impressa na forma artística no seu trabalho detalhado de composição, como manifestação da realidade cotidiana. Seu *páthos*, no entanto, aponta para o indivíduo como herói, diferente dos heróis das epopeias, que eram figuras sociais que representavam o coletivo da sociedade grega da Antiguidade. Pode-se, assim, dizer que

O romance é a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade (LUKÁCS, 2000, p. 55).

Sendo a totalidade algo almejado pelo romance, o herói incompleto busca a sua completude por meio do caminho sugerido no romance, o que não quer dizer necessariamente destino. Na visão da intérprete brasileira de Lukács, Arlenice Almeida da Silva (2001, p. 31), “a totalidade é uma falta que o

tempo pode ser captado em sua singularidade, através de uma memória que ‘apreende a discrepância entre o objeto como era na realidade e o seu modelo esperado como ideal pelo sujeito’”. Ou seja, a totalidade é algo inalcançável, mas realça a distância entre os pares antagônicos sujeito e objeto.

Em seu período de maturidade<sup>3</sup>, Lukács escreveu “O romance como epopeia burguesa” (1935), texto no qual continuamente tenta reelaborar o conceito de forma nos dois momentos históricos distintos, “vendo-o ora como possibilidade de reconciliação do universal e do particular; como a imanência na obra de arte do sentido da vida, ora como perda de sentido, fratura e dissonância” (SILVA, 2001, p. 29). Por isso, a ligação radical entre forma e história é premente para explicar o surgimento “de um novo heroísmo e da possibilidade aberta para a compreensão do todo” (SILVA, 2001, p. 33), dos quais são exemplos os romances históricos clássicos. É nesse raciocínio que consideramos as figuras de Capitão Cavalo, em *O feitiço da ilha do Pavão*; de António Gregório, em *Choriro*; de Agostinho, em *Crónica do Cruzado Osb*. Nos elos entre povos diferentes, entre a vida e a morte e entre a África e Portugal, respectivamente, esses personagens procuram outras formas de completude e consciência por meio da mudança. E para que isso ocorra, é importante reconhecer o papel do texto de Lukács de 1937.

“O romance como epopeia burguesa” define a forma romance como o gênero mais típico da sociedade burguesa (LUKÁCS, 2011a), uma vez que as suas características mais típicas estão naquela presentes, independentemente de concentrar, do modo mais adequado, as contradições específicas da sociedade burguesa (LUKÁCS, 2011b). Afinal, estabeleceram-se novas relações sociais, ditas modernas. A desigualdade no desenvolvimento capitalista encontra no narrador o meio para consolidar a forma romance como nova, típica e moderna. Os próprios autores desenvolveram grande consciência estética acerca da escrita do romance, o que tendeu a uma generalização teórica. Porém, foram os grandes narradores que deram grande significação teórica ao romance, um feito que somente foi alcançado com a

---

<sup>3</sup> O filósofo Guido Oldrini (2017) traduz a mudança da fase juvenil para o período adulto do pensamento de Lukács pela chamada “guinada marxista”. Ela consiste na centralidade da obra de arte de maneira a entendê-la objetivamente como apreensão do caráter essencial da realidade, dado que avança quanto à disposição dos âmbitos de sujeito e objeto, movimento possível por meio da leitura dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), obra marxiana que deu feições efetivamente marxistas à sua produção intelectual.

teorização de Lukács acerca do romance. Antes, o gênero havia sido separado de suas grandes tradições e conquistas clássicas, um claro indício da decadência ideológica burguesa, cujo resultado se manifesta no naturalismo.

Hegel comparou o romance à épica no tocante ao desenvolvimento burguês. Seu caráter universalista era contrastado com as peculiaridades burguesas, uma vez que sua modernidade destacava-se mais do que o seu caráter popular, algo preponderante na épica clássica. Trata-se, na verdade, de uma transformação sofrida de uma época lírica para uma época prosaica: a primeira, também chamada de período heroico, apesar de primitiva, era ligada à autonomia do homem e às atividades sociais autônomas; a segunda, chamada de período individual, conecta-se à individualidade e à perda da coletividade, o que lhe dá caráter contraditório. Os fins coletivos são estritamente separados dos fins individuais, o que faz com que Hegel chame a atenção para a degradação do homem, da poesia e da prosa e para o reconhecimento da necessidade de progresso. Afinal, o problema da forma artística também é um problema do desenvolvimento da sociedade capitalista. Por essa razão que Lukács destaca a importância da compreensão da unidade dialética das contradições (LUKÁCS, 2011b). No tocante às obras em tela, os elos dialéticos entre colonizador e colonizado são os eixos básicos para o entendimento do conflito entre índios e políticos em *O feitiço da ilha do Pavão*, assim como da mudança proveniente do encontro entre culturas achicunda e portuguesa em *Choriro*. O mesmo pode se dizer das relações entre portugueses em *Crônica do Cruzado Osb.*, uma vez que as tensões entre Camilo e Antenor não passam livres dessa mudança. Naturalmente, “todo grande romance de grande significação tende à epopeia, ainda de modo contraditório e paradoxal — e é precisamente nesta tendência jamais alcançada que ele adquire sua grandeza poética” (LUKÁCS, 2011a). Portanto, é de suma importância reconhecer a contradição entre o progresso na sociedade de classes e o progresso de ordem econômica e material (LUKÁCS, 2011b).

Nesse raciocínio, foi o teórico inglês Ian Watt, no entanto, que consolidou uma das obras fundadoras da teoria marxista do romance. A *ascensão do romance* (1957) evidenciou as motivações econômicas do gênero e se deteve nos grandes narradores; no caso, Dafoe, Richardson e Fielding. Na

verdade, mesmo consagrado no final do século XVIII, o termo romance só pôde ser entendido pela “diferença essencial entre a obra dos romancistas do início do século XVIII e a ficção anterior” (WATT, 2010, p. 10). O realismo se evidencia não pelo que é apresentado, mas principalmente pela maneira com que apresenta a vida. Essa é a questão principal do romance, “o problema da correspondência entre obra literária e a realidade que ela imita” (WATT, 2010, p. 11), cujo fundamento epistemológico parece sugerir um conhecimento de uma verdade num momento posterior à sua escrita, ou seja, por meio dos sentidos. Eis a diferença do realismo filosófico e da estética realista. Sendo uma reorientação individualista e inovadora, o romance tem fidelidade à experiência individual, à novidade e à originalidade. A obediência às convenções formais, todavia, é colocada em xeque uma vez que a tradição coletiva cede lugar às experiências individuais. Uma nova perspectiva era exigida para os elementos do enredo e do local. Nessa mesma seara, Lukács (2010a) redigiu o célebre texto “Narrar ou descrever” (1936), que não só apresenta o uso das técnicas em obras significantes de Tolstói, Flaubert e Zola, como também permite o reconhecimento do grau de uso dessas técnicas como índices de figuração da realidade voltados aos personagens e aos conflitos; no caso, a concepção de arte realista.

Se participar e observar são ações identificadas na vida, também é possível perceber que não ocorrem de maneira pura. Decerto, é necessário investigar de que forma o narrar e o descrever se tornaram essenciais na composição épica. Um novo estilo surge conforme as novas formas sociais requerem. Balzac, por exemplo, encontra na descrição traço estruturante para a dramaticidade dos conflitos, de sorte que as etapas em que as transformações acontecem são testemunhadas por vários escritores da época (Stendhal, Dickens, Tolstói, Goethe) que, assim como Balzac, incita-os a tomar posição. Flaubert e Zola, no entanto, recusam-se a participar de uma sociedade burguesa já consolidada, opondo-se aos rumos apologéticos do capital. A especialização do autor e do público leitor vem ao encontro dessa solidão, que os limita a observadores e críticos da sociedade burguesa. Portanto, a necessidade estética, oriunda de um plano social, não quer dizer também um compromisso com a realidade concreta em termos de forma. Assim, narrar ou descrever também são alternativas metodológicas que

correspondem à representação artística em dois períodos distintos, porém sucessivos do capitalismo (LUKÁCS, 2010a). Em *O feitiço da ilha do Pavão*, essa forma de compor a narrativa delimita bem o conflito entre a administração colonial e os índios, especialmente Balduíno Galo Mau.

O tempo, não sendo somente inexorável, também está presente na história individual e na história coletiva do homem. Do mesmo modo, o tempo está presente no romance, seja na sua extensividade, seja na sua capacidade de exprimir verdades morais imutáveis.

O pesquisador brasileiro Pedro Brum Santos (1996, p. 16) explica que

O romance, pelo fato de ser uma manifestação em prosa, de possuir cunho narrativo e de consistir num discurso que incide sobre a realidade vivida, recuperando aspectos da vida corrente, passa a dividir com a historiografia a função de organizar os fatos em uma ordem discursiva. Não que a literatura anterior não o fizesse; ocorre, entretanto, que a forma prosaica eleita pelo romance, o caráter de painel de seu enredo, a caracterização de seus protagonistas, os eventos que elege contar, tudo isso o coloca mais próximo do historiográfico.

O romance visa à totalidade, mas a constrói de maneira intensiva. Sendo um gênero comercial de excelência, é responsável pelo aumento do público leitor na Inglaterra em meados do século XVIII (WATT, 2010). Ainda, o gênero se tornou popular e acessível graças à divisão em capítulos e partes, tendo se adequado aos fluxos econômicos e sociais pertinentes ao desenvolvimento das nações. Um autor que se destaca nesses aspectos é o escocês Walter Scott, a quem o filósofo húngaro György Lukács (2011c) designa como pressuposto à forma clássica do romance histórico.

### 1.3 *A teoria sobre o romance histórico*

O caráter pós-revolucionário inglês destacou a obra de Scott por ele ter introduzido uma nova relação entre a épica e o romance com base nos costumes e nas circunstâncias do passado, sem excluir o aspecto dramático da ação. A tentativa de encontrar um caminho mediano entre os extremos de luta permite maior apreensão da totalidade figurada, o que também elege os processos de marginalização a partir das raízes populares como uma elevação

da situação sócio-histórica do presente. O herói mediano<sup>4</sup>, portanto, é particular por apresentar os graus críticos da transição da história, enquanto os personagens históricos se limitam à deriva do protagonismo.

A relação dos acontecimentos significativos aos homens figurados da maneira particular da forma romance, em termos de história nacional, torna o sentido histórico essencial à identificação da processualidade dos eventos históricos. A figuração da história de maneira realista é um dos principais motivos que justificam a forma do romance histórico como literatura social na União Soviética.

A discrepância entre os diferentes graus de desenvolvimento numa mesma sociedade torna relevantes “o conteúdo social, os pressupostos históricos e as circunstâncias de luta” (LUKÁCS, 2011c, p. 39), conectados com a totalidade da vida e com a formação das nações com base na vida interior do povo. A apropriação do sentimento nacional torna a reconfiguração social essencial à figuração do movimento histórico, cujos problemas no desenvolvimento econômico delineiam os contornos da realidade histórica figurada, de maneira a “apreender de modo racional e científico a especificidade histórica e a gênese do presente” (LUKÁCS, 2011c, p. 43). É nesse sentido que a colonização se torna elo indissociável da formação histórica do Brasil e de Moçambique, que têm em suas produções literárias contemporâneas proposições de conexão entre o passado colonial, a formação nacional e o presente do subdesenvolvimento.

À forma do romance histórico atribui-se a capacidade de figuração do tempo histórico passado, possibilitando um diálogo com o presente da escrita e a projeção de um futuro. Em suma, seria uma grande e verdadeira história do presente, a qual envolve a consciência do autor em relação ao seu tempo e à vida social (LUKÁCS, 2011c). Não bastando as raízes sociais dos personagens, sua escolha e composição no romance histórico faz emergir a totalidade histórica em graus críticos. Os personagens ascendem da cotidianidade e voltam a ela, um movimento que destaca elementos

---

<sup>4</sup> Esse elemento possui grande importância para o romance histórico na figuração dos lados de um conflito. Segundo Lukács, “O destino que cabe ao herói mediano, que na grande crise de seu tempo não se alia a nenhuma das partes em conflito, pode fornecer facilmente, do ponto de vista de composição, esse elo” (LUKÁCS, 2011c, p. 53). Em outras palavras, mesmo beirando à neutralidade, o herói mediano é responsável por dar dimensão humana ao conflito vivido pelos extremos em oposição como uma etapa do desenvolvimento histórico figurado.

importantes na história dos homens, em seus momentos críticos da formação nacional. Essas mesmas forças são importantes para situar o escritor no seu tempo e numa classe social, mesmo se oscilantes quanto à sua permanência na história dos homens. Esses elementos típicos<sup>5</sup> são organizados organicamente de maneira totalizante, de sorte que as forças de oposição se provam elementos relevantes às etapas da história da luta de classes em suas várias fases.

É com a obra do escocês Walter Scott que se reconhece o potencial ficcional do romance em relação à história, principalmente no tocante à formação das nações após o declínio dos Estados antigos (LUKÁCS, 2011c). Autores como Victor Hugo foram fortemente influenciados pelos livros escritos por Scott. Diante desse dado histórico, o filósofo húngaro György Lukács reconheceu não só o potencial da ficção de Walter Scott, como também a divisão que ela ocasionou nos modos de figurar literariamente a história. Eis que Lukács reconhece a forma do romance histórico, em sua obra homônima, *O romance histórico* (1936-1937).

Constituído também de intuito político, o livro de Lukács fez frente às forças históricas da época:

Lukács residia em Moscou, nessa época, e certamente não aprovava o avanço das forças reacionárias. No “Prefácio” de *O Romance Histórico*, datado de setembro de 1937, chama a atenção para o fato de o gênero que analisa desempenhar “papel considerável [...] tanto na literatura da URSS como na Frente Popular antifascista”. Assim, seu estudo tem intuito político, sendo provavelmente a maneira que encontra para resistir à guinada para a direita a que assistia na Europa, conforme dá a entender, e talvez no país onde habitava (ZILBERMAN, 2003, p. 110).

A reflexão em torno da modalidade narrativa depende da existência da História, e seu próprio percurso é notório a Lukács nas primeiras décadas do século XIX.

O filósofo húngaro elege a obra de Scott como marco do romance histórico em sua forma clássica, isto é, dotada das características essenciais

---

<sup>5</sup> De acordo com Lukács (2018), o típico expõe particularidades de seres e situações concretos que são figurados esteticamente. São esses elementos que permitem o entendimento das contradições históricas particulares figuradas em seu processo de transformação. “Deste modo, o conceito de tipo é subordinado ao da conformidade às leis universais. Portanto, tem imediatamente, na vida como na ciência, o caráter da particularidade” (LUKÁCS, 2018, p. 239-240).

do gênero. Ainda, Lukács aponta que faltou aos predecessores do escritor escocês a especificidade histórica de seu tempo na constituição particular de seus homens ativos. Os acontecimentos significativos deviam estar ligados ao destino desses personagens, e, por mais particulares que fossem, seu potencial de universalização indica a História como processual. O conflito entre os diferentes graus acentua a experiência das massas, na qual o caráter histórico se torna mais visível. As circunstâncias de luta entre os representantes desses níveis de desenvolvimento histórico e social correlatos às transformações históricas figuradas na obra com a vida em sua totalidade permitem um amplo quadro do desenvolvimento da nação (LUKÁCS, 2011c). É dessa maneira que os períodos figurados nos romances históricos do *corpus* também apresentam um panorama da formação nacional do Brasil, de Moçambique e Portugal, por meio da união entre povos, no caso de *O feitiço da ilha do Pavão* e *Choriro*, e também mediante o questionamento da imagem do passado imperial, em *Crônica do Cruzado Osb*.

Na verdade, as perspectivas sociológicas, políticas e ideológicas são mais evidentes nessa modalidade narrativa, cuja formulação estética resultante tem como base o marxismo. Afinal, é importante lembrar que Lukács produziu *O romance histórico* em sua fase madura, com sua adesão ao marxismo. Separando essência de aparência, Lukács difere a temática da figuração histórica, o que torna claro que esta não deve ser restrita ao mero plano de fundo da categoria temporal da ficção, mas também deve ser força motriz para os acontecimentos e motivos que caracterizam as personagens, que são causadoras e/ou sofredoras das ações possíveis nos contextos figurados. Por isso, Antonio Candido (2009, p. 430) destaca uma

vocação histórica e sociológica do Romantismo, estimulando o interesse pelo comportamento humano, considerado em função do meio e das relações sociais. Ora, o estudo das sucessões históricas e dos grupos sociais, da rica diversificação estrutural de uma sociedade em crise, não cabia de modo algum na tragédia ou no poema: foi a seara própria do romance, que dele se alimentou, alimentando ao mesmo tempo o espírito histórico do século. O deslumbramento colombiano com que Balzac descobriu a interdependência dos indivíduos e dos grupos, fazendo da sociedade uma vasta estrutura misteriosamente solidária, equivale ao orgulhoso júbilo com que Augusto Comte julgou descobrir as leis de coexistência e evolução desta mesma sociedade.

A possibilidade de o homem se reconhecer como parte da História em nome da autonomia nacional torna a forma do romance histórico excelente para fomentar a consciência da história nacional, em relação ao panorama mundial, e incentiva os juízos críticos sobre as condições econômicas e as lutas de classe. Afinal, os problemas históricos derivam dos desníveis econômicos inerentes ao sistema capitalista.

O evento da queda de Napoleão tornou necessário um historicismo cada vez mais evidente, capaz de promover um efetivo progresso humano. A começar pelo amplo retrato de costumes e circunstâncias relativas aos eventos, a literatura de Walter Scott apresenta, numa forma grandiosa, objetiva e épica, a dramaticidade da ação, somada a diálogos profícuos, ao nível de uma grande e verdadeira história do presente.

O caminho mediano pelo qual a literatura de Scott é caracterizada tem como princípio o reconhecimento dos extremos de luta dos conflitos figurados, sendo que a escolha dos personagens principais não se dá por sua excepcionalidade, mas por sua praticidade. A moral e as paixões são dados relevantes, cujas raízes sociais são facilmente reconhecíveis e validam a legitimidade histórica das obras. O centro delas, entretanto, não são os heróis, mas a própria vida em seu movimento de constantes transformações. Por isso que o reconhecimento da maioria dos coadjuvantes, ao tomarem partido nos acontecimentos e retornarem à cotidianidade (LUKÁCS, 2011c), é dado fundamental para apontar os rumos da História, que são impressos nos romances.

Assim como as grandes crises da vida histórica são figuradas, a própria concepção de história do homem pode ser modificada e incorporada aos romances históricos (LUKÁCS, 2010a). A Revolução Francesa, por exemplo, é uma experiência das massas que conferiu grau intenso de mudanças que revelam a história como "um processo ininterrupto de mudanças e, por fim, de que ela interfere diretamente na vida de cada indivíduo" (LUKÁCS, 2011c, p. 38). Com a necessidade histórica de se mudar o regime absolutista, e esses momentos de conflito, as guerras revolucionárias, a ascensão e a queda de Napoleão, são momentos de tensão movidos pela sociedade antes e depois da Revolução. No caso, o gênero humano, representado nesse momento pela

classe burguesa<sup>6</sup>, manifesta posição singular de mudança dos rumos da história. Afinal, a “cisão na ciência da continuidade social entre passado e presente; ela é, em geral, muito mais forte do que se costuma admitir” (LUKÁCS, 2011a, p. 299), e isso pode ser percebido nas evidentes mudanças causadas pela morte de Nhabezi, em *Choriro*, e pelo 25 de Abril, em *Crónica do Cruzado Osb*.

Transcender as oposições entre herói e vilão é outro aspecto definidor do romance histórico, que alcunha a obra *Guerra e Paz*, de Leon Tolstói, como grande marco do romance realista do século XIX (ANDERSON, 2007). Se os grandes conflitos aparentam ser desprovidos de sentido, Tolstói investe na análise psicológica e escapa aos melodramas costumeiros para a época, o que justifica a sua grandeza. Por isso, é importante reconhecer a heterogeneidade do gênero romance histórico pois são recursos que permitem reconhecer os elementos humanos em disputa.

Mesmo nas obras de Victor Hugo, os elementos pertencentes à forma clássica do romance histórico, regida pelos aspectos estruturantes da obra de Walter Scott, não se mostravam mais presentes. Seus aspectos prosaicos tornaram-se cada vez mais explícitos e desvinculados do cotidiano. Na segunda metade do século XX, o gênero não possuía mais a vocação para a construção nacional (ANDERSON, 2007) e acabou sendo marginalizado durante o período entreguerras. Afinal, o imediatismo do modernismo e a depreciação dos melodramas tornaram suas expectativas baixas, reservando-se à exotização da história pregressa.

O período pós-guerra reacendeu a produção de romances históricos de relevância (ANDERSON, 2007), principalmente com o movimento cultural gerado pelo consumismo chamado pós-modernismo. É possível encontrar nessa recente produção as características mais tradicionais do romance histórico, e a sua globalização aponta a grande necessidade de sentido histórico, principalmente nos países pertencentes à periferia do capitalismo e nos países marcados pela experiência colonial. Nestes últimos, um passado

---

<sup>6</sup> Importante lembrar que a burguesia promoveu um retorno a uma ordem conservadora posteriormente, durante a Revolução de 1848, o que despertou ares contrários por parte do proletariado. Essa foi uma manifestação clara de que a classe base poderia, sim, mudar os rumos da história (LUKÁCS, 2011a), fato que se liga intimamente ao gênero humano como um todo.

que parece não ter findado faz surgir um posicionamento crítico necessário à superação das suas diferenças econômicas e sociais, empenho perceptível nos autores das obras do *corpus*. A experiência da derrota e de tragédia histórica, sintoma de uma grande onda de ditaduras e ascensões nacionais, é índice essencial que justifica o reaparecimento do romance histórico em grande e efetivo potencial, capaz de indicar as contradições do desenvolvimento do capitalismo e a emergência por ações humanizadoras que suscitem um progresso genuíno para o homem.

Percebe-se uma grande correlação entre o passado figurado e o presente da escrita, um elo concebido por meio da narração. Entretanto, é no movimento entre o tempo figurado e o presente em que se narra que o espírito histórico se manifesta. Por mais inverossímil que aparente ser, se a forma for capaz de figurar a gênese histórica de seu tempo em sua complexa conjuntura histórica e social, o romance histórico é capaz de realizar-se plenamente, de sorte a se renovar constantemente pelo acúmulo histórico permitido pela ação humana em constante transformação.

É perceptível o impacto de *Warveley* (1814), de Walter Scott, no contexto europeu. Disponíveis em várias línguas, as traduções das obras do autor ajudaram a moldar o inconsciente nacional (ANDERSON, 2008) de vários países por meio da literatura. No entanto, a maior conquista de Scott como romancista é a “figuração de momentos críticos da história da Escócia, aqueles em que o romancista surpreende um novo ordenamento social que se constrói a partir das ruínas da velha ordem” (VASCONCELOS, 2008, p. 17). *Warveley*, por exemplo, trata das perdas humanas resultantes dos conflitos pela independência da Escócia em relação à Inglaterra. A convivência do autor escocês com filósofos de seu tempo que refletiam sobre o espírito da história tornou-se essencial ao modo como sua prosa se desenvolveu.

Com os elementos populares, a luta entre os saxões e os normandos, principal evento figurado em *Ivanhoé* (1819), pôde ser mais bem delineada, com base nos personagens Ivanhoé, Ricardo Coração de Leão, João Sem Terra e Robin Hood. Sendo o eremita Wilfred de Ivanhoé servo do rei Ricardo, os dois retornam da terceira cruzada no anonimato, assumindo os respectivos codinomes: Cavaleiro Desdichado e Cavaleiro Negro. Com o apoio de Robin Wood, Ivanhoé e Ricardo I derrotam João Sem Terra, que estava

temporariamente no trono de seu irmão. Os eventos da batalha de Ashby de la Zouch e a tomada do castelo de Touquilstone revelam não só a força dos personagens envolvidos, que tomam partido no conflito, mas também a estrutura social reinante: “a nobreza — normanda no poder e saxônia subjugada — o clero, os judeus e o povo” (MORAIS, 2009, p. 48).

O pressuposto dos extremos de confronto para a mudança histórica e da presença popular é perceptível no seguinte trecho do romance histórico clássico *Ivanhoé*:

Toda a raça de príncipes e nobres saxônios fora destruída ou deserdada, com poucas ou nenhuma exceção; e não era grande o número dos que possuíam terras no país de seus pais, nem mesmo como proprietários da segunda, ou de classes inferiores. A política real era feita, havia muito, de molde a debilitar, por todos os meios, legais ou ilegais, o poderio de uma parte da população que era justamente tida como alimentando a mais inveterada antipatia pelo seu vencedor. Todos os monarcas de raça normanda haviam demonstrado a mais acentuada predileção pelos seus súditos normandos; as leis de caça, e muitas outras, igualmente desconhecidas pelo espírito mais benigno e mais livre da constituição saxônia, foram fixadas sobre os pescoços dos habitantes subjugados para aumentar o peso, por assim dizer, das cadeias feudais com as quais os carregaram. Na corte, e nos castelos dos grandes nobres, onde se emulava a pompa e magnificência da corte, o franco-normando era a única linguagem usada. Nas cortes de justiça, as petições e os julgamentos eram exarados na mesma língua. Em suma, o francês era o idioma da honra, da nobreza e, mesmo, da justiça, enquanto a língua anglo-saxônica, muito mais viril e expressiva, se achava entregue ao uso das pessoas rústicas e dos camponeses, que não conheciam nenhuma outra (SCOTT, [19--], p. 24).

Os dados de raça, classe social e língua são essenciais às transformações integrantes à nação inglesa. Todavia, o historiador marxista Eric Hobsbawm (2008, p. 15) afirma que

[...] os critérios usados para esse objetivo — língua, etnicidade ou qualquer outro — são em si inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização da terra. É claro que isso os tornou excepcionalmente convenientes para propósitos propagandísticos e programáticos e não para fins descritivos.

Objetivos ou subjetivos, esses critérios eram utilizados para identificar os membros de uma nação e diferenciá-los dos de outras. No caso da obra de Scott, fatores como língua e etnia viriam a aproximar o presente de Scott,

marcado pela queda da aristocracia em contrapartida aos valores postulados como modernos pela economia clássica, e à Idade Média.

O filósofo marxista Paulo Arantes, contudo, afirma explicitamente que esses critérios são escolhidos com a finalidade de se criar uma falsa homogeneidade que supere as diferenças entre os povos inseridos num mesmo contingente terrestre (ARANTES, 2006). A ideia de nação, que prescreve tais conceitos definidores para sua existência, também se contrapõe ao modo como o presente é disposto. Em sua constante transformação, ainda é possível verificar o seu impacto na formação dos princípios modernos de nação utilizados por países colonizados após sua emancipação, fator que suscita a produção de romances históricos.

Na verdade, é importante considerar a inserção das obras em momentos históricos e lógicas culturais diferentes (JAMESON, 2007). Isso, é claro, adquire não só contornos geográficos nas esferas física e política, como também aspectos históricos ligados à concepção de história assumida pelos diferentes processos de formação nacional. E se o romance histórico não foi expressivo estético e criticamente durante as décadas de 1920 a 1960 em território europeu, vemo-lo renascer no período cultural identificado por Fredric Jameson como pós-modernidade.

Grande fato também evidenciado pelo crítico estadunidense é a fome insaciável de sentido histórico identificada nos dias de hoje<sup>7</sup>. A referencialidade em torno do valor de veracidade se tornou pauta para longos e incessantes debates. Inúmeras versões, de abordagens irreais, fantásticas e autocontraditórias, tornam esse debate cada vez mais complexo, mas a presença do senso de falso certamente estremece o nosso pouco senso de história. Portanto, a mentira e a irrealidade, inerentes ao campo da ficção, possuem grande poder para acordar o senso histórico em relação às coisas (JAMESON, 2007). A própria ideia de Ilha do Pavão, para João Ubaldo Ribeiro, transcende a verdade sobre a formação brasileira e traz à tona o conflito pela posse da terra e da palavra. A invocação do mpondoro suscita não apenas o mambo transmutado António Gregório, presente na escrita de Khosa, mas a

---

<sup>7</sup> É preciso salientar que o texto de Jameson aqui citado, apesar de escrito em 2004 e publicado em 2007, ainda é bem atual ao nos pautarmos pelas demandas da sociedade de hoje.

ideia de uma sociedade sem conflitos, inserida numa cultura que delimitou os contornos políticos do presente. A tensão entre o passado glorioso de Portugal e o momento em que a nação não se vê mais como império incorpora a grande interrogativa sobre ser português no livro de Bessa-Luís. Os conflitos entre a história oficial, hegemônica e a história dos povos periféricos apresentam não somente versões históricas, mas também um indício de que as formulações processuais da História são complexas e envolvem a totalidade humana, mesmo em suas categorias individuais e coletivas.

A intersecção entre os planos público e privado, característica da vida contemporânea, dá a dimensão das grandes crises vividas hoje, o que torna o romance histórico uma forma de arte palpável para a figuração da história em movimento. Isso acontece atualmente porque há uma renovação da linguagem de acordo com as demandas do regime estético pós-moderno, pautado pela cultura do consumo e pela ilusão de fim da história.

Perry Anderson diz, a respeito das obras de romancistas contemporâneos, que

Tais formas se tornaram tão globais quanto o próprio pós-modernismo. Mas se quisermos rastrear o surgimento da mutação que as produziu, e arriscar — para além de um inventário — uma taxionomia, provavelmente teremos de considerar a organização espacial desse universo (ANDERSON, 2007, p. 217).

O contexto globalizado em que essa produção é feita também deve ser considerado na análise, assim como o seu dado local. As experiências homogêneas em nada alteram a conexão que aquelas produzidas nesse contexto possam ter com o romance histórico tradicional, tanto que as práticas do imperialismo americano e holandês, mesmo em suas particularidades, junto aos procedimentos narrativos da ficção histórica na América Latina, dirigem o foco do gênero para as periferias, cujas marcas históricas dão dimensão trágica ao presente após os regimes totalitários e/ou imperiais.

O aparecimento de José Saramago na ficção portuguesa contemporânea, em período congruente à Revolução dos Cravos, não passa despercebido por Anderson. A devastação de um império é marcada na ficção de maneira que se tem a impressão de que a história é retratada “como um pesadelo do qual ainda não conseguimos despertar” (JAMESON, 2007, p.

219). Como uma forma de reverter tal efeito e de acordar-nos para a consciência histórica, a conexão entre os grandes acontecimentos sociais e o destino existencial dos indivíduos deve ser novamente estabelecida (JAMESON, 2007).

Para o referido efeito, considerar-se-á o tom positivo que uma reavaliação do passado pode ter em ponto de vista presente, marcado pelos questionamentos de ruptura e indissociabilidade entre o presente e o passado. E isso ocorre tanto no plano material da história quanto no plano literário. Na experiência brasileira, entretanto, a sua literatura aspirava à modernidade francesa da novidade da nação.

#### 1.4 *O romance histórico no Brasil*

As manifestações épicas anteriores ao romantismo deram um contorno temático de suma importância para o surgimento da forma romance em terras brasileiras. Depois de temas nacionalistas, indianistas, religiosos e de dimensões continentais, os poemas épicos adquiriram feições de narrativas em prosa (CANDIDO, 2009). Assim como a música italiana redefiniu os modelos rítmicos nos versos brasileiros, a oratória somou-se à expressão, o que veio ao encontro de uma nova sensibilidade que seguia os ditames da Corte, como confirma Antonio Candido (2009, p. 361): “O pacto com a música e a oratória permitirá frequentemente ao Romantismo penetrar zonas profundas da nossa sensibilidade e vida social, dando-lhe aquela eficácia descobridora que o incorporou para sempre à vida brasileira”.

A retórica, sempre um paradigma de elevação intelectual, associou-se a essa representação exaltante da nova pátria. Seu tom de oratória garante liberdade de discurso. Então, em razão da falta de público leitor, “o escritor brasileiro se habituou a escrever como se falasse” (CANDIDO, 2009, p. 361). Rui Barbosa e Chateaubriand foram importantes nomes que surgiram nesse contexto.

A simplicidade da fala foi um elemento importante para Joaquim Manuel de Macedo, o precursor do romance brasileiro e autor de *A moreninha* (1844). No tocante aos recursos utilizados pelo escritor, seu mérito veio quando transpôs

um gênero novo entre nós os tipos, as cenas, a vida de uma sociedade em fase de estabilização, lançando mão de estilo, construção, recursos narrativos os mais próximos possíveis da maneira de ser e falar das pessoas que o iriam ler (CANDIDO, 2009, p. 454).

Ao influir no gosto do ascendente leitor brasileiro a predileção pelo causo e pela simplicidade, as narrativas adquiriram contorno cotidiano. Candido afirma que Macedo poderia simplesmente ter imposto o seu estilo, mas a adequação deste às condições locais, pela circulação de folhetins, consolidou o romance em seu principal veículo:

Balzac, Dickens, Eça de Queiroz, são grandes romancistas que se enquadram no segundo dos grupos indicados [dos autores que se adequam às correntes estilísticas]. Nele se contém igualmente o folhetim de capa-e-espada, a ficção novelesca, sentimental ou humanitária, que foi alimento principal do leitor médio do século XIX e serviu para consolidar o romance enquanto gênero de primeiro plano, tornando-o hábito arraigado, como hoje o do cinema ou radionovela, que o vão substituindo (CANDIDO, 2009, p. 453).

O surgimento dos veículos de imprensa foi de suma importância para a manifestação do romance no Brasil. Não diferente do caso inglês aludido por Ian Watt, o contorno dos periódicos evidencia a flexibilidade do gênero e, com isso, sua

definitiva incorporação à literatura séria e o alto posto que mantém desde então. Para uma estética avessa às distinções e limitações, era, com efeito, o mais cômodo, permitindo na sua frouxidão uma espécie de mistura de todos os outros (CANDIDO, 2009, p. 429).

O início da imprensa no Brasil não só favoreceu o advento de uma consciência nacional, como também permitiu que o romance se tornasse importante instrumento para essa finalidade. A ampliação do público leitor e a “participação mais efetiva do povo na cultura, depois dos movimentos democráticos” (CANDIDO, 2009, p. 430), foram consequências que resultaram também no início de uma indústria editorial brasileira.

Ao se ajustar idealmente a forma literária e o problema humano que ela exprime, a poesia era preferível como forma literária durante o romantismo. O naturalismo, por sua vez, tendeu à ciência e ao jornalismo. Porém, a verossimilhança é elo comum entre a causalidade dos atos e pensamentos do

personagem (CANDIDO, 2009). O encadeamento entre paixões e acontecimentos “é a própria lei do romance e a razão profunda da verossimilhança” (CANDIDO, 2009, p. 431). Essa psicologia moderna requer uma forma que permita maior liberdade artística, capaz de conter

a descrição e o estudo das relações humanas em sociedade. Lugares, paisagens, cenas; épocas, acontecimentos; personagens-padrões, tipos sociais; convenções, usos, costumes — foram abundantemente levantados, quer no tempo (pelo romance histórico, que serviu de guia), quer no espaço. Uma vasta soma de realidade observada, herdada, transmitida, que se elaborou e transfigurou graças ao processo normal de tratamento da realidade no romance: um ponto de vista, uma posição, uma doutrina (política, artística, moral) mediante a qual o autor opera sobre a realidade, selecionando e agrupando os seus vários aspectos segundo uma diretriz. [...]

No Brasil o romance romântico, nas suas produções mais características (em Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay), elaborou a realidade graças ao ponto de vista, à posição intelectual e afetiva que norteou todo o nosso Romantismo, a saber, o Nacionalismo literário.

Nacionalismo, na literatura brasileira, consistiu basicamente, como vimos, em escrever sobre coisas locais; no romance, a consequência imediata e salutar foi a descrição de lugares, cenas, fatos, costumes do Brasil. É o vínculo que une as *Memórias de um sargento de milícias* ao *Guarani* e a *Inocência*, e significa, por vezes, menos o impulso espontâneo de descrever a nossa realidade, do que a intenção programática, a resolução patriótica de fazê-lo (CANDIDO, 2009, p. 431).

Nesse intuito, a forma romance foi não só importante instrumento para conhecimento e apreensão da realidade brasileira, como também um expoente essencial à captação de dimensões históricas, geográficas e sociais heterogêneas de modo a torná-las mais aprazíveis à espiritualidade da época. O senso de missão dos românticos para com a nação em ascensão, ainda nos ditames franceses, leva o elemento exótico para as grandes cidades: “primitivos habitantes rústicos, mais ou menos isolados da influência europeia direta. Daí as duas direções: indianismo, regionalismo. O problema referido é o da expressão literária adequada a cada uma delas” (CANDIDO, 2009, p. 235).

Às expressões indianistas era outorgada maior liberdade, dado o trânsito maior entre a verossimilhança com o índio real, mas pouco conhecido, e a fantasia do selvagem exótico almejada pelo modelo francês. Das expressões regionalistas, todavia, era demandada maior verossimilhança, requerendo até mesmo pesquisa ou vivência do espaço figurado, uma vez que tais instâncias poderiam ser próximas à cidade.

Diante disso, foi possível conceber o real como realizável, embora as situações narrativas fossem pobres e, por isso, dependentes dos modelos estrangeiros, o que fazia a retórica e o ritmo das palavras ainda serem um refúgio. Tal empreitada, contudo, foi o suficiente para que a produção de romances fosse ampliada e intensificada. Uma figura central desse resultado foi José de Alencar.

Da corrente europeia ao localismo de sua terra natal, Alencar produziu uma grande diversidade de romances e temas. *O Guarani* (1857) ainda é reconhecido como uma grande fantasia nacional, cujo personagem central é o índio Peri, caracterizado tal como um cavaleiro medieval. Herdeiro desses moldes épicos, Peri se apaixona por Cecília, uma portuguesa. O enlace trata da colonização do Brasil de maneira mais leve, com um desfecho fantástico, mas congruente com a exaltação da grandeza e do poder da natureza como símbolos da pátria, o suficiente para evidenciar o resultado negativo da civilização portuguesa (ZILBERMAN, 2003). João Ubaldo tentou algo similar com o índio Balduíno Galo Mau em *O feito da ilha do Pavão*, mas o índio do romantismo ainda é um tanto diferente do índio de Ubaldo. Diz Antonio Candido (2009, p. 538) que,

Assim como Walter Scott fascinou a imaginação da Europa com os seus castelos e cavaleiros, Alencar fixou um dos mais caros modelos da sensibilidade brasileira: o do índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, mas lançado por ele na própria vida cotidiana. As Iracemas, Jacis, Ubiratãs, Ubirajaras, Aracis, Peris, que todos os anos, há quase um século, vão semeando em batistérios e registros civis a “mentirada gentil” do Indianismo, traduzem a vontade profunda do brasileiro de perpetuar a convenção, que dá a um país de mestiços o álibi duma raça heroica, e a uma nação de história curta a profundidade do tempo lendário.

Confluir tempo lendário e raça heroica foi o grande mérito de Alencar, cuja aspiração de heroísmo surgiu do real e tornou-se ideal romântico. É nesse quadro que se localiza a maior realização estética de Alencar no tocante ao tema indianista. Isto se faz em *Iracema* (1865), narrativa que

brotava no limite da poesia, como o exemplar mais perfeito da prosa poética na ficção romântica — realizando o ideal tão acariciado de integrar a expressão literária numa ordem mais plena de evocação plástica e musical (CANDIDO, 2009, p. 536).

Porém, não há desfecho feliz nos romances cujo foco é o homem, mas isso os torna mais convincentes. Na verdade, o contorno mítico da narrativa, que corresponde a uma narrativa de origens, distancia a obra da classificação de romance histórico (ZILBERMAN, 2003).

*As minas de prata* (1864-1865) é um romance histórico de Alencar em que os acontecimentos prévios ainda pairam sobre o presente. A proximidade desta última obra com o *Ivanhoé* de Scott nos faz entender que o romance de Alencar se nutre das mesmas estratégias narrativas utilizadas na obra do autor escocês.

Alencar, ainda, enveredou-se na vertente psicológica em espaço urbano, dando vez ao protagonismo feminino, em uma direção cada vez mais latente para a prosa realista no Brasil, nas obras *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Senhora* (1875).

Se os romances de Alencar ainda se remetem à realidade brasileira em forma francesa<sup>8</sup>, as marcas liberais impressas no modelo da forma artística se revelam incompatíveis à modernidade brasileira, cujo desenvolvimento ainda é amparado pelo trabalho escravo (SCHWARZ, 2012). Machado de Assis, no entanto, considera ser um erro atribuir exclusivamente ao indígena o *status* de elemento de nacionalidade. Ele afirma que o espírito nacional liga-se “às obras que tratam de assunto local [...]” (WEBER, 1997, p. 55) e que “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1955, p. 132).

Tal perspectiva, que deve partir do autor, desautorizou a tradição romântica ao mesmo tempo que a retomou. Ainda, Machado lastima pela falta de romances de análise. O que falta ao romantismo brasileiro, segundo o bruxo do Cosme Velho, portanto, é um novo posicionamento crítico ao fazer literário no Brasil (WEBER, 1997). Na prática autoral,

---

<sup>8</sup> Convém assinalar aqui a crítica de Franklin Távora em relação à ficção proposta por Alencar, como observa o estudioso brasileiro Pedro Brum Santos, que aposta no “esgotamento de um modelo” (SANTOS, 2011, p. 285). Para Candido, trata-se de evidenciar o uso da obra de Scott para Alencar como um esquema narrativo, o que, aos olhos de Távora, acentuava a carência de uma verossimilhança externa, uma vez que a literatura de Alencar é, de muitas formas, enciclopédica.

O discurso de Alencar é rememorativo, apologético, defensivo, calcado na reiteração dos índices de nacionalidade românticos; o de Machado é prospectivo, abrindo caminho para além das referências românticas. A tal ponto que é possível, inclusive, perceber no “Instinto” um Machado se armando criticamente para realizar o que executaria nos anos 80: *a análise de paixões e caracteres* [...]. Mas o nosso tema não é a ficção de Machado, e sim a sua concepção historiográfica: ora, a constante negação (“o que parece um erro”, como diz Machado) e a afirmação justaposta, que não exclui, no entanto, o negado — a permitir-lhe, oscilando entre dois tempos (e lugares, como ainda veremos), arquitetar uma concepção de história verdadeiramente dialética, a apontar para um passado não tão retilíneo assim, em que uma tradição imposta pela leitura romântica passa a ser “uma” leitura mas não a única, e para um futuro, conseqüentemente, prenhe, também ele, de “possibilidades históricas” (no plural, enfatize-se) (WEBER, 1997, p. 61-62, grifos do autor).

Assim, o confronto entre o projeto de nação romântico, apoiado pelos valores de liberdade, e o projeto executado no caso brasileiro, ainda ancorado na escravidão, delinea uma modernidade periférica pela qual a realidade brasileira é, ainda, caracterizada.

Em seu célebre texto “Instinto de nacionalidade”, Machado reconhece a presença da cor local no romance brasileiro e

estabelece diferenças entre a matéria (os costumes) do sertão e a das grandes cidades, numa antecipação do contraste urbano x rural ou litoral x sertão que a crítica brasileira, mais à frente, assumirá como ponto importante de discussão, na tentativa de explicar as modificações do romance no Brasil (SILVA, 2019, p. 56).

De maneira a aplicar esses pontos de sua crítica, os romances de Machado incorporam tais aspectos em meandros que denotam a decadência da estética romântica hegemônica no Brasil imperial e a visão do autor em relação ao país. É natural a Machado a acuidade estética com a qual representa de maneira particular a dinâmica social brasileira, “incorporando-a à constituição de suas obras, que resultou em produções excepcionais e inovadoras, tanto no aspecto formal quanto no temático” (SILVA, 2019, p. 56).

O estudo de Tiago Marcenes Ferreira da Silva (2019) apresenta a obra *Esaú e Jacó* (1904), de Machado de Assis, como uma figuração da mudança do regime monárquico para o regime republicano no Brasil. Na disposição do romance, o seu enredo e ritmo

captam a ausência de reais mudanças num processo político mais movido a interesses de classe, acordos e golpes do que pela

participação das classes populares, as quais, aliás, surgem espacial e socialmente segregadas no romance, tal qual se via no contexto social do país (SILVA, 2019, p. 193).

O constante conflito entre os irmãos apresenta maneiras de figurar esteticamente, na visão de Tiago Marcenes, essas transformações que, interpelando o novo e o velho testamento constituintes do texto bíblico em sua totalidade, não apresentam resolução nova. Porém, a visão contraditória entre as ações concretas e o espírito brasileiros se mostra dado real, mesmo que intragável, da dinâmica histórica brasileira.

Esse aprofundamento resulta na “compreensão do movimento histórico nacional em sua profundidade e em seu inevitável caráter contraditório” (SILVA, 2019, p. 76) e adquire relevo na historiografia literária brasileira.

As demandas da república por uma modernidade aos moldes europeus se tornaram objeto de discussão para os intelectuais brasileiros. Nisso, o conflito de Canudos se mostrou importante acontecimento em que as velhas estruturas da nova, recente e aparente república se abalam diante da edificação dos sertanejos no arraial baiano. O limite entre o factual e a subjetividade dá especial relevo à obra de Euclides da Cunha, *Os sertões* (1902). As mazelas socioeconômicas e os desmandos políticos das esferas municipal, estadual e federal confluíram no evento cujos resultados foram a queda de Canudos e a obra de Euclides (SANTOS, 2017), que estimulou um novo olhar sobre o Brasil e sua história nas décadas seguintes.

A ficção nos anos 20 se preocupou em realizar uma retomada da tradição realista, por isso as temáticas indígena e regionalista foram essenciais à retomada de uma consciência histórica (SANTOS, 2011).

O brasileiro Antonio Candido (1989) aponta a década de 30 do século XX como um período no qual houve grande efervescência nas produções artísticas e intelectuais, num momento em que a história brasileira se abriu à democracia cultural e cognitiva. Houve uma “ânsia de reinterpretar o passado nacional, o interesse pelos estudos sobre o negro e o empenho em explicar os fatos políticos do momento” (CANDIDO, 1989, p. 190), quando grandes nomes da inteligência brasileira, como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, surgiram e firmaram o significativo intuito de analisar criticamente a realidade e a formação do Brasil. Na vertente literária, as críticas

ao regionalismo pitoresco revelaram a falta de conhecimento em relação ao Brasil real, tendência levada até meados de 1930 acompanhada do requinte vocabular da cultura bacharelesca. A Semana de Arte Moderna, de 1922, apesar do intuito de propagar expressão artística brasileira, não teve difusão imediata. Tratava-se de um período em que tais expressões ainda eram restritas a determinada parte da população.

Na década de 30, tornou-se possível a nacionalização do livro, junto a grupos educacionais, acadêmicos e artísticos, o que fomentou a produção em larga escala. Alinhada ao empenho em interpretar a realidade nacional, a extensão das literaturas regionais e sua expressão tornaram, por exemplo, o romance do Nordeste e o romance gaúcho bastante conhecidos. Casos a citar são as produções de Jorge Amado e de Érico Veríssimo.

Desde *Cacau* (1933), a produção do autor baiano caminhou pela interpretação das condições pacatas que a modernização desigual apresenta na realidade brasileira e evidencia, em escala crescente, a presença do elemento do povo como classe mesmo em suas diferenças, do sertão ao litoral, até o ponto crítico da publicação de *Terras do sem fim* (1943). Os tipos estéticos e destinos figurados por Jorge Amado, em meio a situações cotidianas de penúria (SANTOS, 2017), são levados à universalidade por meio de episódios singulares da Bahia brasileira. Vale lembrar que a temática de Alencar e o modelo de romance sustentado pelo autor romântico ainda estão presentes em Jorge Amado, mas de maneira a salientar o caráter realista do autor baiano e o seu empenho.

Ao sul do país, o gaúcho Érico Veríssimo imbui sua ficção de pedaços da vida social de modo a realçar a conexão de fases da história do Rio Grande do Sul, de 1745 a 1945, com o Brasil e o mundo, em especial na sua obra mais renomada, *O tempo e o vento* (1949-1954). Durante a década de 30,

Estas questões talvez não fossem, na ocasião, as mais importantes para a história nacional, mas foram as que provocaram o interesse do romancista, correspondendo a sua interpretação de um processo na época recentemente experimentado pelo país e por suas camadas superiores (ZILBERMAN, 2003, p. 137).

Desta maneira, com a fidelidade histórica conferida aos períodos figurados e aos personagens envolvidos, é possível perceber Érico Veríssimo não só como autor, mas também como intérprete da história nacional.

Como se percebe, a literatura da década de 30, principalmente em suas vertentes regionalistas, procurou um distanciamento dos centros urbanos para dar uma visão crítica e engajada ao país figurado por meio do romance. Evidenciar tais dados, opostos ao regionalismo pitoresco, resultou numa maior consciência quanto à situação histórica, econômica e social do país em relação ao mundo, o que Candido chamou de consciência catastrófica de atraso. Essa disposição, associada ao analfabetismo, caracteriza o subdesenvolvimento do país como um dos principais problemas do progresso nacional. Com isso, não se pode ignorar a mudança ocasionada com a publicação de *Grande Sertão: Veredas* (1956), de João Guimarães Rosa.

A intensificação do senso do real e a superação do realismo brasileiro na referida obra fizeram com que os dados particulares da matéria e da história brasileiras adquirissem amplidão universal, uma vez que a narração, vinda do personagem Riobaldo, é feita com base na oralidade, de índole popular, e o público leitor da época, em sua maioria letrado, encontra resistência na leitura direta da obra, posto que ainda é dependente das literaturas e estéticas da metrópole. Prova disso é a formatação do texto de Alencar, que segue o modelo scottiano.

O desencontro entre a obra e a expectativa de um público leitor letrado não é novidade para a historiografia literária brasileira, mas a sua figuração por meio de uma obra de ficção evidencia os problemas de ajuste da modernidade europeia ao espaço brasileiro, o que torna o elemento naturalista essencial para o entendimento da forma brasileira (CANDIDO, 1989). Essa é uma das maneiras de a matéria brasileira se tornar palpável diante dos modelos pré-estabelecidos, a qual resulta no amadurecimento da técnica e do estilo de escrita. O uso de elementos antinaturalistas rompe com a realidade trágica de modo a caracterizar o que Candido chamou de consciência dilacerada de atraso, que diz respeito à seleção de temas, assuntos e da linguagem utilizada, o que quebra com o nativismo esperado.

Aliando-se à experiência latino-americana, que também sofre dos males comuns do subdesenvolvimento e da violência ficcional e simbólica do

imperialismo norte-americano, a intensificação do senso do real tornou-se grande motivo para o uso dos elementos maravilhoso e fantástico. Prova disso é a publicação de *El reino de este mundo* (1949), do cubano Alejo Carpentier, em cujo prefácio o autor aponta sobre o romance em questão:

Nele se narra toda uma sucessão de feitos extraordinários, ocorridos na Ilha de Santo Domingo, numa determinada época que não poderá ser abarcada por uma única vida humana, permitindo que o maravilhoso flua livremente de uma realidade estritamente continuada em todos os seus detalhes. Porque será mister advertir que o relato que se irá ler se estabeleceu a partir de uma documentação extremamente rigorosa que não só respeita a verdade histórica dos acontecimentos, os nomes das personagens — inclusivamente das secundárias —, de lugares e até de ruas, como também oculta sob a sua aparente intemporalidade, um minucioso cotejar de datas e de cronologias. E no entanto, dada a dramática singularidade dos acontecimentos, o fantástico garbo das personagens que se encontraram, em determinado momento, na encruzilhada mágica da Cidade do Cabo, tudo resulta maravilhoso, numa história impossível de se situar na Europa e que, no entanto, é tão real, como qualquer sucesso exemplar dos consignados, para pedagógica instrução, nos manuais escolares. Mas que será toda a história da América senão uma crónica do real-maravilhoso? (CARPENTIER, 2010, p. 16-17).

A questão da luta pela liberdade protagonizada pela população do Haiti, figurada em *El reino de este mundo*, faz com que as probabilidades de sucesso sejam pesadas contando-se os obstáculos advindos da história do país antílico. Desde então, instituiu-se o novo romance histórico latino-americano, cuja concepção de história expande a proposta de Lukács, mas direciona-se a povos antes ignorados pelos grupos que controlavam, ou ainda controlam, a escrita da história oficial (MENTON, 1993). Além de Carpentier, os mexicanos Juan Julfo e Carlos Fuentes, o colombiano Gabriel García-Marquez e o peruano Mario Vargas-Llosa também integravam a gama de autores escritores desta modalidade, que passou a ganhar mais visibilidade nas décadas seguintes. Entre os citados também se destaca a obra do brasileiro João Ubaldo Ribeiro, com *Viva o povo brasileiro* (1984). Também se encaixam nessa categoria *Galvez, imperador do Acre* (1976), de Márcio Souza, e *Chegou o governador* (1987), de Bernardo Élis, produzidos durante as décadas de 70 e 80, período no qual importantes acontecimentos da história nacional foram ficcionalizados (SUMIYA, 2016). Houve, portanto, uma reformulação do gênero romance histórico no Brasil, que, na década de 70, foi momento marcado por

outros modos de abordagem da questão [histórica]. As perseguições, prisões, torturas e mortes provocadas pela ditadura militar, logo após o abrandamento da censura, inspiraram um conjunto significativo de “narrativas de realidade”. Quase sempre textos paraficcionais, traduzem relatos entre a memória e a “autobiografia de moços” que, se não alcançam o nível transfigurador da “consciência histórica”, são ricos testemunhos de um ciclo histórico. Nessa linha enquadram-se Fernando Gabeira, Alfredo Syrkis, Rodolfo Konder e, já tardiamente, Ferreira Gullar, de *Rabo de foguete*, o melhor de todos (SANTOS, 2011, p. 300).

Isso definiu, conseqüentemente, o que veio a ser produzido não só na década de 70, mas também na de 80, um período marcado por um profundo questionamento da história oficial, visto que

a inflação galopante e a estagnação econômica ajudaram a desvelar o autoritarismo dos militares, que nos anos anteriores pretendiam disfarçar-se sob a fantasia de pujança econômica. Essas obras, de modo ainda camuflado, pois a censura permanecia ativa, discutem o autoritarismo e as relações entre o intelectual e o poder (ESTEVEES, 2010, p. 71).

Esse questionamento também veio a influenciar a escrita de *O feitiço da ilha do Pavão* durante a década de 90. A divergência de versões e nomenclaturas para um conflito no romance toma artes de confronto entre a história oficial, escrita pelo colonizador, e a experiência vivida pelos indígenas e colonizados que tentaram resistir à investida da administração colonial.

Decerto, *Galvez, imperador do Acre* (1976) é uma narrativa folhetinesca em torno de Dom Luís Galvez Rodrigues, que se aventurou no território amazônico e teve participação na conquista do território acreano. A obra figura o Brasil de maneira caricaturalizada, de modo que, num “clima onírico, com o objetivo de corroer as bases da economia baseada na monocultura, e evidentemente a estrutura desses discursos instaurados no século XIX” (ESTEVEES, 2010, p. 87), ocorra uma subversão dos discursos românticos que fundaram a nacionalidade.

*Viva o povo brasileiro* (1984), de João Ubaldo Ribeiro, procura fazer uma retomada de eventos significativos da história nacional que incorpore a pluralidade étnica tão negada pela história oficial do país, principalmente no tocante à participação dos negros, cuja motivação teleológica se dá por sua inserção no drama da miscigenação e no conflito da história de classes no Brasil.

O goiano Bernardo Élis procurou figurar, em *Chegou o governador* (1987), a administração colonial no início do século XIX, em particular na região de Goiás, principalmente quanto à ascensão e ao declínio do ciclo aurífero. Ângela Ludovico, que anseia casar-se com o governador Mascarenhas, de relevância política para a colônia, não logra sucesso em seus anseios por estar “cercada por forças que não lhe permitem extrapolar publicamente seus desejos, seus intentos” (SILVA, 2016, p. 161). O anseio do governador Mascarenhas pelo seu futuro político se torna maior do que o relacionamento entre ele e Ângela, e tal situação define que,

do mesmo modo que nos relatos dos diversos viajantes, a capitania de Goiás é o retrato de um lugar onde, até as primeiras décadas do século XIX, os governantes chegavam sem suas respectivas esposas. Após se instalarem, amancebavam-se com as moças locais, em virtude da solidão advinda dos longos tempos em que governavam essas longínquas terras (SILVA, 2016, p. 160).

Estão presentes na obra o mandonismo masculino nas esferas pública e privada, o conflito ocorrido no interior do Brasil de modo a registrar a oposição entre a expectativa vã do ouro em Goiás e a falta de autonomia das populações locais em relação ao governo.

A década de 90 não teve um *boom*, mas certamente a ficção histórica ainda provocou interesses nos autores, leitores e na crítica acadêmica. O período foi marcado pela transição democrática, cujo marco foi a Constituição Federal de 1988. O atraso da recuperação econômica provocou reflexão acerca da formação do brasileiro e da literatura brasileira. O resgate de vozes periféricas e a exaltação do passado foram importantes aspectos detectados na ficção desse período (ESTEVES, 2010). *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca, figura os antecedentes ao suicídio de Getúlio Vargas, ocorrido em 1954. Em clima *noir*, o assassinato de um empresário segue-se ao atentado contra Carlos Lacerda, o que culmina numa investigação cujo principal suspeito se torna Getúlio Vargas. A narrativa resgata a figura de Vargas e explica a sua visão na historiografia nacional, um tipo de revisão histórica que se tornou corrente nesse período.

Nesse sentido, *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, procurou desvelar, na figura da órfã Oribela, a complexidade das histórias nacional e portuguesa, por intermédio do aparato imperial, para melhor entender a formação histórica

nacional e as suas implicações em relação à colonização portuguesa nos séculos XVI e XVII, que, na figura de Francisco de Albuquerque, revela uma história de relações enclausuradas quanto ao espaço brasileiro, ao cotidiano privado da casa e à subjetividade da mulher em um universo patriarcal e machista, cujo destaque na narrativa subverte o racionalismo da história canônica escrita principalmente por homens (ESTEVES, 2010).

A ficcionalização de autores e personagens da literatura brasileira também foi uma forte tendência da década da qual Ana Miranda se nutriu, e são exemplos *Boca do inferno* (1989), *A última quimera* (1995) e *Clarice* (1996).

A consciência histórica e a literária alcançaram nesse aspecto um ponto fulcral na ficção histórica brasileira em direção a um protagonismo que se torna cada vez mais próximo ao homem brasileiro contemporâneo. Nessas linhas que se insere a obra *O feitiço da ilha do Pavão* (1997), de João Ubaldo Ribeiro, na qual o índio, ser real e literário, assume papel de destaque entre os vários outros representantes étnicos da nacionalidade brasileira.

### 1.5 O romance histórico em Moçambique

Hoje se sabe que o gênero de excelência na África é o conto oral, que tem matriz tradicional. Então, como uma invenção a princípio europeia, o romance penetrou no continente africano primeiramente pela influência do colonizador, que utilizou o gênero como forma de legitimar suas conquistas históricas (AMUTA, 1989) e também, na esfera global, de assimilar as populações africanas às culturas dominantes, ou seja, os romances adquiriram, na África, instrumentalidade ideológica.

Durante o século XIX, em que se insere o relançamento da colonização europeia, a problemática colonial adquire cada vez mais importância. Porém, como se pode supor, a arte da colônia era reconhecida não por sua subjetividade e muito menos pela sua especificidade histórica, mas por sua semelhança ainda periférica com os procedimentos artísticos utilizados na metrópole. Não obstante, o surgimento da imprensa em Moçambique oportunizou manifestações contra o sistema colonial que, na maioria das vezes, eram censuradas. O sentimento de pertença ao território, apesar disso,

permaneceu como motivação para os jornais fundados nas duas primeiras décadas do século XX pelos irmãos Albasini, — *O Africano* e *O Brado Africano* —, que revelaram preocupação com os dilemas locais de Lourenço Marques e com a defesa da população negra.

Boa parte da população era notoriamente analfabeta. Supunha-se, então, um leitor implícito que integrasse parte dos homens do império (NOA, 2015), incluindo assimilados, o que ainda é pequena parcela da população. Entretanto, havia grande circulação dos romances entre os alfabetizados, o que realça a sobreposição de vozes, culturas e pontos de vista entre o colonizador e o colonizado, inclusive no âmbito acadêmico. Ou seja, há uma legitimação do privilégio do colonizador em relação ao colonizado.

As literaturas africanas de língua portuguesa foram desconsideradas pela academia até pouco depois do período de emancipação nacional (MARGARIDO, 2000). Um estudo a ser citado é o de Elias J. Torres Feijó (2014) a respeito do lugar relegado às literaturas coloniais em *História da Literatura Portuguesa* (1955), obra de Oscar Lopes e Antônio José Saraiva sobre a literatura portuguesa publicada mesmo quando essas literaturas faziam parte do protonacionalismo português. Como a pesquisadora Fátima Mendonça (2011, p. X, destaque da autora) reafirma,

Nem a literatura portuguesa, com as quais esses textos poderiam partilhar de um destino comum, parece interessada em os reivindicar. São assim uma espécie de filhos bastardos que a ninguém interessa reconhecer, marcas irrecusáveis dos “erros” dos progenitores.

Ainda, para os grandes autores portugueses do século XIX, o patrimônio ultramarino não possui história, como foi falado anteriormente. Isso certamente foi benéfico à dominação colonial durante o Estado Novo português, que alimentou a crença na insuficiência de negros e mestiços diante da tarefa artística, principalmente se não estiver conectada ao império. Quando não, fortificavam as barreiras que separavam brancos dos demais seres caracterizados pela pele negra.

João Albasini denuncia isso em sua obra *O livro da dor* (1925), narrativa na qual trata das aflições de Albasini, filho de um pai português com uma mãe negra, no tocante ao seu amor por Michaela Leforte, que se diferenciava por sua ascendência portuguesa e pela posição de prestígio de seu pai (FRANZIN,

2021). Essa obra autobiográfica, marca fundacional da ficção moçambicana, não passa longe do caso do narrador-personagem Paulo de *Zambeziana – cenas da vida colonial* (1927), de Emílio de San Bruno (1999).

Numa escrita que beira o colonial e o exótico, Paulo descreve os costumes coloniais ao mesmo tempo que narra junto a si três homens que intentam conhecer a vida da negra N’fuca, o que também coloca em evidência a sexualidade da mulher africana (MENDONÇA, 2011), considerada desviada da sexualidade em geral no imaginário ocidental. Embora menos apologética, uma obra com traços similares é *Dona Theodora e os seus mozungos* (1952), de Maria Sorensen, que conta com “uma visão factual e histórica dos acontecimentos” (MENDONÇA, 2011, p. 31) e possui personagens históricos, como o prazer Manuel António de Sousa, o que evidencia as relações profícuas que a ficção moçambicana assume com a História<sup>9</sup>. Não à toa que *Choriro* ainda revela, especificamente na figura de Chicuacha, uma forma de registrar esses laços indissolúveis, mesmo que em condições adversas, entre a escrita e o colonizador.

Tanto *Zambeziana* como *Dona Theodora e os seus mozungos* se inserem no sistema literário colonial, que “acaba por preencher um vazio real e sintomático no conjunto da criação literária do antigo colonizador e que tem a ver com a representação do negro e da África” (NOA, 2015, p. 32), cuja figura é reduzida na literatura portuguesa. Esses signos do passado têm a ver com os valores presentes.

Em riquíssimo estudo sobre os romances coloniais em Moçambique, intitulado *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária* (2002), o moçambicano Francisco Noa parte do pressuposto de que a ausência de história para Moçambique e para as demais colônias como forma de legitimação do domínio colonial reforça a literatura colonial como importante

---

<sup>9</sup> Ao ressaltar a recuperação de elementos históricos na ficção moçambicana em anos posteriores, Fátima Mendonça enfatiza, nesse mesmo texto, publicado originalmente como introdução crítica/comentário à obra *Zambeziana – cenas da vida colonial*, um exemplo notório à época em que o escreveu: “como de resto é exemplo quase único o *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa” (MENDONÇA, 1999, p. xx). De maneira reformulada, Fátima Mendonça corrigiu o texto e o publicou, em 2011, no livro *Literatura moçambicana, as obras da escrita* no intuito de reunir textos esparsos de sua produção acadêmica e dar-lhes sentido de totalidade. A nova versão do texto “Zambeziana ou o discurso exótico a várias vozes”, no entanto, não contém a citação aqui posta, o que indica que houve uma grande mudança desde a publicação do original em 1999 no tocante às obras que se propõem a relacionar a literatura e a história moçambicanas.

aparato do império<sup>10</sup>. Ainda, o devir histórico perturbava o sentido hegemônico da voz do Ocidente (NOA, 2015).

Na sua investigação, Noa analisou romances coloniais de maneira a identificar padrões comuns de imaginário e categorizá-los de acordo com seus estágios de conformidade com a realidade. Percebeu-se grande sobreposição cultural e civilizacional, com o uso de profundas ilustrações e retórica apologética ao império.

Como produto e trabalho cultural de uma época movida pela intolerância à diferença, a literatura colonial cumpriu sua missão:

Considerando que a cultura, no sentido lato, é um agregado de formas de existência, comportamentos, costumes, ideias, bens e de todas as realizações que, transmitidas de geração para geração, ajudam a identificar e a perpetuar uma determinada sociedade, podemos daí deduzir que, se certos aspectos tendem a dissolver-se com o tempo, outros mais enraizados irão permanecer, desafiando o progresso e o desenvolvimento da humanidade. Além do mais, irão determinar a idiossincrasia, mesmo que perversa, de toda a sociedade.

São, pois, esses aspectos que, instituindo-se como fundamento do imaginário dominante representado pela literatura colonial, ainda subsistem e que nos levaram a falar numa colonialidade intemporal e proteica, em exercícios permanentes de travestimento representacional seja ele literário ou extraliterário. O presente e o futuro que hoje vivemos, nesta globalidade difusa, desequilibrada e inquietante, não fazem mais do que confirmá-lo.

Um dos maiores depositários das vivências privadas ou coletivas, das tensões, contradições, aspirações, frustrações e das tendências mais profundas de uma sociedade é o imaginário. A literatura é a sua expressão mais dinâmica. E a literatura colonial, independente de todas as suas contingências, cumpriu essa vocação (NOA, 2015, p. 356).

Em 1965, dez anos antes da emancipação nacional, Orlando Mendes publicou *Portagem*<sup>11</sup>, romance no qual o protagonista João Xilim percorre diferentes condições em busca do sentimento de pertencimento e encara a

<sup>10</sup> Noa aponta um déficit romanesco da literatura portuguesa durante o Estado Novo lusitano, o que tornou o seu consumo mais fácil na metrópole. Num período em que a literatura portuguesa era carente de narrativas, uma vez que o Presencismo se restringiu a temáticas abstratas de cariz filosófico, sua recepção reforçou o domínio colonial e a ideia de império como marca identitária portuguesa. Tal ratificação se fazia institucionalmente por meio dos concursos literários, que também eram meios eficazes de realizar a propaganda estadonovista.

<sup>11</sup> É importante acrescentar que o romance foi escrito durante a década de 50 e publicado somente no ano citado. Porém, o contexto em que foi escrito é congruente à formação dos primeiros movimentos nacionalistas que resultariam na Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique.

marginalização nos âmbitos emocional e profissional. “Todos os acontecimentos apontam para a subalternidade dos negros e dos mulatos numa sociedade conotada pela exploração, pela assimilação e pelo racismo” (FONSECA; MOREIRA, 2007, p. 30-31). Esse romance, em especial, apresenta críticas ao estatuto colonial, num contexto em que uma modernidade conflituosa era pauta não só para Mendes, mas também para os poetas Vergílio Lemos e Rui Knopfli, participantes dos movimentos da Negritude e do Pan-Africanismo.

Com a emancipação nacional, criou-se grande energia em razão do fenômeno histórico da descolonização, que resultou na construção da viabilidade de culturas, identidades e histórias das novas nações africanas. Era preciso construir algo novo que abrigasse todos esses elementos. Foi nesse sentido que a pesquisa do moçambicano Gilberto Matusse, “A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa” (1998), procurou averiguar como os autores moçambicanos, motivados pelos acontecimentos relativos à emancipação de Moçambique, efetuaram a sua ruptura com as correntes hegemônicas com base “nas raízes de uma cultura local, contrariando o sentido de toda uma política cultural de desvalorização dessa cultura a favor da assimilação da cultura portuguesa” (MATUSSE, 1998, p. 190), com a apropriação de correntes modernistas, do neorrealismo, dos modelos hispano-americanos e com a construção da alteridade linguística, de modo que houvesse um afastamento dos cânones europeus. Matusse coloca em dúvida, no entanto, o papel da recepção, uma vez que parte da população alfabetizada e letrada se restringe a uma parcela dos que habitam nos grandes centros urbanos de Moçambique.

Nesse sentido, é impossível negar a especificidade histórica do romance africano:

É notório que o romance africano mostra oposição à alienação inerente ao capitalismo imperialista do qual o romance é seu produto. O herói errante das narrativas ocidentais dificilmente tem espaço no romance africano. Sequer temos o individualismo robusto e a angústia existencial subjetiva próprios do herói errante. Ao contrário, a maioria dos romances africanos contém heróis ou coletividades heroicas criados para interrogar os valores da sociedade capitalista. Além deste aspecto geral, a forma do romance africano é tão divergente quanto o próprio mundo africano, que não permite tanto generalizações banais quanto expressões clichês como “a

personalidade africana” ou “a cultura africana”. O ponto decisivo do qual emerge essa observação é o de que os *romances formados a partir de um contexto sócio-histórico particular compartilham de elementos cheios de conteúdos, mas endossarão realizações formais divergentes, o que se traduz em meios de mediação de contexto e conteúdo em forma na qual a individualidade dos autores, enquanto artistas, é mais manifestada* (AMUTA, 1989, p. 129, grifo do autor)<sup>12</sup>.

Há, portanto, atributos específicos compartilhados com o conjunto de romances africanos ligados com a consciência social e a sua realização formal. São obras que podem ser relacionadas, mas não pertencem a uma categoria apenas, uma vez que tais dados podem variar de acordo com o autor. E tão logo o romance está presente na África, o romance histórico também ganha espaço.

Ao tratar do romance histórico africano, M. Keith Booker<sup>13</sup> (2009) enfatiza que a burguesia africana, mera imitadora dos modelos ocidentais, nega a sua decadência mesmo faltando-lhe energia histórica para tal. Nesse sentido, não há uma fuga à tradição ocidental em torno do romance. Porém, o senso de real da burguesia europeia, presente principalmente durante o século XIX em suas obras literárias, apresenta-se como senso de construção do novo mundo que os africanos visam construir literariamente (BOOKER, 2009), inclusive no campo de sua crítica. Por isso mesmo, Chidi Amuta afirma que “a literatura africana liberta a todos do conhecimento burguês sobre a África, que é cheio de mistificações”<sup>14</sup> (AMUTA, 1989, p. 106). Nessa direção, especificar a

---

<sup>12</sup> Tradução livre de: “For instance, because the African novel is the product of an ideological position that stands in opposition to capitalist imperialism and its attendant alienation, the schizoid hero, who is so relentlessly at the centre of the classical Western novel, hardly finds a place in the African novel. Nor do we have the rugged individualism and angst-ridden existentialist inwardness on which the schizoid hero thrives. On the contrary, most African novels feature heroes or heroic collectivities who are created to interrogate the values of capitalist society. Besides this general feature, form in the African novel is as divergent as the African world itself and does not permit of such banal generalizations as find expression in clichés such as “the African personality” or “African culture”. The decisive point which emerges from this observation is *that novels informed by a particular socio-historical context may share identical broad elements of content but will display divergent formal realizations, for it is mainly in terms of mediating context and content into form that the individuality of authors as artists is most manifest*” (AMUTA, 1989, p. 129, grifo do autor).

<sup>13</sup> Nesse artigo, Booker (2009) aborda casos da Nigéria, da África do Sul, ligada principalmente ao evento do *apartheid*, do Quênia e de Angola, o único em língua portuguesa. Como exemplo angolano, ele utiliza o autor Pepetela, que registrou esteticamente sua experiência como guerrilheiro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em *Mayombe* (1980) e relembra que a independência por si só não resolveu todos os problemas de Angola em *A geração da Utopia* (1992).

<sup>14</sup> Tradução livre do trecho: “It [African literature] has to do with the larger task of freeing knowledge about African literature from the constrictive embrace of bourgeois intellectual mystifications” (AMUTA, 1989, p. 106).

noção de história era preciso para a superação de uma historiografia colonialista, na qual o território africano era visto como primitivo e atrasado. A verdade histórica é posta como elemento definidor para tal, de forma a desafiar o legado cultural do colonialismo (THION'GO, 1993). E como houve uma grande parcela de países africanos recém-emancipados que aderiram a ideologias de esquerda, motivados também pelo contexto bipolar de Guerra Fria, estabeleceram-se grandes relações entre o romance histórico africano e as obras do realismo socialista. A natureza multicultural das sociedades africanas foi essencial, como a obra de Matusse (1998) salienta, para a afirmação da cultura nacional. A isso se soma o caráter opositivo entre os valores de tradição e modernidade, visto que se trata de um cotidiano com intensas transformações de natureza histórica e política. Desta maneira, a protocooperação é uma das soluções elucidadas pelo autor em contrapartida à acirrada competição do capitalismo. Num contexto catastrófico como foi a experiência da colonização, a violência se torna um recurso relevante para se dar fidelidade à realidade social figurada<sup>15</sup>. A tradição heroica de resistência à dominação estrangeira oferece possibilidade de transformação, uma vez que a violência do colonialismo na África é apresentada como um legado histórico e estético. Um dos instrumentos de resistência utilizado pelos autores é a oralidade, que permite o acesso à história pré-colonial da África. É claro que o uso desses artifícios vai além das convenções do realismo, podendo alcançar narrativas de aspecto mítico, mas de maneira a servir como inspiração para o futuro (BOOKER, 2009). A transformação de Nhambezi na forma espiritual de um leão em *Choriro* é uma das vias para alcançar o plano mítico, por exemplo. No entanto, tocar na questão da oralidade traz à tona os modos como ela se relaciona à escrita.

No que diz respeito às diferentes formas que assumem, existe bastante disparidade entre os gêneros literários escritos utilizados em Moçambique (SOUZA, 2018). Até antes da independência, o gênero mais utilizado era a poesia. A prosa só passou a predominar após a década de 1980. A esse propósito, a pesquisadora portuguesa Ana Mafalda Leite (2012) aponta a

---

<sup>15</sup> Booker relembra as considerações de Lukács a respeito de *Salammbô* (1862), do francês Gustave Flaubert, afirmando que Lukács não desaprovava o uso desses recursos na estética realista.

hibridação da forma no romance como possibilidade para que os autores se utilizem do gênero, evitem os modelos canônicos e possam escolher as próprias estratégias narrativas. Os modelos orais agregam-se à oralidade inerente ao país, que é predominantemente rural. O conto, como gênero elementar, assume caráter de unidade, que passa a constituir o romance. O conflito entre escrita e oralidade é um dos principais pontos referentes ao romance moçambicano, o que revela a sua realidade quanto à recepção de obras literárias no país. Isso, é claro, são problemas sociais inseridos na forma estética da literatura moçambicana.

À primeira vista, os destaques da literatura moçambicana da época são Ungulani Ba Ka Khosa, Paulina Chiziane e Mia Couto. Por isso, *Ualalapi* (1987), de Ungulani Ba Ka Khosa, é o romance<sup>16</sup> que marca essas relações entre a história de Moçambique com o império colonial e a literatura. A obra trata do domínio do imperador Ngungunhane, conhecido historicamente como um herói da resistência à colonização portuguesa. Ngungunhane é figurado em *Ualalapi* como “um imperador despótico e cruel, em estado de completa angústia pelo fim de seu reinado pelo qual aparece lutando obstinadamente” (SOUZA, 2018, p. 49). A multiplicidade de relatos potencializa o valor da obra, que se aproxima da pesquisa histórica sem deixar de se manter fiel à cultura tradicional moçambicana.

Em caminho similar, *Ventos do Apocalipse* (1993), de Paulina Chiziane, desenvolve três histórias de uma comunidade tradicional capazes de profetizar os eventos futuros. Na condição de refugiados da Guerra dos Dezesesseis Anos, os personagens envolvidos dão o tom da cidadania em formação numa Moçambique pós-guerra. Os conflitos entre a tradição e a modernidade são expostos por meio de estruturas similares ao conto oral e dão contornos coletivos à comunidade, fadada à perda de seus elementos tradicionais em

---

<sup>16</sup> O pesquisador Ubiratã Roberto Bueno de Souza (2019) revela o constrangimento da crítica ao atribuir à obra *Ualalapi* a classificação de romance. Ele explica que a primeira edição da obra, devido ao seu caráter fragmentário e à sua íntima relação com a cultura tradicional, ganhou a classificação de “contos”, que foi suprimida a partir da segunda edição. Porém, Ana Mafalda Leite (2012) considera a obra enraizada na forma romance histórico, mas munida de estratégia oralizante, uma vez que o público moçambicano não estava acostumado a narrativas longas. A portuguesa Maria Fernanda Afonso (2004), mesmo concordando com a unidade contística dada às partes de *Ualalapi*, assume que a obra escapa a qualquer modelo rígido de classificação. Reconhecemos, acima de tudo, uma grande e fecunda discussão acerca do caráter da obra, no entanto opta-se aqui por reservar-lhe a classificação de romance para que se mantenha o rigor da pesquisa aqui desenvolvida.

decorrência dos modernos. A narrativa pode ser reconhecida como um romance histórico ao colocar em constante tensão o passado e o presente.

Mia Couto é um autor que começou a ser escritor por meio da confecção de poemas, depois se aproximou da prosa com o conto e a crônica e, por fim, tornou-se romancista. Suas narrativas *Terra Sonâmbula* (1992), *Varanda do Frangipani* (1996) e *O último voo do flamingo* (2000) apresentam momentos após a Guerra dos Dezesesseis Anos que refletem suas consequências por meio de “forças políticas que corrompem o país” (MOELLWALD, 2008). Diferente desses, *Vinte e Zinco* (1999) parece adentrar num episódio histórico de marcas profundas em que são nítidas as transformações em Moçambique: os dias que antecedem e sucedem ao 25 de Abril de 1974, data da Revolução dos Cravos. O romance “reflete esses traços em seus personagens, desde os colonizadores e militares que apoiaram o regime salazarista aos habitantes de Moebase e Pebane” (CAETANO DA SILVA; OLIVEIRA, 2019, p. 63). Outra narrativa de Couto que se nutre de fatos históricos é *Outro pé da sereia* (2005), que remonta a história de Quianda, uma sereia que se tornou fonte para diversos mitos durante o tempo colonial. Essa história se entrelaça com outras personagens do presente, no ano de 2002, tempo no qual Quianda se tornara referência para Nossa Senhora. Num estilo que permite a convivência da realidade figurada com o sobrenatural, o estilo de Mia deixa evidentes as marcas do insólito e da figuração do real por meio do inconsciente nacional.

O escritor e historiador João Paulo Borges Coelho, por sua vez, registra em *Campo de trânsito* (2007) o movimento da cidade para o interior do país para revelar, por intermédio da narração de Mungau, o “funcionamento dos campos de reeducação, os quais compõem física e simbolicamente a maior parte do espaço narrado, no qual arbitrariamente os direitos individuais dos prisioneiros se subordinam inteiramente aos da coletividade para supostamente fazer erigir o homem novo” (FRANZIN, 2021, p. 20-21). Dois anos depois, Borges Coelho coloca em evidência o cosmopolitismo em meio a Lourenço Marques durante a Primeira Guerra Mundial em *O olho de Hertzog* (2009). A arquitetura da cidade, cuja estrutura ainda se mantém no presente, torna a conexão entre as mazelas do sistema colonial e a vida urbana de Lourenço Marques cada vez mais nítida (BRUGIONI, 2019), mas não desligada dos fluxos advindos da África do Sul. Assim, observa-se o intuito de questionar a

formação nacional moçambicana por meio do olhar colonizador, cujo objeto central, o diamante por nome de o olho de Hertzog, é procurado pelo alemão disfarçado Hans Mahrenholtz. Não é à toa que o conflito da guerra na África Oriental alemã tem como consequência a derrota portuguesa, o que reforça uma suposta superioridade do homem branco, autor do processo de colonização (BANASIAK, 2012). Por isso que a perspectiva da obra, elucidada pela oposição entre o conflito em prol dos interesses colonialistas e a presença do homem africano, aponta para uma concepção de história que inclua os ditames de uma modernidade periférica (BRUGIONI, 2019).

É sabido que a ficção histórica em Moçambique tem se tornado cada vez mais constante, inclusive na forma do romance histórico. Tal constatação é relevante para se ratificar que o país procura um senso de história no qual possa se afirmar mesmo diante do passado colonizado. E isso é perceptível na figura de Nhabezi em *Choriro* (2009), obra na qual o personagem português tomou a cultura de um dos povos do Vale do Zambeze e se transformou em moçambicano.

### 1.6 O romance histórico em Portugal

O romance surge em Portugal a partir de pequenos círculos especializados possíveis no meio urbano, uma vez que o país ainda era predominantemente rural e analfabeto. “O jornalismo conhece nesta época uma fase brilhante, dando aos grandes escritores (Garret e Herculano incluídos) ocasião de comunicar com muitos leitores” (SARAIVA; LOPES, 2010, p. 666). A democratização da informação está associada ao surgimento de uma nova burguesia rural interessada nas novidades presentes no cotidiano.

As disputas políticas entre o partido cartista e o partido setembrista eram intensas:

O poder de compra da grande massa de camponeses, que constituíam nesta época a esmagadora maioria da população portuguesa, é muito exíguo. A pequena burguesia e o artesanato, que mal beneficiam da venda dos bens expropriados à nobreza e à Igreja (“bens nacionais”), procuram solução para as suas dificuldades, propondo pautas proteccionistas e outras medidas, como as que viam ao barateamento do crédito. Esta oposição dá origem aos dois partidos que se organizam após a implantação do novo regime; o

partido cartista, o dos proprietários rurais aliados aos financistas, que contam com a influência do paço, as prerrogativas régias, a limitação censitária do voto; e o partido setembrista, o do artesanato e da pequena burguesia industrial, que conta com o apoio das maiorias eleitorais urbanas e que, na sua breve ditadura de 1836, se apresenta como o paladino proteccionista do fomento económico interno e do brio nacional perante a hegemonia britânica. Não existia ainda entre nós um significativo proletariado industrial (SARAIVA; LOPES, 2010, p. 665).

As pautas liberais eram uma constante, embora sem comum acordo. Na esfera política, o relativismo predominava entre várias instâncias. O país ainda era muito ligado ao campo e necessitava de uma revolução industrial, e por essa razão as inovações das esferas literária e cultural dessa época ainda se mostravam tímidas.

A renovação literária portuguesa teve no papel do autor jornalista a missão de instituir, por meio de pastiches românticos, as novas tendências aos leitores. A tradução de obras de Victor Hugo e Walter Scott se intensificou ao passo que o romance e as narrativas históricas tomaram lugar no sistema literário.

Se a ficção parecia ter a História como elemento que dava coerência aos seus personagens, o passado se mostrou um grande lapso de fuga à realidade portuguesa durante o período em que a estética romântica adquiriu vigor.

A inspiração na Idade Média mostrava um balanço social que não havia no presente, e grandes figuras históricas portuguesas surgiram como símbolos dessa tentativa de reequilíbrio sem perspectiva futura. Trata-se de heróis inventados em um plano histórico autêntico cujos acontecimentos reais têm maior ou menor incidência no desenrolar dos conflitos.

A voz narrativa em terceira pessoa era regra, mas o domínio narrativo do narrador, pretense ou não, tinha grande relação com o interesse do público. Certo grau de cientificidade foi adicionado às narrativas de ficção, o que fez Alexandre Herculano percorrer o país em busca de documentos que embasassem as suas obras.

Heróis inventados que convivem com os personagens históricos deram maior mobilidade às suas narrativas, mas diferentemente do que se vê com Walter Scott, a história não é o assunto primordial do texto, e sim um recurso utilizado para ampliar o poder ficcional (MARINHO, 1999). Em *O bobo* (1843), por exemplo, as manifestações populares, tipicamente medievais, tiveram na

sua figura central, o bobo da Corte, um elemento que se movia para as demais esferas do enredo (MARINHO, 1999).

É possível perceber a influência scottiana nas obras de Herculano em *Eurico, o presbítero* (1844), por exemplo, ao considerarmos sua semelhança com o texto do escocês *The Monastery* (1820). Ainda assim, as heroínas possuem certa falta de atuação que é similar à das personagens de Scott, tal como Hermengarda, que aceita as determinações do pai quanto ao seu não envolvimento com Eurico, pela razão da baixa patente do cavaleiro, o que a levou à loucura. Em *O bobo* (1843), Dulce também não possui poder de interferência na decisão de Egas Muniz, que opta por não consumir seu amor com a protegida de D. Teresa ao dedicar-se ao sacerdócio. Quanto aos seus heróis, estes são seguidos por um par dialético de contradição. Egas, por exemplo, opera entre o amor e a religião. Porém, no tocante à composição de seus personagens, “não são os movimentos sociais ou as crises sociopolíticas que interessam” (MARINHO, 1999, p. 66) à ficção de Herculano, uma vez que se associavam a causas perdidas, mas o moldar da história portuguesa de maneira a valorizar as instituições nacionais.

Almeida Garret, um pouco menos talentoso, escolheu tratar o passado como uma espécie de reduplicação do presente (MARINHO, 1999), mas com trato de romance de costumes. Há também uma fraca verossimilhança, o que prejudica os contornos dos acontecimentos históricos, que assumem tom generalista em comparação aos romances históricos da época. Isso se dá porque Garret ainda é dependente dos modelos antigos e do caráter ideológico inerente ao neoclassicismo de que se nutriu (SARAIVA; LOPES, 2010).

Também sob a influência de Scott, Rebelo da Silva, autor de *Contos e Lendas* (1866), utiliza-se de elementos sobrenaturais e da reconstituição psicológica dos personagens em suas obras. A linguagem pitoresca delimitava a cor local utilizada pelo português nas descrições e nos elementos de cena. Episódios amorosos e políticos se alternam, tal como sua veracidade e sua ficcionalidade, mas, em seus romances *O Rausso por Homizio* (1842-1843) e *Ódio velho não cansa* (1848), é possível perceber a utilização de personagens-tipo anteriormente pautados por temas medievais em uma constituição mais densa e descrição mais precisa (SARAIVA; LOPES, 2010).

Mesmo com uma vasta produção, Camilo Castelo Branco deixa a desejar quanto à reconstituição histórica. Afinal, o autor de *Amor de perdição* (1862) entrelaça história e fantasia repetidas vezes, beirando à infidelidade histórica, sem uma grande preocupação com a pesquisa documental, o que foi diferente no caso de Herculano. Na escrita de Camilo há alguns detalhes e ocorridos que, mesmo tendo importância no rumo dos acontecimentos, ao situar tempo e espaço, por exemplo, pendem mais para a ficção do que para a História, uma vez que não há “qualquer preocupação na reconstituição das forças sociais e humanas que permitiam determinada transformação” (MARINHO, 1999, p. 76). A intriga palaciana de *O olho de vidro* (1866), por exemplo, não é aprofundada, já que reis e príncipes não possuem as mesmas características de outros personagens, visto que são presos à existência documentada historicamente. A alternância entre o historiador e o romancista é característica marcante e declarada de Castelo Branco, uma vez que ele mostra grande esforço em particularizar a matriz social dos conflitos em benefício do desenrolar do drama passional, mas também se propõe a lhes atribuir “rituais que seriam impensáveis na época em que se desenrolam os seus textos” (MARINHO, 1999, p. 81).

Em poucas palavras,

Enredos camilianos e personagens camilianas que possuem sentimentos próprios do século XIX, apesar de se situarem duzentos anos antes. Um certo preciosismo de narração, como a indicação de topónimos lisboetas anteriores ao terremoto de 1755, destina-se exclusivamente a forçar uma cor local exterior que não possui correspondente efectivo na parte fulcral da diegese (MARINHO, 1999, p. 82).

Portanto, mesmo com reconhecida qualidade, os romances históricos de Camilo Castelo Branco possuem carácter ainda duvidoso no tocante à matéria histórica. Entretanto, apresentam as intrigas entre as camadas sociais e os círculos familiares reveladoras de grande riqueza estética (SARAIVA; LOPES, 2010), tal como o faz Agustina Bessa-Luís, inspirada em Camilo, com as famílias de *Crónica do Cruzado Osb*.

Diferentemente de Camilo, Arnaldo Gama tem uma visão mais bem delimitada da história, mesmo com uma abordagem mais didática e, conseqüentemente, mais simples. Os enlances amorosos, fadados ao sacrifício

de alguma parte, são envoltos em um quadro verídico, e seu desenrolar obedece à lógica dos eventos. A narrativa, no entanto, é prejudicada por um panorama dos costumes da época que não dá tanta atenção à ação. Em *Um Motim Há Cem Anos* (1861), há uma revolta popular decorrente da criação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro contra o Marquês de Pombal, que é representado de maneira próxima à realidade. Isso demonstra cuidado quanto à acuidade da pesquisa histórica e também em relação à dinâmica dos grandes movimentos coletivos imbuídos em suas obras (SARAIVA; LOPES, 2010). Em *O Sargento-Mor de Vilar* (1863), a figura do militar, junto às constantes referências a *Os Lusíadas* (1572), torna possível “o emblemático valor de glorificação do povo português num crítico momento de perda da identidade e de ataque do estrangeiro” (MARINHO, 1999, p. 85), o que toca não só nos conflitos franceses, mas também na questão do colonialismo da África. Em suma, “imbuído ainda de um forte cariz romântico, Arnaldo Gama tenta reconstruir determinados momentos históricos, colorindo-os com intrigas romanescas que em nada se diferenciam das existentes nos romances da actualidade” (MARINHO, 1999, p. 86).

De modo diverso dos anteriores, Pinheiro Chagas se atém aos acontecimentos históricos muito mais do que às personagens referenciais. Os *Guerrilheiros da Morte* (1872), por exemplo, ao retratar a fuga da família real para o Brasil, tem um conjunto de forças históricas atuantes que interferem nos desejos e nas ações das personagens envolvidas na trama. Suas últimas produções, como *O Naufrágio de Vicente Sodré* (1894), no entanto, já apontam limites para a velha fórmula do romance histórico, que “pode já significar a mudança que se começava a sentir na concepção do romance histórico” (MARINHO, 1999, p. 90).

De distinta maneira, Alberto Pimentel segue uma linha de discurso histórico que só tem maior destaque com as obras *A Guerrilha de Frei Simão* (1895), *O Descobrimento do Brasil* (1895) e *O Logo de Madragoa* (1904), com a intenção educativa de recordar pequenos episódios do passado. A produção do autor português, no entanto, “não traz grande novidade nem à concepção do romance histórico tradicional, nem à elaboração da intriga” (MARINHO, 1999, p. 91).

Mesmo com escassa produção romanesca, Oliveira Martins recria a figura homônima de *Febo Muniz* (1867), que foi “procurador do povo às cortes de 1580. O ódio à Espanha, as simpatias pelo Prior do Crato e até a visão dos descobrimentos que coincide com a do ‘Velho do Restelo’” (MARINHO, 1999, p. 99) dão dimensão a um triângulo amoroso que acaba com as mortes de Fernão e Febo, o que também representa a dominação estrangeira sobre Portugal.

Eça de Queiroz, por conseguinte, não se exime do gênero. Vários contos que figuram a história são escritos, principalmente na matriz mítica ou religiosa. *A ilustre casa de Ramires* (1900), porém, é um romance histórico que reformula o gênero e seus elementos. A disposição do protagonista Gonçalo ao escrever um romance histórico garante a veracidade da narrativa para o meio dos personagens e seus relatos, mas tem seu contraponto no desejo do narrador em modificar o passado. “Todas as afirmações de Gonçalo podem ser consideradas como outros tantos pormenores que contribuem para desvendar a gênese de um romance histórico” (MARINHO, 1999, p. 107), mas com vistas a estabelecer um diálogo com Herculano, Scott e Rebelo da Silva no propósito de criar uma cor local útil a um questionamento do nacionalismo português exacerbado. O compromisso de Eça, no entanto, é confrontar o passado autêntico e o passado imaginado por meio de uma história das ideias advindas do tempo figurado:

Na verdade, muito mais do que personagens representando o sentir e pensar dos séculos VIII e XIV, eles encarnam típicas figuras de heróis românticos, preenchendo todos os tópicos inerentes a essa estética: infelicidade, solidão, exílio, invocação da noite e da morte, desespero, angústia (MARINHO, 1999, p. 111).

Há, portanto, grande desmistificação quanto à realidade sociocultural do primeiro romantismo, uma vez que as gradações de vozes narrativas estão “entre a quase reprodução directa e versões mais ou menos distanciadas ou narrativizadas” (SARAIVA; LOPES, 2010, p. 890).

Carlos Malheiro Dias tem, no enredo de *Paixão de Maria do Céu* (1902), o prazer na descoberta do passado nacional. Trata-se da paixão de uma portuguesa e um oficial francês que faz com que, em plena fuga da família real para o Brasil, a narrativa seja deslocada para Paris, o que a torna propícia aos

comentários políticos mesmo que seja mais interessante do que os acontecimentos históricos. Contudo, em geral,

Os romances de Carlos Malheiro Dias, e sobretudo *Paixão de Maria do Céu*, constituem um caso à parte na novelística histórica do início de novecentos onde, na sua maioria, só encontramos a apologia de um passado mítico, de grandezas históricas (MARINHO, 1999, p. 115).

Na verdade, é cada vez mais premente a visão de outra história associada à revisitação da história portuguesa. Uma linha mais direta a esse propósito são os volumes *Sangue Português, Gente Namorada, Lanças n'África, Capa e Espada, Fumos da Índia, Santos de Casa, Almas Penadas e Argueiros e Cavaleiros*, que reuniam no título *Cenas da Vida Heroica*, de Henrique Lopes de Mendonça, pequenos textos destinados a mostrar os valores épicos do povo português. Artur Lobo de Ávila, centrado também nos séculos XV e XVI, teve, no enredo incipiente de *Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses* (1898), a narração da viagem da descoberta sem grandes novidades quando posta lado a lado com *Os Lusíadas* (1572), de Camões.

A publicação de *Caramurús – Romance Histórico da Descoberta e Independência do Brasil* (1900) também segue a mesma linha, mas evoca, durante o tempo de sua publicação, um esforço apologético que persiste mesmo após a deportação de D. Pedro II para Portugal e a Proclamação da República do Brasil, eventos que legitimaram o corte de laços com Portugal e a autonomia brasileira como nação. Essas atitudes políticas de Lobo de Ávila, dão lugar a ideias novas, tais como a “sedução pelos ideais da Revolução Francesa, [o] fascínio por Napoleão, e correspondente liberalismo, [a] adoção do Brasil como país autónomo” (MARINHO, 1999, p. 119). A propósito do mesmo evento, Eduardo de Noronha escreveu *No Brasil* (1905), que segue a mesma tendência de *José do Telhado em África* (1924) ao figurar momentos históricos contemporâneos.

Faustino da Fonseca foi um nome associado à autoria de romances históricos relacionados à “vida íntima de personagens referenciais, efabulando e historiando, de modo a manter a atenção do leitor sempre presa” (MARINHO, 1999, p. 119). Dentre esses romances biográficos, convém tratar de *Inês de*

Castro (1900), que possui descrições pormenorizadas da cor local, dos eventos, sem deixar de exaltar o heroísmo português, ingrediente possível por meio do grande domínio que Fonseca possuía do gênero romance.

Antero de Figueiredo optou pela ausência quase total de personagens fictícias em *D. Pedro e D. Inês* (1913), *Leonor Teles “Flor de Altura”* (1916) e *D. Sebastião* (1924). Júlio Dantas, ao figurar episódios da história nacional em *Pátria Portuguesa* (1914) e *Marcha Triunfal* (1954), elucida a noção de “espírito da raça” quando se trata da nação portuguesa.

É possível perceber, durante o século XIX, uma produção do romance histórico português dedicada à exaltação da pátria, de acordo com os ditames românticos. Poucos desses, de fato, dedicam-se a questionar a história ou a registrar uma percepção de mudança no conceito de história. A maioria dos enredos tem como foco Portugal, sendo alguns ambientados na Corte. Se alguns chegam a tratar da relação com o Brasil, fazem-no de maneira apologética à colonização, como se reafirmassem o domínio português. As colônias africanas pouco ou sequer são mencionadas, mesmo com demanda em torno da tendência ao romance de aventura da época.

Durante as décadas de 30 a 60 do século XX, havia um esforço para que o modelo ocidental de nação definisse os contornos de seus principais veículos, inclusive no tocante aos aspectos sociais e culturais da conjuntura nacional refletidos no romance (REAL, 2012). O inconsciente coletivo de nação mudou a sua forma de pensamento, o que atinge, certamente, a produção do romance histórico, que se tornou um recipiente publicitário do nacionalismo totalitarista de Salazar. Ou seja, a produção de literatura nacional deveria seguir os princípios ideológicos e propagandísticos do Estado Novo.

No que tange ao romance histórico biográfico, que exige consciência quanto à expressão de uma verdade parcial, Aquilino Ribeiro apresentou “uma leitura ‘outra’ e transgressiva do já aparentemente esgotado desastre de Alcácer Quibir” (MARINHO, 1999, p. 139, grifo do autor) em *Aventura Maravilhosa* (1936). A referência a múltiplos textos deixa claro o empenho do escritor não só em realizar a pesquisa documental, mas em dar ao seu texto a verossimilhança necessária a uma situação em que D. Sebastião poderia ter sobrevivido, testemunhado a destruição de seu reino e passado por diversas situações, tal como Ulisses em seu retorno para Ítaca. O amadurecimento do

personagem é dado a se salientar, o que destoa da posição de Felipe II, que estava obcecado em criar uma consciência ibérica, de acordo com a focalização onisciente do narrador (MARINHO, 1999). Por fim, a morte de D. Sebastião liga a obra aos acontecimentos oficiais, mesmo que por outros termos.

Samuel Maia tem, em *História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico* (1940), o mesmo intuito de afastar D. Sebastião da morte ao fazê-lo ganhar o combate e outorgar-lhe “um auspicioso Império, tendo como fim a conquista toda de África até aos mares da Índia” (MARINHO, 1999, p. 143). Com base no adjetivo “maravilhosa”, Maia teve o propósito de

apresentar uma versão idealizada e encomiástica do destino português. Não é tanto o tipo de diegese que não permite ainda considerar a obra como precursora, mas o modo como o autor lida com os textos e conhecimentos do passado (MARINHO, 1999, p. 143).

É nesse sentido que os artistas presenciais adeptos ao regime salazarista afirmavam sua unidade a este por meio de uma literatura de cunho propagandístico e com grande vocação para o nacionalismo romântico. Em contrapartida, o neorrealismo surge de maneira a intervir na realidade com denúncias das contradições que afetaram o cenário econômico e social (REIS, 2005). Não bastassem as altas taxas de analfabetismo em Portugal, especialmente no campo, seu principal público-alvo, o movimento sofreu a censura do Estado Novo, que intimidava e dissuadia sua produção por sua orientação ideológica. Há, entretanto, o distanciamento entre a teoria e a prática no tocante à sua orientação cultural e ideológica fundada no materialismo histórico e dialético após a Segunda Guerra Mundial.

A publicação de *A Sibila* (1954), de Agustina Bessa-Luís, é um marco que, além de superar o legado de Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco, prima por utilizar a categoria tempo (REAL, 2012), fator que vem a delimitar a nova ficção portuguesa (LOURENÇO, 1993). Este faz uma cisão com o espaço e torna possível uma narrativa que revela as complexidades da realidade ao cruzar tempos psicológicos e humaniza o tempo físico em que se insere a mulher na sociedade portuguesa por meio da visão das personagens Quina e Germa.

É possível reconhecer aqui as visões de história associadas às possibilidades ocultas pela história oficial, mas de maneira que a ficção seja tomada como uma outra versão, o que tem relação com o ponto de vista de diferentes agentes do processo histórico.

Segundo a pesquisadora portuguesa Maria de Fátima Marinho (1999), uma outra dimensão do fazer histórico é percebida nos modelos sociais mínimos, tal como o agrupamento da família. Sobre isso, ela diz:

O percurso familiar, em comunhão com escrita com os sucessos públicos, pertencendo esses sucessos ao passado, não poderia deixar de nos interessar, na medida em que a atribuição da focalização a uma determinada classe, por exemplo, modifica, ou pode modificar, a visão consagrada desse período; por outro lado, a demasiada proximidade cronológica que, porventura, se venha a verificar, no final, deverá ser considerada como consequência normal da continuidade, não devendo [...] ser desprezada (MARINHO, 1999, p. 149).

Mesmo que não seja uma invenção contemporânea, a saga familiar atravessa a história e permite averiguar os influxos históricos no destino das personagens e na formação do povo português. Essa inclinação se apresenta em *Crónica do Cruzado Osb.* (1976), de Agustina Bessa-Luís, uma vez que os integrantes das famílias dos Jeremias, dos Aurelianos e dos Silva são os sujeitos que sofrem os efeitos dos eventos que antecedem e sucedem à revolução de 74. Além disso, a autoria de uma obra de mesmo título pelo personagem Josué Silva, inserido na narrativa, dá a ver a premissa da autoria feminina para a época, condição ocupada por Agustina.

Com uma tradição de mais de um século, o romance histórico português alinha-se à conjuntura histórico-política, com inclinações nacionalistas e pedagógicas. Ainda, o conhecimento da História e o seu questionamento são as principais motivações em torno do gênero, que passou por uma queda em meados do século XX e uma ascensão algum tempo depois. A visão de História movimentou a organização desses romances em categorias, o que propicia um melhor entendimento de seu fenômeno em Portugal, bem como da história nacional.

### 1.7 O romance histórico pós-colonial

A constatação da forma romance histórico como parte integrante da tradição literária universal é uma evidência da estética realista que atravessa a história e traz o questionamento do que viria a ser o pós-colonial no trabalho aqui desenvolvido.

O reconhecimento da dimensão trágica da sociedade do presente e da sua associação com o passado marcado pelo imperialismo como etapa fundamental para o capitalismo global (MATA, 2003) nos faz identificar a formação da nação e a sua luta por emancipação como importantes índices na atual produção de romances históricos de língua portuguesa. E para que ocorra a melhor cognoscibilidade dos elementos que compõem a forma estética em sua totalidade, o que inclui os itens aqui apresentados — etapas figuradas da história do Império Colonial Português, contornos da nação elaborada e sucessão de planos resultantes na sociedade atual em seu grau de desenvolvimento —, são de suma importância alguns postulados, sendo necessário revisitar a concepção do que é pós-colonial e verificar suas possíveis conexões com a forma estética do romance histórico.

O pós-colonial, em suas variadas acepções, pode tratar tanto do período após a emancipação dos países que anteriormente eram colonizados, quanto dos laços históricos indissolúveis, mas tomados sob diferente ponto de vista. E isso requer uma mudança nos discursos no tangente às relações de poder, inclusive do que é local e do que é global (LEITE, 2012).

Definir o pós-colonial poderia levar a uma tarefa ingrata de se voltar contra a tradição humanista e os valores universais da estética realista (FREDERICO, 2018). A reivindicação de tempos e identidades particulares não é um problema, visto que compõe novos posicionamentos do sujeito no mundo globalizado, porém seu uso exclusivo para a individualidade do sujeito faz com que uma visão anacrônica da história seja um risco para a abordagem pós-colonial. Isso porque o romance histórico não apenas promove uma figuração do movimento histórico como produto dos impasses dos agentes humanos, mas também é obra realista capaz de, por meio de seu efeito catártico, suscitar a transformação no homem. Por isso, a melhor maneira de definir o pós-colonial envolve uma atitude engajada diante dos impasses históricos e sociais, conduta que, se não for perceptível em diálogo direto do artista com a sociedade, estará inevitavelmente incrustada na sua produção estética em

seus diferentes níveis e suas diversas obras. Nessa dinâmica inserem-se tanto autores canônicos quanto autores periféricos, que, por meio da especificidade de suas produções, criam obras de arte com eficácia estética. Sem esse dado que nos chama tanto a atenção, este trabalho sequer seria possível.

É dessa maneira que procuramos dar especificidade também à forma romance histórico, que foi descrita aqui neste capítulo em seus princípios fundamentais, com base na modalidade que Lukács descreveu como clássica, e podemos visualizar a objetivação que pode ser nomeada como pós-colonial do romance histórico. Assim, optamos por mostrar, até então, algumas classificações desenvolvidas no âmbito dos estudos literários sobre o romance histórico, de maneira a dar contorno à vasta produção científica realizada em torno dessa forma estética. No entanto, deste ponto em diante, nós nos restringiremos apenas às nomenclaturas romance histórico, romance histórico clássico e romance histórico pós-colonial, sendo a última nossa proposição objetiva quanto às obras elencadas para o *corpus*. E isso pode ser entendido no tocante aos aspectos que levam à crise entre a arte e a concepção de fim da história.

Para Lukács, a forma clássica do romance histórico indica a permanência da forma estética em relação ao tempo. Nesse sentido que a figuração das grandes crises históricas estabelece conexões com o tempo histórico de produção. Durante a Revolução Francesa (1798-1798), com a defesa histórica do progresso; durante a Revolução de 1848, com o reconhecimento do indivíduo proletário como parte do processo orgânico da História; durante a Revolução Russa (1917), com o conflito entre história progressa e modernidade (LUKÁCS, 2011c); E no período após 1945, a cultura do consumo destaca a simultaneidade, a superficialidade e a indústria cultural como valores e aparelhos de vendagem. Nesse sentido que “o tempo lento da literatura convive com uma situação adversa de clara hostilidade à arte” (FREDERICO, 2018, p. 126), perpetuada por instrumentos arbitrários de poder que recaem em noções novas acerca do romance histórico capazes de especificar cada vez mais os componentes culturais e remover os elementos que constituem a marca humana da obra de arte. Um desses exemplos é a teoria sobre o romance histórico pós-colonial proposta pelo estudioso neozelandês Hamish Dalley (2014), firmada em pressupostos epistemológicos

e na ideia da teoria lukacsiana com o foco desta vez na representação, o que retira a dinâmica dos acontecimentos em sua ação de influência para com os personagens envolvidos em suas diferentes posições.

A crítica são-tomense Inocência Mata (2003, p. 45) tem a ideia de que o pós-colonialismo é

entendido por alguns como a situação em que vive(ra)m as sociedades que emergem depois da implantação do sistema colonial, para outros teóricos dos estudos culturais, porém, o “pós” do significante “colonial” refere-se a sociedades que começam a agenciar a sua existência com o advento da independência.

Gerenciar a sua existência na realidade implica refletir sobre a história pregressa e encontrar nela fatores estruturais e circunstanciais que resultaram no subdesenvolvimento da modernidade global. Sem consciência histórica, seja pela emancipação, seja pela ação do autor-sujeito como ser social, não é possível suscitar tais reflexões sobre a temporalidade na forma estética do romance histórico. Mata (2003) expõe essas forças que consideram: 1) o poder colonial em seus aspectos local e internacional; 2) um novo posicionamento e o surgimento de novas práticas diante do mundo global; e 3) a rejeição de conceitos e instituições associados ao colonialismo e ainda aglutinados aos regimes pós-independência. Esse movimento de descolonização, mesmo que gradual, é diligência eficaz ao proporcionar consciência das transformações do passado para o presente de maneira a abrir cada vez mais as portas para um futuro progressivamente mais livre da barbárie do colonialismo e de como ele se nutriu das estruturas governamentais para a dominação. Por isso que não se trata de uma dinâmica que apenas integre países que foram colonizados, como Brasil e Moçambique, tendo em vista que também deve-se contar com o país colonizador em questão, Portugal.

Nesse sentido, o comparatismo é importante método para este trabalho. O palestino Edward Said reconhece na fragmentação das estruturas imperiais do passado uma maneira de encadear “várias disposições soberanas e examinar sua metodologia comum” (SAID, 2011, p. 98) para superar as polarizações maniqueístas que inibem um olhar mais propício a uma dinâmica realista. Nessa direção, a experiência da colonização na América portuguesa encontra pontos de ligação com o Congo na obra de Ubaldo; a colonização

portuguesa na África Oriental não deixa de expor a presença de David Livingstone como agente da colonização inglesa em coleta de informações a serem utilizadas na partilha da África, como é possível verificar na obra de Ba Ka Khosa; a experiência da paralisia histórica durante a ditadura e a dependência das colônias que separou Portugal do processo de modernização europeia — do qual resultaria a formação do bloco econômico da União Europeia — está figurada no romance de Bessa-Luís. Ainda, o próprio colonialismo português possui seus fluxos de poder com os outros impérios coloniais, que acabaram por destacar o caráter periférico da colonização lusa diante do mundo. Até mesmo o surgimento de novas narrativas, ditas modernas, é questionado de maneira a averiguar as mudanças factuais em relação ao período da colonização. A ideia de mestiçagem democratizante de Gilberto Freyre, por exemplo, pode ser vista como algo que paralisa as transformações significativas da dinâmica histórica brasileira; sobre Moçambique, algo semelhante se pode dizer quanto à ligação entre as culturas pré-coloniais que giravam em torno de lideranças brancas e à inibição de medidas contra a exploração estrangeira; já a respeito de Portugal, pode-se apontar em direção afim, a estagnação da revolução em razão dos artifícios políticos e econômicos para a continuidade de algumas posições de poder em Portugal. Portanto, a análise comparativa se torna prática na qual é possível comprovar o potencial descolonizador do romance histórico pós-colonial ao narrar sobre o passado refém do regime colonizatório.

Não foge ao exemplo de Dalley a crítica italiana Elena Brugioni (2019), que entende o romance histórico pós-colonial não apenas a partir dos pressupostos epistemológicos, mas também à luz da teoria da metaficção historiográfica em sua obra *Literaturas Africanas Comparadas*. A recusa de uma tradição artística e literária necessária para o entendimento da transformação das formas estéticas não permite que os princípios do romance histórico sejam obtidos por meio de uma figura relevante como Walter Scott; ou até mesmo por meio da transformação da cultura como maneira de se explicar o presente, dado que o questionamento das estruturas discursivas foi o que motivou a acadêmica canadense Linda Hutcheon a elaborar esses pressupostos em *Poética do pós-modernismo* (1991). Sua visão é a de uma história discursiva na obra literária, e não a de um processo que também faz

parte da própria forma artística por meio de seus elementos gravitantes — a obra, o autor e o público (CANDIDO, 2010), que estão inseridos na realidade. Todavia, como disse Jameson (2007), mesmo a ficcionalização da história se faz modo de expressão do desejo humano pela consciência histórica. E os heróis medianos presentes são as figuras humanas que intervêm nos impasses históricos da luta de extremos ao longo da história da luta de classes na qual estamos inseridos (SILVA, 2021).

Tendo em vista a longa duração do Império Colonial Português, percebe-se uma sucessão de tentativas de permanência desse aparato de dominação do colonizador português para com os colonizados, que foram explorados de acordo com as necessidades que surgiram ao longo da transformação da sociedade. Das nações formadas, houve uma série de permanências em termos de organização e estrutura social, inclusive no tocante à maneira como essas comunidades foram moldadas.

Sendo também matéria histórica, esses resquícios se fazem estrutura composicional dos romances históricos, visto que o objeto artístico é imbuído desses valores plasmados em forma estética (BRAGG, 2016). Esses elementos de caráter fantasmagórico apontam para o passado e para o futuro, uma vez que evidenciam traumas ainda não superados. Trata-se de uma fragilidade histórica em que não é possível separar com precisão o passado do presente, produzida na

Tensão entre metáfora e conceito de fantasma que se adensa a sua polissemia, nos mesmos termos, aliás, que se configura o seu potencial interpretativo diante da memória traumática, neste caso colectiva, que se associa e que torna problematicamente citável, ainda hoje, a experiência da guerra colonial e as suas representações (VECCHI, 2003, p. 183).<sup>17</sup>

Essa visão imaterial do passado, corporificada em imagens presentes na tradição cultural, faz-se conceito fantasioso ou ficcional presente no imaginário coletivo, o que acentua o problema da ficcionalização do passado. A tensão entre a perda e a salvação do passado tem como direções a dimensão singular da memória e a dimensão coletiva da História — no que diz respeito

---

<sup>17</sup> Os conceitos de “trauma”, “fantasma” e “memória”, se nutrem de rico aparato teórico e crítico produzido por Roberto Vecchi (2003), dentre outros autores, o que realça a heterogeneidade temporal marcada pela experiência colonial. No entanto, no horizonte deste estudo optamos por não desenvolver essas ideias para dar centralidade aos objetivos dessa pesquisa.

ao ser social, esta última tem função racionalizante ao provocar o efetivo progresso. E no caso do romance histórico, pode-se entender um passado não inteiramente findado na tensão entre o autor e os elementos ficcionais, como um personagem ou o próprio narrador.

Esses resquícios apontam a necessidade de um processo de descolonização, que é capaz de retomar o *status* do elemento humano desses grupos. Quanto à obra literária, ela é capaz de, por meio de sua ação humanizadora, tornar o ritual fúnebre de enterro dos despojos do colonialismo em uma experiência coletiva de alocação da memória (VECCHI, 2003). Trata-se das tomadas de partido que indicam o rumo das revoluções, índices de transformação do tempo e dos grupos humanos envolvidos em pequena e grande escala. A decisão não foge aos personagens, aos autores envolvidos com a escrita de suas obras e mesmo a este que vos fala.

No que tange à nação, sua relação com um contexto globalizante é de suma importância para lutar contra o imperialismo. É reconhecido o papel democrático nos nacionalismos anticoloniais em seu intuito progressista “quando ajudam a criar solidariedade de um lado a outro de exclusividades estreitas de comunidades tribais ou étnicas ou religiosas ou linguisticamente definidas entre o povo que assim se organiza numa nação moderna” (AHMAD, 2002, p. 223). Por isso que o plano de nação tem grande relação com cultura comum instaurada, atrelada às práticas de dominação. O estudioso Aijaz Ahmad (2002) destaca nesse âmbito o papel da cultura de conteúdo anticomunista para ocultar a falta de conteúdo anti-imperialista em alguns países, o que revela arbitrariedade ideológica e programática para com o destino da nação. Porém, as relíquias do passado são invocadas como objetos culturais apartados da experiência de maneira a justificar uma cultura dita moderna. Nesse contexto, almejar a totalidade dessa experiência é uma forma de lutar contra esses desígnios programáticos do imperialismo, que visam ao controle dos sentidos. E é justamente no plano da formação nacional que o romance histórico enfrenta a desumanização do processo de modernização da economia financeirizada e manifesta a sua atualidade.

Nos espaços designados pelas obras do *corpus*, Brasil, Moçambique e Portugal, a coordenação de objetos do sentido é realizada de maneira a conceber um entendimento do ser como integrante da história e da nação em

relação ao mundo. A tradução desse movimento se dá não apenas pelo conteúdo, mas também pelos efeitos criados pela relação entre os elementos da obra (SILVA, 2021), o que reivindica essa sensação ao sujeito como ser social e o liberta da epopeia da colonização e do drama da imobilidade, que desde muito restringem a narração e a descrição a determinados participantes da história da colonização e das nações em processo de modernização.

Esse ato reivindicatório adquire ares de revolução por transformar a relação do indivíduo, que finalmente se reconhece como sujeito e abre suas possibilidades como ser social, visto que ressalta as contradições do presente. Segundo o pesquisador estadunidense Harold Orel (1995), as lições aprendidas por meio da ficcionalização do passado na obra de Scott tendem a confrontar o passado com o presente e a suscitar o questionamento acerca do progresso:

Estava se tornando óbvio nos primeiros romances da série *Waverley* que a intenção de Scott de justapor as tradições louváveis e os costumes dos Scots contra as relíquias enfraquecidas de um passado descreditado era menos intrigante para quem imitasse o seu trabalho do que para o uso de Scott dos comentários dramáticos nos romances medievais, dos sentimentos e costumes desenfreados “pela repulsiva seca da mera antiguidade” (frase do próprio Scott). Scott viu a si mesmo como porta-voz de sua época; ele tentou demonstrar conexões entre “as opiniões, hábitos de pensamento e ações, mesmo que influenciados pelo peculiar estado da sociedade” num tempo precoce e no seu próprio.

Essa atitude foi mais do que um pouco paternalista. A definitiva benevolência de suas tendências históricas que Scott viu circulando em torno de si no primeiro quarto do século XIX não foi tão inevitável como às vezes imaginou. Sequer deveria o senso de superioridade dos tempos presentes para aquele de um tempo anterior ser restrito tanto para escoceses quanto para os romances medievais; isso foi uma constante — de intensidade variada, certamente — em todas as narrativas que iniciaram com a produção de *Waverley* (OREL, 1995, p. 12).<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Tradução livre do trecho: “Nevertheless, the overall implications of his concept of what the good historical novel should accomplish were clear enough by then. And it was also becoming obvious that Scott's intention, in the early novels of the *Waverley* series, to juxtapose the meritorious traditions and manners of the Scots against the fading relics of a discredited past was less intriguing to his would-be imitators than Scott's use of dramatic commentaries, in the medieval novels, on sentiments and manners untrammelled ‘by the repulsive dryness of mere antiquity’ (Scott's own phrase). Scott saw himself as spokesman for his age; he tried to demonstrate connections between ‘the opinions, habits of thinking, and actions, however influenced by the peculiar state of society’ in an earlier age and those of his own. The attitude was more than a little patronizing. The ultimate benevolence of the historical trends that Scott saw working around him in the first quarter of the nineteenth century was not as inevitable as he sometimes imagined. Nor should the sense of the superiority of present times to those of an earlier age be restricted to either the Scottish or the medieval novels; it was a constant —

Não há dúvidas de que o presente é o palco da mudança histórica, por meio tanto da práxis dos acontecimentos, quanto da escrita das obras, e isso realça sua diferença em relação a essas relíquias desgastadas que são alocadas na memória passada, criando-se “linhas de continuidades e de transformação de processos que se repercutem no próprio pós-colonialismo” (VECCHI, 2013, p. 215). Indica-se a ruptura entre antes e depois pela presença de “Uma nova sociedade, impaciente com as glórias de ontem, [que] justifica a si mesma com base em sua crescente opulência” (OREL, 1995, p. 7). No caso português, o complexo imperial é formado por um excesso mítico que compensa o déficit de realidade, do qual resulta a classificação de um império colonial periférico (VECCHI, 2013). Porém, as contradições do progresso apresentam ora uma experiência de ruptura, ora uma experiência opressiva. No caso de uma experiência opressiva, por consequência, as ambiguidades presentes na relação entre história e ficção tornam suspeita qualquer tentativa metaforizada de compor.

Segundo o estudioso John McWilliams (2018), a metáfora concentra um desejo por realização e as limitações em torno desse desejo. De alguma maneira, as metáforas organizam a experiência e dão forma ao senso histórico do autor em sua complexidade. Em João Ubaldo, isso é perceptível pela sua leitura da tradição literária brasileira e da interpretação intelectual acerca do país com base em Gilberto Freyre; em Ungulani, tal observação se dá pelo seu caráter identitário fronteiriço, que beira à cultura letrada ao mesmo tempo que se remete aos elementos autóctones bantu e lhe permite questionar um projeto de nação que exclui aqueles que são diferentes; em Agustina, a sua apropriação da literatura portuguesa e do pensamento erudito, assim como as suas relações familiares, não passa despercebida em sua obra ficcional. Mesmo com tal potencial, as metáforas minimizam as crises do passado, então seu caráter sugestivo acaba performando o trabalho da História por meio de suas imagens, e não com os fatos do passado.

Por essa razão que é de fundamental importância prestar atenção a outros itens composicionais, uma vez que a veracidade dos fatos conhecidos,

---

varying in intensity, to be sure — in all the narratives that began with the production of *Waverley*” (OREL, 1995, p. 12, grifo do autor).

inerente aos romances históricos, e a liberdade do autor para inventar motivos para os personagens-tipo tornam evidente não apenas o paralelismo entre o caráter historiográfico e a composição narrativa (MCWILLIAMS, 2018), mas principalmente os contrastes de forças literárias presentes no romance histórico pós-colonial. E isso se realiza pelo olhar de classe presente que vem de fora, que assegura a tensão entre diferentes estratos e a sucessão de momentos delimitados pela tragédia histórica — a ascensão nacional a partir do colonialismo, a iminente perda da liberdade e a percepção acerca do passado do qual se acordou.

Essa maneira de reinventar a linguagem torna o efeito estético, central na estética realista, um modulador de intensidades. A isso a estudiosa brasileira Arlenice Almeida da Silva chama de afeto e ela reconhece a obra de arte como uma rede de afetos.

Esse sentimento de empatia imaginada é reconhecido pela historiadora estadunidense Lynn Hunt (2009) com base em conceitos sociais e políticos criados à luz dos direitos humanos. Sendo o sentimento interior algo que conferia autonomia aos personagens durante o século XIX, não importando gênero, cor, nacionalidade ou demais condições, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tornou-se algo capaz de conectar vários homens e mulheres do século XX por meio desse afeto, efeito capaz de reestruturar as relações e as identidades e conferir caráter político às atividades exercidas no cotidiano. “De igual modo, nas descolonizações, o conflito de forças que se instaura reestrutura outros sentidos de posse e pertença relativos a objetos anteriormente não reconhecidos como próprios” (VECCHI, 2016, p. 49). Com base nisso, é possível identificar o movimento de passagem da percepção à sensação, que visa expandir o sensorial em oposição ao imobilismo, um estado presente nos romances que compõem o *corpus*: no contexto brasileiro, pela falta de transformações efetivas; no recorte moçambicano, pela manutenção do elemento branco como central diante do povo moçambicano; e na realidade portuguesa, pelo contexto de teorização atrelado aos benefícios da classe que apoiava o Estado Novo português. Portanto, esses fatores nos permitem analisar as obras em foco como romances históricos pós-coloniais.

Ainda que em escala gradual, esses momentos são importantes para a formação do inconsciente nacional desde o passado da colonização até o

presente em processo de descolonização. E é sobre isso que trataremos no próximo capítulo.

## Capítulo 2 – “Portugal não é um país pequeno”: um império colonial periférico

*Por conseguinte, quer para os que colonizaram quer para os que foram colonizados, revisitar as criações de espírito que têm a ver não só com um determinado segmento da história que os ligou, como também com todo um imaginário que subsiste sob formas mais ou menos elaboradas, mais ou menos dissimuladas, torna-se um imperativo que tem tanto de moral como de pedagógico.*

Francisco Noa

Nesta etapa discorreremos sobre o Império Colonial Português. Para tanto, na primeira seção, contaremos com um quadro panorâmico que contempla os primórdios do território português até o momento do *ultimatum* inglês. Depois nos dedicaremos à análise da colonização portuguesa na América. Em seguida, abordaremos a iniciativa na África Oriental. Na sequência, discutiremos sobre a política do Estado Novo desde a sua implantação até o seu término. Por fim, apresentaremos, sob as perspectivas brasileira, portuguesa e moçambicana, quadros referentes à descolonização desses países inseridos na sociedade moderna.

## 2.1 O Império Colonial Português: Ásia, América e África

A morte de Maomé em 632 levou à expansão do islamismo, que acabou alcançando a Península Ibérica (711). Escondidos nas Astúrias, os cristãos se juntaram e se organizaram contra os invasores. Constituiu-se o reino das Astúrias e, com gradual expansão, “reconquistou a faixa ocidental até ao Mondego e repovoou Portucale, Coimbra, Viseu, Lamego e Leão” (PROENÇA, 2015, p. 149). Entre avanços e recuos, as lutas internas entre os muçulmanos fizeram com que as cidades se separassem e adquirissem independência. A formação de outros reinos de resistência cristã, como Navarra (905), Castela (1033) e Aragão (1035), também oportunizou conluios políticos entre eles, principalmente se a motivação era cristã. A investida islâmica vinda da África para defender os territórios na península foi um passo em direção a uma guerra entre religiões e as culturas que as envolviam:

A Cruzada do Ocidente atraiu à Península Ibérica muitos nobres e outros cavaleiros que pretendiam tomar parte ativa na luta contra os muçulmanos. Da Borgonha, vieram dois nobres cavaleiros, D. Raimundo e D. Henrique. A vinda deste último viria a ser decisiva para a formação de Portugal (PROENÇA, 2015, p. 151).

A troca das terras de pequenos proprietários por proteção era algo que enriquecia aos senhores de reinos, então a guerra se tornou rentável. A cristianização era instituída como cultura por meio da instauração de escolas, igrejas e mosteiros.

D. Raimundo constituiu família com D. Urraca, filha legítima de Afonso VI, conde da Galiza e de Portugal. Em derrota sofrida em um conflito, teve seu insucesso reparado por outro cavaleiro e parente, D. Henrique, que se casou com D. Teresa. “Pela primeira vez, os condados Portucalese e de Coimbra ficavam unidos sob o mesmo governo e separados da Galiza” (PROENÇA, 2015, p. 163). Com forte política eclesiástica, conseguiu que o Papa elevasse a Sé de Braga ao *status* de metropolitana. Ainda, ele reforçou o seu regime senhorial ao residir na cidade de Guimarães. Com a sua morte, a viúva, D. Teresa, foi submetida à força por Afonso VII, filho de D. Raimundo e D. Urraca. Mesmo na recusa da primeira, o então rei de Leão e Castela veio a cercar o Castelo de Guimarães.

O filho de D. Teresa, Afonso Henriques, atingira a idade para a sucessão, que não ocorreu. Influenciado por outros nobres, a briga pelo trono tomou dimensões de um conflito maior, a batalha de São Mamede (1128). Ao alçar a posição do pai, Afonso Henriques dominou os reinos de Aragão e Navarra e por isso foi chamado popularmente de imperador. Contra os mouros na batalha de Ourique (1139), passou a utilizar o título de rei. A independência política de seus territórios foi adquirida com a bênção do Papa, ao qual prestou vassalagem para não estar mais sujeito a Afonso VII. Os dois selaram um acordo de luta contra os muçulmanos.

A política do rei de Portugal passou então a orientar-se no sentido de conseguir que a Santa Sé reconhecesse oficialmente Portugal como reino independente. As negociações só se concluíram em 1179, quando o Papa Alexandre III, por meio da “bula” *Manifestis Probatum*, reconheceu a independência política do novo reino português, atribuindo solenemente a Afonso Henriques o título de rei e tomando a ele e aos seus herdeiros sob a proteção da Santa Sé. Em sinal de reconhecimento, Afonso Henriques quadruplicou o censo que pagava ao Papa e entregou-lhe, de uma só vez, mil peças de ouro. Portugal obtinha finalmente o reconhecimento internacional da sua independência (PROENÇA, 2015).

A progressiva conquista de territórios deu a dimensão do limite natural de Portugal. Um dos pontos altos foi a conquista de Lisboa em 1147, conflito no qual “Afonso Henriques pôde contar com o auxílio de uma armada de cruzados que se dirigia à Terra Santa, e que havia fundeado no Porto para se abastecer”

(PROENÇA, 2015, p. 170). Convencidos por um bispo, os cruzados auxiliaram os portugueses na conquista de Lisboa, processo que demorou dezessete semanas. Esse conflito foi documentado pelo cruzado Osb em uma carta que serviu de inspiração para Agustina Bessa-Luís em sua obra *Crónica do Cruzado Osb.*, o que revela uma dupla temporalidade: a formação da nação portuguesa e a ruptura com o império e com o Estado Novo.

Na passagem do século XII para o século XIII, houve “um incremento do sectarismo religioso desde que o espírito de cruzada passara a orientar o movimento da Reconquista, aumentando também a intransigência para com as populações derrotadas” (PROENÇA, 2015, p. 177). Isso fez com que uma política repovoadora acontecesse, na qual a vassalagem das populações para com o rei ocorria de maneiras diferentes conforme as regiões. A manutenção de certa autonomia das populações prévias, com eleições de juízes e párocos, fez com que tivessem organização provincial própria. Contudo, as decisões superiores eram soberanas, então, em 1211, para afirmar isso, o rei D. Afonso II apresentou um conjunto de leis que afirmaram o poder real no evento chamado Cúria Extraordinária. A fiscalização governamental por parte do rei, quando a administração de algum território não fosse direta, e sim por meio de um tenente, atuava de maneira a afirmar o poder do monarca.

O comércio gradualmente mudou de uma economia de subsistência para uma economia de mercado. As cruzadas possibilitaram uma maior segurança das rotas marítimas e o estabelecimento de laços políticos de Portugal com outros países (PROENÇA, 2015). Portugal obteve contato com a tecnologia marítima por mediação italiana.

Organizada em nobreza, clero e povo, a sociedade da época era dividida nos domínios urbano e rural. Em 1340 o rei Afonso IV veio a publicar um decreto que diminuiu os padrões de gastos e luxos de nobres e burgueses mais ricos. Com a peste bubônica, a fuga do campo para a cidade e a alta nos preços geraram uma crise econômica e humanitária, o que resultou no aumento de fiéis ao catolicismo. Após 1349, o rei decretou o retorno ao campo, de modo que o rei D. Fernando só em 1375 instituiu a Lei das Sesmarias, que obrigou os lavradores a cultivarem suas terras.

Os conflitos seguintes com Castela colocaram em xeque a sucessão do reino de Portugal. D. João I, porém, iniciou uma nova dinastia que levou

Portugal a ir longe da Península Ibérica com a missão de obter metais preciosos. Os avanços na cartografia indicavam a África como alvo (PROENÇA, 2015).

O ano de 1415, no qual Ceuta foi conquistada, tornou-se um marco inicial do tempo de Portugal na África. Embora isso não tenha se dado de modo planejado (COSTA, 2014), foi importante para a incursão dos portugueses em território africano. Em 1419 as cruzadas contra os muçulmanos de Marrocos, considerados infiéis, foram um importante acontecimento, pois oportunizaram aos portugueses a obtenção de informações sobre terras do alto Níger e do rio Senegal acerca do comércio de ouro na rota transaariana (HERNANDEZ, 2008).

Não é por acaso que essa rota é tão atrativa ao imaginário luso. Além do interesse na matéria aurífera, o rio estava presente no imaginário português devido à importância religiosa do local ao qual os canais levavam. Trata-se do Éden, que também vem ao encontro do rio Nilo:

Ao majestoso de tal espetáculo imprimia ainda um cunho de mistério a versão de que as águas do mesmo rio vinham da região das nascentes do Nilo. Alcançado o lugar em 1445 por Dinis Fernandes, dez anos depois um navegante veneziano a serviço do infante D. Henrique imagina-se, escudado no parecer de “homens sábios”, em face de um dos muitos ramos do Gion, que nasce no Éden: outro ramo seria o Nilo.

Note-se, porém, que não era de forja lusitana ou sequer quatrocentista essa curiosa teoria que levava um dos tributários do Gion — por certos autores identificado com o próprio Nilo — a ir despejar as águas no Atlântico. Pretendeu-se com bons argumentos primeiro a formulá-lo fora Eutimenes de Massília, e o “périplo” que celebrizou essa nauta data do sexto século antes de Cristo. Impressionara-se ele com a presença em um rio africano que desemboca no Atlântico de bestas-feras em tudo semelhantes às que se encontram no Egito. Assim se lê na transcrição que de seu testemunho nos dá Sêneca, como também a afirmativa lacônica de que o Nilo corre naquelas partes ocidentais: “Navigavi Atlanticum mare. Inde Nilus fluit [...]”. Outros testemunhos antigos precisam que as tais bestas, semelhantes às do Egito, eram crocodilos e também hipopótamos (HOLANDA, 2010, p. 43-44).

É possível perceber aqui não somente a herança cristã, mas também a fantasia criada pelo imaginário do navegador, que foi influenciado pelo imaginário medieval que ainda vigorava (HOLANDA, 2010). E isso está presente na relação que viria a desenvolver no que diz respeito a outros povos.

O contato entre portugueses e árabes fez com que tais culturas e imaginários se transfigurassem numa mentalidade na qual o imaginário era cada vez mais suscetível ao sobrenatural. A imaginação do português em relação ao outro é fundada a partir desse dado, que passamos a generalizar com a alcunha de “exótico”. Por isso, a figura árabe é essencial para se entender a relação do português para com o outro (HOLANDA, 2010).

Na costa da África Setentrional, no entanto, a maioria muçulmana apresentava grande resistência à expansão cristã portuguesa, o que tornou inviável o projeto de cristianização. Tudo apontava para as expedições marinhas:

A posse de Ceuta provocou uma intensificação da navegação nas águas a sul do Algarve, e vários súbditos da Coroa ganharam novo apetite relativamente aos territórios insulares mais próximos. As ilhas Canárias era o alvo mais cobiçado, mas algumas das ilhas eram povoadas por uma população aguerrida e persistia a rivalidade com Castela. Em 1424, o infante D. Henrique enviou uma grande armada ao arquipélago canarino, mas foi malsucedida, pelo que aumentou o interesse pelas outras ilhas adjacentes ao reino. A Madeira e o Porto Santo já estavam bem localizadas no século XIV, e o seu povoamento terá começado por volta de 1419-1420 e intensificou-se a partir de 1425. Muitos dos primeiros povoadores pertenciam à Casa do infante D. Henrique, mas a ocupação das ilhas decorreu sob a autoridade da Coroa. Uma vez mais, não estamos perante um plano amadurecido previamente, e neste caso nem temos notícia da partida de uma grande frota com os primeiros habitantes das ilhas, mas é certo que no final dos anos 20 estavam claramente na posse de Portugal e que Castela não reclamou. Há muito que havia a percepção da existência de um outro arquipélago mais para o interior do oceano, que era imprecisamente assinalado na cartografia europeia, e em 1427 as ilhas dos Açores começaram a ser localizadas com precisão. O seu povoamento tardou mais de um decénio, mas no final dos anos 20 o arquipélago açoriano estava sob a alçada do reino de Portugal (COSTA, 2014, p. 39-40).

As ocupações de Açores e da ilha da Madeira ocorreram nos anos seguintes.

A acumulação e a expansão do capitalismo mercantil consolidaram a soberania do Estado de Portugal, que adquiriu contorno messiânico aliado ao ideal cristão. Seu domínio do estreito de Gibraltar estava estabelecido. A Itália detinha o domínio sobre o Mar Mediterrâneo e, assim, o comércio com as

Índias<sup>19</sup>, o que lhe conferia a liberdade quanto à taxaço das especiarias trazidas da Ásia.

Mesmo com os lucros provindos do açúcar da Madeira, do ouro da Mina, do metal da Guiné e do imposto sobre o comércio de pessoas escravizadas, a jornada à Índia foi cobiçada por D. João II, que concordou com o traçado do Tratado de Tordesilhas. A proposta espanhola fora abençoada pelo papa Alexandre VI, mas foi vista por D. João II como um modo de distanciar os espanhóis da Índia. Sua vantagem nesse tratado foi a descoberta das Caraíbas, o que garantiu a Portugal um lugar em uma

nova era na História da expansão europeia e da globalização; a partição do mundo entre os dois reinos hispânicos assinalava o crescimento da importância do mar como via de engrandecimento das monarquias da Cristandade e pelo menos a Inglaterra de Henrique VII já olhava com apetite para as águas do ocidente, depois de ter abdicado de desafiar o monopólio português na Guiné. Tordesilhas é também um símbolo do advento do imperialismo europeu. Embora Portugal não tivesse criado colónias em territórios habitados até então, este acordo demonstra que ambas as monarquias entendiam que tinham legitimidade para fazer a guerra a povos ainda desconhecidos e de lhes impor a sua autoridade (COSTA, 2014, p. 79).

E assim foi assegurado o domínio português sobre o Atlântico Sul e o caminho para as Índias.

O sucessor de D. João II, D. Manuel I, ainda mirava o Atlântico. Porém, sabe-se que, durante cinco séculos, a ideia de império<sup>20</sup> fora manipulada conforme o que seria mais benéfico a Portugal, que se imbuíu da missão civilizatória. Assim,

A viagem de Vasco da Gama permitiu a redefinição da Rota do Cabo: ficou definido o trajecto a seguir pelas naus, os pontos de apoio

<sup>19</sup> Uma vez mais a influência dos afluentes que permeiam o imaginário religioso se faz presente, visto que o contorno do continente africano leva ao Mar Vermelho, à Etiópia e, por fim, ao Egito (HOLANDA, 2010). Porém, um engano que se fez foi confundir o rio Senegal com o rio Nilo, o que também se soma a uma imagem insular que o homem da época construíra para a Índia e para a África. Acreditava-se também na ideia de uma “ilha Brasil”, “que teria sido concebida entre os portugueses da época sob a forma de mito geopolítico” (HOLANDA, 2010, p. 47). Curioso é considerar que tais concepções tiveram importância no processo de expansão lusitana.

<sup>20</sup> De acordo com Michael Hardt e Antonio Negri (2001), Império é a forma de supremacia política que regula as permutas globais de territórios eleitos por meio da suspensão da história e da determinação de coisas existentes com base em valores eleitos como civilizatórios. “O império não só administra um território com sua população mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15).

essenciais e a data mais propícia para a partida de Lisboa, quer da Índia, em função dos ventos de monção que determinam a navegação à vela no oceano Índico. O desconhecimento quase absoluto do sistema mercantil oriental e das civilizações que ocupavam a Índia provocou vários equívocos, pois nem sequer traziam prendas para o samorim adequadas às práticas diplomáticas da região. A expedição foi organizada na expectativa de que se poderia alargar à Índia o modelo de comércio pacífico que era praticado ao longo da costa ocidental africana e desconhecendo o elevado grau de sofisticação e de luxo das cortes asiáticas (COSTA, 2014, p. 89).

O desconhecimento português em relação ao Oriente pode ser apresentado pela sua experiência sensível, com base no que foi vivenciado e se tornou factível, e também pela fantasia, da falta de entendimento e interpretação possível por meio da consciência medieval. Nessa mesma época, por exemplo, o mito de Eldorado se fazia presente nos imaginários ibéricos<sup>21</sup>. As transformações nas concepções de mundo, do mágico ao racional, são o que torna tais deslocamentos em apropriações da realidade do outro possíveis. Não à toa que a personagem Olímpia de *Crónica do Cruzado Osb.* foi figurada de maneira a trafegar entre esses dois estados da mente. Registrada de forma épica, essa viagem pode ser lida nos episódios apresentados em *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, nos quais as visitas a Moçambique e Cabo Verde revelam grande diferença com relação ao estrangeiro. A obra, no entanto, apesar de ser reconhecida por cantar os feitos dos desbravadores portugueses, “não consegue esconder o rumor de sangue e o terrível odor da morte” (MARGARIDO, 2000, p. 54). Ou seja, o desencanto das experiências coloniais fez com que o passado dito primitivo fosse objetificado para se construir um presente colonizado (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002).

O retorno da esquadra de Vasco da Gama tornou possível, por meio de tratos e territórios, uma política ultramarina. Anos depois, os portugueses chegaram à América portuguesa. Sob a tentativa de suprir as demandas da matriz, a colonização se pautou pela empresa de dominar a terra. A escravidão foi o meio escolhido para a dominação dos nativos, mas não para exploração das conquistas.

---

<sup>21</sup> Esse e outros mitos são associados a um mito de conquista na qual o desbravador, ainda envolto da mesma geografia fantástica que classificou a Índia e a África como ilhas, pensa ser possível encontrar o Paraíso Terrestre (HOLANDA, 2010). Tal façanha é reforçada com o messianismo português e ainda produz uma estética própria em razão de uma fantasia que indica pouca experiência com o real.

Dessa forma, “os conquistadores ibéricos enveredam por caminhos vários para se assegurar do controle dos nativos e do excedente econômico das conquistas” (ALENCASTRO, 2000, p. 11). Fez-se necessária a colonização dos próprios colonos como meio de controle, uma vez que a exploração colonial e a obediência do colonato não foram imediatas. Isso pode ser percebido em *O feitiço da ilha do Pavão*, em que predomina o conflito entre a administração colonial e os indígenas. Instaurou-se, então, o mais poderoso aparelho ideológico da Península Ibérica: a inquisição — uma vez que a repressão religiosa servia “como instrumento disciplinador da política e da economia metropolitana no ultramar” (ALENCASTRO, 2000, p. 23). Não à toa que a Igreja foi chamada na ilha do Pavão, espaço onde acontecem os eventos da obra de Ubaldo.

Uma prática corrente para os portugueses é o abandono de viajantes que, como Hans Staden, tinham como objetivo conhecer mais sobre os nativos. Esses cronistas se empenharam “em descrever com muitos pormenores, as condições em que se estabelecem as relações entre as duas comunidades” (MARGARIDO, 2000, p. 38). Homônimo, o personagem Hans de *O feitiço da ilha do Pavão* não apenas situa um alemão no arquipélago, mas também evidencia os primeiros contatos com os povos ameríndios do Brasil colônia e o contributo europeu para a formação de uma sociedade colonial.

De 1750 a 1777, o Império Ibérico foi reformulado geograficamente várias vezes, inclusive quanto à sua aliança com a Companhia de Jesus. As marcas de modernidade foram visíveis nesse período cuja figura central foi o déspota esclarecido Marquês de Pombal. A manutenção do domínio marítimo português em contraposição à investida inglesa era uma medida necessária. Porém, a expulsão dos jesuítas, acusados de manipularem os indígenas, foi um passo essencial para o rompimento entre Lisboa e Roma.

De proporções mundiais, a Guerra dos Sete Anos foi um conflito no qual vários territórios africanos, asiáticos e norte-americanos foram colocados em disputa. O reino da Espanha, em aliança com a França, procurou invadir Portugal, que reagiu contra a aliança juntamente com a Grã-Bretanha. Tal embate foi chamado de Guerra Fantástica (1762-1763), porque o comandante do lado português, o austríaco Conde de Lipa, engendrou um conflito por sua estratégia de bloqueios. Em território europeu, o conflito obteve rápida

resolução, diferentemente do que se deu na América do Sul, o que fez com que a Espanha se estendesse pela região do Amazonas. Não bastassem as guerras guaraníticas, nas quais os jesuítas defenderam a autogestão dos índios, outros conflitos articulavam-se com a Guerra dos Sete Anos.

Objetivava-se explorar o interior da África em direção a Moçambique por meio de Angola, onde se via também a possibilidade de torná-la uma colônia de povoação devido à sua posição estratégica, base para a economia atlântica. Mesmo que tal plano tenha se revelado irrealizado, os laços entre angolanos e portugueses foram dinamizados de maneira que a miscigenação foi consequência dos vários acordos com os povos do interior para sustentar o fornecimento de mão de obra e “dinamizar o comércio intercolonial, no caso entre Angola e o Brasil” (RODRIGUES, 2014, p. 282). No caso de Moçambique, a organização em prazos fez com que os contatos entre portugueses e os povos africanos tomassem proporções próprias, um elo presente em *Choriro*.

A neutralidade de Portugal nos conflitos é histórica, mas, no início do século XIX, a nação tinha razões na própria incapacidade financeira e militar. A influência da Inglaterra era notória, determinando inclusive, na figura da Marinha Real Britânica, a extinção do comércio de escravos no Atlântico em 1807<sup>22</sup>. A falta de política externa ocasionou a ocupação inglesa na Ásia, especificamente na Índia e na China. Isso aconteceu num período em que as ligações entre o Oriente e o Ocidente estavam cada vez mais orgânicas, com o tráfico entre o Índico e o Atlântico crescente (RODRIGUES, 2014). Tudo isso mudou até 1807, quando, com a invasão francesa, a Corte fugiu para o Brasil. Caso não o fizesse, perderia cerca de dois terços de sua receita. Ou seja, o Brasil era estrategicamente muito importante para Portugal.

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, conferiu autonomia histórica ao Brasil. Sabe-se que a independência do Brasil, ocorrida em 1822, causou grande trauma para Portugal (MARGARIDO, 2000). No comércio atlântico, isso também foi sentido:

---

<sup>22</sup> Mesmo que a nação inglesa ditasse que o tráfico negreiro fosse proibido no Oceano Atlântico durante o século XIX, sob a escusa de civilidade, tal demanda não foi seguida à risca. A estrutura econômica e administrativa portuguesa não estava pronta para a mudança. Por isso que tal manobra fez com que atos de cariz republicano tomassem dimensões libertárias em relação à metrópole. A Inconfidência Mineira (1798) é um exemplo desses movimentos de contestação ocorridos na época, tal como a Conjuração Baiana (1798-1799).

As trocas deram-se nas duras direções, e a cada um dos lados do Atlântico não era de todo desconhecido e indiferente o que se passava no outro. A independência do Brasil, por exemplo, não ficou despercebida na África — e o prova terem sido dois africanos os primeiros reis a reconhecê-la, o Obá Osemwede, de Benim, e o Ologum Ajan, de Eko, Onim ou Lagos. Em Angola, os acontecimentos de 1822 tiveram enorme impacto, chegando a gerar uma corrente favorável à separação de Portugal e à união ao Brasil (SILVA, 1994, p. 22).

Por ter sido a independência brasileira um movimento liderado pela casa dos Bragança, houve recusa por parte do governo e da elite portuguesa. O parentesco, no entanto, foi empecilho necessário para a manutenção apologética das relações, que foram rompidas em definitivo no campo político com a Proclamação da República (1889) e no campo cultural com a Semana de Arte Moderna (1922), período no qual o discurso antiportuguês se tornou mais veemente. Em razão disso, o português Eduardo Lourenço (2003, p. 30) assim descreve:

Podíamos imaginar que a independência do Brasil tinha sido vivida como um “traumatismo” e que amputados de tanto espaço “imperial” nos tivéssemos sentido não apenas mais pobres e frágeis em termos de identidade e imagem, como de todo sem motivo para continuar simbolicamente a reclamar-nos camonianamente do famoso díptico da Fé e do Império. Mas não foi o caso. O Brasil nunca nos foi espaço imperial, mesmo na hora tardia e breve em que, muito à portuguesa, por óbvias e vãs razões políticas, sonhámos, a meias, ser uma nova versão do Império que na realidade nunca tínhamos sido. Mas se fôramos, e disso nos lembrávamos nas horas de aflição, essa lembrança foi reivindicada pelo Brasil. Aí “postumamente” fomos aquele Império duplamente perdido. Ou, felizmente, ao menos do nosso ponto de vista, nem isso. Em termos de “imaginário”, nunca nos separávamos do Brasil que, independente, mas ainda muito próximo e ligado a nós durante todo o século XIX, continuou a compensar-nos a pequenez em que recaímos, separando-nos dele e ele de nós.

As disputas políticas em Portugal após a independência do Brasil se tornaram cada vez mais constantes. A sucessão era objeto de disputa de D. Miguel e D. Pedro IV, conhecido no Brasil por D. Pedro I, que havia reivindicado o trono brasileiro em benefício de seu filho, D. Pedro II.

A comunidade internacional em geral manifestou-se tímida quanto ao conflito, mesmo com um pequeno e momentâneo reconhecimento da sucessão a D. Miguel. D. Pedro IV retornou do Brasil para Portugal para reivindicar o trono em 1831. Em alguns dos conflitos, que foram estendidos do Porto a

Lisboa, a proteção da frota inglesa foi importante para que o grande parceiro histórico de Portugal, a Grã-Bretanha, legitimasse o lado pedrista. O Tratado da Quádrupla Aliança (1834), assinado entre o Reino Unido, a França, a Espanha e Portugal, na figura de D. Pedro IV, visou impor regimes liberais às monarquias ibéricas. Esse movimento foi o suficiente para que os aliados entrassem no território português e depusessem D. Miguel, que foi exilado.

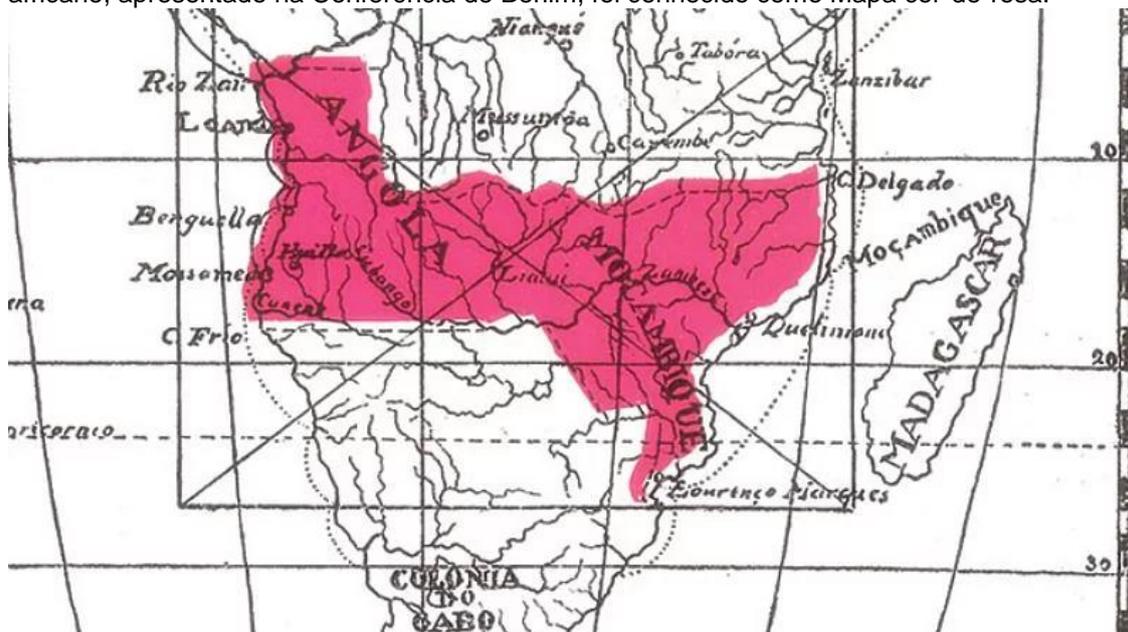
As relações mercantis com o Oriente registraram queda. Aponta-se que,

[...] nesse período, mais especificamente em 1833, tenha sido desfeito o Conselho Ultramarino, recriado mais tarde, em 1851. Nessa conjuntura, o ideário produzido apresentava um misto de racismo e etnocentrismo, acentuando a superioridade da raça branca e dos valores próprios da civilização cristã ocidental (HERNANDEZ, 2008, p. 506).

A inconstância de ações e a instabilidade no país assolaram-se à falta de domínio de Portugal em relação ao Oriente. A evidente febre imperialista ao final do século XIX fez com que fossem criadas condições propícias para a dinâmica do novo modelo de desenvolvimento capitalista, algo que passou despercebido a Portugal. Essa é a dinâmica em que o movimento histórico é figurado em *Choriro*, uma vez que o período de paz do reino de Nhabezi coincide com a falta de atuação da metrópole naquela parte da África e com o desenvolvimento de ações programáticas britânicas no continente.

Por isso, havia uma necessidade de justificar-se perante os outros países, e essas concessões e a presença do capital estrangeiro eram formas de fazê-lo em compensação ao desleixo que fez com que Portugal não participasse em primeira instância da partilha da África durante a Conferência de Berlim em 1884, mas somente em 1885. Entre bretões e canhões, até mesmo o plano de conectar Moçambique e Angola foi recusado pela Inglaterra.

**Figura 1** — Mapa cor-de-rosa. Plano português de ligar Angola e Moçambique no continente africano, apresentado na Conferência de Berlim, foi conhecido como Mapa cor-de-rosa.



Fonte: site Calendários.Info<sup>23</sup>.

Enquanto os impérios inglês e francês dominavam o mundo, o neoimpério lusitano foi rebaixado a subimpério. A corrida pela colonização africana,

em vez de recamonzar o imaginário poético nacional, só podia acentuar o abismo entre o nosso [de Portugal] tempo imperial — o eterno século XVI — e esse revivalismo imperialista sem meios nem alma para lhe dar análogo esplendor (LOURENÇO, 2003, p. 31).

Todavia, tais achados na África foram propícios para a reativação das histórias presentes no imaginário nacional português, em cuja mitologia pátria os ideais de povo missionário em busca das riquezas, tal como nas cruzadas, ganharam força suficiente para burlar a realidade fantasmagórica da perda do Brasil e de sua posição diante do mundo. O seu sistema simbólico popular fez com que a ideia de heróis marítimos ressurgisse e realçasse esse sentimento de pertencimento em relação ao que, nostalgicamente, fora conquistado antes (LOURENÇO, 2003). Houve “um movimento de aportuguesamento da cultura, na sequência, de resto, da chamada ‘geração de 90’ do século XIX” (TORRAL, 2009a, p. 80). Não estranhamente uma paralisia política atingiu Lisboa ao início

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.calendarios.info/11-01-1890-o-ultimato-de-inglaterra-a-portugal/>>. Acesso em: 6 maio 2022.

do século XX, até o momento em que os primeiros sindicatos se inquietaram (MAXWELL, 2006).

Retomaremos essa discussão mais adiante. Por ora, é importante desenvolvermos melhor a questão imperial no que diz respeito ao domínio colonial na América portuguesa e na África Oriental portuguesa de maneira a contemplar os espaços específicos em que as obras *O feitiço da ilha do Pavão* e *Choriro* são figuradas.

## 2.2 A América portuguesa

A implementação da cultura europeia em terras estrangeiras gera comportamentos próprios, derivados de outro clima e outra paisagem. E, no caso da Península Ibérica, há uma inegável herança europeia, e o seu comportamento fidalgo<sup>24</sup> inerente é carregado de vários preceitos éticos e morais que tornam o livre arbítrio algo condenável.

Isso é latente no célebre documento da *Carta de Pero Vaz de Caminha*<sup>25</sup> (1500), que pretendeu apresentar o Brasil em prol dos interesses da Coroa portuguesa ao rei D. Manuel I. O conhecidíssimo trecho “Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente” (CAMINHA, 2015, p. 24) demonstra valores acreditados como superiores associados ao primitivismo do índio brasileiro.

Como se não bastasse, a sucessiva constatação de existência de ouro ou prata em terras brasileiras demonstra os evidentes interesses portugueses nas descobertas, ligados ao tráfico e ao comércio:

<sup>24</sup> Caio Prado Júnior (2011, p. 124) aponta que “boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga — ou influída por eles”.

<sup>25</sup> No documento, a modernidade da escrita em língua normatizada realça também a adesão do escriba ao real e ao imediato, que se propõe a uma descrição fiel da tarefa de que foi incumbido Pero Vaz de Caminha: “Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu” (CAMINHA, S/A, p. 1). A adesão ao concreto de maneira a tornar o documento um instrumento de persuasão, capaz de convencer o rei D. Manuel acerca dos elementos observados pelo escritor, pauta-se por um realismo desencantado, “voltado sobretudo para o particular e para o concreto” (HOLANDA, 2010, p. 40), comum na escrita dos velhos cronistas portugueses. Considerando que a tradição aristotélica fora escolarizada e canonizada ao extremo durante o humanismo ibérico e que tais concepções são diferentes para aqueles que detêm a escrita, ainda restrita a uma pequena parte da sociedade da época, esse senso do real tende facilmente à aceitação do presente tal como o mundo se oferece aos sentidos (HOLANDA, 2010).

Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 20).

O historiador brasileiro Caio Prado Júnior (2011) ainda completa: “um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 21). A madeira cor de brasa que deu nome ao território é prova disso. Pouco se fala, no entanto, do processo irracional pelo qual se deu a expansão marítima portuguesa. Primeiro, o português encontrou na América um ambiente menos propício para a colonização, conforme é ilustrado pelo sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (1995). Tratava-se, de todo modo, de um território obtido “das crescentes rivalidades entre Portugal e Espanha pelas novas terras conquistadas no Novo Mundo, desde a segunda metade do século XV” (HERMANN, 2007, p. 19), pertencente ao mundo cristão herdado por direito desde as cruzadas, na visão portuguesa.

Após a investida francesa<sup>26</sup>, a instituição das capitanias hereditárias se tornou um modo de valorizar o território colonial e a autoridade do governo central. Os capitães teriam o dever real de organizar e defender os territórios dos quais são incumbidos, uma vez que ainda eram fruto da conquista ultramarina portuguesa. Por isso que a ocupação litorânea no território brasileiro adquire um tom de inegável improvisado, mas mostra-se suficiente para sua relação com o Velho Mundo. É o que podemos verificar em *O feitiço da ilha do Pavão*, visto que a presença de Capitão Cavallo representa a presença portuguesa na Ilha do Pavão e o gerenciamento da colheita e da exportação da cana-de-açúcar para a Europa, que acontecia a partir da sua fazenda.

A particularização da dominação colonial, na esfera espacial, deu-se por meio do latifúndio. Isto não aconteceu por acaso, mas por influência do

---

<sup>26</sup> Aqui, destacam-se as tentativas de saqueamento e posse dos corsários na costa brasileira. A nação de maior relevo que o fez foi a França, que tentou ocupar o Rio Grande do Norte, o Maranhão e a Paraíba no início do século XVII. Contudo, outros países, incentivados pelo enfraquecimento da autonomia de Portugal diante da união ibérica, tentaram o mesmo, tais como a Inglaterra e a Holanda. A última, por sinal, é conhecida por ter conseguido conquistar o território de Pernambuco, mas a expulsão dos holandeses se deu em 1654.

mercado europeu. E a abundância de terras tornou-as verdadeiras unidades de produção, como aponta Caio Prado Júnior (2011, p. 26):

A América lhes poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isso que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo esse agudo interesse, o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

Tal prática, vinda da presença de mouros escravos ainda em território metropolitano, não lhes era estranha. A mão de obra indígena foi temporária<sup>27</sup>, e em seguida incorporou-se a mão de obra negra como alternativa moderna e mais fácil para o desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Porém, o trabalho forçado era algo estranho aos africanos, o que entrou em conflito com a racionalidade portuguesa imposta por meio do regime colonial. Nesse meandro, critérios grosseiramente quantitativos deveriam prevalecer.

O sociólogo brasileiro Sérgio Buarque (HOLANDA, 1995) elege dois tipos para o processo colonizatório, o aventureiro e o trabalhador. O português, que procurava praticidade ao impor esse processo, era dotado de espírito aventureiro, de habilidades de caça e coleta. Do segundo tipo esperava-se a habilidade para a execução do processo; num âmbito mais fechado, o ofício de lavrar, inerente às sociedades rudimentares. A grande dificuldade, no entanto, era o meio tropical, menos propício ao plantio, isso sem falar da falta de cuidado com o solo e da falta de sistematização e ciência dos processos relacionados à organização de uma economia agrária, que não foi instaurada de imediato. Afinal, os portugueses pouco mostraram apreço à terra, como é exemplificado pela ausência de preceitos para o cultivo orientado pelo clima. Ainda, não havia um esforço sério quanto à cooperação nas demais atividades produtoras, o que é bem diferente do observado na América espanhola.

Porém, é importante salientar que

---

<sup>27</sup> Aos olhos do colonizador português, o índio era despreparado para o trabalho escravo, mas, na falta do negro, ele o substituíu. Ao fim da era colonial no Brasil, cerca de um terço da população era composto de negros escravizados.

a colonização dos trópicos toma aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 28, grifo do autor).

Portanto, a história do Brasil de hoje está intrinsecamente relacionada ao caráter inicial da colonização portuguesa no país.

Os fluxos econômicos no território colonial brasileiro ainda se fazem notar na geografia atual do país, que fora ocupado em pontos litorâneos estratégicos e depois obedeceu à lógica da extração aurífera, principalmente na região de Minas Gerais e, precocemente<sup>28</sup>, na região de Goiás. Observa-se que as necessidades internas não importavam tanto quanto as da natureza do tipo de colonização executado, ou seja, de exploração (PRADO JÚNIOR, 2011). Pau-brasil, açúcar e ouro se tornaram, cada um em seu tempo, produtos que irromperam os intensos movimentos migratórios no país, de acordo com os fluxos econômicos em atividade. Com grande destaque na Bahia, o ciclo da cana-de-açúcar, em especial, marcou um período de intensa atividade econômica entre a colônia e o restante do mundo, perceptível pelo espaço narrativo de *O feitiço da ilha do Pavão*. Entretanto, a exploração não se manteve somente no litoral.

Nesse ponto, as expedições bandeirantes assumiram um relevante papel de expansão para a Coroa portuguesa, uma vez que, ao avançar pela mata, eles lidavam com povos desconhecidos e ocupavam regiões que se tornariam importantes para a exploração ligadas ao litoral:

Desse modo, as entradas dos bandeirantes no período 1627-40, concentradas na zona do Guairá-Tapes e envolvendo o cativo de perto de 100 mil indígenas, apresentam-se como uma das operações escravistas mais predatórias da história moderna. Onde foi parar essa multidão de índios? (ALENCASTRO, 2000, p. 194).

Durante o período de unificação dos reinos de Portugal e da Espanha, tais empreitadas foram essenciais para “diluir as fronteiras estabelecidas pelo

---

<sup>28</sup> A região do Goiás foi alvo de grandes promessas no tocante à extração de ouro no passado, mas a inexistência de ouro legítimo logo se confirmou. Em termos de história brasileira, o desenvolvimento efetivo do Estado de Goiás só foi provado a partir da década de 50 do século XX (CAETANO DA SILVA, 2017).

Tratado de Tordesilhas, expandindo, na prática, os limites territoriais” (HERMANN, 2007, p. 23).

Com a inquisição como instrumento da Coroa, a ortodoxia religiosa adquiriu grande força na colonização dos colonos. Entre estes, tal tribunal era sinônimo de terror, como se pode perceber na obra de João Ubaldo que integra o *corpus* deste trabalho. Foi nesse sentido que a estética barroca da contrarreforma foi imposta de maneira a propagar ideias e valores do mundo do colonizador aos povos colonizados. Em outras palavras, “Aculturar um povo se traduziria, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a um certo padrão tido como superior” (BOSI, 1992, p. 17). No intuito de evangelizar os índios, o clero ficou responsável por “manter a lealdade dos povos coloniais às Coroas ibéricas” (ALENCASTRO, 2000, p. 24), enquanto a Coroa se manteve centrada nos mercados de escravos do Atlântico Sul. Afinal, o conhecimento da política nacional advindo das relações com outros povos colonizadores, como a Holanda ou a França, fez com que o índio adquirisse um maior conhecimento da política colonial portuguesa. E isso fez com que os grupos indígenas resistissem ao próprio Tratado de Tordesilhas. Em decorrência disso, a conversão jesuítica foi importantíssima para os propósitos portugueses: ela educava e reformava os costumes (BOXER, 2011).

No regime donatário de terras das capitanias hereditárias, as atividades primordiais, a agricultura, a pecuária e a mineração, ainda eram visíveis costumes feudais diluídos à prática capitalista, o que desagradou aos índios, algo também presente no romance histórico de Ubaldo por intermédio do personagem Balduíno. Nem o português nem o índio desejavam se submeter ao trabalho manual, e isso fez com que sua relação se alterasse. A proibição da escravização de índios e a pouca resistência destes às doenças europeias tornaram urgente uma solução para o fornecimento de escravos (BOXER, 2011).

A expansão e intensificação do comércio de negros foi uma das consequências do exemplo de São Tomé, que demonstrou notável progresso econômico. Mesmo com a seca, havia regiões de solo rico para o cultivo na América portuguesa, como a Várzea de Pernambuco e o Recôncavo da Bahia. O pouco acesso ao interior não oferecia outras alternativas.

Os escravos mandados para o litoral brasileiro “eram obtidos sobretudo em várias regiões da África Ocidental a norte do equador, antes de 1550, e sobretudo no Congo e em Angola durante a segunda metade do século XVI” (BOXER, 2011, p. 105). Seu trato com a terra, com os animais, com as construções, além de seu sistema monárquico de regência, atraiu a admiração dos portugueses:

Contentaram-se em reconhecer os reis do Congo como seus irmãos de armas, tratá-los como aliados e não como vassallos e tentar convertê-los, a eles e aos seus súbditos, através do envio de missionários ao Congo e da educação de minorias escolhidas de jovens congolezes em Lisboa. As primeiras embaixadas e missões portuguesas ao Congo incluíram não só missionários e frades, mas também artificies e artesãos, tais como pedreiros, serventes, ferreiros e trabalhadores agrícolas. [...] Várias mulheres portuguesas foram enviadas para ensinar às senhoras congolezas a arte da economia doméstica tal como era praticada em Portugal. Um dos príncipes congolezes enviado para a Europa a fim de ser educado foi, na devida altura, consagrado bispo titular de Utica, com o consentimento assaz do papa, conseguido graças à insistência do rei de Portugal, em 1518. O mais ardente defensor da religião e da civilização ocidentais no Congo seiscentista foi o rei Nzinga Mvemba, baptizado D. Afonso I depois da sua conversão ao cristianismo e fez tudo o que pôde para implantar a nova religião através do ensinamento e do exemplo. Os missionários, comerciantes e trabalhadores portugueses eram calorosamente recebidos e, pelo menos durante algum tempo, os Congolezes mostraram uma entusiástica vontade de adoptar (ou adaptar) padrões de vida europeus, procedendo o que aconteceu com os Japoneses cerca de 350 anos mais tarde. Que foi, então, que impediu este reino banto de se ocidentalizar há quatro séculos e meio, quando tanto D. Manuel I de Portugal como o rei Afonso I do Congo encaravam esse facto como algo a desejar devotamente? (BOXER, 2011, p. 107).

Além dos poucos missionários que sobreviviam ao clima tropical, os que atendiam à vocação estavam em menor número, e a atenção de Portugal estava sobre o Marrocos, onde acontecia uma guerra contínua. O resultado foi que

A irrupção das hordas canibais jagas da África Central no reino do Congo em 1568-1573 devastou, durante anos sem fim, várias regiões, antes de estes selvagens terem sido expulsos por uma força expedicionária portuguesa. Mas a razão fundamental do falhanço foi, sem sombra de dúvida, a estreita ligação que rapidamente se desenvolveu entre os missionários e os traficantes de escravos. Esta ligação estava firmemente estabelecida antes da invasão jaga (BOXER, 2011, p. 108).

Posteriormente, a exportação de escravos se deu principalmente de Angola para o Brasil, mas a notória relação com o Congo não passou despercebida para João Ubaldo Ribeiro. Em *O feitiço da ilha do Pavão*, o rei Mani Banto Afonso Jorge II do quilombo da Ilha do Pavão é um personagem que carrega tal herança da aculturação e da valoração da fé católica. Seu ideal de pureza de raça justifica a dominação dos congoleses sobre os que possuem sangue puro, o que não só aproxima o comércio escravista da África com o Brasil, como também revela as contradições dessas relações proveitosas à Coroa.

A maioria dessa população escrava e negra no Brasil estava concentrada em Pernambuco e na Bahia, que se tornaram os centros produtivos e populacionais mais importantes. Essa convergência foi alvo de crítica ao clero da região, mas seu valor local era inegavelmente cobiçado por outros países europeus:

No fim do século, um deles podia vangloriar-se junto do Governo de Lisboa de que o açúcar do Brasil era mais lucrativo para a monarquia dual ibérica do que toda a pimenta, especiarias, jóias e produtos de luxo importados dos Indianos da “Goa Dourada” (BOXER, 2011, p. 113).

A própria agricultura tropical trazia resultados incertos reunidos aos altos gastos necessários ao sustento da vida extravagante dos senhores de engenho. O surto de febre amarela no Brasil na segunda metade do século XVII foi decisivo para que ingleses e franceses tivessem os próprios cultivos em suas colônias (BOXER, 2011).

O centro econômico do Império Colonial Português havia mudado de Goa para Salvador por volta de 1725, em virtude da produção de açúcar e tabaco brasileiros, que eram exportados e reconhecidos por sua distinta qualidade (BOXER, 2011). Porém, a crise no investimento da cana-de-açúcar no Brasil se fez sentir sensivelmente no mercado exterior. Os sintomas foram: “[...] a baixa dos preços, o comércio escasso, impostos elevados, trabalho escravo dispendioso e insuficiente, tudo se conjugava para tornar a sua ocupação extremamente ingrata e incerta” (BOXER, 2011, p. 156).

Assim, a esperança do renascimento da economia luso-brasileira havia surgido em 1690, com a descoberta do ouro em Minas Gerais. A repercussão se deu desta forma:

A descoberta de ouro e diamantes no Brasil e a sua exploração numa escala até então inédita teve várias e profundas repercussões no mundo português. Em primeiro lugar, e pela primeira vez, conduziu uma grande porcentagem da população das regiões costeiras de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro para as regiões mineiras do interior do Brasil. Este movimento não se assemelhou à penetração lenta e persistente já efectuada noutras áreas, como por exemplo no vale do rio São Francisco, por grupos reduzidos de criadores de gado que eram escassos para a extensão do território, mas foi uma emigração *en masse*. Em segundo lugar, ao mesmo tempo que muito estimulava a economia colonial, ajudando assim a resolver uma crise econômica, deu início a outra, porquanto atraía mão de obra escrava e livre das plantações de açúcar e tabaco e das cidades costeiras, que procurava um emprego mais remunerativo nas explorações mineiras. Uma acentuada subida de preços resultou também de uma escassez de mão de obra associada a uma produção aurífera cada vez maior. Em terceiro lugar, o aumento da procura de escravos oeste-africanos para as minas e plantações do Brasil conduziu a um aumento correspondente do comércio escravagista com a África Ocidental e à procura de novos mercados de escravos nessa região. Mesmo em Portugal, a exploração dos recursos minerais brasileiros e o grande reflorescimento do comércio português com essa colônia permitiu à metrópole resolver o problema da sua balança deficitária com o resto da Europa através do ouro. O ouro e os diamantes do Brasil enriqueceram também enormemente a Coroa, a Igreja e a corte e deram a D. João V os recursos financeiros suficientes para não ser obrigado, durante o seu longo reinado (1706-1750), a ter de convocar uma única vez as Cortes para lhes pedir dinheiro (BOXER, 2011, p. 162).

De 1750 a 1778, D. José constatou a liderança jesuítica em relação aos índios guaranis, a quem considerou perigosamente subversivos, uma vez que, devido à eficácia da educação jesuítica, reivindicaram a sua capacidade de autogoverno e recusaram participar do Tratado de Madrid, o que ocasionou a Guerra Guaranítica (1753-1756). Os jesuítas foram considerados culpados por esses conflitos, algo que pode ser mais bem ilustrado na obra *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama. A capacidade de autogoverno dos índios, porém, foi concedida e mediada de maneira a “Separar os governos temporal e espiritual dos índios e subtrair de vez estas populações da esfera de influência dos regulares, integrando-as no corpo da monarquia e tornando-as instrumentos da colonização portuguesa” (RODRIGUES, 2014, p. 270).

Em 1763 a prosperidade da empresa mineradora no Brasil fez com que a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro fosse

estrategicamente necessária no Atlântico Sul, e a recorrência à metrópole era garantia para a importação dos fatores de produção, ou seja, os africanos escravizados:

Realizando a reprodução da produção colonial, o tráfico negreiro se apresenta como um instrumento de alavancagem do Império do Ocidente. Pouco a pouco essa atividade transcende o quadro econômico para se incorporar ao arsenal político metropolitano (ALENCASTRO, 2000, p. 28).

A ferramenta e o produto, então, encontram o seu elo na estrutura do império no Brasil. À conveniência das empresas exportadoras de escravos que operavam em Angola e Benguela, a preferência era dada a escravos com habilidades de lavradores (RODRIGUES, 2014). Em consequência dessa proximidade, Portugal passou a impor mais ordem na colônia (HOLANDA, 1995). A vida cotidiana na colônia se edificou junto às cidades, de maneira não planejada, mas natural. É nessa contradição que a figura do homem cordial, postulada por Sérgio Buarque de Holanda, surge dos domínios rural e patriarcal como espírito pelo qual se lida com a ordem violenta instituída nos alicerces da colonização brasileira, que permanece até os dias de hoje. Um exemplo é Balduino Galo Mau, personagem de *O feitiço da ilha do Pavão* que lida com diversos conflitos da ilha, também permeada pela convivência das famílias das casas grandes com os hábitos sexuais e alimentares dos negros da senzala advindos da África (FREYRE, 2013). Somados à falta de afirmação da identidade racial, esses dois elementos articulam-se de maneira a sublinhar o grande proveito que o colonizador tomou para si da sua relação com o índio e com o negro (BOSI, 1992). Prova disso são os índices demográficos da época, os quais apontavam que, de início, o negro era pouco visto no litoral e depois passou a ocupar regiões de alta atividade econômica, inclusive o interior minerador. Por isso que o sertão, o interior da colônia, tornou-se refúgio de excelência para esses dois tipos, uma vez que garantia liberdade, afastamento e condições de anonimato. Nesse contexto que Tereza de Benguela se tornou líder de uma comunidade quilombola na região conhecida hoje como o estado do Mato Grosso.

A destruição do quilombo que chefiava e a sua prisão, ocasionadas pela administração colonial, resultaram na exposição de sua cabeça decapitada

para ratificar o domínio português. No entanto, não foi somente a violência física utilizada para essa finalidade.

A extração do ouro era essencial para legitimar a riqueza da metrópole. Por isso, as mesas de inspeção de ouro eram mais rígidas quanto à obediência às ordens diretas do governo central (PRADO JÚNIOR, 2011). Porém, de fácil extração, a bonança do ouro atraiu vários indivíduos. Não era à toa também que a prática da evasão do ouro dos buchos para as carapinhas era frequente entre os escravos. Supondo esse costume, elencado juntamente à cobrança de impostos por parte da Coroa, a abertura da derrama foi institucionalizada. Num contexto em que a economia local não era incentivada, esses fatores motivaram a Inconfidência Mineira (1789).

Tais aclames políticos juntaram-se à ativa vida social em Vila Rica, que dispunha de manifestações artísticas, culturais e religiosas, o que tornava possível a particularização de um caráter comum na colônia. Isso era visto como uma ameaça aos velhos padrões coloniais que, mesmo suprimida, não foi tão grande quanto a vinda da família real para o Brasil.

A necessidade de equiparar a colônia à realidade europeia fez com que aspirassem a uma autonomia que, na figura de D. Pedro I, tornou possível a independência nacional como uma iniciativa da elite do país. Na África isso demorou um pouco para acontecer.

### 2.3 *A África Oriental portuguesa*

Depois da paragem da comitiva de Vasco da Gama entre os anos de 1497 e 1499, em princípio a presença de Portugal não se fez notar na África Oriental:

Ao contrário do sucedido no Atlântico, a presença portuguesa tem um impacto amortecido nas margens do Índico. Ali, os europeus buscam se apropriar de zonas devassadas por mercadores árabes de Oman e indianos islamizados do Guzurate, importante região têxtil. Durante décadas a Coroa procura drenar esse comércio para as águas lisboetas, através da rota do Cabo. Tal política dá lugar a desencontros entre a Metrópole e os portugueses da Ásia, os quais, atrás de negócios da China, navegavam por vezes “contra o vento, contra monção, contra maré e contra razão”, como escrevia o autor de *Peregrinação* (1614) (ALENCASTRO, 2000, p. 15).

É mister salientar as diferenças entre a colonização no Atlântico e aquela registrada no Índico. Tal como a vida de Fernão Mendes Pinto, o escritor da referida obra, as desventuras portuguesas no Oriente não são livres de conflitos, tais como a Revolta dos Casados em Goa (1587), cujos interesses eram maiores que os da Coroa, e o excedente da produção colonial acabou por ter outro destino que não a rede metropolitana.

O contrabando e o crescimento do comércio em Goa enfraqueceram a ligação de Portugal com a Índia, o que acentuou “um racha no Império do Oriente” (ALENCASTRO, 2000, p. 16). Ainda assim, Índia e Moçambique se distanciaram bastante, mesmo que um território tenha se tornado paragem para o outro.

O comércio com o Império de Monomotapa (1325-1700), em contato com os povos chonas, foi conquistado aos poucos pelos portugueses. Das trocas de especiarias efetuadas com árabes, persas e indianos, os lusos chegaram a obter controle do comércio de ouro, ferro, cobre e marfim. A situação do pagamento de impostos ao império Monomotapa, entretanto, tornou-se insustentável uma vez que se enquadrava na situação de vassalagem do império ultramarino português (HERNANDEZ, 2008). Na ambição de controlar a produção, o avanço para o interior foi iminente.

A incursão para o interior tinha como ambição a exportação de marfim e ouro, e o transporte fluvial pelo rio Zambeze levou os portugueses ao estado de Zimbábue, que estava em declínio. Com a fundação de Sena e Tete, o comércio direto de ouro, ferro, cobre e marfim fomentou um controle direto das minas (HERNANDEZ, 2008). Os pedaços de terra tornaram-se cada vez mais chamativos com as conquistas e as produções derivadas disso. A cessão de escravos aos portugueses por parte do imperador de Monomotapa foi celebrada com a conversão da realeza em D. Sebastião, a nova alcunha do soberano, outorgada pelo padre Gonçalo da Silveira.

O inglês C. R. Boxer acentua a resistência aos moçambicanos convertidos ao catolicismo na Índia em sua obra *A Igreja militante e a expansão ibérica 1440-1770* (1978), ao tomar como exemplo “o frei dominicano Miguel de Apresentação, sobrinho e herdeiro do ‘imperador’ de Monomotapa, formalmente convertido ao cristianismo em 1629” (BOXER, 2007, p. 22, grifo do autor), que se deparou com a relutância dos indianos em razão da cor de

sua pele. Esses “padres e frades de Moçambique, alvos frequentes das críticas hostis dos governadores e das autoridades coloniais, eram mestiços ou mais comumente membros do clero secular goense” (BOXER, 2007, p. 23). O ordenamento aos moçambicanos de matriz bantu, entretanto, era algo raro, algo que nunca aconteceu até 1954 (BOXER, 2007). A catequização foi o principal instrumento para a colonização portuguesa até então, uma vez que era responsável por transpor a ordem anterior para a ordem colonial. Em Moçambique, porém, ela não vingou. Esse foi um processo cada vez mais difícil em razão das poucas ações possíveis no território da África Oriental, tanto que, em 1759, com a expulsão dos jesuítas dos territórios pertencentes a Portugal, constatou-se a inexistência de marca cristã no território (CAPELA, 2010). Ela também encontrou oposição que definiu os contornos nada lineares da colonização em Moçambique, cujo elemento diferenciador é a cultura bantu, o que inclui o multilinguismo que até os dias de hoje vem a caracterizar o país (CAPELA, 2010). As várias comunidades que conviveram e ainda convivem em Moçambique nunca foram algo fácil de se entender<sup>29</sup>, e o tratamento similar ao de unidades feudais se tornou o mais próximo da realidade diante dos colonizadores, que, na figura de autoridades, elegeram chefias locais.

No tocante à escravidão, o historiador moçambicano José Capela ressalta que, diferentemente da economia brasileira, o modelo escravista não é central em Moçambique. Na verdade, a própria categoria possui equívocos criados a partir do modelo atlântico e ocidental. “Não era um ser desprezível, sem direitos, nem um instrumento para trabalhos forçados” (ALTUNA, 2006, p. 184), uma vez que o respeito pela dignidade humana é característica inerente aos bantu. Não se tratava de um objeto de proveito, e sim de um contrato em razão de guerra ou de outras causas:

A escravatura negra teve suas origens. O surgimento de uma aristocracia guerreira originou, como polo oposto, a casta dos escravos. Desde sempre, o africano reduziu à escravidão, ao cativo, os prisioneiros de guerra ou de conquistas. A troca da vida

---

<sup>29</sup> Boxer (2007) acentua a dificuldade no seguinte excerto: “A maioria dos missionários que trabalhavam na África compartilhava essa opinião e se habituara a comparar desfavoravelmente os bantos ‘semicivilizados’ ou ‘não civilizados’ com os civilizadíssimos japoneses e chineses” (BOXER, 2007, p. 62). Por isso, o esforço em aprender as línguas bantu era necessário ao processo colonizador, mas também sinônimo de que poderiam dialogar e, assim, se articular com esses povos.

perdiam a liberdade, embora não definitivamente. Ficavam como escravos de guerra ou cativos.

Outra forma, usada até hoje, provém de dívidas por contratos, não saldadas. O devedor ou um membro da família passa, como escravo, a pertencer ao credor. Ou então é uma pessoa que se entrega a outra para assegurar a sua subsistência e da família.

Esta escravatura temporária vem a ser, ao fim e ao cabo, uma hipoteca ou contrato de trabalho.

Acontece também entregar uma pessoa, como refém, para obrigar a cumprir um contrato. Em casos de pobreza extrema, entregam-se como escravos a outros mais ricos. Os apertos económicos de um pai ou de um tio levam o filho ou sobrinho a entregar-se como escravo temporal, a hipotecar-se.

Como a maioria das culpas são castigadas com multas, se o réu não as pode saldar, passa à escravidão. Por exemplo, o adúltero pode ter de servir uma temporada em casa do marido lesado. Da mesma forma, o filho que seduziu uma das mulheres do pai polígamo. A perda ou desvio do alambamento por parte do depositário é uma desonra para a mulher alambada. Enquanto não for repostado, ela pode ter de ficar como escrava do marido injuriado. Estas espécies de escravatura não mancham a dignidade.

Na escravatura por dívidas é corrente que o escravizado trabalhe para o credor até saldar a dívida, porque o trabalho não reduz a dívida, é um simples interesse. Mas este escravo exige um tratamento digno, pois hipotecou o seu trabalho, não a pessoa. O credor beneficia do seu trabalho, mas não tem sobre ele nenhum direito de propriedade. Noutros grupos, o trabalho salda a dívida.

Estes escravos permanecem membros da comunidade com plenos direitos. O credor deve tratá-los como aos outros membros da família. E não são raros os casos em que o escravo se casa com uma pessoa da família do credor, se a dívida fica saldada em pouco tempo.

[...]

Os escravos, cativos de guerra ou razias, depois de duas ou três gerações, passavam em geral a 'cativos de choça ou casa'; escravatura mais suave porque se integravam rapidamente na família.

[...]

Nunca se tornavam seres vis e desprezíveis. Nenhum escravo inocente podia ser morto pelo dono (ALTUNA, 2006, p. 184-186, grifo do autor).

Assume-se, com o trecho acima, que havia escravos com mais privilégios que outros. Porém, o carácter excepcional da escravidão em Moçambique fez com que a história de classes na região fosse movida pela manutenção de *status* por solidariedades verticais (CAPELA, 2010). Isso não significa, é claro, que não houvesse chefes negros que ignorassem tais princípios. Os que não os seguiam tratavam de vender os escravos nas estações costeiras.

Mesmo com tais peculiaridades, o sistema de dominação europeu foi transposto para a realidade africana de maneira que seu reflexo é perceptível até hoje na alcunha de prazos, unidade de apropriação das terras pela colônia portuguesa (CAPELA, 2010).

O milagre na exploração na região de Monomotapa e a conversão do imperador não eram fatos insignificantes. Os portugueses haviam se inserido na estrutura social africana, o que resultou numa simbiose civilizacional de caráter político-administrativo, cultural e social, principalmente na esfera familiar. Havia a inclinação de alguns em se assimilarem, mas também havia a cessão de terras para alguns aventureiros e mercadores portugueses que porventura fossem para Moçambique. Esses conflitos podem ser percebidos nos impactos causados pela presença de António Gregório na comunidade achicunda, como se verifica em *Choriro*, inclusive nos seus descendentes. Existiu quem reivindicou a cidadania portuguesa e esqueceu-se da África, como António, da mesma maneira que Sejunga, o mais branco de todos, tornou-se hábil caçador de elefantes, o que gerou uma transformação nas relações. Houve resistência da parte dos povos locais em relação ao comércio de escravos, mas a dinâmica do tráfico negreiro fez com que Moçambique se tornasse colônia autônoma (HERNANDEZ, 2008).

A conversão de mulheres africanas em mulheres europeias foi marca do período de emprazamento, principalmente na Zambézia, e mostra de que tal fenômeno não era exclusivo aos homens. As senhoras dos prazos, por serem entendedoras da tradição moçambicana, tornaram possível um fenômeno de materialização nas relações sociais e de poder, no que resultaram as formas diferenciadas de escravidão em Moçambique (CAPELA, 2010).

O comércio, concentrado na Ilha de Moçambique e no recife da cidade de Lourenço Marques, fundada em 1782, fez com que alguns dos líderes locais se digladiassem em relação às transações, que registravam alta procura de marfim para Europa e Índia. Somando-se a secas e epidemias, o aumento do tráfico de escravos foi iminente. A pressão inglesa, atuante principalmente no Atlântico, fez com que o tráfico se intensificasse de Moçambique para o Brasil e Angola. Como Portugal não exercia de fato a suserania que reivindicava sobre o Estado de Gaza, compensava tal falta de atitude pela ação do tráfico, que foi

abolido oficialmente em 1836. Isso não significa, é claro, o fim do tráfico, quem dirá da escravatura.

Cada vez mais, as ideias liberais eram espalhadas pela comunidade internacional, o que consolidou os nacionalismos. Nesse sentido que a própria ideia de colonialismo foi rediscutida na comunidade internacional. Em Moçambique os itens que configuravam nações, tais como sentimento de origem, “língua, história, crenças, desejo de viver em comum e igual vontade de destino” (SILVA, 1994, p. 24), possibilitavam tal identificação. Portugal tentou oprimir revoltas enquanto pôde, mas os eventos decorrentes da Revolução Francesa fizeram com que desviasse seus olhos do Oriente mesmo com o tráfico negreiro em atividade.

Nessa integração de Moçambique com o pacto colonial, os escravos foram proibidos de desembarcar no reino, os portos foram abertos para os cidadãos da Ásia portuguesa, a construção naval foi estimulada. Os senhores dos prazos resistiram a entregar suas terras aos portugueses uma vez que preferiam outorgá-las a autoridades específicas. Isso mostra que o trato entre eles em relação à terra era dado de maior importância do que a relação entre a terra e os prazos<sup>30</sup>. Entende-se, assim, que a organização dos prazos circunscreve “a actividade e a evolução espiritual e material das sociedades na área colonizada” (CAPELA, 2010, p. 29) de maneira homogeneizante, e sua ação se dava principalmente por meio da cultura achicunda. Ao final do século XIX, entretanto, as companhias de plantação chegaram, o que encerrou o tempo dos prazos — não sem resistência, é claro. Houve revoltas armadas contra a “extinção imposta pelas companhias de implantação e contra o estado colonial moderno que se instalava no terreno” (CAPELA, 2010, p. 29). Após a morte do personagem Nhabezi em *Choriro*, a resistência à efetiva ocupação de Portugal em Moçambique tem Kanyemba como uma de suas figuras marcantes.

O fim da escravidão em Moçambique foi algo tortuoso. Sua ligação com a estrutura administrativa quase feudal dos prazos, em adição à ligação

---

<sup>30</sup> Isso se dá porque os prazos são uma espécie de *ethos* civilizacional, ou seja, fazem parte da formação dos envolvidos, que são um grupo de valores europeus e africanos relativamente homogeneizados. Por isso que a região da Zambézia, que possui caráter heterogêneo nos âmbitos social e geográfico, é uma das parcelas sociais de Moçambique que melhor representam esse processo de toque aristocrático (CAPELA, 2010).

familiar, cultural e linguística que constitui o caráter social do homem moçambicano, é dado que torna a venda do corpo pelo próprio indivíduo um fato que define a estrutura do sistema escravocrata colonial moçambicano do século XVI até o final do século XIX. Os hábitos e as rotinas dos cativeiros tradicionais foram uma base fundamental para o escravismo colonial moderno. Os escravos estavam presentes em todas as estruturas sociais e atividades políticas e econômicas e foram responsáveis pela produção da liberdade dos indivíduos. Portanto, todos da estrutura administrativa e social davam suporte secretamente ao tráfico (ZAMPARONI, 2012). Foi com a proibição no Brasil pelas leis nacionais que o comércio de escravos se concentrou ao centro-norte de Moçambique, tendo em vista que a presença e a ação dos barcos ingleses eram menos ostensivas na África Oriental.

Assim como no Brasil, a libertação dos cativos do regime de trabalho escravo passou por diversas fases. A primeira, pelo “Regulamento sobre os libertos” (1853), fez com que a liberdade fosse sujeita a um julgamento ético. Em 1854, um novo decreto fez com que a subserviência compulsória por dez anos se tornasse o preço para a liberdade, uma forma de indenizar o senhor do escravo. Em 1879 é que a escravidão foi legalmente banida. Tal medida se mostrou uma reorientação da política colonial, em que ocorreu a

Substituição do caráter mercantil pela atividade produtiva intrínseca ao capitalismo da segunda metade do século XIX, ainda que tal orientação, de fato, pouco tenha mudado as condições impostas aos trabalhadores africanos (ZAMPARONI, 2012, p. 35).

Desvios à regra ainda eram presentes. Um grande exemplo era Nhungunhane, grande líder do Estado de Gaza que “vendia escravos para traficantes árabes da costa e a escravidão doméstica, particularmente feminina” (ZAMPARONI, 2012, p. 35). Ele somente foi derrotado pelos portugueses em 1895.

A organização dos prazos era estruturalmente tão forte, que, mesmo com a sua extinção, em 1832, com a legislação de Mousinho da Silveira, o documento figurou como letra morta no território. Em 1867, com a retomada de Portugal em relação à colônia, instituiu-se o imposto da palhota. A instituição do imposto do mussoco fez com que o sistema se mantivesse em suas configurações territoriais e administrativas, mas com aspecto de Estado liberal.

A legalização do antigo sistema para o século XIX tornava claras as reformas institucionais de caráter civilizacional e imperial. Finalmente as ideias do colonialismo estavam em aplicação na África Oriental.

A constituição de um novo tipo de colônia era imposta pelas demandas do mercado. A prestação de serviços era o que movia a economia colonial da África Oriental portuguesa, e a sua força de trabalho era o principal produto comercializado. Em outras palavras, para suprir a demanda das regiões vizinhas e *plantations*, não havia trabalho assalariado. Trata-se de uma forma moderna de escravidão voltada ao manejo dos espaços para que se criassem condições para a cumulação capitalista. Aqui o Estado colonial moderno parece surgir, contudo ao custo da inexistência de um mercado interno integrado ou de moeda para circulação. Por isso que as companhias concessionárias,

[...] constituídas principalmente por capitais estrangeiros — ingleses e franceses —, tornaram-se verdadeiros Estados, acumulando direitos político-administrativos, poderes policiais, emitindo selos e moeda próprios. As datas de fundação e os capitais nelas envolvidos mostram que a criação das Companhias foi uma tentativa da metrópole para enfrentar a concorrência aberta pelo imperialismo britânico, adequando-se às exigências da Conferência de Berlim ao abrir a colônia às novas exigências do mundo capitalista, bem como um indicativo da sua internacionalização. Destas a Cia. de Moçambique, fundada em 1888, foi a mais importante e duradoura (ZAMPARONI, 2012, p. 41).

Com o sul concedido à empresa Rand<sup>31</sup>, dedicada à extração de ouro e carvão, Lourenço Marques consolidou-se como a cidade mais importante de Moçambique em razão de seus portos e sua posição estratégica em relação às regiões aurífera e carbonífera.

Moçambique se tornou um território apetecível aos caçadores de aventuras. A dificuldade geográfica de Portugal em exercer sua soberania, de

---

<sup>31</sup> Essa foi uma empresa ligada à África do Sul, colônia do império britânico. Seu nome vem de Witwatersrand, uma cordilheira que, segundo as tribos locais, estava repleta de ouro. Durante o século XIX, isso despertou a atenção de viajantes, que viam no local a concretização do mito de Eldorado. A poucos quilômetros do local, o desnível do solo revelou o surgimento do minério, motivo para a corrida do ouro em 1886. A iniciativa deu origem à cidade de Joanesburgo, atual capital da África do Sul. Inicialmente uma companhia que tinha o propósito de dividir ferramentas e conhecimentos da mineração local, a Rand estabeleceu ligação entre Witwatersrand e o litoral. Posteriormente a ferrovia conectou territórios estratégicos do interior sul-africano e do leste da África com o litoral, de maneira a facilitar o transporte de minérios e outros bens comerciais. Um desses locais foi Lourenço Marques em 1895.

todo modo, persistia. O sentimento de pertencimento sagrado oriundo de Portugal ainda era latente, mesmo com a dependência dos acionistas estrangeiros, tanto ingleses quanto franceses, em cima da África Oriental portuguesa.

Os métodos de dominação eram a palmatória e o chicote, o que mostra o grau de crueldade e eficácia para a manutenção da nova ordem colonial. Dentro do projeto colonial, a imigração do excedente populacional da metrópole foi fator que fez com que a crescente hierarquização entre colonos fosse cada vez mais comum nos grandes centros urbanos. As diferenças linguísticas, religiosas e culturais se tornaram critérios que se materializaram na geografia dessas cidades, nos salários atribuídos e nos espaços dos meios de transporte:

Ao absorver a influência das novas hierarquizações raciais, os responsáveis pelo desenvolvimento urbano fomentaram lógicas de separação e segregação: a população africana e certas minorias étnicas e religiosas foram sendo afastadas das zonas mais salubres (a “cidade alta”) e confinadas a bairros suburbanos e guetos; espaços de convívio multiétnico (cantinas e prostíbulos) eram empurrados para os arredores; disposições regulamentares definiam quem se podia sentar e ficar de pé nos transportes públicos ou frequentar as praias citadinas; na administração, certos cargos estavam reservados para europeus, e nas tabelas salariais praticadas no sector privado os mecanismos de discriminação racial eram flagrantes. Na nova capital de Moçambique, o mal-estar dos estratos assimilados da população face a estas tendências foi articulado por descendentes de famílias afro-portuguesas, como os irmãos Albasini, num jornal (*O Africano*) fundado pelos próprios em 1908 (OLIVEIRA, 2014, p. 441-442).

Com vocabulário republicano e igualitário, o jornal surge no início do século XX num momento muito oportuno “para denunciar as inconsistências da ‘missão civilizadora’ portuguesa” (OLIVEIRA, 2014, p. 442, grifo do autor) em face à nova ordem colonial.

#### 2.4 *Portugal: o império derrotado*

Em Portugal, por sua vez, a improdutividade latifundiária era evidente em razão da falta de trato e gestão da terra, além do lento crescimento das exportações. Os modelos econômicos nas décadas finais do século XIX não comportavam boa projeção do país no comércio internacional, e a estratégia de

inserir um novo rei em cena não foi suficiente para acalmar os ânimos do povo por mudanças (SILVA, 2003).

A instituição do regime republicano em Portugal, ao início do século XX, tomou a dimensão de uma rebelião de civis republicanos. Como consequência, “o último rei de Portugal, D. Manuel II, partiu no iate real para o exílio na Inglaterra” (MAXWELL, 2006, p. 34).

Dentro do modelo moderno de Estado republicano, Portugal reorganizou o seu império colonial de modo a superar os erros da monarquia constitucional. Promovia-se uma autonomia relativa às colônias, garantidas de legislação trabalhista e protecionismo indígenas. A laicidade do estatuto republicano, nesse aspecto, assegurava respeito aos costumes locais. As primeiras cartas orgânicas, entretanto, ainda condicionavam a cidadania portuguesa ao assimilacionismo (TORGAL, 2009a). Ou seja, a República, na prática colonial, pouco mudou suas práticas assimilacionistas.

A Primeira Guerra Mundial gerou instabilidade econômica, social e política, de modo que a falta de maturidade histórica do país para com a figura do Estado se tornou um incômodo. A separação entre a Igreja e o Estado não agradou à população rural do norte da metrópole. Movido por suas tradições locais e pela valorização destas, esse provincianismo adquiriu instinto militar e nacional. Criou-se uma ideia de raça portuguesa que, aliada ao integralismo do movimento católico, deu origem às primeiras ideias do totalitarismo português.

Tudo isso girou em torno da geração nascida por volta de 1890, que, “ao contrário do idealismo racionalista, republicano e socialista, das anteriores gerações, propendia para outros ‘ideais’” (TORGAL, 2009a, p. 70). Entre eles, contemporâneo ao austríaco Adolf Hitler, também nasceu António de Oliveira Salazar e os seus futuros ministros.

O inconformismo à experiência republicana fez com que os líderes militares portugueses decidissem, em 1926, por uma forma de governo ditatorial<sup>32</sup>. A partir de então, as missões laicas foram extintas e as missões católicas tomaram o seu lugar. Junto a isso, houve limitação da autonomia financeira e administrativa das colônias. Evidenciou-se a distinção jurídica entre

---

<sup>32</sup> O historiador inglês Kenneth Maxwell (2006) enfatiza que os militares estavam insatisfeitos com a forma republicana, mas não tinham um programa para a mudança, o que os levou a se sujeitarem ao programa de Salazar.

indígenas e civilizados<sup>33</sup>. Todavia, não houve um programa político e econômico estruturado até a formulação de uma nova lei maior (MACAGNO, 2019).

O regime corporativo do Estado Novo, cuja constituição foi escrita por Salazar em 1932, tinha como base o regime corporativo de Mussolini, mas era um regime autoritário católico. Esse modelo de governo se pautava: pelos intelectuais conservadores e semifascistas; pelo apoio, em Portugal, da sua brutal polícia política — a Polícia de Segurança Pública (PSP), que, além de instrumento de repressão, atuava na espionagem e se mantinha afastada da política<sup>34</sup>; e pelas grandes empresas familiares monopolistas (MAXWELL, 2006).

Em razão disso que a estabilidade econômica era de grande interesse tanto aos pequenos agricultores e comerciantes quanto aos latifundiários e às grandes empresas, algo alçado por Salazar. A unificação econômica também incluía as colônias, respeitando as conveniências da metrópole e do império colonial português (TORRALBA, 2009b). Embora os Estados coloniais tivessem aparatos de um Estado moderno e cooperativo, não eram assimilados.

A lógica baseava-se nas tensões raciais entre indígenas e portugueses, sendo que estes levavam o brasão de povo europeu com a função histórica civilizadora, detentora e colonizadora em relação a outras civilizações, de acordo com o Ato Colonial de 1930. O resultado foi a permissão para que “a estrutura política tradicional fosse utilizada de forma legal, permitindo à burocracia colonial portuguesa controlar os ‘indígenas’, recrutando-os para as ‘atividades produtivas’” (HERNANDEZ, 2008, p. 516). As chefias tradicionais

---

<sup>33</sup> É importante esclarecer que aqui o termo “indígena” é utilizado genericamente para designar comunidades humanas que originalmente habitavam um local antes da chegada do colonizador. Ou seja, no tocante ao processo assimilacionista inerente à colonização, elementos autóctones como língua, cultura e visões de mundo próprias desse povo foram utilizados como fatores discriminatórios para separar aqueles que, na lógica etnocentrista, eram “civilizados” daqueles que não eram. Em relação ao colonialismo português, isso se aplica diretamente ao sistema de assimilação. Quando elaborado na forma de lei, como se deu em relação ao Estatuto do Indigenato desde o “Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique” (1926) até o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” (1954), gradualmente tornaram-se nítidas as contradições entre a legislação, que previa a assimilação como forma crescente de cidadania portuguesa, e a realidade do ostracismo aos povos autóctones, impedidos de acesso a outros níveis sociais pelo jugo português. Mesmo com a promessa de mudanças no início da década de 60, não tardou para que as guerras coloniais se acirrassem.

<sup>34</sup> O antropólogo Lorenzo Macagno considera ter sido grande estratégia de Salazar manter os militares afastados da política com apenas um militar responsável por mediar o conselho de ministros e o restante das Forças Armadas.

eram inferiores hierarquicamente às autoridades portuguesas, contudo colaboravam para, em troca, serem isentas de impostos e desfrutarem de outros benefícios.

Nesse ponto, as chefias, consideradas protetoras dos indígenas, atuavam num intenso abismo: se, no autoritarismo do Estado Novo, não havia outro partido para os portugueses senão a União Nacional (UN), nas colônias os indígenas não eram elegíveis a cidadãos. Não basta ser marcado como não português, também eram marcados como menores do que tal.

Ao seguir a lógica de os indivíduos e realidades se subordinarem à grande nação, “Salazar cravava seus olhos míopes nas despesas miúdas” (MAXWELL, 2006, p. 36). Isso ocasionou o congelamento de padrões portugueses nas áreas econômica e social. Se na metrópole as doenças infecciosas, a mortalidade infantil e o analfabetismo eram índices de alto atraso social, nas colônias as condições precárias de trabalho somavam-se às intempéries climáticas e econômicas, o que dificultava o pagamento de impostos (HERNANDEZ, 2008).

Não só nas despesas e nas intenções se mantinha míope, mas, como atesta a “Carta Orgânica do Império Colonial Português” (1933), Salazar também concedeu papel especial às missões religiosas. A educação estadonovista direcionada aos africanos ficava sob responsabilidade da Igreja Católica Romana, “com subsídios do Estado, de forma a limitar a acção das missões protestantes” (MENDONÇA, 1988, p. 10). Desse modo, verifica-se que o caráter protecionista em relação ao indígena e às suas características religiosas e culturais não era tão efetivo quanto o esforço estadonovista em incentivar a assimilação.

Durante o conflito mundial da Segunda Guerra, mesmo flertando com o nazismo alemão, Salazar cedeu ao Tratado de Windsor e, mais uma vez, Portugal se posicionou como aliado do Ocidente depois que lhe foi garantido o integral respeito de seus territórios na Europa, na África e na Ásia, além de um lugar como membro da Otan (MAXWELL, 2006). E mesmo com os consequentes processos de descolonização em andamento após o conflito, sendo o da Índia o primeiro de destaque, em 1947, Portugal se mantinha insensível à realidade política. O apoio popular ao regime era grande, desde os católicos aos latifundiários. Desde o início do Estado Novo, a concepção

romântica e folclórica do país até então lhe deu grande suporte, mesmo que seu desnível fosse grande em relação aos outros países. Isso é evidente nas leituras que desenvolvia Isabel Jeremias em *Crónica do Cruzado Osb*.

O conservadorismo de Salazar e seus aliados foi conveniente à ideia mítica de nação imperialista e católica. Fé, Pátria e Estado tornaram-se ingredientes do imaginário imperial regido por um sistema publicitário e educacional que define a particularidade do fascismo português (ROSAS, 2001). Dessa forma, muitos admitiam que as colônias eram parte da identidade portuguesa, como se Portugal não pudesse viver sem elas<sup>35</sup>. Também, em termos mais práticos, seria sentida a perda de “matérias-primas baratas, vultosos ganhos com a transferências de receitas de exportação, ouro, diamantes e mercados protegidos para os vinhos e têxteis de algodão portugueses” (MAXWELL, 2006, p. 39).

Por correr o risco de comprometer a sua soberania, a presença militar ostensiva nas colônias se deu por natureza estratégica. Além disso, a defesa do império se deu também por meio de vários formatos midiáticos. A apologia ao império não era pouca, e duas correntes surgiram: uma acreditava na superioridade da raça negra e em seu inerente poder de dominação da raça branca, que necessitava de ser guia para que a primeira não regredisse ao nativismo; a outra, voltada à criação de uma mentalidade imperial, tinha como base a domesticação dos africanos para que se transformassem, eventualmente, em portugueses.

---

<sup>35</sup> Segundo Luís Reis Torgal (2009a), em 1926, pouco antes de ser declarado o Estado Novo, o jornalista Augusto da Costa questionou várias personalidades portuguesas, militares e intelectuais, incluindo o poeta Fernando Pessoa, sobre o Império Colonial Português. As perguntas diziam a respeito à sua matriz histórica, à promoção de Portugal para potência europeia, à sua razão de ser em relação às colônias e às suas formas de assegurar o ânimo político. Suas respostas refletiram o desempenho da política estadonovista por anos. Quase dez anos depois, em 1934, essas respostas foram publicadas. Resumidamente, identificava-se uma concepção iluminista-liberal-republicana que dava razão ao protagonismo histórico português, mesmo que com certo espiritualismo medieval, indicado por Herculano, inclusive na “ideologia historicista do Integralismo Lusitano que transitou para o Estado Novo” (TORGAL, 2009a, p. 479). Ainda, fala-se sobre o legado de Portugal estar vinculado ao passado, mas não a um desenvolvimento presente, tempo no qual sua identidade se liga em demasia às colônias. Por último, à propaganda colonial era atribuída a função de dar ares otimistas e identitários. Dessa forma que se justificou, por meio da “vantagem” colonial, a influência moral de Portugal no desenvolvimento das colônias, cuja gente era considerada incapaz.

Essa última orientação, popular durante a década de 50 em razão da teoria do lusotropicalismo<sup>36</sup>, tinha como base a miscigenação. Tal concepção consagrava a quase milenar incumbência portuguesa de levar a civilização a outrem e dava pretensa sensação de democracia racial na dimensão de todo o império (HERNANDEZ, 2008). Na verdade, a portuguesa Cláudia Castelo aponta, em sua obra *O modo português de estar no mundo* (1998), que Freyre via na miscigenação uma forma de eliminar as diferenças entre os povos de maneira a provocar “a fusão de grupos diferentes, através da miscigenação salvadora” (CASTELO, 1998, p. 33). Isto é, tratava-se de um projeto de cultura e sentimento comuns.

A persistência em dar novos ares a essa matriz demarcadamente assimilacionista da colonização portuguesa foi o que motivou a toca do Acto Colonial pela Política do Ultramar Português, inserida na constituição e conduzida com muitos receios. Essa seria, de acordo com o historiador português Luís Reis Torgal (2009a), a modificação mais sensível no tocante às colônias, que passaram a adotar a denominação de territórios ultramarinos. Prezava-se pela manutenção da condição do diferente, com seus governos e suas administrações específicas. Dessa forma, quebrava-se com o ideal de uniformidade do regime estadonovista, que se apoiava, desta vez, numa maior solidariedade entre as províncias ultramarinas e a metrópole. Por isso que os esforços de Salazar para manter Portugal no mapa foram imensuráveis. Em crescente leitura, os diplomatas portugueses tinham contato com as teorias de Gilberto Freyre e procuraram nelas soluções para adequar Portugal, que nadava contra a maré da História, às novas demandas imperiais<sup>37</sup>. Então, o Ministério dos Negócios Estrangeiros convidou Freyre para estudar suas teses *in loco* nos espaços de Portugal e das províncias ultramarinas portuguesas. As

---

<sup>36</sup> O antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, autor do clássico *Casa-grande & Senzala* (1933), reconheceu em sua teoria a grande contribuição da etnia negra, oriunda da África, para a formação brasileira, consolidada por meio do encontro de três povos — o índio, o negro e o branco português. O mestiço é a figura eleita como legitimamente moderna para a democracia política (SCHNEIDER, 2012).

<sup>37</sup> A fundação da ONU – Organização das Nações Unidas (1945) foi um importante passo para que o mundo caminhasse contra a colonização de outros povos. O terror da experiência do Holocausto fez com que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, viesse a se tornar instrumento de luta contra genocídios, torturas, crimes de guerra e, além disso, o colonialismo. Ou seja, o Império Colonial Português estava com seus dias contados. Por isso, a ideia de lusotropicalismo, promotora de uma democracia racial e não política, mostrou-se bastante útil.

suas impressões da viagem foram registradas principalmente no livro *Aventura e rotina* (1953), que identifica a suposta democracia racial de sua teoria ao reconhecer na herança ibérica, demarcada pelos contatos entre cristãos católicos e árabes, elementos que se aproximam dos povos tropicais e orientais, criando uma singularidade colonizadora diferente da experiência anglo-saxã. Afinal, a lógica protestante e utilitária é diferente da lógica católica e mestiça da colonização lusitana (SCHNEIDER, 2012). Ainda que, para as ideias da época de Salazar, isso fosse coerente, num panorama maior revela as contradições de um *status quo* que preza por sua manutenção ao instrumentalizar-se de outros povos. Essa paralisia da história é tão presente quanto o anacronismo observado em *Aventura e rotina*, que não verifica os impactos da colonização portuguesa nas colônias, e sim a atuação portuguesa nesses espaços quando o autor compara o Brasil às experiências da África, como se reconhecesse comportamentos do Brasil colônia. Essa exotização do passado não é algo novo para Freyre, visto que a leitura hegemônica de sua obra cânone interpreta o Brasil por meio de apenas um ciclo de desenvolvimento da economia nacional<sup>38</sup>.

Mesmo lenta e realizada por meio da propaganda ideológica, essa política lusotropicalista tinha como foco as bases do povoamento europeu no ultramar. Em Lourenço Marques, por exemplo, as comunidades de portugueses, islâmicos, indianos e chineses obtiveram sucesso nos setores industriais e comerciais da cidade. Porém, tal tendência não é estendida ao restante da população, prova de que não houve transformações substanciais para os indígenas, o que era ressaltado pela violência e pelos trabalhos forçados<sup>39</sup>. A presença de colonos brancos é sentida rapidamente na década de 1960, e eles “dominavam o comércio e os ofícios semiespecializados, excluindo deles os africanos” (MAXWELL, 2006, p. 40). Compreendeu-se, no

---

<sup>38</sup> De forma mais clara, a teoria de Freyre foi apropriada pelo Estado Novo português para justificar o sentido de unidade como unidade civilizacional – com base no colonialismo português. Esse “termo de defesa da unidade do Império” (PINTO, 2009, p. 153), em conjunto às práticas e discursos institucionalizados, justificava a ação ideológico-administrativa do fascismo português no espaço colonial e nos conflitos internacionais, o que ratifica as posições sociais inseridas nesse âmbito; uma *práxis* de darwinismo social.

<sup>39</sup> Uma outra prova de que não havia transformações significativas é que a representação indígena nos conselhos legislativos era bem diminuta, limitada a um representante escolhido por governante. Ainda, o conselho incluía apenas Guiné, Moçambique e Angola, mas excluía Timor Leste e São Tomé e Príncipe.

campo educacional, que o acesso aos níveis subsequentes de ensino era reduzido, e dos poucos que possuíam acesso a esses estágios originou-se a pequena burguesia formada pelos primeiros jornalistas, poetas e ficcionistas moçambicanos (MENDONÇA, 1988). Esse foi o início para o movimento de libertação do país por meio das guerras coloniais, o que também comprometeu as relações de Portugal com os países do Atlântico Sul (MARGARIDO, 2000).

A instabilidade do império, que criou clima de insatisfação e desilusão, foi alimentada com o incentivo à luta anticolonial dos países recém-independentes. Seu tom ideológico adquiriu ares nacionalistas e tendia cada vez mais a uma crítica marxista. Os movimentos de libertação ganharam contornos cada vez mais definidores, bem diferentes dos movimentos nacionalistas de outras colônias europeias. “Na África, quando franceses e britânicos estavam libertando suas colônias, guerrilhas nacionalistas africanas insurgiram-se contra os portugueses em Angola (1961), Guiné (1962) e Moçambique (1964)” (MAXWELL, 2006, p. 38-39), o que evidencia o atraso de Portugal estadonovista no tocante às questões de seu tempo. A perda de Goa, em 1961, foi dissimulada por Salazar, mas não passou despercebida pelas outras colônias<sup>40</sup>.

A acentuação da luta ideológica na África tomou ares internacionalistas quando os movimentos de libertação se associaram com outros países em razão do suplemento armamentista e da influência diplomática. Alguns desses de orientação marxista, tais como a Argélia, Cuba, a União Soviética, o Leste Europeu e a China, fizeram com que o domínio português se tornasse parte do problema; outros, como os Estados Unidos — o que reafirmou os contornos da Guerra Fria. Ou seja, nos conflitos pela formação da nação, reverberaram esses posicionamentos ideológicos. As lutas coloniais faziam com que houvesse maior necessidade de manter os alistados na África. Diante disso, mesmo que a mão de obra em Portugal se tornasse escassa por essa causa, o domínio sobre essas colônias permaneceu.

---

<sup>40</sup> Isso se deu porque, ao defender o domínio português em Goa, o exército da guarnição, que estava em quantidade numérica inferior, recusou-se a seguir as ordens de Salazar, que determinou a eles que morressem heroicamente no combate. A guarnição se rendeu, mas Salazar tratou de sujeitar os sobreviventes à corte marcial e à imprensa, que era controlada pelo governo. Eles foram alcunhados como covardes após o conflito, o que criou dissensões no Ministério das Forças Armadas em relação ao Estado Novo e à sua maneira de governar.

No caso de Moçambique, uma das medidas adotadas pelas Forças Armadas de Portugal, em especial da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), foi a organização de aldeamentos dos moçambicanos do interior da colônia e o recrutamento de parte deles, principalmente se moçambicanos, para liderarem como colaboradores. Essa medida assimilacionista visava manter o controle de populações rurais e torná-las unidades produtivas em razão de seu domínio cultural e linguístico (CABAÇO, 2009). Como havíamos falado anteriormente,

Esse empreendimento era mais barato à metrópole, mas ainda permanece recorrente a oposição ao negro selvagem e “terrorista”, notadamente em contraste com o branco europeu, detentor de instrumentos pacificadores e civilizados (CAETANO DA SILVA, 2017, p. 63).

Em resposta, as lutas coloniais se intensificaram. Em consequência, em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a autenticidade dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique em relação ao desejo de emancipação de seus povos do colonialismo. Com os planos de nação liberta em mente e os desentendimentos entre os militares no ultramar e o governo metropolitano, uma grande instabilidade foi gerada (MACAGNO, 2019). Tornou-se cada vez mais difícil para Portugal manter o seu império.

O panorama bipolar da Guerra Fria fez com que o governo português lutasse com recursos inesperados: o apoio dos Estados Unidos da América, oriundo também de uma das tentativas de Portugal para manter o seu domínio ultramarino, era cheio de interesses e ações políticas. A base de mísseis instalada em Açores, em 1945, motivou o governo estadunidense, por meio de sua agência de inteligência, a atravancar os movimentos de emancipação das colônias portuguesas na África.

Aponta Maxwell (2006, p. 75) que

Depois de 1970 a marinha dos EUA passou a usar cada vez mais os portos moçambicanos e angolanos, principalmente para evitar o constrangimento de frequentar a África do Sul quando o regime do *apartheid* enfrentava crescente oposição internacional. Havia especial interesse pelo porto de Nacala, em Moçambique, supostamente capaz de conter, com a infraestrutura técnica apropriada, toda a Sétima Frota dos EUA. Em meados de 1973, o Supremo Comando Aliado do Atlântico (SACLANT) iniciou um planejamento contingencial

para operações aéreas e navais de defesa da África do Sul. O SACLANT fez levantamentos das comunicações, aeroportos e portos das ilhas atlânticas e colônias africanas de Portugal.

Roosevelt e Kennedy, no entanto, mostravam posições anticolonialistas que se antagonizaram ao salazarismo, algo que foi sentido pelo mundo todo. A rebelião em Angola, ocorrida em fevereiro de 1961, foi um dos pontos altos para Kennedy recomendar a Salazar a descolonização desses países. Além disso, esse mesmo presidente estadunidense interveio de maneira “a dar ajuda velada a Holden Roberto e Eduardo Mondlane, eminentes nacionalistas antiportugueses em Angola e Moçambique, respectivamente” (MAXWELL, 2006, p. 80).

O Movimento das Forças Armadas – MFA era uma das bases principais do Estado Novo, e tal alicerce estava sendo fragmentado desde a perda de Goa. A isso se soma a instabilidade causada pelo infortúnio acontecido a Salazar.

Em razão de um traumatismo craniano, Salazar foi afastado do cargo, assumido por Marcello Caetano depois de um hiato. Mesmo protegido de Salazar, o posicionamento do professor de Direito é bem diferente daquele do primeiro. Caetano desejava modernizar Portugal, mas negligenciou a agricultura do país em plena crise no campo. “Era necessário o cultivo ininterrupto e diversificado, mas os campos jaziam ociosos devido à falta de trabalhadores” (MAXWELL, 2006, p. 44). O fenômeno da urbanização foi marcante, o que incluiu o surgimento de um grande empresariado e o incentivo aos investimentos estrangeiros. É em torno desse fenômeno que a escrita de *Crónica do Cruzado Osb.* registra as transformações na sociedade portuguesa.

A crise na Europa e os déficits econômicos, porém, tornavam maior a agonia da perda da África portuguesa<sup>41</sup>, uma vez que era peça econômica fundamental do regime corporativista do Estado Novo. No entanto, não se verificava interesse na construção de uma comunidade neocolonial nem por parte dos movimentos emancipacionistas, nem por parte do MFA. Numa concepção terceiro-mundista, influenciados pelos países do bloco soviético, os

---

<sup>41</sup> Maxwell estima que os rendimentos oriundos das colônias portuguesas na África equivaliam a 5% do PIB português.

povos da Guiné, de Moçambique e Angola desejavam a independência socialista.

Na troca de gestão entre os presidentes dos Estados Unidos da América, Nixon tem um posicionamento diferente dos de Roosevelt e Kennedy, pois ele reafirma a importância de Portugal manter seus domínios. Porém, o acirramento da luta pela emancipação nacional nas colônias tornaram as possibilidades de reforma liberal em Portugal ineficazes.

Os militares não concordavam com o tratamento do governo para com as diferenças entre as patentes hierárquicas e, por sua insatisfação, aliada a sintomas das falhas do governo perceptíveis a todos, elaboraram um plano de redemocratização que foi vetado, em grande parte, pelo esforço apologético de Spínola. Este escreveu um livro intitulado *Portugal e o futuro* (1974), que propunha a transformação das províncias ultramarinas em unidades federativas do Estado português. Em 16 de março do mesmo ano, buscando tomar o poder, “uma coluna militar avança para Lisboa” (COUTO, 2011, p. 279) sem sucesso.

No dia 25 de abril de 1974, os levantes das Forças Armadas eram sentidos em todo o país. O movimento teve forte adesão popular. Houve resistência somente por parte da polícia secreta. A fuga dos ministros de Caetano foi rápida, e o próprio foi exilado. Sem resistência, a ditadura foi derrotada. Como evidenciado por Agustina Bessa-Luís em *Crónica do cruzado Osb.*, “de repente, a atmosfera fizera-se tensa, a política ocupava todo o horizonte humano” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 28). As incertezas quanto ao futuro de Portugal haviam apenas começado.

## 2.5 *Brasil, Moçambique e Portugal: formações nacionais*

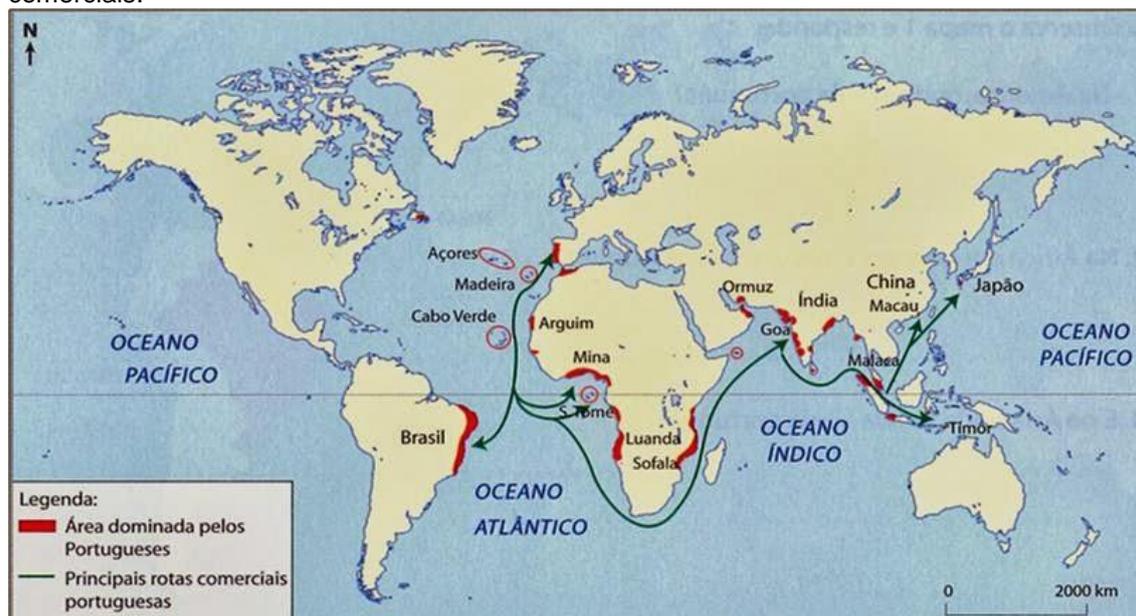
Portugal foi o primeiro país a se lançar na expansão marítima e também a nação que manteve o seu império por mais tempo. Seu projeto, todavia, foi indeciso, fazendo com que sua soberania sempre estivesse em risco e sujeita à dependência do uso da força ou da negociação. Por isso que seus processos foram mais extensivos e definitivos do final do século XIX até o século XX<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Boaventura de Sousa Santos (2003) afirma que isso ocorreu sob circunstâncias muito específicas.

Certo é que os portugueses se preocuparam mais com a pilhagem decorrente da colonização do que com o desenvolvimento econômico de suas colônias. O seu lugar periférico pode ser destacado sempre em comparação à Inglaterra, país ao qual era subordinado na conjuntura global. O mesmo deve ser considerado ao tratarmos de seu império colonial, cujos ditames eram normatizados pelos anglo-saxões (SANTOS, 2003).

**Figura 2** — Mapa do Império Colonial Português durante o século XVI e suas principais rotas comerciais.



Fonte: *site Historiando*<sup>43</sup>.

Isso não se restringe somente a padrões geopolíticos amplos, mas são comportamentos internalizados dentro do Império Colonial Português que institui normas quanto à convivência entre colonos e colonizadores. Por isso que, combinadas às particularidades locais, de suas ex-colônias emergiram nações com aspectos políticos bastante específicos. Sua relação com o colonialismo hegemônico, em todo caso, mantém-se, e a indecisão quanto ao futuro de Portugal se soma ao primeiro fator como conjunto de aspectos que delineiam os contextos de produção das obras do *corpus*.

Destarte, a pós-colonialidade se faz uma categoria definidora para a análise das obras elencadas e dos processos históricos dos países envolvidos. Edward Said reconhece, na obra *Cultura e imperialismo* (2011), a

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://histgeo6.blogspot.com/2016/10/imperio-portugues-do-seculo-xvi.html>>. Acesso em: 7 maio 2022.

interdependência entre a história e a cultura do colonizador e as do colonizado, de maneira que um se faz compreender em face do outro. É no eixo desse processo que o pós-colonial não só possibilita relacionar ex-colonizados e ex-colonizadores, mas também seus elos históricos e culturais (MATA, 2013). Ana Mafalda Leite (2012), no entanto, reconhece na pós-colonialidade índices de questionamento do estatuto colonial, como a diferença entre os desenvolvimentos econômicos e sociais das nações em contrapartida à tradição social que liga esses povos à sua história (modernidade e tradição), inclusive quanto ao uso da língua do colonizador em suas práticas sociais espontâneas e ao seu registro por meio da técnica da escrita (oralidade e escrita). Ainda, há a relação dos grandes centros econômicos e sociais em relação aos espaços menos acessíveis e/ou privilegiados (centro e periferia). Esses são fatores impressos nos decretos e registros do conflito em *O feitiço da ilha do pavão*, que mantém uma dinâmica cosmopolita com Salvador; na dinâmica do multilinguismo com o comércio com a África Oriental em *Choriro* que é relacionada ao movimento de interiorização de Moçambique.

No tocante à colonização portuguesa, Boaventura de Sousa Santos identifica aspectos que delineiam a sua particularidade<sup>44</sup>: a questão do gênero, da raça e da penetração territorial. A duplicidade entre o colonizador e o colonizado os distingue um do outro, o que torna as penetrações sexual, territorial e racial ligadas uma vez que o hibridismo, a ambivalência da cor da pele e o patriarcalismo tornam a reação a esses fatores fortes veículos de mudança, ou seja, impulsionadores do processo de descolonização (SANTOS, 2003).

Ao longo deste capítulo, tratamos da história do Império Colonial Português, destacando os estágios atingidos pela colonização no Brasil e em Moçambique, e também relacionamos a história de Portugal com a história do império colonial, vista por muitos como indissociável do início do Estado Novo português, desde o seu início até o seu momento de derrocada. Sendo assim, relacionaremos as contradições da história das nações envolvidas desde o seu

---

<sup>44</sup> De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003), a diferença imperial nasceu com a imposição da diferença colonial. Esses aspectos, por conseguinte, delimitam a subcolonização do colonizado, que é incidente na nessas maneiras de representar e conceber o presente marcado pelo subdesenvolvimento como resultado da colonização. E seus produtos de maior destaque são a violência racial, que eram expressos por intermédio da miscigenação e da cafrealização.

momento de emancipação até o momento de escrita dos romances históricos elencados neste trabalho<sup>45</sup>.

A independência do Brasil (1822), ocorrida por conveniência da elite local com aspirações emancipacionistas, ainda não selou sua ligação com Portugal. A instabilidade política após a partida de D. Pedro para reclamar o trono português era notória até que D. Pedro II assumisse a coroa. A persistência da monarquia fez com que fossem criadas “as condições para que o colonialismo externo sucedesse o colonialismo interno, para que o poder colonial sucedesse a colonialidade no poder” (SANTOS, 2003, p. 29). Por isso, nas palavras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 29), “tratou-se de uma das independências mais conservadoras e oligárquicas da América Latina”.

As ideias de nação nova, espalhadas pela imprensa ainda incipiente e pelos folhetins em circulação, consagraram uma ideia coletiva de nação por meio da literatura romântica do século XIX. O nativismo foi o elemento responsável por associar o direito ao território à própria independência. Porém, não há conciliação nas formas sociais desenvolvidas até então no Brasil e nas ideias importadas da Europa, tal como o conceito de liberdade, que influi até mesmo nas formas estéticas. No tocante à própria ideia de Brasil, há uma “falta de transparência social, imposta pelo nexos colonial e pela dependência que veio continuá-lo” (SCHWARZ, 2012, p. 29), o que justifica historicamente “esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital” (SCHWARZ, 2012, p. 30). A ideia de país livre, cultivada pela inteligência, não se conforma à ideia de trabalho escravo que ainda movia a economia brasileira.

Mesmo com a proibição do tráfico negreiro em 1830, somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz é que o tráfico foi criminalizado sob o pretexto

---

<sup>45</sup> Aqui, reconhece-se que a revolução de 74 foi um momento de emancipação de Portugal da condição de colonizador e de colonizado por um sistema desumano de exploração e alienação do homem. Conforme escreveu Aimé Césaire, em seu *Discurso sobre o colonizador* (1978), esse processo envolve tanto o colonizador quanto o colonizado, no sentido que apenas os valores comunitários tornam clara a percepção de que “a Europa tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história” (CÉSAIRE, 1978, p. 28), inclusive no tocante à subjugação de um modelo colonialista diante do outro. Como colonialismo periférico, o português tanto não se exime de sua culpabilidade como também é parte de um sistema maior e reificado de dominação do homem pelo homem.

de incentivar a soberania brasileira, embora a Lei de Terras, criada no primeiro ano, restringisse a posse de terras a poucas famílias que tinham relações com a Coroa e dificultasse o seu acesso a ex-escravos e imigrantes. A Lei do Ventre Livre, de 1871, tornou a escravidão uma questão de geração, uma vez que os filhos de mulheres escravizadas a partir daquele ano seriam livres. A intenção foi similar à da Lei dos Sexagenários, de 1885, que libertava os escravos com 60 anos ou mais com o préstimo de mais três anos de trabalho escravo como forma de compensação ao seu dono. Três anos depois, a Lei Áurea era assinada pela regente, a princesa Isabel. O documento decretou a extinção da escravidão no Brasil, mas sua prática ainda era presente no território. Na verdade, o sociólogo Jessé Souza (2019, p. 125) afirma que “[...] até a derrocada do escravismo (1888) e do Império (1889), as novas forças e práticas sociais em ação desde início do século XIX mostram-se ainda sob a lente de distinções e avaliações estamentais da ordem anterior”.

Sendo assim, é possível perceber que, no que tange à escravidão, tais relações ainda são carentes de reflexão. A importância do tema para as elites da época era tamanha, que a ambígua tentativa de expansão de elementos inseridos numa ordem social em que impera a competição ora revelava desfaçatez, ora revelava clara intenção de reafirmar sua posição. Tanto que a abolição se revelou “[...] uma ‘revolução social de brancos para brancos’, leia-se, um compromisso intraelite, inaugurando, a partir daí, um abandono secular de uma ‘ralé’ despreparada para enfrentar as novas condições socioeconômicas” (SOUZA, 2019, p. 125-126).

Em termos práticos, no entanto, foi um passo que seguiu a demanda pela ocidentalização da América Latina, o que no Brasil foi instituído no modelo republicano de governo. A formação econômica dominante do país já atendia ao capitalismo, porém suas bases não. Por isso, a penetração do capital inglês no Brasil foi necessária à criação de condições para o país estar minimamente ligado ao mundo moderno mediante a construção de meios de transporte e comunicação e também com a “dissolução da velha sociedade imperial, de montagem da nova estrutura urbana” (SEVCENKO, 2003, p. 43), da qual foi resultante a reforma da capital, o Rio de Janeiro, aos moldes da *belle époque*. O fluxo comercial e a concentração de fundos na capital, contudo, foram um arranjo propício à modernização aparente e à manutenção das oligarquias, que

permutavam suas decisões com base nos interesses dos latifundiários mineiros ou paulistas. A burocracia das instituições se tornou uma ferramenta útil de distância do indivíduo para com a cidadania, o que pode ser relacionado aos processos de assimilação e inequidade independentemente do primeiro processo.

Dessa forma, podem-se notar maneiras de normatizar comportamentos ditos civilizados em espaço brasileiro, a começar pela distribuição geográfica das malhas urbanas ainda advindas do contorno cartográfico da colonização — por meio do litoral. O desprezo pela população do sertão era notório, justificado pelos diferentes níveis de desenvolvimento, e seu ápice foi o conflito da Guerra de Canudos (1896-1897), denunciado por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902). Isso significa que, num país de dimensões continentais, desprezava-se o homem comum brasileiro, o mestiço (MARGARIDO, 2000), presente no cotidiano, em contrapartida ao homem da capital, civilizado aos moldes estrangeiros e apartado da realidade nacional em sua totalidade. E ainda assim, o culturalismo racista é conivente a uma prática meritocrática sem justiça quando “os imigrantes e os segmentos mais cultos ou semi-instruídos de origem nacional são os candidatos naturais a ocuparem os novos espaços” (SOUZA, 2019, p. 81). Houve um abandono das classes baixas, que se tornou invisível face ao trabalho dos intelectuais conservadores.

As amarras do pensamento da época e a formação de uma nação moderna são nítidas nos romances da década de 30, conforme foi falado, mas as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre ganham especial relevo porque têm o intuito de interpretar o Brasil recorrendo a elementos de ordem histórica, social e cultural. Sérgio Buarque busca sintetizar comportamentos que conectam os elos colonizatórios e o processo social brasileiro. Caio Prado Júnior estabelece uma percepção do presente baseada na lógica da colonização, o que permite entender a dinâmica histórica e social brasileira em sua particularidade. Gilberto Freyre, por sua vez, optou por explicar o Brasil por meio da estrutura colonial que dá nome à sua obra mais conhecida, *Casa-grande & Senzala* (1933). A organização do trabalho dos escravos, sua convivência com o hábitat dos brancos e latifundiários, além dos indígenas presentes na obra, não somente dão a ver esses contatos entre os povos que deram origem à formação étnica brasileira, mas também explora a

mestiçagem por intermédio das relações sexuais entre portugueses, negros e indígenas. Entre os deméritos, é possível entendermos uma paralisia da história brasileira quando o autor se utiliza de um dos ciclos econômicos da monocultura, o da cana-de-açúcar, para explicar um complexo processo de relações datado com mais de quatrocentos anos desde a colonização. Além disso, Freyre se detém nas descrições de objetos culturais e costumes desses povos. A verdadeira contribuição dessa obra é destacar o negro nas relações brasileiras, algo antes ocultado ou tornado periférico. Sua intenção, entretanto, revela um viés conservador que se tornou hegemônico para tratar da realidade nacional: a falsa crença em uma democracia racial existente. O grau de convencimento do texto de *Casa-grande & Senzala* é tamanho, que chega a ganhar contornos literários e imagéticos, o que facilita a apreensão leitora. Por isso que não é de se estranhar a posição alcançada pela obra.

Uma obra que antecede *Casa-grande & Senzala* é o *Livro do nordeste* (1925), em que o antropólogo aponta a modernidade como uma entidade destruidora de culturas antigas tradicionais. Ainda, o pernambucano também defende as pretensas harmonias socioculturais, fator também presente nas instituições públicas e na estrutura econômica (SCHNEIDER, 2012). Se, no caso da obra de 1925, Gilberto Freyre intercedeu pelas tradições nordestinas, em *Casa-grande & Senzala* ele transcende a formação brasileira em direção às heranças ocidentais, trazendo à tona a peculiaridade do Brasil como índice de não europeísmo que remonta à Península Ibérica.

A década de 30 apresentou grande efervescência cultural e política. A crise de 1929 foi um golpe na elite latifundiária que finalmente a fez entender que, para se adaptar aos novos tempos, o Brasil não poderia concentrar mais os seus esforços produtivos em São Paulo e Minas Gerais. Apesar de a deposição de Washington Luís ter sido somente um ato político, suas consequências inauguraram um novo período para o país, que se voltou para a economia interna. E seu principal investimento se deu nos baixos salários dos trabalhadores aliados à produtividade industrial (SOUZA, 2019).

Dessa forma, a modernização brasileira ocorrida com a Revolução de 1930 tornou possível um outro nível de desenvolvimento no Brasil. A relação entre o capital agrário e o capital industrial se tornou mais íntima, o que

expandiu o capitalismo no Brasil ao adotar moldes modernos e semicoloniais (FAUSTO, 1997).

A Constituição de 1934 trouxe conquistas importantes para grande parte da população proletária do Brasil, tais como os direitos constitucionais trabalhistas e o voto feminino. A modernização brasileira seguia os ditames estadunidenses, mas caminhava contra a presença das ideologias de esquerda no Brasil. Por isso que o seu Estado Novo, manifesto principalmente por meio da Constituição de 1927, controlava os sindicatos e os itens de ordem artística e cultural consumidos pela classe proletária. O samba, por exemplo, foi expressão sujeita a essa emenda e adotou o tom comedido da temática lírico-amorosa (MATOS, 1982). Em outra direção, um movimento integrado também por boa parte dos romancistas da década de 30, a Coluna Prestes, questionava o governo de Vargas. E a organização coletiva formada pelo movimento tenentista, “indispensável à formação da consciência nacional brasileira” (MARGARIDO, 2000, p. 21), foi um adendo importantíssimo para a repercussão do lusotropicalismo.

Os anos 50 e 60 foram marcados pela abertura do Brasil às ideias de Gilberto Freyre interpretadas pelo Estado Novo português:

A sua visão do Brasil influenciou uma geração de diplomatas brasileiros da época, inclusive aqueles que eram abertamente favoráveis à descolonização. A grande imprensa, na qual Freyre tinha trânsito fácil, era, majoritariamente, simpática ao salazarismo — e o sociólogo teve um papel destacado nesse processo. Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários associados*, foi notório defensor do regime, a ponto de Salazar homenageá-lo com o nome de uma rua em Lisboa. O governo de Getúlio Vargas foi também favorável a Salazar. Até mesmo Juscelino Kubitschek, com toda a sua simbologia progressista, moderna e democrática, manteve uma política externa ativamente pró-Portugal e a sua luta para preservar o império. Juscelino Kubitschek, inclusive, participou em pessoa das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960), evento para o qual Gilberto Freyre e suas ideias concorreram ativamente.

A posse de Jânio Quadros, em 1961, marcou uma inflexão na política externa brasileira, caracterizada pelo distanciamento de Portugal (e dos Estados Unidos) e pelo apoio, na ONU, à descolonização (SCHNEIDER, 2012, p. 89).

Aqui é possível perceber contrastes entre as figuras que representaram a modernidade brasileira e a sua atitude ainda sujeita ao Império Colonial Português. É importante destacar que em 1953 foi assinado o Tratado de

Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, o qual reconhecia uma comunidade de países de língua portuguesa ainda sob o amparo de uma comunidade luso-brasileira e operava em regimes de consulta entre Portugal e o Brasil. Por um lado, tal atitude inicialmente visou à descolonização das colônias africanas, processo que pouco depois foi interrompido. Por outro lado, esse laço com o Brasil apareceu num momento bastante oportuno, visto que reforçava o intuito do lusotropicalismo, que era o escamoteamento dos conflitos raciais nas colônias portuguesas de maneira a garantir a supremacia do poder da metrópole (MARGARIDO, 2000).

Cessou também a esperança de reforma agrária no Brasil com o golpe militar de 1964, que fez trocar o governo de João Goulart pelo regime de suspensão dos direitos civis. Findou também o relacionamento do país para com países socialistas, como Cuba, o que era um risco para os Estados Unidos da América. Por isso, o golpe também se tornou um movimento estadunidense para manter a hegemonia capitalista nos países latino-americanos em detrimento da influência soviética. Tratou-se de uma modernização conservadora que concebeu a classe média conhecida atualmente. O sociólogo brasileiro Jessé Souza (2019, p. 152) detalha que o golpe realizou

[...] na prática o acordo antipopular da elite e da classe média ao levar ao paroxismo a constituição de uma sociedade baseada no mais complexo *apartheid* de classes. Passa a existir um mercado de produtos restritos para as classes do privilégio e outro mercado, pior e mais precário, para as classes populares. Além disso, todos os serviços, inclusive os do Estado, passam a institucionalizar e separar a escola de classe média da escola dos pobres, hospital da classe média e hospital para pobres, bairros de classe média e bairros para pobres, e assim por diante.

O golpe de 64 deu início a um processo aprofundado pelo Ato Institucional n. 5 (1968), que garantiu a perseguição e a repressão aos que divergiram da visão hegemônica do regime e também implantou a censura nos meios de comunicação e instaurou o estado de sítio. Isso significa que o Estado se tornou mediador da violência não só física, mas também representativa. Uma grande prova disso é a perseguição ao guerrilheiro que liderou a luta armada durante a ditadura brasileira, Carlos Marighella, que, no ano de 1969, foi surpreendido dentro de um fusca, tendo sido morto com vários tiros.

Nos anos 70 do século XX, quando o colonialismo lusitano foi interrompido pela vitória das lutas de libertação, as populações africanas encontravam-se mais distantes dos padrões ocidentais no que se refere ao domínio da ciência e da tecnologia característico da nação moderna. As elevadíssimas taxas de analfabetismo eram apenas um dos reflexos do completo fiasco da “missão civilizadora”. Foi nesse contexto que vários grupos dissidentes decidiram agir de modo mais intenso. Em Moçambique, foi o caso da Frelimo, cuja ação foi legitimada pela ONU em 1972. De todos os movimentos de libertação da África portuguesa, somente a Frelimo respondeu negativamente à publicação de Spínola. Com a revolução de 1974, a maioria branca abandonou o projeto colonialista. Duas frentes, no entanto, ergueram-se em Moçambique:

Uma, a favor da independência sob os auspícios da FRELIMO; a outra, em prol de uma independência branca e, sobretudo (contra os propósitos da FRELIMO), alargando a sua base de apoio entre os dissidentes. A luta iniciou-se pelo controle da capital e teve importância fulcral (COUTO, 2011, p. 296).

A fuga de Marcelo Caetano abriu caminhos para Moçambique e também para Portugal. A Pide, que detinha grande poder policial e informativo nas colônias, foi extinta. A liberdade dos presos políticos foi restituída e os militares providenciaram seu rápido retorno a Lisboa.

A procura pela solução portuguesa ao levante não teve como propósito descolonizar as colônias de imediato, mas sim encontrar uma forma particular de descolonização. A aliança entre os movimentos de libertação e o MFA foi temporária. Essa convergência de ideias trouxe uma política interna e um cronograma de descolonização da África portuguesa. Esse foi o intento de Spínola, que moveu forças para o fortalecimento do MFA. Ainda, os adeptos a Spínola, que também eram pertencentes ao seu círculo íntimo, defenderam a interpretação estrita do MFA sobre como deveria ser Portugal dali em diante e assumiram uma autoridade paralela no MFA.

Em 18 de maio, após Spínola ter assumido o governo provisório, ele propôs a solução de um Portugal pluricontinental. Depois de repassar essa proposta aos grupos insurgentes das colônias, o PAIGC, o MPLA e a Frelimo se recusaram a essa solução neocolonial e afirmavam desejar pela

independência socialista, incentivados também pelos partidos portugueses que apoiavam a sua emancipação (MAXWELL, 2006). O líder da Frelimo, Samora Machel, declarou a continuação da luta armada enquanto não houvesse uma proposta de transferência de poderes satisfatória a esse anseio por autonomia.

O projeto de Spínola fez com que a aliança entre a África e Portugal fosse impossível na questão colonial. Na verdade, nem as Forças Armadas acreditavam que a solução de Spínola era favorável. A perda da África foi sentida por Portugal de maneira dupla: seus déficits econômicos eram gritantes, e a recessão na Europa afetou principalmente o turismo. Então, não havia clima que sustentasse uma solução de ordem liberal<sup>46</sup> tanto para Portugal quanto para a África. A falta de programa para o destino de Portugal e para as suas ex-colônias revelou fragmentações político-partidárias no país, todavia uma aliança temporária foi estabelecida entre os oficiais colonialistas e os movimentos de libertação na África. A convergência de ideias trouxe uma política interna e um cronograma<sup>47</sup> de descolonização da África portuguesa.

Os acordos de Lusaka se tornaram palcos para as negociações entre representantes do governo português e representantes políticos dos países em processo de emancipação. Na data do acordo de Moçambique, em 7 de setembro de 1974, com a recusa da progressiva transferência de poderes do Estado português aos moçambicanos, decidiu-se pela independência completa a ser celebrada no dia 25 de junho de 1975, o dia de aniversário da Frelimo, o que fez Moçambique tornar-se uma república (HERNANDEZ, 2008). Houve quem se opusesse, mas o próprio MFA pôs fim ao movimento, o que legitimou

---

<sup>46</sup> Além disso, a experiência histórica com essas questões não é favorável a Portugal. Maxwell relembra o desafio estabelecido em 1920, “quando Portugal, lutando simultaneamente para rechaçar o anticolonialismo no Brasil e para manter uma Constituição liberal em casa, sucumbiu a décadas de conflitos civis” (MAXWELL, 2006). É natural, portanto, a desconfiança do país para com as doutrinas liberais.

<sup>47</sup> Os acordos de independência seriam realizados em Argel e Lusaka. Com base no calendário, no ano de 1974, o primeiro acordo foi com o PAIGC, em 26 de agosto. O segundo, com a Frelimo, em 7 de setembro. O terceiro, sobre São Tomé e Príncipe, em 17 de dezembro. O quarto, relativo a Cabo Verde, em 19 de dezembro (OLIVEIRA, 2014). No tocante a Angola, em 8 de agosto de 1974, a suposta proximidade de Spínola com o MPLA fez com que uma tentativa de ditar os termos acabasse num embaraçoso impulso de Spínola por este tentar favorecer os rebeldes do Leste, liderados por Mobutu, como representante do MPLA e, com isso, isolar Agostinho Neto. Os militares portugueses, próximos ideologicamente a Agostinho Neto, não aceitaram, e tentou-se dar igualdade de condições ao movimento liderado por Neto, que estava carente de aparato militar. Em 10 de janeiro, os grupos MPLA, FNLA e Unita se reuniram em Algarve, Portugal, para firmar o acordo de Alvor, que marcou a independência de Angola para o dia 10 de novembro de 1975 (MAXWELL, 2006).

o anseio pela emancipação moçambicana e teve como consequência o êxodo dos colonos portugueses de Moçambique. A manutenção da luta armada e as contradições internas da Frelimo, que “não era reconhecida como representante de todas as populações africanas de Moçambique e de seus descendentes” (HERNANDEZ, 2008, p. 608), além das missões protestantes realizadas pelos dirigentes do partido, fizeram com que algumas tensões em torno dessa liderança se tornassem aparentes. Ainda assim, o seu nacionalismo foi proposto como impulsor da modernização das sociedades (PAREDES, 2014).

Enquanto isso, o Estado português, desacreditado e impotente, deparou-se com uma estrutura burocrática institucional intacta. Afinal, o término súbito do regime de Caetano e a ausência de violência fizeram com que o acesso à informação fosse impetuosamente possível. Uma lei de liberdade de imprensa foi garantida, o que tornou o contato com a realidade mais próximo. No campo literário, a produção de romances ligados à guerra colonial foi cada vez mais acentuada. Houve também uma política educativa que tornou o ensino cada vez mais participativo e adaptado às necessidades do país, o que se concretizou com a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986).

Para a deposição do regime, os exilados no estrangeiro apresentaram suas experiências, o que ajudou a moldar o governo. Um clima de rápidas transformações tomou conta do país. Os textos derivados desse processo intenso

Merecem ser lidos na íntegra, pois resumos não lhes fazem jus nem refletem seu tom. Entretanto, em Portugal, mais que na maioria dos lugares, o que um documento diz raras vezes é só o que ele diz; estar a par do contexto é essencial, e ler nas entrelinhas é aconselhável (MAXWELL, 2006, p. 150).

Tanto os socialistas quanto os comunistas se utilizaram de experiências de sociedades industriais avançadas não só da Europa Ocidental, como a França e a Alemanha, mas também como do Leste Europeu, reportando-se ao caso da Tchecoslováquia (MAXWELL, 2006). Por essa razão, houve a nacionalização de vários setores da economia. Além disso, a “igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres foi se alargando a todos os estratos da sociedade portuguesa” (PROENÇA, 2015, p. 735). Nesse clima de

mudanças profundas e indefinições inquietantes, *Crónica do cruzado Osb.* explora a projeção de um novo país depois dos sucedidos do salazarismo.

Se as instituições portuguesas cumpriam o papel de manter a luta de classes flexível para a ordem burguesa na metrópole, a divisão em partidos decorrentes da Revolução dos Cravos evidenciou a falta de espírito combativo da elite portuguesa. O Ministério das Forças Armadas planejava a implantação de um novo sistema político. Para isso, um horizonte permeado de adeptos ao Partido Comunista Português (PCP) e ao Partido Socialista Português (PS) tornou possível uma renovação política, que atingiu vários campos de atuação. Enquanto o PCP tinha atuação mais sindical, o PS assumiu o governo do país após a revolução de 25 de abril ao ocupar vários cargos. Vendo-se ameaçados no cenário global, os Estados Unidos da América tinham como plano “tirar os comunistas do governo [português] e mantê-los fora de lá” (MAXWELL, 2006, p. 137) utilizando a mesma equipe de chancelaria responsável pelo golpe aplicado no Brasil anos antes. Tentou-se uma contrarrevolução, com o auxílio de setores conservadores civis e militares da sociedade portuguesa, chamados de Maioria Silenciosa, mas o esquema foi denunciado, e Spínola renunciou. Uma segunda tentativa ocorreu, também sem êxito, contudo isso fez com que o processo revolucionário tomasse um ritmo célere. Um ano após a Revolução dos Cravos, ocorreram as primeiras eleições livres num clima de paz, civismo e participação de grande maioria de eleitores. Seus resultados, no entanto, ressaltaram as diferenças regionais entre o norte e o sul do país, o que criou a tensão entre o poder e a sua legitimidade. A reforma agrária foi o assunto de maior interesse, fascínio que deixou o MFA dividido. A radicalização desses posicionamentos deixou o país à mercê de uma guerra civil. A intervenção de um grupo de militares moderados, por intermédio do “Documento dos Nove” (1975), deixou claro seu posicionamento contra um modelo de governo socialista. Com as crescentes ações de rua da extrema esquerda, entretanto, esse grupo dos moderados, com o apoio dos partidos democráticos, assumiu o poder e a institucionalização da democracia em Portugal, em 25 de novembro de 1975.

Os trabalhos na Assembleia Constituinte, iniciados em 2 de junho de 1975, finalizaram-se em 2 de abril de 1976. No dia 25 de abril de 1976, as primeiras eleições legislativas deram vitória ao PS, então Mário Soares foi o

primeiro presidente do Governo Constitucional. O seu governo dedicou-se à consolidação da democracia, mas não obteve tanto sucesso ao combater a crise econômica e financeira que assolava o país (PROENÇA, 2015).

Depois de cinco governos provisórios, houve as primeiras eleições diretas no dia 27 de junho de 1976, quando Ramalho Eanes, um dos militares moderados do grupo dos nove, foi eleito presidente da República.

Além do avanço nas políticas educacionais, a mulher teve especial relevo na Constituição de 1976, a quem foi resguardado o direito

à realização profissional em igualdade de circunstâncias com o homem, e consignou também a igualdade entre os poderes maternal e paternal. Esta política contribuiu para o aumento progressivo do número de mulheres a trabalhar fora do lar.

Na frequência escolar também se verificou um significativo e contínuo crescimento da população feminina [...].

O divórcio, anteriormente proibido aos cônjuges que se casavam pela Igreja Católica, passou a ser admitido a partir de 1975. Este facto fez crescer consideravelmente o número de divórcios, provocando mudanças na estrutura familiar, com o aumento das famílias monoparentais, o que, na maioria dos casos, se reflete num acréscimo de responsabilidade da mulher, a quem, por regra, são entregues os filhos.

Nas práticas quotidianas assistiu-se a uma acentuada diminuição dos casamentos religiosos, especialmente nas regiões de Lisboa (PROENÇA, 2015, p. 735-736).

Esse conjunto de mudanças, somando-se ao reforço do poder local para o desenvolvimento econômico e social, fez com que a família se abrisse para a sociedade e para o mundo, criando-se um novo perfil de sociedade. Nessa série de acontecimentos, houve o esforço para que Portugal modernizasse a sua economia para se adequar aos requisitos da Comunidade Europeia, à qual requisitou adesão posteriormente. Foi na tentativa de entender essa série de situações que Agustina Bessa-Luís escreveu *Crónica do cruzado Osb*. No ano de 1976, uma obra na qual os detalhes assumem aspecto revelador ao desvelar as mudanças decorrentes da revolução influentes na psicologia das personagens e nas relações particulares.

Em 1977 a proposta de Estado da Frelimo sofreu represálias em razão de seu plano incluir a centralização da economia. Diante disso, com o apoio da Rodésia do Sul, da África do Sul e dos Estados Unidos, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) garantiu ares internacionais ao conflito. Essa frente

“ganhou a simpatia das chefias tradicionais e de suas respectivas populações” (HERNANDEZ, 2008, p. 609). Com apoio vindo principalmente do norte do país, a Renamo julgava não haver melhoria do período do colonialismo português em Moçambique até então:

Para a Renamo, o que havia era uma rede administrativa hierarquizada, fundada sobre a administração e a política aldeãs. Por sua vez, a aldeia comunal se autopercebia como simples consequência de uma política pública traçada pelo Estado no campo, adjetivando-a como intolerável, o que não poucas vezes levou os seus integrantes a procurar refúgio na África do Sul (HERNANDEZ, 2008, p. 609).

Esse descontentamento fez com que a Renamo se posicionasse contra a Frelimo de maneira a configurar o conflito da Guerra dos Dezesesseis Anos em Moçambique, que se expandiu desde 1984<sup>48</sup> (HERNANDEZ, 2008). A conjugação do racismo com o tribalismo e o regionalismo, características que estruturam o país desde antes, tornou-se uma estratégia de dominação portuguesa aproveitável para a Renamo. Na demanda pela modernização do país, como ocidentalizar sem destribalizar? “A ideia de que era necessário construir um só povo, do Rovuma ao Maputo, começou a tomar vida, sobretudo, nos famosos discursos de Samora Machel, o primeiro presidente do Moçambique independente” (MACAGNO, 2019, p. 193). Isso atingiu os estudos antropológicos em Moçambique, que abandonaram um viés culturalista e adotaram um viés marxista-leninista. Nessas circunstâncias, o assimilado era sinônimo do atraso, uma vez que representava o moçambicano alienado e despersonalizado. “Agora, a figura redentora do Homem Novo socialista deve substituir os resquícios reacionários do assimilado” (MACAGNO, 2019, p. 198), um discurso quase messiânico e com efeito didático e moralizador.

Foi somente em 1987, com a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que o governo do país teve de ceder à descentralização progressiva e à intervenção direta na economia. A implantação do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) fez com que o setor público incentivasse o setor privado. Sua ineficácia se deu em razão da guerra, que fez com que os índices sociais sofressem grande alta:

---

<sup>48</sup> O Acordo Geral de Paz, assinado em Roma pelo presidente de Moçambique e representante da Frelimo, Joaquim Chissano, e pelo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, além de outros membros da comunidade internacional, declarou o fim da Guerra dos Dezesesseis Anos.

Os serviços sociais tiveram suas taxas aumentadas e os principais afetados pelo fardo social do PRE foram os moradores urbanos pobres, cujos salários-mínimos eram incapazes de suprir as necessidades básicas para uma família. Como consequência, os trabalhadores já não podiam nem mesmo pagar pelas cestas de alimentos fornecidas pelo governo, crianças deixavam de ser matriculadas nas escolas por falta de dinheiro para pagar pelos livros, houve a diminuição de atendimentos de saúde e ocorria a locação de imóveis sem água corrente ou eletricidade.

Como resposta a esse problema, o Banco Mundial determinou uma série de programas para aliviar necessidades determinadas, como alocação de alimentos e distribuição de terra, compensações para os trabalhadores quando os preços subissem, programas de emprego, e auxílio para mulheres grávidas ou com crianças pequenas. O governo de Moçambique também tomou diversas medidas, como o aumento do salário-mínimo e, em 1988, o Presidente Joaquim Chissano afirmou que em médio prazo, com a recuperação da economia, os custos sociais desapareceriam (VISENTINI, 2012, p. 119).

Uma revisão constitucional foi proposta em 1989 em resposta à Renamo e o país se abriu ao multipartidarismo. Somente em 1992 houve um cessar-fogo, que fez encerrar um conflito de 16 anos.

Durante a década de 1980, no Brasil, percebe-se que a ditadura militar se tornou regime ideológico de excelência ao estabelecer a firmeza das instituições e de seus membros, que exercem autoridade para a regulação social nas áreas de competência. A prática coesiva do regime fez com que os movimentos coordenados entre instituições e representantes dessem forma a uma cultura de impessoalidade seletiva, direcionada às populações carentes e longe das classes privilegiadas, que se mantiveram no poder desde antes (SOUZA, 2019). À luz do domínio coronelista e das influências bacharelesca e beletrista estabelecidas desde o século XIX, é perceptível uma linha de transformações até a estrutura republicana do Estado, que consolidou culturalmente essas influências na forma de suas instituições e dos dispositivos utilizados para a promoção e legitimação de figuras públicas quanto à sua posição social. A redemocratização, marcada pelo movimento Diretas Já e pela elaboração da Constituição de 1988, deu-se em clima de queda e recuperação econômica até a década de 90.

Enquanto isso, a adoção da lógica pós-fordista fez com que houvesse um descompasso entre a consciência de classe e a consciência individual:

A nova semântica “expressiva” — o velho inimigo de 1968 agora “engolido” e redefinido “antropofagicamente” — serve para que os trabalhadores percebam sua capitulação completa em relação aos próprios interesses do capital como uma reapropriação do trabalho pelos próprios trabalhadores, sonho máximo do movimento operário ocidental nos últimos duzentos anos.

Na verdade, as demandas impostas ao novo trabalhador ocidental — quais sejam: expressar a si próprio e se comunicar — escondem o fato de que essa comunicação e expressão são completamente predeterminadas no conteúdo e na forma. Transformado em simples elo entre circuitos já constituídos de codificação e de decodificação, cujo sentido total lhe escapa, o trabalhador “flexível” aceita a colonização de todas as suas capacidades criativas em nome de uma “comunicação” que se realiza em todas as vicissitudes exteriores, excetuando-se sua característica principal de autonomia e espontaneidade (SOUZA, 2019, p. 170-171).

Ou seja, a imposição cultural corporativista tornou a ânsia pelo desenvolvimento uma alienação do próprio brasileiro em razão do sentido prático de seu labor. A importância fiscalizadora do Estado cai por terra quando há um poder de barganha que “aumenta a tal ponto que os ricos podem se dar ao luxo de quebrar o pacto democrático de que quem ganha mais tem também de pagar mais impostos” (SOUZA, 2019, p. 172). Por isso que “O uso sistemático da inteligência nacional e da imprensa que a veicula em proveito dos interesses da pequena elite endinheirada é a resposta” (SOUZA, 2019, p. 123) para o controle da esfera pública, colonizada pelos interesses econômicos. Se isso pode ser dito em relação à classe média, que se deixa convencer por símbolos e lógica formal, “O domínio sobre as classes populares baseia-se [...] mais na repressão e na violência material” (SOUZA, 2019, p. 123).

Na medida em que os domínios público e privado se ajustaram aos novos tempos modernos, a concentração coletiva de determinados posicionamentos em relação ao mundo ou às coisas foi associada às instituições, que legitimam discursos políticos. A raiz disso é a pequena família burguesa, uma histórica fonte particular de opinião coletiva, no discernimento do sociólogo brasileiro Jessé Souza. Ele conclui, afirmando o papel mediador da imprensa no campo público para com os interesses privados da elite.

O Plano Real, elaborado por Fernando Henrique Cardoso durante a presidência de Itamar Franco, estabilizou temporariamente a moeda nacional e se tornou grande motivação da campanha presidencial de Cardoso, presidente do país de 1995 até 2003. A nova moeda era conhecida por fazer o consumo

ser mais acessível às populações carentes. Isso conferiu um novo *status* ao desenvolvimento nacional, que, no governo de Fernando Henrique, foi sustentado por uma grande onda de privatizações. A ordem modernizadora da Guerra Fria se alterou, e os países subdesenvolvidos foram reconhecidos como países em desenvolvimento quando, ao final do século XX, estavam tentando se adequar aos ditames da Revolução Industrial, o que requeria atitudes intensas da sociedade e do seu poder. A concentração e a centralização foram conceitos essenciais para o processo de modernização:

No que se refere ao desenvolvimento em termos econômicos e, em particular, mas não somente, no que tange às relações do Brasil com o mundo econômico da globalização, isso soa verdadeiro hoje, de acordo com o modelo mannheimiano que se poderia supor informar o projeto de governo de Fernando Henrique Cardoso e seu grupo sobretudo paulista. A ideia de uma modernização de cima, organizada por uma *intelligentsia* capaz de modernizar todos os setores da sociedade brasileira, as classes, o Estado, o serviço público e a economia privada, é testemunho desse projeto [...]. Seria igualmente verdadeiro se analisássemos as perspectivas de um modelo alternativo neodesenvolvimentista que informa a maior parte da oposição, ainda que sem que se apresentem caminhos programáticos claros, com a diferença de que o Estado seria mais permanentemente responsável pelo processo de modernização (DOMINGUES, 2003, p. 187).

E isso serviu para que não houvesse uma construção de uma cidadania universal de acordo com os novos tempos. O centro se afirma produtor, mas a semiperiferia do Brasil investe na indústria pesada e não fomenta discussões sobre os modelos de trabalho. Dessa forma,

As instituições da modernidade, a “ordem competitiva”, o capitalismo, o Estado racional-legal (ainda que mesclado ao neopatrimonialismo), formas de consciência individualistas e utilitárias, família nuclear, uma forte crença no progresso, prevalecem largamente na sociedade brasileira contemporânea. [...] processos de individuação se acentuam, a família muda, a posição da mulher se altera; uma “democratização” social, ligada a essa individualização e ao menos à reivindicação de cidadania, avança (DOMINGUES, 2003, p. 190).

Como resultado, as instituições são aprofundadas e os movimentos sociais são desmembrados. O patriarcalismo foi mantido no seio popular junto à noção disciplinadora em relação ao outro, como a repressão externa e policial ou a falta de consciência e tato do homem ao lidar com a particularidade da mulher na sociedade brasileira, que tem sua humanidade negada e velada. O apoio das instituições, que carregam o rótulo de

democráticas, é o mesmo que, durante a década de 90, protegeu os criminosos que queimaram o índio pataxó Hã-hã-hãe Galdino em 1997, no mesmo ano em que João Ubaldo Ribeiro publicou *O feitiço da ilha do Pavão*, um romance com um personagem indígena enérgico e determinante nos principais acontecimentos.

A década de 90 trouxe perspectivas de paz para Moçambique. A reformulação da política da Frelimo após a queda do muro de Berlim ganhou ares de negociação. A ONU esteve bem ativa no país e queria garantir “a desmobilização dos grupos armados e a desmilitarização de Moçambique para, depois, assegurar a provisão de bens e serviços à população, permitir o retorno de refugiados aos seus lares e realizar as eleições” (VISENTINI, 2012, p. 121). Sob outra perspectiva, essa intervenção se traduziu como um governo paralelo aos grupos oposicionistas. As eleições de 1994 consolidaram esse clima de efetiva democracia, mas seus resultados mantiveram “a divisão territorial do período da guerra, com cada partido recebendo os votos dos grupos populacionais que controlavam desde antes do acordo de paz” (VISENTINI, 2012, p. 122). Após as eleições, a ONU se retirou do país.

No início dos anos 2000, o país procurou dedicar-se aos investimentos relacionados às áreas de turismo, agricultura e transportes. Mesmo com os processos de privatização no país, o empresariado se mostrou ineficiente para com a economia nacional e carente de constantes intervenções do Estado para sua permanência no mercado. Em consequência,

a elite apropria-se dos recursos gerando a acumulação concentrada e a pobreza, onde são sobretudo as formas de enriquecimento e o agravamento das desigualdades que provocam a indignação dos pobres. Nas sociedades com democracias de superfície como em Moçambique, as formas de organização das sociedades são débeis, também elas, muitas vezes, controladas pelo poder. Criam-se grupos de interesses, fechados, onde a confiança e a solidariedade assentam em teias complexas de laços familiares, de etnias, raças e de militância partidária. Ainda não se falam das conexões internacionais (maçonarias, organizações religiosas e outras) dos interesses mas que com certeza existem e não são nada desprezíveis nas análises sociais internas. Os governos possuem diferentes níveis de autismo e, em muitos casos, apenas despertam com manifestações violentas dos pobres (MOSCA, 2009, p. 54).

Nesse contexto, é possível conceber as relações entre as estruturas sociais moçambicanas, num cenário em que a pobreza permanece em

consonância com o baixo poder aquisitivo dos cidadãos, a acumulação desigual de capitais e a falta de oportunidades configuram um regime oligárquico que monopoliza as decisões e a riqueza.

Com isso, é difícil a separação do que é público ou privado:

A promiscuidade entre a coisa pública e os interesses privados corrói as relações de confiança da sociedade no Estado e nos dirigentes. Os pobres suportam até encontrar motivos de extravasão que se podem traduzir em manifestações violentas [...], no exercício da justiça por próprias mãos (linchamentos), níveis elevados de absentismo eleitoral como aconteceu, sem esquecer as formas de resistência passiva e silenciosa, muitas vezes imperceptíveis ou a quem se atribui valorizações de falta de incentivo e de motivações, desinteresse e até preguiça. As elites fecham-se em grupos muito heterogêneos onde comentam e analisam o evoluir do país irreal, arquitectam negócios e asseguram *connections* de influência. Os críticos têm-no que ser na medida do quanto baste e que sejam construtivos para se manterem *on-line* (não marginalizados). Apesar de tudo, honra às minorias, também elas beneficiadoras de privilégios das elites (pelo menos em parte), mas que são descomprometidamente críticos (o que não significa necessariamente contra) e pensam defender causas justas ou, quem sabe, de outros interesses (MOSCA, 2009, p. 54-55).

A antropóloga moçambicana Sonia Frias (2009) destaca que é em razão da incerteza da fome ou de outras necessidades que a mulher, cada vez mais inserida na vida das cidades e participante economicamente ativa, utiliza-se de meios próprios para não somente comercializar entre a cidade e outras regiões como também poupar e promover meios de obtenção de crédito. Porém, em algumas comunidades, os costumes oriundos da tradição ainda a prendem na lógica do lobolo.

Em 2005 foi eleito para a presidência Armando Guebuza, que havia se tornado empresário após a abertura de Moçambique ao multipartidarismo. O seu governo foi marcado por ter sua figura como centro, pela supressão de movimentos sociais atuantes no país e pelo controle político de municípios (BUSSOTTI, 2014). Também executou um fraco diálogo com a Renamo, o que realçou o papel mediador do MDM – Movimento Democrático de Moçambique, partido criado com dissidentes da Renamo em 2009. Foi nesse clima de reinvidicação do protagonismo para a conciliação de extremos que o autor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa publicou *Choriro*, uma obra na qual impera o questionamento sobre o carácter heterogêneo das relações de pátria, família, língua e costumes.

No tocante ao Brasil e a Moçambique, a legitimação política adquirida após a rotulação de nação expressa a dificuldade de se compreender individualmente enquanto uma linha de países desenvolvidos prescreve modelos nos quais as nações modernas devem se encaixar. Por isso, considerando as dificuldades enfrentadas no estado pré-independência, não é possível separar de imediato a realidade antes e depois, ou nos limitaremos a simplesmente considerar esses povos subnações em razão de seu grau de desenvolvimento. Inexoravelmente os grandes sistemas culturais se somam a essa interdependência, inclusive da ordem imperial do passado. Em relação a Portugal, um passado que desempenhou importância para a História Mundial tomou aspecto de memória coletiva. Nas palavras do português Eduardo Lourenço (1988, p. 11-12, grifos do autor):

É essa *existência imaginária*, com o seu lado já delirante expresso nos *Lusíadas*, que mais do que tudo nos explica que o Portugal moderno e em particular o do pós 25 de Abril tenha vivido a sua mais que modesta existência e mesmo a sua factual mutilação, sem traumatismo histórico e cultural notórios. [...]

Infelizmente (ou felizmente) esta relação subjectiva conosco, esta interiorização cultural de uma *imagem positiva*, e mesmo privilegiada de nós mesmos enquanto *puro passado*, ou a memória ainda viva dela nos vestígios artísticos ou literários (Jerónimos, *Lusíadas*, cronistas, arte barroca), não só não nos garante um presente digno dela, como exerce sobre esse presente uma função ambígua. Por um lado, subtrai os portugueses à consciência deprimida que teriam de si sem esse passado; por outro, impede-os de investir na sua vida real, no seu presente, uma energia e uma ambição que sempre parecerão mediocres comparadas as do século de esplendor, ou, pelo menos, de dinamismo excepcional. Nada disto traduz ou significa autêntica *crise de identidade*, pois não está em causa qualquer dúvida séria acerca da nossa existência ou valia enquanto portugueses, mas constitui para cada um de nós — ou para muitos de nós — uma espécie de *álibi* inconsciente, de informação inscrita na nossa memória, própria para nos desmobilizar e fazer perder de vista a *urgência vital* dos povos que se pensam, de preferência, em termos de futuro.

Estudar o passado colonial não é apenas uma questão histórica. Afinal, “a questão imperial se faz dolorosamente presente, mas é escamoteada por discursos de esquecimento do passado colonial por parte das antigas metrópoles europeias” (MACÊDO, 2015, p. 73). Uma grande rede de significados abrange discursos, atores, expressões, pensamentos e ações que ainda se fazem presentes nas sociedades atuais, inclusive no que toca à literatura. Nesse sentido, avançamos nossa discussão para a análise dos

romances históricos nos aspectos em que identificamos a figuração de alguma das etapas do império passado associada ao presente indissociável dos impasses vivenciados pelos atores inseridos em suas respectivas nações. O primeiro a ser analisado é o brasileiro João Ubaldo Ribeiro, com a sua obra *O feitiço da ilha do Pavão*.

**Capítulo 3 – “Sua tristeza era ver tanta abundância nas mãos de uns poucos” — *O feitiço da ilha do Pavão*, de João Ubaldo Ribeiro**

*O curso da História é caprichoso e arisco, dependendo do olho de quem observa, do pensar de quem examina e dos vezos de quem narra, fruto das humanas limitações de que ninguém escapa.*

João Ubaldo Ribeiro

Neste capítulo analisaremos o romance *O feitiço da ilha do Pavão* (1997), de João Ubaldo Ribeiro. Primeiro, apresentaremos o autor e as características de seu projeto literário que se direcionam à obra em questão. Depois, procuraremos abordar o tempo figurado e os personagens-tipo em destaque. Em seguida, analisaremos os elementos que compõem a formação da nação brasileira considerando inclusive outras obras do autor. Na sequência, discorreremos sobre como essa estrutura do império repercute na sociedade brasileira dos dias de hoje. Por último, averiguaremos se se trata de um romance histórico pós-colonial considerando o que foi exposto até então.

### 3.1 *O autor de Itaparica*

No seu artigo “A literatura e a formação do homem” (1972), o pesquisador brasileiro Antonio Candido afirmou que a função humanizante da literatura relaciona constantemente a ficção e a realidade. Não é diferente quanto ao inconsciente nacional. Arelada ao desenvolvimento do capitalismo, a nação moderna tornou o movimento de grupos intrincado ao desenvolvimento capitalista, do qual o próprio autor de narrativas se mostra peça indissociável por meio de um código comum — no caso, a língua portuguesa. O escritor tem como pressuposto a palavra em seu sentido ideologicamente motivado como forma de atuação sobre o mundo.

No caso do autor de *O feitiço da ilha do Pavão*, afirma-se que

Seu dom maior é o de escrever na tensão dos contrários, integrando o erudito e o popular, o trágico e o cômico, o sublime e o grotesco, e inscrevendo nesse espaço intervalar elementos de desestabilização das estruturas político-sociais brasileiras (BERND, 2001, p. 142).

Esse envolvimento mostrou-se tão latente, que seu pai se tornou personagem, e a sua morada, o espaço para as suas narrativas. Portanto, conhecer o autor torna-se indispensável ao estudo da nação na obra analisada.

João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro nasceu em 1941, na Ilha de Itaparica. Passaria a sua infância em Aracaju, no estado de Sergipe. Além de ter tomado gosto pela leitura de clássicos da literatura brasileira, seu pai o submeteu a várias traduções entre o português e outras línguas, tais como o latim e o francês. Sua mudança para Salvador (1951) possibilitou que se

tornasse amigo de Glauber Rocha e que seguissem juntos para a Universidade Federal da Bahia, em 1958, na qual cursavam Direito, participavam do movimento estudantil e editavam revistas e jornais culturais. Com algumas incursões no conto, o autor baiano deu o seu primeiro passo no romance com a obra *Setembro não tem sentido* (1968). Com o prefácio de Glauber Rocha e o apadrinhamento de Jorge Amado, o livro acentua a própria incoerência da data da independência do Brasil, os rituais e símbolos que cercam o evento, além da ausência de respeito cívico e liberdade para seu exercício. O caráter experimental da obra, que havia logrado sucesso, no entanto, não foi suficiente para Ubaldo se reconhecer como escritor de romances.

Sua confirmação como romancista somente apareceu em *Sargento Getúlio* (1971). João Ubaldo diz em entrevista: “O *Sargento* começou porque eu queria saber se era romancista mesmo” (RIBEIRO, 1999, p. 36). O escritor baiano, que logo se renega como contista, reafirma sua predileção pelo romance como um chamado: “algo me move em direção ao romance” (RIBEIRO, 1999, p. 45). Numa visão mais analítica, ele compara: “O romance é uma sinfonia. É uma coisa complicada fazer tudo aquilo se equilibrar, colocar todas as partes em contato” (RIBEIRO, 1999, p. 44-45). A obra foi baseada numa história vivida por seu pai, Manoel Ribeiro, quando foi chefe da polícia militar. Ele havia socorrido certo sargento Cavalcanti após este ter levado dezessete tiros enquanto escoltava um adversário político de Zé Antunes, líder do município baiano de Paulo Afonso, até a capital do estado de Sergipe, Aracaju. As referências aos políticos da época permitem localizar o tempo da narrativa na década de 1950, quando várias transformações ainda operavam no país, tais como a criação e a popularização da bossa nova, a fundação da empresa estatal Petrobrás e o plano desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que resultou na construção de Brasília. A trama é tão chamativa quanto o seu trabalho com a linguagem, que se manifesta ao longo do livro por meio do monólogo do personagem-título. Esse toque de espontaneidade, que se nutre das variantes linguísticas sergipana e baiana, reafirma o ofício de Getúlio, que não pode dormir durante sua escolta.

“O discurso do personagem de dentro pra fora da obra determina uma dicotomia entre o arcaico e o moderno, entre o Brasil da modernidade e o do atraso” (GIACON, 2015, p. 140): é seguindo essa linha que, em *Vila Real*

(1979), a apresentação do conflito da luta dos camponeses contra o seu despojamento alcança, na alternância entre a narração impessoal e a divagação mental dos personagens, uma espécie de dinâmica entre dominador e dominado da qual é resultante a identidade brasileira (GIACON, 2015).

E esse elemento é retomado na obra seguinte de Ubaldo, *Viva o povo brasileiro* (1984), que trata de um ciclo de encarnações movidas por um antro cósmico chamado poço das almas, justificado pela matriz religiosa afro-brasileira. As escolhas estéticas do autor nesse romance revelam contradições da história do Brasil. Além disso, evidenciam a consciência nacional como uma questão de classe centrada principalmente na figura negra. A narrativa se desenrola desde os tempos do descobrimento à década de 70 do século XX e se desloca entre a Ilha de Itaparica, na Bahia, espaço primordial da narrativa e arquipélago onde o escritor nasceu e viveu em seus últimos anos de vida, e a Avenida Paulista, em São Paulo.

No tocante às obras indicadas, reconhece-se uma fase regionalista composta de *Sargento Getúlio* e *Vila Real* e uma segunda fase, caracterizada por leituras históricas, da qual fazem parte *Viva o povo brasileiro* e *O feitiço da ilha do Pavão* (GIACON, 2015). O regionalismo da primeira fase converte-se em localismo, que tem como forma a Ilha de Itaparica. “O espaço, nessa transição do sertão para a ilha, aclimata os personagens e os fixa” (GIACON, 2015, p. 89). E são as ações dos personagens que dão a ver a história social do Brasil (GIACON, 2015).

As narrativas de Ubaldo proporcionam o destaque aos impasses do processo histórico brasileiro em seus pontos de contato com a colonização do Brasil. É nesse sentido que pretendemos analisar *O feitiço da ilha do Pavão* (1997) como um romance histórico, uma vez que a obra se consolida como um balanço histórico da colonização lusitana em território brasileiro e contempla seus elementos identitários em rica abordagem.

A obra, escrita por João Ubaldo Ribeiro em 1997, tenta figurar o Brasil na forma de uma ilha imaginária situada na costa do país. Originada da lenda de um pavão flamejante que dá nome ao arquipélago, a figuração literária da ilha conta a história nacional entre o que foi ocorrido e o que poderia ter ocorrido, aludindo à clássica divisão entre o historiador e o poeta, de Aristóteles (2010).

Um trecho inicia e encerra o romance:

De noite, se os ventos inverniais estão açulando as ondas, as estrelas se extinguem, a Lua deixa de existir e o horizonte se encafua para sempre no ventre do negrume, as escarpas da ilha do Pavão por vezes assomam à proa das embarcações como uma aparição formidável, da qual não se conhece navegante que não haja fugido, dela passando a abrigar a mais acovardada das memórias. Logo que deparadas, essas falésias abrem redemoinhos por seus entrefolhos, a que nada é capaz de resistir. Mas, antes, lá do alto, um pavão colossal acende sua calda em cores indizíveis e acredita-se que é imperioso sair dali enquanto ela chameja, porque, depois de ela se apagar e transformar-se num ponto negro tão espesso que nem mesmo em torno se vê coisa alguma, já não haverá como.

Ninguém fala nesse pavão ruante e, na verdade, não se fala na ilha do Pavão. Jamais se escutou alguém dizer ter ouvido falar na ilha do Pavão, muito menos dizer que a viu, pois quem a viu não fala nela e quem ouve falar nela não a menciona a ninguém (RIBEIRO, 2011, p. 10).

Presente no imaginário popular, a ilha não pode ser provada documentalmente, mas sabe-se que abriga “feiticeiros de poderes inauditos, umas pretas, outras roxas, outras cafuzas ou índias, outras brancas da terra ou do reino, como a que é chamada por muitos nomes, principalmente por Ana Carocha ou Degredada” (RIBEIRO, 2011, p. 10). Não somente o maniqueísmo cristão afasta as pessoas da ilha, incluindo a materialização dos seus medos, como também os obstáculos naturais circundantes. Portanto, seu aspecto de miragem lhe confere ar de dúvida: existe ou não existe?

Eis que o narrador descreve, durante todo o primeiro capítulo, que se trata de uma ilha que, mesmo isolada, é ligada economicamente a Salvador. Ainda, ele delimita o perfil de fauna e flora da região, além de suas bacias hidrográficas e da sua distribuição demográfica. Além disso, é indicado que a tomada de terra antes pertencente a Nuno Pires da Beira marcou a criação e o desenvolvimento dos fluxos econômicos na ilha, o que permite ao narrador traçar os perfis urbano e social de seus habitantes.

Uma das figuras principais do romance é apresentada: Baltazar Nuno Feitosa, conhecido por Capitão Cavalo em razão de suas vitórias em combates. Ele é reconhecido por ser o latifundiário responsável por extrair a cana-de-açúcar “para adoçar eternamente o Tejo” (RIBEIRO, 2011, p. 15), além do tabaco e do azeite de dendê. Em seguida, o seu filho, Lô Pepeu, é apresentado como um jovem vigoroso e sedento por ter relações sexuais com

as escravas que trabalhavam para seu pai. A única que não se sujeitava a isso era Crescência, de ascendência congolosa. O índio Balduíno Galo Mau não tolerou a expulsão dos indígenas na vila de São João, cuja população seria equivalente a uma grande cidade. Então, Iô Pepeu, amigo de Balduíno, ajudou-o a misturar laxante na água consumida por aqueles que decretaram a reclusão dos indígenas na floresta, os líderes da assembleia local. Depois de muita festança, os índios decidiram ir para o mato até as coisas se acalmarem.

No meio tempo, Iô Pepeu e Balduíno foram capturados por D. Afonso Jorge II, o rei do quilombo. Com a ajuda de Crescência, da feiticeira Degredada e do alemão Hans, eles foram libertos do quilombo, mas Crescência permaneceu no local sob a promessa de união com D. Afonso Jorge II. Antes de Iô Pepeu sair, Crescência declarou o seu amor a ele. Em seguida, um plano elaborado por Balduíno tornou possível o resgate de Crescência, e todos saíram livres. O amor do casal, no entanto, não foi consumado, uma vez que Iô Pepeu dependia da vontade de Crescência para dizer a frase “a ela sem pena” no ato.

A vingança dos representantes locais contra os índios, principalmente Balduíno, também em benefício de seus interesses, fez com que o mestre de obra Borges Lustosa e os demais representantes da Câmara pedissem a interdição da Igreja Católica da Bahia, na figura de seu irmão, Gabriel Fortunato Borges Lustosa, uma vez que Capitão Cavalo não atendia aos interesses dessa elite política. A alegação de desvios de conduta cristã fez com que mandassem uma comitiva constituída pelo padre Tertuliano Jesus de Mota, pelo escrivão Terêncio Góes e pelo seminarista João Manuel Taborda.

A Mesa Visitadora chegou à vila de São João, acontecimento que abalou os sistemas de crenças dos seus habitantes. Segredos foram descobertos, e Balduíno, recém-retornado à vila por intervenção de Capitão Cavalo, utilizou-se de um segredo imoral entre padre Tertuliano e Borges Lustosa para angariar fundos. A fúria deste último não mediu esforços: ele tentaria lograr um posto da aristocracia para si e para os seus aliados.

Enquanto isso, a Degredada, Crescência, Hans e Capitão Cavalo, em uma de suas investidas em torno de um feitiço relacionado à ilha, descobrem uma ala secreta na montanha localizada nas terras de Capitão Cavalo. Lá há uma esfera que permite visualizar e alterar o tempo da ilha. Balduíno os

encontrara e avisara de que Borges Lustosa planejava algo. A toca do tempo possibilitou visualizar vários futuros, inclusive um no qual Afonso Jorge II seria deposto após uma revolução no quilombo liderada por um mestiço sem sangue congolês chamado Juliano. E assim aconteceu.

A ilha mudou: o ducado de Borges Lustosa e a autoridade eclesiástica de Tertuliano I chegaram. Capitão Cavallo permaneceu em Sossego Manso, a Degredada continuou a tratar doentes e a ter fama de feiticeira. Crescência fala as palavras a Lô Pepeu, e eles consumam o seu amor.

Esse seria um romance histórico que figura uma das fases mais intensas do Império Colonial Português: a sua expansão e constituição durante os séculos XVI e XVII, cujo foco é a América portuguesa.

### 3.2 *Império: tempo doce, destino amargo*

A narrativa de *O feitiço da ilha do Pavão* se delinea primeiramente pelo uso do espaço. Além de ser um reduto no qual “a insularidade pode ser cantonamento, clausura e fechamento em uma identidade de raiz única, ela pode também ser desafio de universalidade, chamamento à viagem” (BERND, 2001, p. 116). Ou, como coloca Saramago em *O conto da ilha desconhecida* (1997), a ilha pode ser um reduto da subjetividade. Essa acepção, embora válida para a particularidade do autor, não é a que melhor traduz a confluência de transformações que movimentam a História.

Para o português herdeiro do pensamento de pertencimento do divino, o Atlântico foi o palco para a nova era das navegações. Dessa forma, a colonização portuguesa no Brasil foi uma das primeiras empreitadas coloniais a transformar a sua base de extração em centro local de criação de riqueza (FREYRE, 2013). Assim,

Semelhante deslocamento, embora imperfeitamente realizado, importou em uma nova fase e em um novo tipo de colonização: a “colônia de plantação”, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez do seu fortuito contato com o meio e com a gente nativa. No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala nos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A

segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses (FREYRE, 2013, p. 79).

O antropólogo brasileiro Gilberto Freyre fala que essa foi a maneira primordial com que a sociedade colonial brasileira se desenvolveu no Recôncavo baiano, seguindo a esteira de cultivo de São Tomé.

**Figura 3** — Mapa do século XVII localizando todos os engenhos do Recôncavo Baiano.



Fonte: *site* do ipatrimônio – Patrimônio Cultural Brasileiro<sup>49</sup>.

Numa visão mais ingênua, ir para a América portuguesa era sinônimo de aventura. Numa visão mais realista, por se tratar de terras menos propícias e pelo pouco gosto português pelo labor agrícola, na segunda metade do século XVII, o território foi conhecido por ser “inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso de mulatos”. A divisão social entre os portugueses aventureiros e os trabalhadores se dava pela distribuição de títulos honoríficos

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/cachoeira-antigo-engenho-vitoria/mapa-dos-engenhos-baianos-sec-xvii-imagem-azevedo-2009-p-26-27/>>. Acesso em: 6 maio 2022. Também pode ser encontrado em: ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993.

(HOLANDA, 1995). Essa é uma das razões pelas quais Baltazar Nuno Feitosa foi parar na ilha do Pavão.

Após ter servido no Oriente, mesmo sedento por “novos mundos para conquistar” (RIBEIRO, 2011, p. 120), Capitão Cavalo foi consagrado pelo rei de Portugal com a capitania da Ilha do Pavão. A presença da Coroa portuguesa na ilha “não chegava a ter duas dezenas de homens em armas, [mas] eram ambos garantia astuta e poderosa do pé português naquelas terras hostis e sezonáticas” (RIBEIRO, 2011, p. 119). E, como era natural, “uma classe de camponeses-proprietários brancos, possuidores de terra que cultivassem, não poderia ser formada no Brasil colonial” (BOXER, 1969, p. 34). E, sendo uma missão do rei, associado à Igreja, por que não torná-la uma missão de redenção?

Contudo, para lá ele não ia sozinho. Para o desenvolvimento da ilha,

Já levava consigo, além de homens e mulheres que se dispuseram a com ele encontrar fortuna e paz na ilha, escravos, armamentos de terra, sementes, mudas de plantas, galinhas, cabras, carneiros, cavalos e jumentos, não perdendo muito tempo para ocupar as terras que a Coroa lhe conferira, das quais ele mesmo traçou os limites, não invadindo os terrenos já ocupados e plantados por outros e declarando não desejar mais do que aquilo, que já era muita gleba. As vilas da ilha eram pequenas e pobres, mas logo a fortuna do capitão fez com que mais gente quisesse vir com ele, nas viagens que se sucederam e que só ele e seus tenentes sabiam comandar com segurança. Vieram também negros para as plantações de cana e fumo e, em pouco, a prosperidade se instalava, o comércio se alargava e moidores eram moeda corrente, como nas praças mais abastadas do mundo (RIBEIRO, 2011, p. 121).

Como autoridade pública na ilha, Capitão Cavalo exigia o respeito às leis e decisões da Coroa e garantia liberdade para que os seus habitantes se organizassem. Ainda, recolhia-se na fazenda de Sossego Manso, “sede da sesmaria, onde fez construir casas e igreja” (RIBEIRO, 2011, p. 121). O começo da vida brasileira foi dessa maneira, sem um sistema complexo e padronizado de administração colonial, e a liberdade de agir imperava. Para o seu crescimento, era necessário o estímulo à mistura de raças, à escravidão e à agricultura latifundiária, e esse domínio rural só seria assegurado com o grupo familiar servindo de unidade produtiva, que exploraria vantagens da sociedade à medida que a população crescesse e a comunicação entre vias melhorasse (MARX, 2010).

Capitão Cavallo é um personagem resquício do seguinte processo:

A colonização por indivíduos — soldados de fortuna, aventureiros, degredados, cristãos-novos fugidos à perseguição religiosa, náufragos, traficantes de escravos, de papagaios e de madeira — quase não deixou traço na plástica econômica do Brasil. Ficou tão no raso, tão à superfície e durou tão pouco que política e economicamente esse povoamento irregular e à toa não chegou a definir-se em sistema colonizador (FREYRE, 2013, p. 81).

Trata-se de um personagem que não fala de seu passado porque seu viés se perde pela história oficial, mas seu olhar em relação ao outro tem notório hedonismo. O personagem não é visto fora de sua fazenda — intitulada Sossego Manso. Embora seu desejo seja pela liberdade de organização, ele luta contra a mudança das coisas. “Não se opunha a que fizessem festas em suas terras e às vezes aparecia em algumas delas, para assistir às danças e cantos” (RIBEIRO, 2011, p. 169). Essa atitude observadora permite a sua proximidade com o antropólogo brasileiro Gilberto Freyre, que também remete à viagem patrocinada pelo governo português na qual o estudioso identificou similaridades entre os povos colonizados por Portugal. Afinal, de sua figura,

O que se diz é que, filho de pai muito rico, tornou-se aventureiro, pirata e contrabandista, metendo-se em guerras, corsos e conquistas a conta própria, pela costa oriental da África, mas desfraldando sempre o gonfalon lusitano onde quer que estivesse e que praça ocupasse (RIBEIRO, 2011, p. 119).

A autoridade de Capitão Cavallo, no entanto, é inquestionável: na recepção dos membros da Câmara de São João, quando na chegada de Lô Pepeu e Balduíno resgatados, Borges Lustosa se irritou com a presença do índio e preparava-se para o embate, quando foi interrompido pelo Capitão, que se mostrou intolerante a conflitos dentro de Sossego Manso. Ainda, Balduíno posteriormente conseguiu a permissão de frequentar a vila de São João como um emissário a serviço de sua aldeia por intermédio do pai de Lô Pepeu.

Este, em outro sentido, explora um lado diferente da história do Novo Mundo, em especial dos portugueses emigrados: os seus “descendentes nascidos na América tinham fama de mais preguiçosos e mais perdulários do que os emigrantes recém-chegados” (BOXER, 1969, p. 35). E Lô Pepeu é conhecido por ser despudorado e por ser dependente da intromissão de Balduíno ou do fetiche das palavras “A ela sem pena”, proferidas pelas

mulheres com quem tinha relações. Ele explora as vantagens da figura do pai sem perceber seus privilégios.

Capitão Cavalo simboliza a grande verdade por trás do domínio do sistema colonial que vigorava também por meio do comércio, mas outra grande figura que surge é o mestre de campo Borges Lustosa, que possui uma posição militar similar à de um coronel. Um conluio deste com o intendente Felipe Mendes Furtado, que administrava a comunidade de São João, a principal cidade colonial da ilha, tinha como objetivo a expulsão dos indígenas da zona urbana. Eles se utilizaram da Câmara Municipal da província colonial para decretar tal medida, que previa sanções a quem não a cumprisse.

A princípio, “A Câmara Municipal era responsável pelo pagamento ao fornecedor e, também, pelo fornecimento de uma ração básica de farinha de mandioca” (BOXER, 1969, p. 165). Ou seja, sua função era, antes de governar, fiscalizar a colônia, principalmente nos casos de “zonas colonizadas mais afastadas da capital, na Bahia” (BOXER, 1969, p. 765). E o perfil atendia aos seguintes requisitos:

Ao contrário do que acontecia com seus colegas espanhóis, a grande maioria desses governadores coloniais portugueses eram militares profissionais, sem experiência de leis ou de administração até o dia em que recebiam sua primeira governadoria (BOXER, 1969, p. 165).

Ao referir-se ao Conde de Sabugosa, o historiador Charles C. Boxer reconhece seu talento para harmonizar as vontades da Coroa com as demandas da população e dos senhores de engenho do Recôncavo. Tal postura, porém, não é um padrão. Boxer (1969, p. 166) fala de uma disputa que gerou desgosto entre pares:

Como outros vice-reis e governadores-gerais que poderiam ser mencionados, o Conde de Sabugosa nem sempre estava nos melhores termos com seus subordinados mais antigos, e que o eram, com o mais antigo Juiz da Coroa, o Ouvidor Geral da Bahia, e usou de uma verdadeira vingança no que se referiu a Dom Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, de 1721 a 1732. Este último retribuía-lhe antipatia, e a forma pela qual aqueles fidalgos se denunciavam mutuamente à Coroa, deve ter, alternadamente, divertido, encolerizado e talvez deixado perplexos o rei e seus conselheiros. Além de periodicamente ordenar àqueles dois governadores que cooperassem amistosamente, a Coroa nada fez para resolver a inimizade existente, recusando-se de maneira obstinada a demitir qualquer dos dois. Isso, sem dúvida, foi porque tal estado de coisas, embora não contribuísse para a harmonia

administrativa, encaixava-se no sistema colonial de verificações e balanços, que garantiam a rápida chegada das notícias dos delitos e enganos cometidos por qualquer dos governadores, revelados pelo colega desgostoso.

O processo de extração de riquezas no Brasil se tornou tão controlador, que acompanhar os gastos coloniais de maneira mais próxima passou a ser uma necessidade para a Coroa. Foi aí que o excesso de burocracia gerado pelo estrito controle sobre a administração colonial levou a Coroa a precisar de um elemento centralizador que desse conta de tais assuntos para o rei José. Dessa maneira, surgiu o ministro Marquês de Pombal, que tomou para si o trato com essas matérias, as quais assumiu com grande prolixidade e extensividade. No mesmo esteio, o personagem do mestre Moniz Andrade, que tinha o ofício de professor, revela-se importante para a escrita da história oficial da Sedição Silvícola, na qual Borges Lustosa foi o herói que expulsou os índios para a mata:

Naturalmente não podia saber que, na vila, já se preparava uma poderosa e decisiva ação contra os índios e até mesmo o relato oficial da Sedição Silvícola já se encontrava em andamento, na lavra do mestre Moniz Andrade. Zuniam zagaias e flechas em mortal vespeiro, selvagens hediondos esmigalhavam a tacapaços as cabeças do inocente povo de Cristo. Envenenadas por filtros e feitiçarias índias, a guarda, a milícia e as autoridades foram assaltadas pela mais terrificante das enfermidades, qual seja, a de minar sangue pelo corpo todo, em pavorosas hemorragias, que ceifaram as vidas de dezenas. E, ainda assim, sob o denodado comando do mestre de campo José Estêvão Borges Lustosa, ele próprio sentindo o guante da impiedosa moléstia, conseguiram expulsar os sediciosos para as matas, onde ficariam para sempre, sem prejuízo de exemplar punição para os cabecilhas (RIBEIRO, 2011, p. 69).

A verdade sobre a guerra não seria admitida pelo colonizador em relação à colônia, visto que aquele negava a vitória da “raça imunda” (RIBEIRO, 2011, p. 64) contra eles, “cristãos que pela força do braço dilatam a fé e abrem o mundo ao amor divino. Não compreende a ralé sediciosa senão a linguagem monologada dos canhões e agora lhes escutaria o terrorismo fragor”<sup>50</sup> (RIBEIRO, 2011, p. 64). Isto é, a violência das armas dos

<sup>50</sup> O referido trecho revela o estilo satírico do narrador ubaldiano, que, por meio do discurso indireto-livre, critica em *O feitiço da ilha do pavão* a Igreja e a inquisição como males sociais do tempo figurado (XAVIER, 2007), remetendo ao canto III, estrofe 117. de *Os lusíadas*, de Luís de Camões (2017): “E se tu tantas almas só pudeste / Mandar ao Reino escuro de Cocito, / Quando a santa Cidade desfizeste / Do povo pertinaz no antigo rito, / Permissão e vingança foi

colonizadores se revela uma ferramenta de dominação com base nas diferenças dos atributos tecnológicos utilizados. Na realidade, o conflito não aconteceu em razão do uso das habilidades de Balduino com ervas e plantas, que levou a um líquido laxante o qual incapacitou os homens defensores do estatuto colonial e seu exército. Balduino surgiu no conflito pintado e ornado com penas, “na postura de um capitão de povos submetendo mais um império a seu tacho despótico” (RIBEIRO, 2011, p. 64). Esse embate teve a seguinte conclusão: “Prenhe como sempre, de ironia, a História terminou por voltar-se contra os vencedores” (RIBEIRO, 2011, p. 66), o que enumera as contradições do colonizador para com a própria história do legado colonial. Como postula o filósofo Walter Benjamin (2012), a imagem do passado veicula-se à visão do vencedor, que a torna inerente à forma que pretende dar ao seu projeto. Nisso se inclui toda a sua tradição, contra a qual João Ubaldo se coloca ao expor as duas versões do evento.

Foi contra o atrevimento de Balduino e a inflexibilidade de Capitão Cavalo que Borges Lustosa decidiu pedir a intervenção da Igreja Católica de Salvador. A crescente atenção às igrejas se dava em razão de seus altos padrões arquitetônicos, segmentários e disciplinares, tanto que a inclinação dos descendentes portugueses no Brasil era o sacerdócio, tal como preferiu o irmão de Borges Lustosa, Gabriel. Afinal, a educação superior do clero e a isenção na taxaço realçavam sua posição social e seu prestígio. Mesmo com deslizes, o clero português tinha tratamento especial por todos. Não era à toa que,

Durante os dois séculos que correram entre o tempo do Rei João III e o de Pombal, Portugal era, provavelmente, o país mais dominado pelo clero em toda a cristandade, e só foi ultrapassado nas demais regiões, a esse respeito, pelo Tibete. É evidente que Nuno Marques Pereira não foi o único a asseverar que o Brasil era menos devoto nesse caso do que o resto do império português (BOXER, 1969, p. 154).

---

celeste, / E não força de braço, ó nobre Tito; / Que *assí* dos Vates foi profetizado, / E *despois* por JESU certificado”. Há exagero no viés patriótico-imperial adotado, que é relacionado ao discurso oficial, e apropriação ingênua e criativa feita pelo povo/autóctone (OLIVIERI-GODET, 2009, grifo do autor), que resulta numa mudança de registro que evoca o presente e coloca o dado institucional em questionamento diante da presença do elemento que originalmente devia lhe dar sentido – o povo.

No caso especial da Bahia, isso adquiriu certa particularidade considerando o apelo para conquistar fiéis. Dessa forma, a mescla entre o sagrado e o profano adquiriu olhares perplexos, e a tendência aglutinadora do cristianismo europeu de tomar para si manifestações externas ao culto cristão fez com que fosse possível o sincretismo religioso:

O catolicismo português sempre mostrou tendência para se concentrar nas manifestações externas do culto cristão, e o grande elemento africano na Bahia indubitavelmente reforçou essa tendência. Os divertimentos públicos eram poucos, e as procissões religiosas, alegremente revestidas, ricamente decoradas, com seus mascarados, músicos e dançarinos, serviam às necessidades sociais que são hoje fornecidas pelos salões de dança, pelo teatro e pelo cinema. Ofereciam a única oportunidade em que todas as classes se misturavam em termos de igualdade aproximativa, embora tais festas terminassem, às vezes, em conflitos e desordens (BOXER, 1969, p. 155).

Os fluxos migratórios tornaram possível uma dinâmica social baseada na coexistência das diferentes classes em vários espaços, inclusive no Rio de Janeiro. O imperativo da raça, no entanto, fez com que as ordens religiosas, que combinavam suas atividades religiosas com as de natureza social, tivessem papel mediador entre as linhas, podendo ou não corresponder às rivalidades em questão (BOXER, 1969).

A denúncia por imoralidade e relaxamento do clero baiano, realizada por visitantes franceses, apontava que, apesar do senso implacável de formação da instituição religiosa, “o senso da vocação religiosa não estava fortemente implantado entre os portugueses nascidos no Brasil, e o espírito missionário faltava evidentemente” (BOXER, 1969, p. 152). Em decorrência disso, é possível perceber a organização ainda atrelada à administração colonial com base no movimento de mútua desconfiança que Gabriel criou entre o seminarista, o escrivão e o padre Tertuliano ao incumbir-lhes a tarefa da Mesa Visitadora à Ilha do Pavão.

Ainda, sabe-se que os padres da Ilha do Pavão tiveram condutas reprováveis para a Igreja: o padre Boanerges, além de se relacionar com uma mulher, teve filhos com ela, que foram criados pelo legítimo esposo desta. O padre Virgílio, por sua vez, tinha caso com as irmãs ursulinas, que representavam certa harmonia entre os segmentos religiosos, além da coexistência entre o sagrado e o profano na ideia de miscigenação.

Ao fixarem seus pés na ilha, o padre Tertuliano entrou em acordo político com Borges Lustosa, conveniente à relação carnal e proibida consumada por eles; o seminarista e o escrivão também se relacionaram com as índias prostitutas e com as mestiças, o que evidencia a ideia de miscigenação como particularidade da colonização portuguesa.

Dois personagens negros que se destacam no enredo são Afonso Jorge II e Crescência. O primeiro, também chamado de Mani Banto, pertence à família congoleza que fundou o quilombo. Ele justificava sua posição porque na África “vendia negros prisioneiros de guerra aos brancos, revendia negros comprados de mercadores” (RIBEIRO, 2011, p. 73). Além disso, a pureza de sangue distinguia os negros puros dos mestiços, que eram, na percepção do personagem, “feios, horrorosos, diferentes, nascidos para a servidão e agora cheios de liberdades nas outras localidades da Ilha do Pavão, como se por acaso fossem negros do Congo e estes fossem gente e tivessem direitos” (RIBEIRO, 2011, p. 73).

Se, por um lado, a tradição que circunda esse singular personagem aborda um passado contra o qual alguns povos africanos devem se justificar nos dias de hoje, por outro lado, as similaridades hierárquicas entre Portugal e o Congo, principalmente no tocante à superioridade das raças puras em relação aos mestiços, explicam alguns dos fios que levaram à colonização dos povos africanos em uma etapa inicial do império colonial e na etapa neocolonialista:

o império colonial, com seu aparato burocrático em rápida expansão e as suas políticas “russificantes”, permitia a muitos burgueses e pequeno-burgueses se fazerem de aristocratas fora da corte central, isto é, em qualquer lugar do império, exceto na terra natal. Em todas as colônias, vemos esse *tableau vivant* cruelmente divertido: o cavalheiro burguês declamando poemas, tendo ao fundo um cenário de vastas mansões e jardins cheios de mimosas e buganvílias, e um grande elenco de apoio, com lacaios, cavaleiros, jardineiros, cozinheiras, amas, criadas, lavadeiras e, sobretudo, cavalos. Até os que não podiam ter esse estilo de vida, como os jovens solteiros, mesmo assim tinham o *status* grandiosamente ambíguo de um nobre francês às vésperas de uma insurreição (ANDERSON, 2008, p. 210-211).

No viés do pai de Afonso Jorge II, o comerciante de escravos Afonso Jorge Nzomba, que abandonou o Congo pela Ilha do Pavão, “o Congo não servia mais para o congolense, só para o português” (RIBEIRO, 2011, p. 74).

Isso porque, numa época em que os povos congolese se reconheciam como nação por terem objetivos econômicos em comum (HOBBSAWN, 2008), a suposta equidade entre Congo e Portugal fez com que o comerciante de escravos alçasse outro posto na ilha, de modo a edificar a propriedade privada — o território do quilombo — aos moldes idealizados. Ou seja, havia um desejo de se conquistar uma vida na qual se podia ser servido e o conforto era tido como o refinamento das posses. Isso não é muito diferente para a elite aculturada de Moçambique, por exemplo, cuja ascensão atravessa o ideal embranquecedor.

Crescência pouco revelara os detalhes sobre o seu nascimento, mas, ao abordar o fato, anunciou que era congolese como os seus pais. A proximidade histórica entre o nascimento de Crescência e a ascensão de Afonso Jorge Nzomba permite o entendimento da diáspora que oportunizou o comércio de escravos entre o Congo e o Brasil.

A mestiçagem, no entanto, dá-se pela penetração sexual, decerto que o filho de Capitão Cavalo fetichiza o seu domínio sobre as palavras do dominado, no caso da aprendiz da Degredada. Ao negar-lhe, Crescência expõe essa obsessão do rapaz e a ideia que leva à estrutura patriarcal da colonização brasileira — um domínio sobre o negro e, ainda, sobre a mulher. A cópula com lô Pepeu não é o passo seguinte para a mestiçagem, princípio ativo da colonização portuguesa: essa é uma verdade já em curso. O herdeiro do latifundiário já possuía todas as mulheres mestiças a seu mando — e isso pode ser visto algumas vezes ao longo do romance. Seu interesse em Crescência, no entanto, mostra que sua ambição pelo domínio total o cega e o desestimula sexualmente. O historiador Caio Prado Júnior (2011) explica isso ao dizer que a mestiçagem se dá porque há um problema sexual na raça que se julga dominante — o colono branco —, pois a colonização brasileira não se deu de maneira homogênea. Na Bahia, a difusão de sangue negro se deu em maior escala, porém com menor proporção nas mulheres. A esposa de Joaquim Muniz, Dona Joana Maria, relacionava-se com o negro Serafim em segredo, contudo esse é um exemplo diminuto. Por isso que negros e mestiços eram a maioria da população baiana da época.

Advindo da herança árabe, o trato português para com raças exóticas se converteu na seguinte motivação em terras brasileiras:

Os povos que os colonizadores aqui encontraram, e mais ainda os que foram buscar na África, apresentam entre si tamanha diversidade que exigem discriminação. Debalde se querará simplificar o problema, e como tem sido feito, no caso dos negros em particular, esquecer aquela diversidade sob pretexto de que a escravidão foi um molde comum que os identificou. A distinção apontada se impõe, e se manifesta em reações muito diferentes para cada um dos vários povos africanos ou indígenas que entraram na constituição da população brasileira; diferença de reações perante o processo histórico da colonização que não pode ser ignorada (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 88).

Em razão disso, a figura do índio, como elemento participante da colonização, deve ser levada em conta com grande força. Preparado para a vida civilizada, o índio foi um elemento povoador por promover o casamento entre as raças como solução, além de incentivar o maior intercâmbio possível (PRADO JÚNIOR, 2011). Isso pôde ser visto no caso de *O guarani*. Na condição da vila de São José em *O feitiço da ilha do Pavão*, a concentração do elemento branco em centros urbanos e núcleos coloniais era imperativo para a hegemonia branca; por isso, se os índios não ocupavam posições marginais como as índias envolvidas na prostituição, deveriam se exilar no mato, como num retorno às origens. A segregação espacial e nacional é o que faz destacar o índio como ser sem nação durante esse período.

### 3.3 Nação de Ubaldo, ilha de Balduino

No tocante à nação, que legitima universalmente a vida política moderna, Ubaldo indica, em sua obra teórica *Política* (2010), que há um grande mal-entendido no uso das designações de nação e Estado por parte dos brasileiros. Ele assinala que o Estado, devido ao seu tamanho, acaba se confundindo com a nação, a qual, segundo ele, tem um conceito amplo, que engloba mais povos, o que se pode identificar pela variedade étnica brasileira. O branco, o negro e o índio são diversificados e constituem personagens-tipo. Observou e enumerou a pesquisadora Zilá Bernd (2001, p. 118-119) estes exemplos:

Hans, europeu que chegou à ilha fugindo das perseguições do Santo Ofício; Balduino Galo Mau, uma figura de índio escrachado, mais para Macunaíma do que para Peri; Capitão Cavallo, português,

representando a classe dominante; Crescência, escrava alforriada de origem congoleza e, por fim, o líder do quilombo da ilha, o Mani banto que se autoproclamou imperador assumindo um nome português, D. Afonso Jorge II. [...]

O perfil das personagens é marcado por total imprevisibilidade, pois o estrangeiro (Hans) tem grande interesse pela cultura oral e mágica da Degredada, contrariando o estereótipo do desprezo da cultura popular pelos europeus; o índio, no contato com o mundo “civilizado” do branco, adquiriu inúmeros vícios como mentir e trapacear, estratégias que lhe garantem a sobrevivência; o proprietário rural, Capitão Cavalo, tem noção de justiça e equilíbrio e, antes mesmo da abolição ser decretada, liberta seus escravos. A figura mais surpreendente, porém, é a do líder quilombola. Os líderes quilombolas ou não têm lugar na literatura ou são representados como símbolos de revolta e do amor à liberdade.

Em suas obras ficcionais, principalmente *Viva o povo brasileiro* e *O feitiço da ilha do Pavão*, a interdependência entre personagens e classes dá a ver a figuração da nação tanto por uma abordagem mais ampla no tempo, quanto por um intervalo específico, respectivamente.

Quanto à organização política da sociedade, a qual chamaremos de Estado no modelo moderno, em *O feitiço da ilha do Pavão*, podemos verificar as seguintes situações como enfrentamentos: a oposição entre índios e a câmara de representantes da vila de São José; o conflito entre a aparência das instituições e a verdadeira face de seus representantes; a manutenção da tradição eurocêntrica e a transformação do colonizador mediante o contato com os outros povos. A diferença entre classes como fato histórico, além da exploração econômica consequente da colonização, solidifica o entendimento do Brasil como forma moderna de nação (ARANTES, 2006). E quem é o personagem que surge como mediador ou solucionador de tais impasses? O índio Balduíno Galo Mau!

A nação como inconsciente coletivo faz com que a experiência comum entre todos os membros opere com símbolos e elementos culturais compartilhados (ANDERSON, 2006). No que toca ao índio, sempre associado aos primeiros contatos com o português e à presença na América antes da colonização, ele também foi constante vítima da manipulação de discursos. Na ocasião do documento da *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), por exemplo, os índios são desacreditados como incivilizados e pecadores, uma vez que há real interesse nas terras conquistadas no Novo Mundo, pertença cristã e considerada herdada por direito desde as cruzadas. Sua particularidade, não

reconhecida de forma humanizada, apenas foi vista com o propósito objetificador de dominar a terra. E o catecismo, instrumento civilizatório por excelência, fez com que a Igreja ficasse encarregada de “manter a lealdade dos povos coloniais às Coroas ibéricas” (ALENCASTRO, 2000, p. 24). Nesse sentido, José de Anchieta confrontou as figuras pagãs com a divindade católica e acoplou “o *ethos* da tribo a poderes exteriores e superiores à vontade do índio” (BOSI, 1992, p. 68). Afinal, para o entendimento da época, os índios eram teologicamente vazios. Por isso, as peças teatrais de Anchieta os incitavam à identificação com heróis cristãos e à negação do canibalismo, do animismo e da mediunidade, consequências da contrarreforma.

Como homem cordial, o índio deveria se adequar à lógica colonial ou sofreria represálias por parte do colonizador. Em grande parte, eles fugiam para o interior, o que condiz com a situação da batalha dos Borra-botas narrada em *O feitiço da ilha do Pavão*.

A presença indígena no imaginário nacional, no entanto, foi perpetuada pelas obras de estética romântica. Em *O guarani* (1857), “O índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador. Peri é, literal e voluntariamente, escravo de Ceci”<sup>51</sup> (BOSI, 1992, p. 177). O processo de individualização do personagem aconteceu em consonância com a dominação portuguesa. Anos depois, na rapsódia modernista *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter* (1927), o personagem-título, de feição caricatural, tornou-se aculturado durante a sua ida à cidade, fato legitimado pelo extravio da pedra que representa a identidade cultural brasileira, a Muiraquitã. Na primeira obra, é possível perceber o reconhecimento do índio como elemento essencial à constituição da nacionalidade, mesmo que participante da colonização, na qual se submeteu à aculturação. O conhecimento do índio homem, em particular, foi essencial:

Mas só na obra de devastamento e de conquista dos sertões, de que ele foi o guia, o canoeiro, o guerreiro, o caçador e pescador. Muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro; sua capacidade de ação e de trabalho falhou, porém, no rame-rame tristonho da lavoura da cana, que só as reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal do africano tolerariam tão bem. Compensou-se o índio, amigo ou escravo dos portugueses, da

---

<sup>51</sup> No texto “Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar”, capítulo de *Dialética da colonização* (1992), Bosi destaca que o índio se entrega ao branco incondicionalmente, o que significa sacrifício e afastamento da tribo a que pertencia.

inutilidade no esforço estável e contínuo pela extrema bravura no heroico e militar. Na obra de sertanismo e de defesa da colônia contra espanhóis, contra tribos inimigas dos portugueses, contra corsários.

Índios e mamelucos formaram a muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil ao mesmo tempo que defenderam, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros. Cada engenho de açúcar nos séculos XVI e XVII precisava de manter em pé de guerra suas centenas ou pelo menos dezenas de homens prontos para defender contra selvagens ou corsários a casa de vivenda e a riqueza acumulada nos armazéns: esses homens foram sua quase totalidade índios ou caboclos de arco e flecha (FREYRE, 2013, p. 163).

Gilberto Freyre consegue explicar a interdependência entre os latifundiários e os índios, o que, no caso do romance em pauta, prevê as relações estabelecidas de Balduino com Lô Pepeu e Capitão Cavalo.

Por um lado, Peri é um índio composto nos moldes medievais da estética romântica. Balduino, por outro lado, está longe desses parâmetros, como se pode perceber pela seguinte descrição:

[...] índio tupinambá muito no péssimo ver da maioria, homem de alto valor no ver de Lô Pepeu, rastejador mestre, doutor dos matos, amigo de todas as ervas, conhecedor de todos os bichos, íntimo de todas as árvores, velhaco como toda a mascataria levantina, matreiro como oitocentos curupiras, mentiroso como um frade viajante, o maior entendido de aguardente de cana de que se tem notícia, do fabrico ao desfrute — e a única coisa que lhe falta é saber direito a língua batizada, mas há quem afirme que é fingimento. Balduino lhe dissera que de fato as palavras são de grandíssima importância, havendo homens que obram qualquer graça ou desgraça com elas, a seu belo talante. Mas, por mais importantes, no fundo não passam de vento mastigado e, por conseguinte, não podem com a força das plantas e das qualidades dos bichos, que são a própria Natureza e ninguém vence a Natureza. Compreende coisa aqui, disse Balduino, zerva forte, muito forte, zerva do mato boa. Pega isso, índio pega: txutxuriana, dois mói; casca do pê-roxo, duas lascas; capabiléu, duas raiz grossa; um cunhão de jacaré-curuá; caroço de curuiri, duas mão; ponta de rabo de jararacuçu; cardo de ceranambi apurado até não poder, três mais um dedo de caneca; milômi, dois mói; acatuaba, três lasca; bola de nhaca de porco-do-mato, pronto. Afereventa, afereventa, deixa sereno três dia, bebe xuque-xuque-xuque, pronto. Daí a pouquinho o fulano começa a sentir uma quenturinha nos baixios, quenturinha essa que vira um calorão, calorão esse que levanta o mucurango que chega a parecer que ele vai estourar e aquilo fica o dia inteiro e a noite inteira que nem um pau de bandeira e nem todas as mulheres da vila, encarreiradinhas, conseguiriam abaixá-lo. Escalavrar, desfarelar, sim, mas derribar, nunca (RIBEIRO, 2011, p. 26-27).

Na verdade, sua associação mais imediata é com *Macunaíma*, uma vez que o índio se disfarçou de negro na ocasião do resgate de Crescência no

quilombo e se aculturou quando se tornou emissário da vida e fez parte do acordo com Borges Lustosa e padre Tertuliano, situações que o ambientaram à cidade. O caráter folclórico que assumiu em conflitos nos quais imperou o seu humor justiceiro é prova de que o grupo que Balduino representa – os índios – não se submetia aos ensinamentos catequéticos e ao reconhecimento da autoridade branca. Seu conhecimento tradicional, todavia, manifesto pelo domínio das ervas medicinais e pela elaboração da cachaça, demonstra não apenas sua participação na história da colonização como também um imperativo tecnológico pelo qual destaca a força do índio para a afirmação da nacionalidade brasileira. A tisana e a água utilizada na batalha antecipam a ciência de hoje, que tem como instrumentos similares o viagra e o laxante.

O conhecimento de história de Balduino também é de grande importância para a narrativa, uma vez que, para ele, a força da escrita da história é menor do que a força da natureza:

- [...] O que é estação?
- É o tempo, agora é o tempo das frutas. A maçã, a cereja...
- O que é cereja? O que é amaçã?
- Frutas. São frutas que tu não conheces, mas há. O outono é o tempo das frutas.
- De acajueiro mesmo não, agora não tem caju. E quase o resto todo não precisa de tono, dá tempo todo.
- Tu não entendes disso, Balduino, é porque aqui somos muito atrasados, só agora é que o outono está chegando por aqui, antigamente não existia, é por isso que as frutas daqui são assim. Mas a fruta verdadeira respeita o outono.
- Pode ser, mas índio não respeita. É por causa do tono que índio tem que voltar pro mato? (RIBEIRO, 2011, p. 32).

O tempo mítico da natureza, cujo expoente são suas frutas, é reconhecido pelo índio, que estranha o tempo conhecido por Lô Pepeu, que tem como referência o tempo eurocêntrico das colheitas. O conflito dos Borra-botas, quando adquire dois termos que remetem a duas versões da história, também se refere aos dois lados do conflito permanente da iniciativa colonizadora: a batalha dos que tentam dominar e a batalha dos que não se deixam dominar. A narração se dá de duas maneiras nesses dois extremos: por um lado, a lógica dos decretos legislativos, que recorre à aversão ao índio como um registro

histórico cheio de descrições, rebuscamentos; por outro, o discurso direto, recurso conferido por Ubaldo a Balduíno, que questiona decisões e instrui acerca dos próximos passos da narrativa, além de ser seguido de comemoração pela vitória. A linguagem utilizada pelo índio pode ser identificada como uma tentativa de adequação à língua portuguesa próxima a uma língua de contato, o que também evidencia o seu papel mediador no enredo.

O caráter mediador de Balduíno é revelado nas negociações com a Mesa Visitadora para a participação dos lucros advindos do dízimo. Se a lei do branco foi imposta de maneira determinista, a adequação ao mundo do homem branco havia se tornado uma necessidade para que Balduíno convivesse com o mundo moderno. Na tradição literária brasileira, isso já havia sido abordado por Antônio Callado, que concentrou na figura indígena um senso necessário de balanço histórico tanto em *Quarup* (1967) quanto em *A expedição Montaigne* (1982). Este último romance trata de um esforço de restituição de terras brasileiras aos indígenas. Os ares cômicos da obra revelam, ao longo da narrativa, a aculturação dos índios envolvidos no processo e denunciam a injustiça e a exploração da lógica econômica e social do processo histórico brasileiro desde a colonização. Nesse mesmo raciocínio que João Ubaldo viu nos índios canibais capirobas de *Viva o povo brasileiro* uma fonte de resistência contra as adversidades por se nutrirem da assimilação da cultura europeia e produzirem uma nova.

Por essa razão que há uma outra versão da batalha da Sedição Silvícola, contada por meio de uma expressão própria de um personagem que concentra a “totalidade histórica de determinados graus críticos de transição da história” (LUKÁCS, 2011a, p. 51). E esse conflito entre a história oficial e a versão alternativa que contradiz a primeira é justo por se direcionar contra grupos que controlavam ou ainda controlam a escrita da história oficial. Por esse motivo, Balduíno é tão desconfiado com a língua. A natureza, que durante a estética romântica preenche a descrição de sua imensidão em *O guarani*, mostra-se elemento pelo qual o personagem opera sobre o mundo. Essa relação é uma maneira pela qual o autor diminui a pressão dos personagens, especialmente de Balduíno, por meio do maior uso da ação em detrimento da

descrição, técnica utilizada por Joaquim Moniz ao redigir seus documentos em tom rebuscado.

Um dos momentos decisivos de Balduino é a sua recusa em aceitar o retorno ao mato:

— Mas por que tu não queres ir para o mato? Tu sempre disseste que o mato tinha tudo, a vida era melhor...

— Era! Isso quando índio era besta e descomprendido, não tinha aprendido nada, índio era besta. Era! Agora não é mais! Tem çúcar no mato? Tem sal no mato? Tem fiambre no mato? Tem galinha gorda e dinheiro no mato? Tem sabão no mato? Tem jogo de carta no mato? Tem carne de vaca no mato? Tem vrido, panela de ferro e vaca molada no mato? Tem aramofalda no mato? Tem tenda de novidade e armazém no mato? No mato tem é bicho, tem mutuca, tem mosquito, tem potó, tem cobra jararaca, tem coceira, tem perreação, no mato tem é isso! Índio volta pro mato? Nunca que nunca! Índio quer voltar pro mato? Não, não, não, não! Índio não volta pro mato, já falou. [...] (RIBEIRO, 2011, p. 31-32).

A sua aculturação, parte do desenvolvimento colonialista por meio do domínio colonial português, tinha um ideal puritano expresso na *Carta*. A experiência intercultural da colonização, entretanto, tornou os itens obtidos da convivência com o colonizador indispensáveis para a vida daquele ponto em diante.

Veja-se:

Índio anda nu porque é nocente, desconhece roupa, não sabe mardade, padre cura disse, padre cura não se poquenta com índio nu! Toda gente gosta índio! Assomente é Dão Filipe que não gosta! Assomente Dão Filipe e as beata beguina! Assomente Dão Filipe, as beguina e os miserave! Quando índio tá na casa de mulher que eles vai, ajudando no sereviço e fazendo covitage, eles não recrama nem manda índio simhora! Quando índio vê o que eles faz e elas faz, fica tudo muito amigo de índio, pra índio espiar mas não contar! Eles quer índio trabaiando de graça, consertando rede, carregando fruta, capinando mato, levando barrica de bosta, pra depois nem comida querê dá índio, nem misgaia! (RIBEIRO, 2011, p. 34).

E seu entendimento o faz antecipar a história daquele ponto em diante, desde a batalha dos Borra-botas até os conflitos no quilombo. Em vários momentos do romance, Balduino age de maneira a antecipar os acontecimentos. Seu envolvimento na narrativa se faz visão emancipatória que se desdobra em possibilidade quando permite o questionamento “de sua organização social e de suas estruturas de poder” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 139). E, por se manter em contato com a realidade e o mundo ficcional da ilha

do Pavão, ele também registra contradições, como a questão da negociata com a Mesa Visitadora aqui citada, o que também não tira o mérito de sua conduta diplomática no desenvolver da narrativa e de sua participação na escolha de futuro na Toca do Futuro ao final da obra.

Além do índio, outro dado bastante presente no romance é a questão da mestiçagem. A variedade étnica brasileira ainda é aspecto que explica a dinâmica da ilha, que atua como microcosmo do Brasil. A inserção da variedade étnica que o índio integra se mostra dado relevante para a formação nacional. Para Gilberto Freyre,

A tendência para a mestiçagem, comum às sociedades da América, da Ásia e da África, onde predominou a colonização portuguesa, e à própria sociedade portuguesa da Europa, é decerto um elemento de aproximação entre várias sociedades. Sociedades, tudo nos leva a crer, capazes das mesmas reações sentimentais, estéticas, éticas — essencialmente as mesmas — a uma série de estímulos a que nos fosse possível sujeitá-las. A tendência geral do colonizador português para a mestiçagem parece ter dado aos povos da América, da Ásia e da África, de formação portuguesa, condições especialíssimas de unidade psicológica e de cultura. Os lusodescendentes — puros e mestiços — de áreas diversas, quando se põem em contato uns com os outros, é para se sentirem espantosamente semelhantes nos seus motivos e nos seus estilos de vida. Motivos e estilos em todas as áreas de formação portuguesa e no próprio Portugal, coloridos fortemente pelo fato da mestiçagem, que criou nesses vários povos semelhanças de critério ético e estético, de inclinações sentimentais e de aspirações sociais e políticas.

São essas semelhanças que pedem melhor articulação para efeitos de combinação de forças psicológicas e de cultura: combinação que tornará evidente e ativa — moral e intelectualmente ativa — uma unidade hoje só em potencial. Mas essa melhor articulação de forças não se fará sem que a oriente uma interpretação ampla e ao mesmo tempo segura dos vários aspectos da obra de colonização dos portugueses; sem que se saiba ao certo o que existe de comum nos sentimentos e nos motivos de vida e nos estilos de cultura dos povos das várias áreas (FREYRE, 2010, p. 28-29).

A questão é tão presente na formação social brasileira, que o segundo capítulo do romance é permeado por uma cena explícita do coito entre Iô Pepeu e a escrava Vitória. A Casa dos Degraus, lar do filho de Capitão Cavallo, localiza-se na vila de São João, cujos habitantes são designados como joaninos: “são iguais a toda outra gente, ocupados em afazeres dos quais toda gente se ocupa” (RIBEIRO, 2011, p. 15). Isto é, pode-se pressupor que exerçam no cotidiano costumes e convivência de uma democracia racial que compõe esse tipo específico de cidadania. Sua origem pode ser explicada

porque “Um dia saltou do tempo e amanheceu em São João” (RIBEIRO, 2011, p. 16). Ao focalizar o local, o autor descreve as fachadas e os ambientes da cidade e finaliza da seguinte maneira: “De resto tudo é parado como uma pintura, nada se movendo senão as folhas na brisazinha e o rolo de fumaça cumprindo sua missão desde a Criação” (RIBEIRO, 2011, p. 16). Os elementos naturais, que compõem o nacionalismo romântico brasileiro, são os únicos itens de destaque. Sabe-se que há outros personagens em São José, mas poucas vezes são citados ao longo do romance. No momento da inquirição da Mesa Visitadora, todos são interrogados, porém eles são descartados porque seus membros estão interessados na contribuição monetária destinada à Igreja e a eles. Por que então o povo não participa? Talvez seja essa a questão mais importante que liga o passado colonial aos tempos de escrita do romance.

A verdade é que a economia brasileira, em seus vários ciclos, tinha como base o trabalho escravo, e alterar a base dessa pirâmide social interferiria profundamente na vida do Brasil colonial (BOXER, 1969). A América portuguesa só seria um projeto certo se o comércio escravo com a África fosse viável. A interdependência entre a África e o Brasil não é novidade, assim como a violência disciplinar com que os feitores de fazenda deveriam se sujeitar para manter o sistema. Porém, para os brancos, a América portuguesa era considerada uma terra de oportunidades, um “purgatório dos brancos” — e nisso se inclui a atração sexual destes pelas mulheres de cor.

Desde o convívio com os muçulmanos, a poligamia foi vista com exotismo pelo português, preso à monogamia cristã. Por um lado, mesmo sendo comum aos índios trocar de parceiros, eles não eram adeptos à dinâmica de vários parceiros simultâneos. Na África, por outro lado, isso era costume de alguns povos. No Brasil isso atingiu toda a estrutura social:

Evidentemente, não eram apenas os fazendeiros prósperos e respeitáveis cidadãos que aumentavam a população mestiça, unindo-se a negras e mulatas. Na verdade, quanto mais baixo o nível social, maior se fazia a miscigenação, por motivos óbvios. Os soldados das guarnições das vilas, os marinheiros dos navios visitantes, e os brancos pobres de toda a espécie, mesclavam-se livremente com as negras, devido à “falta das damas brancas” [...]. Em sua grande maioria, as crianças mulatas nascidas dessas uniões, na maior parte das vezes transitórias, não tinham, naturalmente, educação apropriada nem vida de família estável. Faltando-lhes mesmo a disciplina da senzala, protetora, apesar de tudo, tornavam-se, de maneira inevitável, malfeitores truculentos ou insolentes prostitutas,

causando contínuos transtornos às autoridades coloniais, com seu comportamento desordenado (BOXER, 1969, p. 39).

Tal posicionamento só reforçava os preconceitos sociais institucionalizados durante o período colonial alicerçados nos vícios provindos de raças diferentes da europeia, o que fazia com que a proximidade com a pele branca transmitisse a possibilidade de ascensão social ou, ao menos, de uma vida mais próxima à dos brancos. Contudo, os negros tinham importância menor em comparação a outras raças. Isso porque o índio fora estigmatizado pelo seu estágio de desenvolvimento tecnológico, como se ainda estivesse na Idade da Pedra, e manteria o seu padrão ao fugir para o sertão. Além disso, o seu nomadismo e a sua organização social o desqualificavam, na ótica portuguesa, para o trabalho escravo. Enquanto isso, os negros já possuíam alguma noção da escravidão com base nas culturas autóctones da África, embora tivessem pouco conhecimento de desenvolvimento social e agrícola (BOXER, 1969).

A ideia de raça, arbitrária de um povo para outro, segundo a concepção de Frantz Fanon (2008), foi importante peça para a diferenciação e a dominação de povos. Benedict Anderson (2008, p. 208-209, grifo do autor), a esse respeito, considera:

O fato é que o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, ao passo que o racismo sonha com contaminações eternas, transmitidas desde as origens dos tempos por uma sequência interminável de cópulas abomináveis: fora da história. Os negros, devido à nódoa invisível do sangue, serão sempre negros; os judeus, devido ao sêmen de Abraão, serão sempre judeus, não importam os passaportes que usem ou as línguas que falem ou leiam. [...]

Os sonhos do racismo, na verdade, têm sua origem nas ideologias de *classe*, e não nas de *nação*: sobretudo nas pretensões de divindades entre os dirigentes e nas pretensões de “linhagem” e de sangue “azul” ou “branco” entre as aristocracias.

Por isso, a ideia de raça, que dava unidade à nação, é usada para justificar as diferenças entre um povo e outro. No caso português, houve situações de silêncio e repulsa à miscigenação do português com outras raças. Para a dominação colonial, optou-se pelo incentivo a manter essas diferenças. Portanto, apesar de ser uma ideia conveniente de acordo com os esforços programáticos da colonização, diferenciava quem era português de quem não era.

Sabe-se com isso que a questão da mestiçagem nem sempre é sinônimo de harmonia. Prova desse fato é o casal Crescência e Iô Pepeu. Os impedimentos da união, geralmente da parte dele, resumem-se à fetichização pela expressão “A ela sem pena”, ou seja, à intenção de dominar a voz de Crescência. Para isso se rende à tisana de Balduino, mesmo que o amigo relembre outros fatores importantes para o evento. O envolvimento do casal não parece ser explicado exceto por essa fixação patriarcal e colonizatória na ideia de dominação sobre a figura feminina.

Em se tratando de figuras femininas presentes na obra, elas possuem papel periférico. As índias têm o papel de prostitutas, e as mestiças são escravas. Crescência e a Degredada são feiticeiras — alvos da inquisição. Dona Joana Maria, Dona Felicidade e Leocádia, esposas de Joaquim Moniz, Felipe de Melo Furtado e Borges Lustosa, respectivamente, não possuem voz na narrativa, embora algumas se expressem por outras vias, seja pelo adultério, seja pelo gasto excessivo, no caso das duas primeiras. No entanto, Crescência, a Degredada e Dona Maria Joana são as mulheres que assumem posicionamentos que dão a ver um curso significativo aos eventos narrados. A esposa de Capitão Cavallo, já falecida, sentira o seguinte pesar nos momentos que antecederam a sua morte:

Sua tristeza era ver tanta abastança nas mãos de uns poucos, que nem mesmo tinham o que fazer com ela, e miséria e infelicidade para muitos. Era presenciar como era injusta a existência, com os negros e os pobres sofrendo maus-tratos, numa vida sem esperança outra que não uma boa morte (RIBEIRO, 2011, p. 122).

Dessa maneira que Capitão Cavallo decidiu dar outro destino à comunidade de sua fazenda. O mesmo, porém, não pode ser dito da vila de São João ou do restante da ilha, uma vez que o quilombo pressupõe ordens próprias a depender dos grupos governantes: no quilombo, um monarca; em São João, uma instituição democrática sem a efetiva participação do povo por ser aversa a ele.

A Degredada, a feiticeira, é apresentada com ressalvas. Ela é tida como alvo pela Mesa Visitadora, e Borges Lustosa sugere até mesmo a sua queima na fogueira. A aversão ao profano é marcante, visto que o tribunal da inquisição era o principal instrumento contra o qual Capitão Cavallo, Hans e a

Degredada lutavam. Na verdade, “não se ensinava feitiçaria lá dentro, ensinavam-se e aprendiam-se outras coisas, muito mais verdadeiras e importantes” (RIBEIRO, 2011, p. 60). O desejo de Crescência por aprender bruxarias com a Degredada se traduz, então, na vontade de conhecer o mundo e a verdade sobre o mundo. Ou seja, por meio da intolerância religiosa, as ideologias hegemônicas operam para que a população em geral não conheça a verdade por trás das forças sociais. O sincretismo religioso, no entanto, mostra-se força contrária a isso.

Se a monarquia e a Igreja legitimam a política, a transformação social ocorrida por mulheres não era algo aplaudível para as forças sociais da época, que agiam por meio de suas instituições. Isso pode ser mais bem visualizado quando Crescência, na tentativa de leitura de um livro cheio de figuras, ainda opera com leitura silábica da palavra “Es-quar-te-já-do” (RIBEIRO, 2011, p. 194). De sua leitura, conseguiu a seguinte reflexão:

Já tinha conseguido compreender que, numa terra de gente branca de que nunca tinha ouvido falar e cujo nome não acertara a ler, romperam aquele homem em quatro porque ele tinha livros proibidos em casa e dava abrigo a hereges. Sim, era uma das muitas coisas horrendas, lembradas por Hans e a Degredada, que aconteciam fora da ilha do Pavão (RIBEIRO, 2011, p. 194).

O conhecimento da realidade fora da ilha era ocultado por meio de uma inquisição que proibia livros e perspectivas diversas aos moldes cristãos e brancos, o que traduzia a ideia de os povos periféricos ficarem ainda mais à margem de uma história construída apenas por pessoas que coubessem nesses moldes. Suas repercussões, entretanto, não se encerram no passado.

### 3.4 *Sociedade brasileira: purgatório de quem*<sup>52</sup>?

A própria história nacional em um país colonizado e em estado de subdesenvolvimento “mostra-se uma luta que não se esgota na independência política” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 31). Quando perguntada sobre um desejo por Capitão Cavalão, Crescência não sabia o que responder. Ela disse querer

<sup>52</sup> Referimo-nos aqui a uma famosa frase de Antonil “o Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e das mulatas” (ANTONIL, 2011, p. 107) presente na obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), um estudo que descreve a economia da vida colonial do Brasil do século XVIII.

ajudar no futuro, mas não sabia como o faria. Capitão Cavalo assim responde: “Isso saberás a tempo. Nem eles mesmos, nem eu, sabemos tudo, podemos estar muito longe disso, ainda que às vezes pareça que estamos perto. Mas isso não é coisa para agora” (RIBEIRO, 2011, p. 172).

A obra, escrita em 1997, pouco antes da comemoração dos quinhentos anos desde o “achamento” do Brasil, tem na Toca do Futuro uma possível fonte ficcional para os destinos do país. Sua inspiração na máquina do mundo de Camões torna imprescindível a esta análise uma comparação entre o passado da colonização e o presente democrático próximo à referida data.

O historiador britânico Kenneth Maxwell, em entrevista à *Folha de São Paulo* (SEREZA, 2000), disse que, nesses quinhentos anos, há vários pontos de contato entre as culturas, mas as sociedades brasileira e portuguesa são completamente diferentes. Porém, ele elogia a autoconfiança brasileira em relação à data e reconhece nos brasileiros o sentimento de pertencimento a um grande país, embora aponte diferentes maneiras de enxergar relevância no evento considerando os elementos ancestrais. *O feitiço da ilha do Pavão* expõe a diferença desses pontos de vista, tanto o do índio, quanto o dos políticos que se constituíram em oligarquia, o que aproxima o prosaico do historiográfico na obra.

Os conflitos e as conexões entre a velha e a nova ordem se dão por um eixo comum para o entendimento da nação, a miscigenação. A esse respeito, foi possível associar à obra doutrinária — *Casa-grande & Senzala* —, ao considerar as instituições coloniais em tela: a Coroa, a Igreja, os governos locais e os colonizados; a estrutura da casa-grande e os costumes de Capitão Cavalo para com a comunidade. A paralisia histórica do povo miscigenado, que pouco tem espaço no romance, é uma evidência de um mundo fechado no inconsciente nacional, ambiente propício à construção da nação.

A possibilidade de compreensão do todo foi um esforço contínuo de Capitão Cavalo, da Degredada, de Hans e Crescência. A missão de entender o Grande Feitiço uniu a experiência aventureira de Capitão Cavalo, o saber oculto dos livros da Degredada e de Crescência, assim como o conhecimento do pensamento europeu advindo de Hans.

Recapitulando a edificação do nacionalismo literário brasileiro, quando a construção de narrativas fundacionais inundou o horizonte da produção

literária, é possível que João Ubaldo, utilizando-se de seu intuito de fazer uma releitura histórica da formação da sociedade brasileira, tivesse como projeto a confecção de uma narrativa fundacional cujo pressuposto hegemônico fosse a miscigenação, pensamento dominante sobre o qual se justifica uma falsa democracia étnica no Brasil, algo que ele já havia tratado em *Viva o povo brasileiro* focando especialmente no negro. E é importante ressaltar, nesse espaço de figuração — entre o século XVII e o final do século XX —, a evidente totalidade histórica que compreende esse período.

A dinâmica histórica em *O feitiço da ilha do Pavão* sugere um alinhamento da ideia de nação indissociável da experiência do Império Colonial Português. Isso acontece porque as estruturas de poder se conectam ao longo das transformações na estrutura social brasileira ou de suas poucas transformações significativas. Porém, “o Sentido de nossa colonização é indissociável da expansão comercial e marítima da Europa nos séculos 14 e 15” (SOUZA, 2008, p. 175). E se o destino da produção era a exportação de produtos tropicais para a obtenção de sua mais-valia para a metrópole, tratava-se aqui de um estágio de transição entre o feudalismo europeu e o capitalismo industrial. Ou seja, para o capitalismo moderno de hoje, a colonização foi peça fundamental para a sua constituição: era sinônimo de modernização de que se nutriram os grandes impérios coloniais, inglês e francês, à sombra do exemplo português. À guisa deste último, o modelo escolhido pela Coroa tem no latifúndio, na monocultura e na mão de obra escrava elementos de grande relevância para essa engrenagem funcionar. Boa parte do enredo da obra gira em torno da figura de Capitão Cavalo em razão da sua posição como exportador de cana-de-açúcar. Por se voltar prioritariamente ao mercado exterior, a colônia tinha uma economia local de subsistência — ainda que apresentasse pouca rentabilidade, era o bastante para a sua manutenção.

O manejo da produção local se dava com o regime de vassalagem dos proprietários da terra, que mantinham sua preocupação na grande colheita, enquanto outros colonos mantinham-se ocupados com uma cultura suficiente para manter as necessidades básicas dos grandes centros da colônia na proximidade da fazenda ou da chácara (PRADO JÚNIOR, 2011). Essa é a lógica de campo e cidade que imperava durante a colonização, não muito diferente do ocorrido nos dias de hoje. Para operacionalizar isso, segundo o

historiador brasileiro Caio Prado Júnior (2011), houve uma grande concentração do elemento branco nos centros urbanos e núcleos coloniais, principalmente nos âmbitos da administração colonial, da posse de terras e do comércio. Entretanto, o desenvolvimento de uma economia interna e nacional fez com que a elite latifundiária, antes moradora do campo, mudasse para as cidades. Novos costumes, novas hierarquias e necessidades surgiram, seja de ordem política, na figura do Estado, seja por motivações econômicas, de maneira a acompanhar as principais inovações do mercado e da tecnologia. Uma delas, que diz respeito ao espaço, trata da crescente urbanização, que associa as cidades à Europa burguesa e civilizada e o campo à barbárie e às classes baixas. Direitos que contemplam a figura da mulher e dos filhos surgiram, assim como o aparelho burocrático estatal. Assim,

O familismo do patriarcalismo rural debate-se, pela primeira vez, com valores universalizantes. Esses valores universais e essas ideias burguesas entram no Brasil do século XIX do mesmo modo como se haviam se propagado na Europa do século anterior: na esteira da troca de mercadorias. Esse ponto é absolutamente fundamental para uma adequada compreensão de todas as conseqüências do argumento de Gilberto Freyre nesse livro [*Sobrados e mucambos*] original e importante. A crítica geralmente releva o aspecto da mudança comportamental da influência europeizante (não ibérica e até anti-ibérica) no sentido de apontar para as novas modas de vestir, de falar, de comportamento público, etc. É como se os brasileiros tivessem passado a consumir pão e cerveja como os ingleses, consumir a alta costura de Paris e “civilizar-se” em termos de maneiras e comportamento observável.

Esse novo comportamento é visto, quase sempre, como possuindo alguma dose de afetação e superficialidade, conferindo substância para a expressão, ainda hoje muito corrente no Brasil para designar comportamentos exteriores, superficiais, para “causar impressão”, que é o dito popular “para inglês ver”. Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo inautêntico, tendo algo de epidérmico e pouco profundo, é certamente uma das bases do nosso culturalismo racista. Essa leitura defende que nossa modernização nunca foi para valer, que sempre foi tudo “vinho novo em odres velhos”, como diria Raymundo Faoro.

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre percebe a reeuropeização do Brasil do século XIX como um processo que tinha certamente elementos meramente imitativos do tipo para “inglês ver”, elementos típicos em qualquer sociedade em processo de transição, aliás. Fundamental, no entanto, é que existiam também elementos importantes de real assimilação e aprendizado cultural (SOUZA, 2019, p. 61-63).

Isso é perceptível nas instituições do Estado, como bem falamos antes, mas o valor universalizante do cosmopolitismo nunca foi algo generalizado

para a base da sociedade. O sociólogo Jessé Souza reconhece esse fenômeno como uma forma de *apartheid* moderno. Na esfera de forma literária, recebemos a tradição artística e literária europeia como modelo, porém o dado local sempre era fator de complicação. Somente com o regionalismo de 30 houve um esforço para encarar de frente o dado local. As diferenças étnicas refletidas nas matrizes econômicas e sociais foram entendidas como fatores de superioridade com as obras de interpretação da década de 30, incluindo-se aí a de Freyre. Por isso que a redefinição de posições do escritor e do público, incluindo os valores da vida e da arte no tempo presente, tornou-se uma necessidade para os autores da época (CANDIDO, 2010), o que, na tradição literária, resultou nas obras de Guimarães Rosa, com uma abertura maior dessa forma de arte para as vivências do grande público, recebido pela experiência televisiva.

O campo da arte continua o seu esforço para evidenciar as contradições do presente com o passado e, no caso da obra de João Ubaldo, para atenuar essas contraposições no modo como são figurados personagens e eventos. No campo dos estudos teóricos, entretanto, a validação do discurso em que a miscigenação é universal se coloca como um falso pressuposto. Freyre reconhece no Brasil um exemplo de harmonia de raças diante do mundo moderno, mas tal aceção esconde um Brasil dividido ainda por velhas e peculiares estruturas que fortificam o poder de suas instituições, e em nada mudam (CANDIDO, 2010). E um dos fatores que pouco mudaram foi a condição do negro no Brasil.

Se os povos indígenas e negros trazem problemas complexos para o entendimento da história e da sociedade brasileiras, sua efetiva participação na formação nacional possibilita um entendimento cada vez mais próximo da totalidade. O índio, apesar de mais complexo por participar da colonização, acaba excluído do projeto de maneira prática e encarcerado em sua representação simbólica. Ou se assimilava ou era convidado a sair. O negro sempre tivera sua medida dada pelo molde comum da escravidão, o que também não permite maior visibilidade de sua contribuição para a sociedade como um todo nas particularidades geográficas do país. Na Bahia, espaço onde ocorre a narrativa de Ubaldo, os escravos eram insubmissos. No período figurado, a emigração para a América portuguesa não era tão atrativa, mas o

contingente negro se mostrava presente como maioria demográfica, principalmente nas regiões de alta atividade econômica. E como a propensão aos contatos sexuais entre portugueses e negros era constante, desenvolveu-se uma maior intimidade entre eles de maneira a dar suporte à cultura conservadora da miscigenação, uma ideia hegemônica de falsa equidade.

A atração do português branco pelas mulheres negras não é novidade. Não somente os homens da elite colonial tinham o costume de reunirem-se com amantes mestiças, mas outros estratos também. E mesmo que a ideia geral de miscigenação possa até ter uma grande amplitude, o seu erro é tornar-se regra geral que exclui a contribuição das culturas e religiões de matriz africana para a formação nacional.

Durante o período colonial, o tribunal da inquisição fez o máximo para inibir práticas diferentes do catolicismo, o que acentuou a subcidadania do negro. O reconhecimento de sua contribuição cultural feito por Freyre, principalmente no campo da gastronomia, não impede que, até os dias de hoje, ocorra a intolerância religiosa. O catolicismo sempre esteve presente na vida brasileira desde a colonização, mas somente em 1824 houve, durante o primeiro império, a liberdade de culto para os que não seguissem a religião oficial do império brasileiro. Mesmo que a República tenha sido declarada laica na Constituição de 1890, no documento de 1934 houve a inclusão de exigências católicas sem oficializar o catolicismo. Progressivamente, o Estado passou a adotar legislações laicas enquanto o protestantismo cresceu no Brasil. A laicidade do Estado foi reafirmada na Constituição de 1988, todavia o caso do “chute na santa”<sup>53</sup> — no qual um pastor protestante chutou a imagem de Nossa Senhora Aparecida — tomou dimensões nacionais nos grandes veículos de comunicação. O conflito entre valores protestantes e católicos uma vez mais adquiriram relevância. No entanto, a constante violação de terreiros

---

<sup>53</sup> Ocorrido em 1995, o caso do “chute na santa” é conhecido porque o ex-bispo Sérgio Von Helder, no comando do programa “O despertar da fé”, exibido na TV Record, desferiu socos e chutes à imagem de Nossa Senhora Aparecida em aversão aos aspectos da liturgia e do culto católico. O presidente Fernando Henrique Cardoso incitou uma investigação sobre o ocorrido afirmando que “O Brasil é um país democrático conhecido por sua tolerância [...] qualquer manifestação de intolerância fere seu espírito de união, bem como o seu espírito cristão”. Helder foi condenado, mas voltou a cometer preconceito religioso. Religiosos da época tinham o receio de uma guerra santa em razão do envolvimento de igrejas com as concessões públicas de rádio e televisão (SOUZA, 2012). Essa é mais uma prova de que a tolerância pregada pela miscigenação não dá conta de resolver as contradições sociais brasileiras derivadas do colonialismo.

das religiões afro-brasileiras nunca chamou tanto a atenção da mídia enquanto grande reguladora das pautas de interesse nacional. E mais uma vez os praticantes da umbanda e do candomblé se limitavam a falar com poucos sobre sua fé e sobre suas práticas, restritos aos seus pequenos círculos e coibidos de suas atividades. A pureza da raça branca se reforça com o ideal modernizador das religiões cristãs em suas práticas, seja pelo imperialismo português, que seguia o catolicismo, seja pelo imperialismo estadunidense, praticante do protestantismo.

A ideia de miscigenação, na visão de Gilberto Freyre, tem aspecto positivo ao aglutinar o caráter não europeu do iberismo junto aos povos africanos e ameríndios. Ele atribui o valor de modernidade por ter contornos próprios, em razão do resultado do encontro dessas etnias, e destaca uma característica não protestante, de natureza ibérica. A ideia conciliadora de miscigenação veio para Freyre com o reconhecimento da experiência inglesa e da leitura de ensaístas ingleses, como Carlyle e Spencer, que teriam desenvolvido nele “uma profunda sensibilidade para o valor e a legitimidade das tradições culturais, populares ou aristocráticas” (SCHNEIDER, 2012, p. 81). Esse equilíbrio, de matriz política e econômica, porém, é aparente. E não somente para a população branca.

O ideal de pureza de raça, perceptível até mesmo na distinção entre africanos e mestiços, está presente no quilombo de Afonso Jorge II. A assimilação do líder do quilombo é fato irrecusável no romance, sintoma de conexão da África com a modernidade em construção pelo elo do colonialismo. Do mesmo modo do português aventureiro, o pai do monarca congolense se aventurou com novos territórios e encontrou na Ilha do Pavão uma nova morada. A relativa equiparação com o português, no entanto, era ameaçada pela figura do mestiço. As relações de trabalho escravo coloniais são então reproduzidas no quilombo até surgir o ímpeto da mudança — Juliano. O surgimento de um personagem típico como ele ainda depende da arbitrariedade da Toca do Futuro, o que reforça a importância da liberdade de escolha para o efetivo avanço do processo histórico brasileiro para a sociedade.

Como pensar em liberdade numa nação que possui práticas escravocratas? Esse é o paradoxo enfrentado no Brasil do século XIX, recém-

independente. Durante o século XX, a difícil integração do negro à sociedade de classes foi arrefecida pelo endurecimento do sistema trabalhista, que ainda mantinha o valor do trabalho ao preço da mais-valia. O distanciamento entre classes não só se manteve, como se tornou um abismo. Se antes o trabalho escravo se mostrava um passo para a modernidade, contradição do progresso de um sistema que reificava o homem, dividia-o em grupos e o tornava parte de um sistema de desenvolvimento desigual, o invólucro da nação depende de referências simbólicas coletivas para justificar o desenvolvimento em escala mundial. Como fazer isso sem ter superado as contradições anteriormente apresentadas? Ou será que estas se aprofundaram? Conveniente aos interesses particulares, essa unidade de pensamento comum — a nação — ainda justifica uma sociedade desigual, sem planos para o futuro e dividida em tempos e valores diferentes.

Nesse sentido, apontamos mais uma vez a afirmação do jesuíta italiano André João Antonil (1649-1716), que designou o Brasil como o “inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e das mulatas” (ANTONIL, 2011, p. 107). O legado da escravidão explica por si só a alcunha, junto à alternativa de exílio dada aos brancos errantes. Os mestiços, produto da miscigenação, é que “podiam alcançar, e realmente alcançaram, grandes alturas no mundo colonial brasileiro” (BOXER, 1969, p. 40), mas eram recipientes de preconceitos baseados na crença de que encarnariam os vícios das raças que os produziram, o que fez com que se criasse a ideia de hierarquia baseada no fenótipo da cor da pele.

Não é à toa que as práticas de embranquecimento ainda se mostram presentes na sociedade brasileira. Em *Viva o povo brasileiro*, João Ubaldo apresentou essa problemática por meio do seu personagem Amleto, que

Cerca-se de retratos que manda pintar sucessivamente, nos quais é apresentado cada vez menos mulato, cada vez mais branco.

Amleto Ferreira, enquanto ascende socioeconomicamente, branqueia-se. Aliás, por fidelidade ao romance, há que dizer o contrário: à medida que o corpo mulato submerge encoberto por uma rede densa de signos, símbolos e imagens de brancura e estrangeirice, Amleto se afirma no plano social. O processo só é risível de início, o branqueamento custa tornar-se cada vez menos corpo, menos vivência, menos real (CUNHA, 2007, p. 5-6).

Retirados do dito de Antonil, os índios eram tidos como de importância menor.

O historiador Charles R. Boxer explica que a suposta desqualificação do índio não impediu o português de incluí-lo no processo de colonização:

Esse inconveniente não impediu que os colonos portugueses tudo fizessem ao seu alcance para escravizá-los, principalmente porque os brancos mostravam-se absolutamente contrários a fazer qualquer tipo de trabalho manual nos trópicos, mas em parte, talvez, porque os selvagens eram, com frequência, espécimes de bela presença física, quando incontaminados pelo contato com os europeus, dando, assim, a impressão de poderem tornar-se trabalhadores vigorosos, se fosse possível levá-los a trabalhar (BOXER, 1969, p. 40-41).

Mesmo em cópula ou com costumes admirados pelos colonizadores, como a constante higiene pessoal, o desprezo do português para com o ameríndio era presente. Porém, sua ancestralidade era considerada mais honrosa do que a ancestralidade negra, razão pela qual muitos pardos tentaram se passar por descendentes de ameríndios para fugir da escravidão. “Tanto a Igreja quanto o Estado condenavam a escravização de ameríndios, enquanto perdoavam, e muitas promoviam a escravização do africano” (BOXER, 1969, p. 43). Os jesuítas os infantilizavam e atrasavam o progresso de suas sociedades. Como suas crenças tinham como base o medo, as histórias contadas pelos padres, nutridos de sua retórica maniqueísta, obtiveram sucesso:

Tanto os escravos bantos como os ameríndios convertidos não fizeram, assim, quase nenhuma dificuldade para aceitar os símbolos exteriores do catolicismo romano, tal como o uso de cruzeiros e rosários, e a veneração das imagens de santos (BOXER, 1969, p. 45).

Por um lado, apresenta-se um passado regido pelo estatuto colonial, no qual o ciclo da cana-de-açúcar e as primeiras práticas de colonização na América portuguesa criaram um regime de dependência dos colonos em relação à fé católica e à expiação dos pecados. Por outro, temos um presente de um regime político rígido, principalmente para as populações mais carentes, que protege a elite oportunamente. A intenção da Câmara, ao decretar o retorno dos índios ao mato em nome do interesse público, é comparável ao

intuito do governo à época da publicação quando privatizou empresas públicas: esvaziar os valores nacionais dos meios de produção.

No tocante à nacionalidade, o índio como símbolo é não só a escolha de uma figura que estava ausente da história durante o século XIX, como também uma maneira de operacionalizá-lo como forma representativa no desenvolvimento capitalista. Nesse desígnio, ele extrapolou essa finalidade e tornou-se agente do desenvolvimento da história por meio das ações ocorridas na obra. Seria essa sociedade burguesa a mesma que aculturou esse índio e, no ano de publicação de *O feitiço da ilha do Pavão*, foi permissiva ao assassinato do índio pataxó Hã-hã-hãe Galdino?

A pouca participação popular nos eventos relativos à década de 90 está associada à modernização do país, cujas reformas começaram de cima para baixo. No romance, o povo, que corresponde à enorme quantidade de população miscigenada, pouco aparece, exceto se em razão da presença de um dos personagens-tipo evidenciados neste capítulo. A grande mudança da narrativa é a formação de oligarquia por parte de Borges Lustosa, da Igreja e de seus outros apoiadores. Ou seja, tanto na década de 90, quanto no tempo figurado no romance, há um esforço por parte das instituições para a manutenção dos privilégios dos grupos elitizados.

Os tipos interpretados, nesse caso, nem sempre correspondem fidedignamente ao que representam historicamente. As situações ocorridas em tom de absurdo revelam a paródia e a ironia como traços composicionais que ilustram o contraste entre a realidade figurada e a realidade concreta. Dessa maneira, é possível antever em suas ações a conduta que tais tipos não possuem por meio da descrição. Se há uma forma de o autor tomar posição, é por esse caminho (LUKÁCS, 2011a).

Somente com esse recurso é possível perceber a realidade de nossas instituições, que não atendem a quem verdadeiramente dá sentido real à nação — o povo. E é por meio dos participantes mais improváveis a essa clausura — o índio Balduino e Crescência, uma mulher negra — que é possível recuperar o sentido de nação. As estruturas patriarcais insuficientes ao posicionamento e ao desenvolvimento de Crescência são o que torna a situação de Lô Pepeu cômica ou trágica: a incapacidade de um homem dominar uma mulher por não saber lidar com um regime mais igualitário. Durante a década de 90, a

disposição de oportunidades sucessivas às cidadãs inseriu estas não só no contexto universitário, como também no mercado de trabalho, algo ainda não superado por muitos na sociedade.

A postura de Balduino, por fim, remete a um novo tipo de protagonismo necessário à época de escrita do romance: uma postura que absorva a cultura hegemônica, herdada do colonizador (LEITE, 2012), que dialogue, seja solidária, mas saiba se posicionar a favor dos direitos elementares a cada um. E é nesse raciocínio que *O feitiço da ilha do Pavão* se consolida como um romance histórico pós-colonial: por lutar contra as estruturas que não promovem efetivas mudanças para o elemento central da nação — o povo. Até o surgimento de um Juliano, quando ocorrerá uma mudança significativa?

### 3.5 O feitiço da ilha do Pavão *como um romance histórico*

Em *Viva o povo brasileiro*, de 1984, João Ubaldo Ribeiro já declarara não se tratar de um romance histórico pelo fato de ter desenvolvido paralela e alternadamente mais de um fio narrativo de episódios conhecidos da história brasileira (CUNHA, 2007). A sequência de personagens que invocam o conceito de “alminha brasileira” dá a ver uma espécie de tentativa de entendimento racional do país. O empreendimento de legitimizar a voz popular, reconhecida principalmente por meio da população afrodescendente, é um dado que destaca a obra não apenas como romance histórico, mas também como um romance histórico pós-colonial, uma vez que esse processo se dá pela figuração das transformações da sociedade brasileira desde o Brasil colônia, o que se contrapõe ao estatuto colonial. Como isso se daria em *O feitiço da ilha do Pavão*?

A mestiçagem tem lugar de destaque na obra, uma vez que a cobiça dos colonos, representados por Lô Pepeu, toma a forma de fetiche pelos dizeres do outro. Não só isso, mas também o entrelaçamento de relações que caracterizam a vila de São João, principalmente o seu subúrbio, que tomam as dimensões de ilha. São fatos que atravessam a história, bem se sabe, mas, nas limitações da obra, centram-se naquela comunidade. Podemos lembrar situações similares na literatura brasileira, como em *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. Contudo, as dimensões que tomam na figuração específica do tempo

dos engenhos trazem à tona a consagrada obra de Freyre *Casa-grande & Senzala*. Com isso, é possível falar que *O feitiço da ilha do Pavão* possibilita uma maneira de interpretação da formação brasileira sobre o Império Colonial Português em um dos seus períodos mais primordiais — a ocupação e os modos mais frouxos de exploração.

Na organização das capitanias hereditárias, a valorização do território pela veia comercial e pela autoridade metropolitana fez com que Capitão Cavalo adquirisse relevância política na ilha por ser proprietário de latifúndio produtor, esfera da dominação colonial. E a organização dos domínios da casa-grande e da senzala acentua o domínio patriarcal e escravocrata. Assim se procedeu durante o ciclo do açúcar, e de maneira semelhante se deu o ciclo do cacau, como fora tratado por Jorge Amado: ciclos econômicos voltados para a exportação que, quando ultrapassados, realçam o caráter periférico do Brasil no mundo — uma colônia do desenvolvimento em escala global. Os resquícios desses períodos, apreensíveis pela forma social vindoura, configuram a diferença entre níveis culturais entre os povos no país.

Num tempo em que a expansão territorial era de grande valia para a Coroa, o tribunal da inquisição foi incumbido da tarefa de manter a lealdade dos povos colonizados à Coroa e à Igreja. A educação proposta pela Igreja tinha o intuito de promover a aculturação, ou seja, gradativamente desagregar ou modificar a cultura local, instituir uma nova cultura e uma forma de controlar os povos nativos. Isso significa que “Esse vetor da cultura como consciência de um presente minado por graves desequilíbrios é o momento que preside à criação de alternativas para um futuro de algum modo novo” (BOSI, 1992, p. 17). A junção entre cultura e história faz com que uma noção nova de progresso apareça, mas não desvinculada do olhar da classe dirigente; no caso da sociedade colonial brasileira, da Igreja e dos governantes da colônia. Essa é a maneira de manter o colonialismo como propulsor do capitalismo mundial (BOSI, 1992).

Assim como o rei, Capitão Cavalo não só representa a Coroa como também deve obediência à Igreja, elo que Portugal rompeu de sua forma governamental somente com a formulação de uma nova proposta de governo. Por isso, Borges Lustosa invoca a intervenção da Igreja sobre a ilha, para assegurar a normativa não apenas de quem poderia andar sobre os espaços

da cidade, como também de quem teria direito à civilização e aos seus atributos. Para alcançar isso, Balduíno fez a negociata com Lustosa e padre Tertuliano, o que o tornou aculturado, menos próximo dos valores indígenas e mais próximo da cidade. A malandragem de Balduíno, que o aproxima do caricato Macunaíma e dos pragmáticos índios de Antônio Callado, confere-lhe uma subcidadania em um contexto no qual o ódio de Borges Lustosa para com o indígena não cessou. No entanto, a narrativa mudou para uma estrutura diegética analéptica, que retomou os momentos em que Balduíno se envolveu com o esquema do padre do administrador.

A conquista da modernidade é o fetiche moderno que liga o Brasil do século XVII àquele do século XX, cujos traços díspares se fazem ver pela sectarização dos setores públicos — o fato de Balduíno estar na cidade e o restante da população indígena estar recluso nas matas fragmenta identidades e aponta para a intersecção de histórias e culturas. Em outra direção, é a mesma modernidade que torna as instituições públicas reféns dos interesses de grupos particulares. E isso pode ser percebido no seguinte trecho:

Reunidos seus capitães e tenentes, primeiramente o mestre de campo nomeou um secretário para registrar em ata, em papel escrupulosamente rubricado por todos os presentes, os sucessos que passavam a desenrolar-se a partir daquela data histórica. Como primeiro registro, ditou uma breve história da ilha do Pavão e alinhavou algumas palavras em anástrofes graciosamente torneadas, assíndetos arrebatados, aliteraões extasiantes e demais recursos de que a língua provê os que a defendem da mesma forma intransigente com que guarnece o torrão natal, sobre o heroísmo de seus ancestrais, concluindo com algumas estrofes de sua lavra (RIBEIRO, 2011, p. 50).

A modernidade da escrita não foge a essa verdade quando os membros da Câmara se utilizaram de decretos prolixos para determinar o destino de outros grupos: apesar de imóvel, a escrita permaneceu na história oficial e delimitou comportamentos para um futuro, embora sem muita ação.

Esses são fatos que conectam a história colonial com o Brasil império e o século XX. Entretanto, a visibilidade para fatos de pouca atenção na história colonial muda de figura com alguns elementos que vêm a caracterizar o romance histórico pós-colonial. A questão da língua, por exemplo, faz transpor Balduíno como alguém de pouca competência na língua portuguesa, mas suas palavras fazem a trama se desenrolar, diferentemente da cultura beletrista que

adorna o aparelho estamental, “não dando azo à mobilidade vertical, a não ser em casos de apadrinhamento que confirmam a regra geral” (BOSI, 1992, p. 25). No momento da investida contra o quilombo, por exemplo, Balduino foi o primeiro a tomar atitude: “Índio vai por premero, mostra como é, tenção, tenção – e um por um, todos transpuseram o boqueirão, pendurados nas cordas pelas mãos, sem escorregar e sem maiores dificuldades” (RIBEIRO, 2011, p. 148). Essa confluência de estilos e diferentes formas de resolução dos conflitos se materializa no romance histórico de Ubaldo, que, além de antever o pluralismo da formação social do Brasil, também denuncia suas contradições por meio da obra de arte.

A situação de clausura da ilha que situa o local da narrativa, aspecto subjetivo de grande valia em *O feitiço da ilha do Pavão*, tem suas prerrogativas na autoria de João Ubaldo, que tornou a Ilha de Itaparica palco de *Viva o povo brasileiro*. No romance de 1997, no entanto, ele retoma a ideia do Brasil como uma ilha, um mito geopolítico (HOLANDA, 2010), ligado ao imaginário religioso que confere feição messiânica à soberania de Portugal e às suas relações mercantis, figuradas na obra na figura do exportador — Capitão Cavallo. É indispensável considerar as ligações entre o tráfico, a senzala, o monopólio e a monocultura com o seguinte propósito:

No plano internacional determinou-se o ciclo de fluxo e refluxo da mercadoria colonizada na linha das flutuações do mercado e sob o império da concorrência entre os Estados metropolitanos. Em suma, a reprodução do sistema no Brasil e o seu nexos com as economias centrais cunharam a frente e o verso da mesma moeda (BOSI, 1992, p. 26).

A ilha não basta por si, mas está ligada ao grande sistema da economia mundial, do qual o Império Colonial Português fez parte e no qual teve papel importante para a consolidação das economias centrais de matriz europeia. As condições do sistema produtivo possuem múltiplas maneiras concretas pelas quais são passíveis de análise. E esse foi o papel das obras de interpretação do Brasil durante a década de 30, procurar sistematizar essas configurações com o intuito de compreender a história brasileira.

Gilberto Freyre considera feliz e democrático o processo de assimilação ocorrido no Brasil, algo que foi feito em sua obra maior pela admissão de bens culturais do negro e do índio. Esse discurso foi incorporado à ideia imperial do

salazarismo, e Freyre apoiou isso, afirmando que o Brasil é um exemplo de democracia racial. Contudo, sabe-se que, na verdade, as relações que o colonizador estabeleceu com negros e índios foram sempre feitas com o intuito de tirar proveito deles (BOSI, 1992). Não houve a anulação do racismo — como é possível perceber comparando a harmonia da miscigenação da Ilha do Pavão<sup>54</sup> com os dias de hoje —, e sim a sua continuidade por influência das instituições do Estado:

O culturalismo racista constrói a fantasia da continuidade cultural com Portugal, que é falsa da cabeça aos pés. Ela se baseia em uma tese clássica do senso comum — que é uma espécie de sociologia espontânea dos leigos — que imagina que a transmissão cultural se dá de modo automático como um código genético (SOUZA, 2019, p. 40).

A construção de comportamentos está relacionada a um elo comum entre todas as instituições: “nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUZA, 2019, p. 42). Porém, ela foi camuflada para reproduzir e manter privilégios escravistas. A modernização de cima para baixo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, é um dado bastante presente no romance histórico de Ubaldo em análise. Em razão da ausência de instituições intermediárias, o antagonismo colonial entre colonizadores e colonizados se mantém. Na família, seio da sociedade cristã, a manutenção do patriarcado se manifesta de várias formas:

O leque de possibilidades vai desde o reconhecimento privilegiado de filhos ilegítimos ou naturais em desfavor dos filhos legítimos, como nos exemplifica Freyre em numerosos casos de divisão de herança, até a total negação da responsabilidade paterna nos casos dos pais que vendiam os filhos ilegítimos. A proteção patriarcal é, portanto, pessoalíssima, sendo uma extensão da vontade e das inclinações do patriarca (SOUZA, 2019, p. 55).

---

<sup>54</sup> A crítica brasileira Rita Olivieri-Godet (2009) diz que *O feitiço da ilha do pavão* inscreve uma representação utópica e mítica do Brasil como ideal de sociedade a ser concretizada: “De lugar fantástico a lugar utópico, o Novo Mundo tem papel fundamental na origem da versão moderna do conceito de utopia” (OLIVIERI-GODET, 2009, p. 140). A América Portuguesa figurada no romance ainda beira a ficção e o clima de manifestação do sobrenatural, e se torna peça essencial para o projeto de modernidade protagonizado pela Europa. Mesmo que os representantes políticos da ilha aspirassem um modelo ideal de sociedade em que predomina o bem-estar, não ocorre transformação efetiva na realidade da ilha, tal como as intervenções institucionais do Brasil na década de 90. Ou seja, a realidade paralela da ilha faz-se crítica de Ubaldo ao Brasil contemporâneo à publicação da obra.

Essa dependência, verificada no personagem Lô Pepeu, resulta na recusa de Crescência aos interesses amorosos do filho de Capitão Cavalo, o que também significa uma discordância do culturalismo racista do qual se nutrem as esferas de dominação. Essas instituições produzem tais relações que se verificam no mandonismo: a mesma capacidade de tornar o interesse privado em realidade por meio da esfera pública, “inaugurando uma dialética profundamente brasileira de privatização do público pelos poderosos” (SOUZA, 2019, p. 56), erroneamente considerada patrimonialismo. É nessa mesma lógica que os membros da Câmara de São João procuraram expulsar os índios da cidade e trazer a Igreja para a ilha:

As conseqüências política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, tornam-se evidentes na dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado — mais precisamente no lado das elites — e abandono e desprezo das massas por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizadas e as massas ameríndia e africana, assim por diante (SOUZA, 2019, p. 56-57).

Trata-se de uma elite que, no romance, deixa-se ser atraída por perfumes franceses e itens que realçam a sua condição social. É a mesma elite que procurou averiguar, na ocasião da visita a Salvador, a possibilidade de levar suas mulheres com a verba pública. Ainda, é um grupo que, mesmo se munindo de valores cristãos, renega-os em práticas particulares.

Realizada não somente no plano simbólico, mas também no plano material, no romance a violência se deu pela forma de leis e instrumentos repressores, algo atestado pela “moderna” democracia. O uso do conhecimento sobre a natureza na fabricação de componentes químicos confere a Balduíno um *status* de luta contra o colonialismo que extrapola a própria versão do conflito, além de sua capacidade de lidar com essa violência institucionalizada por meio dos aparatos da colonização: “a expansão moderna do capital comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados” (BOSI, 1992, p. 21). Balduíno cede somente ao acordo com Borges Lustosa e padre Tertuliano e tem seu destino determinado pela assimilação. Sendo essa a condição para se adequar à modernidade, as

contradições históricas são visíveis até mesmo por meio de nossos símbolos nacionais.

O romantismo de Alencar era receoso com qualquer tipo de mudança social, dada a conduta amável e servil de Peri para com Cecília em *O guarani*. Por intermédio da figura do bom selvagem, é possível antever formas modernas pelas quais essa íntima confraternização com o colonizador é realizada. No caso de Balduino, que está longe dos moldes europeus, ele se adequou à sociedade colonial porque não queria ser excluído da formação nacional, algo que, como João Ubaldo expõe em *Viva o povo brasileiro*, aconteceu. Seu intuito não foi composto como algo risível — diferentemente do grau caricatural que assumiram os atos devassos da elite política e clerical de São João —, mas como uma transformação natural, dando-lhe o devido grau de humanização. Se isso aconteceu a Balduino, que papel teria a mestiçagem para esses moldes modernos e coloniais?

A relativa pertença a uma nação tem na mestiçagem a ocultação de suas principais diferenças entre classes, que pode ser entendida como um recurso que incita a paralisia da história, tendo em vista que não torna visíveis os instrumentos de dominação social. Se, na década de 90, a novidade da Constituição Federal não possibilitava ver a modernização a partir do setor privado, durante o século XVII, figurado em *O feitiço da ilha do Pavão*, só se veem acordos que possibilitam o mesmo à elite em associação à Igreja. Em relação ao povo, não houve participação nas tomadas de decisão. A independência do Brasil ocorreu em moldes similares, assim como a Proclamação da República, a Revolução de 30, a Ditadura Militar, entre outros inumeráveis eventos da vida nacional ligados mais à esfera particular do que à esfera pública.

As personagens femininas, como falado anteriormente, têm participação periférica. Na colonização do Brasil, as mulheres não possuíam outro papel senão servir ao português, inclusive no âmbito sexual. E aquelas que tomassem outra direção seriam julgadas no tribunal da inquisição. A presença de Crescência e da Degredada acentua o papel da figura feminina contra a opressão do patriarcado institucionalizado nos moldes nacionais. E esse acúmulo, figurado nas leituras de Crescência contra a desmistificação do que é proposto como sagrado, faz ruir a borda de contorno da estrutura colonial.

Como momento crítico da formação nacional, o período da colonização na América portuguesa foi figurado de maneira que houvesse uma conexão entre a formação das nações e a vida interior do povo com base na mentalidade que permite imaginar o passado, como no caso de *Casa-grande & senzala*, sem deixar de evidenciar, é claro, narrativas do mesmo intento, como no caso de *O guarani*. A consciência do autor em relação ao seu tempo e à própria vida social trouxe, em *O feitiço da ilha do Pavão*, a Toca, que permite a visualização de possíveis futuros. A escolha de um futuro no qual Juliano viria como insurgente do regime de Afonso Jorge II aponta para a grande dificuldade para promover transformações expressivas na história brasileira: o determinismo de raça atravessado pela distância entre classes sociais<sup>55</sup>. Por isso, no viés ficcional, a necessidade de uma figura que lutasse pela liberdade falou mais alto e alçou caráter político.

Representar uma coletividade marcada pela assimilação e pela miscigenação, sem um caráter hegemônico que retire suas particularidades, é um problema que marca a forma romance histórico, que também corre o risco de reduzir figuras históricas à descrição antropológica (JAMESON, 2013). Se em *Casa-grande & senzala* verificamos isso de modo a exaltar a ação do colonizador, como Freyre o fez, o empenho de João Ubaldo Ribeiro fez com que a mesma delimitação colonial se tornasse um problema político e estético ao expor contradições de mesma natureza acerca da elite colônia<sup>56</sup>. Fredric Jameson diz que “o desejo do inconsciente coletivo é a causa da História” (2013, p. 283). Nesse raciocínio, Ubaldo tenta expor as raízes desse inconsciente coletivo que promove a dominação de um sobre o outro ao custo de suas identidades e do seu reconhecimento como parte integrante do coletivo nacional. Trata-se de uma imposição de ordem por omissão ou seleção

---

<sup>55</sup> Isso foi identificado por Alfredo Bosi em “Sob o signo de Cam”, capítulo de *Dialética da colonização* (1992), como uma expulsão do negro do “Brasil moderno, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco” (BOSI, 1992, p. 272). Ou seja, após o 13 de Maio, a população negra brasileira passou a viver um exílio não decretado ditado pelo estigma da cor da pele.

<sup>56</sup> A crítica brasileira Rita Olivieri-Godet (2009) diz ser próprio do caráter social da obra de Ubaldo considerar a mestiçagem étnica e cultural como parte do processo histórico brasileiro. Se trata de uma produção literária diversa e cujo centro é “a problemática identitária e uma visão política disposta a denunciar todos os tipos de procedimentos de colonização (cultural, econômica, política) que um poder hegemônico procura impor” (OLIVIERI-GODET, p. 2009, 19). Por isso, o pensamento de Freyre é colocado em questão por João Ubaldo por intermédio de sua obra *O feitiço da ilha do pavão*.

arbitrária (MCWILLIAMS, 2018). Apesar de preceder um momento de importância para a história nacional — a ascensão da elite colonial brasileira, que, anos depois, tomará o bastão pela independência —, isso acontece em sua função como simbólico nacional — o índio, que se esvaziará de seu caráter heroico ao ceder para à assimilação do direito à cidade. Por isso, o Índio pode ser reconhecido como herói mediano, por não somente registrar os graus críticos de mudança histórica, mas também participar dessa mesma história em constante processo de transformação, “pois aparece para cumprir sua missão histórica na crise” (LUKÁCS, 2011c, p. 55). Um desses momentos de transição para Balduino é o ápice glorioso da batalha, no qual estava junto ao coletivo indígena, e o momento no qual se encontrou sozinho na cidade, o que fez com que os valores individuais prevalecessem mesmo quando representante do grupo. E seu estágio final fez com que outros indivíduos de interesses em comum preferissem a partilha do dízimo da população. Essa é a maneira pela qual Balduino alçou a universalidade: por falhar em seu intuito de lutar contra os instrumentos de conversão portugueses, a assimilação, a servidão, o teocentrismo e a obediência. A grande tensão que envolve todos os conflitos no romance é a assimilação, processo pelo qual passou Balduino:

Sim, dizer que Balduino Galo Mau virara um nababo talvez fosse exagero. Mas seu passadio mudara consideravelmente e ele agora morava, cercado de luxo, mulheres, bebida e comida, na Casa do Ingá, de longe a maior e melhor de todas na baixa do Alecrim, pela qual pagava renda suficiente para sustentar várias famílias, além de gastar com presentes às mulheres – colares e gargantilhas de ouro, vestidos de tafetá legítimo, chapéus de plumas, perfume e lenços da Índia, pecinhas de cambraia e praticamente tudo mais o que pedissem ou lhe desse na telha comprar (RIBEIRO, 2011, p. 213).

A modernidade do consumo adotado por Balduino revela a destruição de culturas antigas e a incorporação dos valores modernos e associados à miscigenação, o que dá força à argumentação de Freyre, que diferencia essa raça dos europeus por intermédio da herança ibérica<sup>57</sup> (SCHNEIDER, 2012). Sendo assim, quatro momentos de drama são capazes de revelar as tensões do período figurado: a inquisição, o enlace entre Lô Pepeu e Crescência, a

---

<sup>57</sup> O historiador brasileiro Alberto Luiz Schneider (2012) diferencia os valores opostos compartilhados pelos povos ibéricos (a combinação de tolerância árabe com a plasticidade latina da herança cristã-católica) e os princípios das sociedades da Europa do norte (o interesse econômico latente com individualismo protestante).

prisão no quilombo e o conflito dos índios contra os governantes pela permanência na cidade.

A inquisição talvez seja o evento de maior alcance, visto que fez com que segredos fossem revelados sob o aparato da divindade e dos membros da Mesa Visitadora detentores dessas informações. Com isso, a aliança entre a elite e a Igreja ficou mais desvelada, figurada nas relações entre Borges Lustosa e padre Tertuliano. O medo coletivo confirma a importância histórica e política da Igreja como mantenedora da lealdade dos povos colonizados à Coroa. Nesse momento há uma grande dúvida acerca do destino de todos.

A relação entre Lô Pepeu e Crescência, já tratada aqui, revela traços de iminente mudança social não aceita por parte dos membros do patriarcado, e seus resultados são perceptíveis na dificuldade psicológica de Lô Pepeu para se relacionar sem objetificar a mulher. Portanto, tem-se aqui a dialética entre sujeito e objeto da miscigenação como conduta social, o que é possível perceber até hoje no Recôncavo Baiano como forma social de “enobrecer” o sangue. Porém, no casal de João Ubaldo, pode-se reconhecer autonomia sexual da figura feminina, acontecido narrado que se conecta com o presente da escrita do romance. Isto é, no tocante à penetração sexual da mulher e à miscigenação, é apontado um futuro com escolha arbitrária.

A prisão de Lô Pepeu e Balduíno no quilombo revela não somente a aculturação de Afonso Jorge II, que possui costumes europeus, mas também a manutenção do ideal de raça entre eles, o que o auxilia a manter o seu poder procurando um inimigo em comum — o mestiço. O arbitrário ideal de raça é quebrado com o surgimento do regime de sociedade nas terras de Capitão Cavallo, o que faz Afonso Jorge II crer, diante dos prisioneiros, que teria algum poder em relação a Capitão Cavallo. Esse é apenas um dos eventos que marcam o drama no qual Afonso Jorge é envolvido: cometera uma chacina familiar para se manter no poder com seu regime hierárquico aristocrata de congolenses sobre mestiços. A escravidão e uma série de castigos direcionados a mestiços e prisioneiros são procedimentos similares aos adotados por regimes totalitários, um dado que conecta o passado colonial com os tempos de totalitarismo no Brasil, que assolaram principalmente as camadas populares. O rei havia concebido uma forma de subalternidade oriunda de sua própria subalternidade em relação aos portugueses (SANTOS, 2003). Nos

anos finais do Estado Novo português, isso pôde ser visto em Moçambique, por meio das milícias organizadas junto às comunidades tradicionais do interior. A iminente revolução realizada por Juliano, que não possui nenhum sangue congolês, e a deposição do Mani Banto são eventos que direcionam a história para o protagonismo popular vindouro e para um horizonte mais justo e aberto ao outro.

Dessa forma, *O feitiço da ilha do Pavão* pode ser reconhecido como romance histórico não somente pelo tempo de expansão e constituição do Império Colonial Português, mas também pelo reconhecimento de sintomas do colonialismo ainda presente no Brasil da década de 90. A figuração se faz potência para os acontecimentos e motivos dos personagens, que sofrem ou causam as ações possíveis nos contextos figurados. Seu aspecto heterogêneo se mostra na execução das técnicas da narração e da descrição<sup>58</sup>, no encadeamento entre paixões e acontecimentos, nas intersecções entre fala e escrita e em uma maneira de reinterpretar o passado nacional com vistas à compreensão da política do presente. A visão crítica e engajada de Ubaldo em relação ao país direciona a narrativa a povos excluídos da história oficial: a mulher, o índio e o negro. O senso de interdependência entre a história brasileira e a história do Império Colonial Português ilumina cavernas e intensifica o senso de real quanto à emergência de uma mudança histórica para que todos possam efetivamente participar da construção da história da nação — o que é suficiente para classificar a obra em análise como romance histórico pós-colonial. Se, em 500 anos desde o “achamento” do Brasil, temos esse balanço, é necessário questionar quanto tempo mais será necessário para que essa mudança de fato aconteça.

---

<sup>58</sup> Aqui nos referimos às ações de Balduíno diante dos outros personagens, o que revela atividade determinantes para os rumos da narrativa, se em comparação a Borges Lustosa e aos demais representantes políticos da ilha, para quem são reservados momentos de descrição e redação de documentos rebuscados, o que dificulta o seu entendimento de sua função prática. No entanto, o momento no qual Baduíno se torna aculturado em acordo com Borges Lustosa e padre Tertuliano faz com que a narrativa adquira em sua divisão de capítulos momentos de avanço nos acontecimentos para a realização de analepse, como se fizesse justificar pela narrativa em si, o que demonstra relação com os impasses para o discernimento do presente brasileiro.

**Capítulo 4 – “Onde canta a água do rio, o rio é profundo” — *Choriro*, de  
Ungulani Ba Ka Khosa**

*Os que entoaram os cânticos da independência dum território nunca imaginado pelos mpondoros depressa recusaram, a favor de racionalidades unificadoras de um campesinato e proletariado uno e universal, os valores ancestrais, e toda uma genealogia, pois o passado, na nova cartilha de aprendizagem, só assentava na luta libertária onde não figuravam os achicundas que marcaram a vida e o ritmo do vale do Zambeze.*

Ungulani Ba Ka Khosa

Neste capítulo examinaremos o romance *Choriro* (2009). Para isso, apresentaremos o autor e as características de seu projeto literário pertinentes à obra analisada. Em seguida, relacionaremos o tempo figurado e os personagens-tipo de relevo. Posteriormente, analisaremos a formação da nação moçambicana, cuja leitura é possível por intermédio do romance de Khosa. Ainda, discutiremos como o arranjo do império se reflete, atualmente, na sociedade moçambicana. Finalmente, exploraremos como *Choriro* se configura como um romance histórico do tempo dos prazos enquanto incita a descolonização das relações e das práticas sociais em Moçambique.

#### 4.1 O autor de Sofala

O historiador francês Marc Ferro (1983) destaca três níveis de conhecimento do passado da África Negra: um mais profundo, relacionado à tradição oral; o segundo, à história ensinada pelo colonizador; o terceiro, uma consequência da emancipação nacional, dá-se por uma reavaliação geral da história africana em curso. Tendo em vista que a lenda é viva na realidade mitificada da África, o passado pode ser entendido como prolongamento do presente, assim como os vastos impérios e reinados do passado do continente ainda reverberam nos tempos atuais em formas cada vez mais peculiares.

Nesse sentido, a representação de épocas de transição de grandes povos faz emergir no romance histórico uma vocação para indicar problemas da história pregressa ainda em atuação no tempo corrente (LUKÁCS, 2011c). Os fluxos dos eventos na África, no tocante ao território hoje reconhecido como Moçambique, são passíveis de entendimento sem deixar de lado o elemento cotidiano quando são apresentadas obras como *Ualalapi* e *Choriro*, que têm poder de iluminar o século XIX longe do obtuso olhar colonizador. Tanto a primeira quanto a segunda, sendo esta nosso objeto de análise, foram escritas por Ungulani Ba Ka Khosa — este, porém, não foi o seu nome de batismo.

Francisco Esaú Cossa nasceu em 1957, em Sofala. Seus pais eram de diferentes regiões do país: enquanto a mãe tinha a sua mesma naturalidade, o seu pai era de Gaza. Por isso, eles tinham como referencial as línguas bantu changana e sene, respectivamente, mas a condição de assimilados fez com que Francisco aprendesse primeiramente o português.

O crescimento no norte do país, como um xigondo, contrastava-se com a cultura de seus avós paternos, que o forçaram a aprender o changana e a esquecer a cultura materna, da qual se destacam as línguas ndau e sena (LABAN, 1998). A vivência em Maputo, Niassa, Nampula e na Zambézia durante o seu ensino secundário tornou propícia uma convivência com diferentes povos e diferentes línguas. Foi isso o que revelou em entrevista para Michel Laban (1998, p. 1047):

Portanto, a minha visão espalha-se por todo o país. E agora, é óbvio, faço um grande aproveitamento da zona Sul por um conhecimento e por um acesso maior à documentação, pelo convívio, etc. Porque, mesmo durante a minha estadia no Norte, o convívio fazia-se muito com gente do Sul.

Aos 11 anos de idade, Cossa se submeteu a um ritual de iniciação no qual recebeu o nome de seu avô, Ungulani Ba Ka Khosa Banhingue, cujo significado é “diminuem os Khosas, que são muitos” (SOUZA, 2018, p. 136).

Ao final do ensino secundário, Khosa atendeu a uma diretriz presidencial que determinou que os jovens daquela faixa etária deveriam fazer um curso intensivo nas áreas emergenciais, como as licenciaturas. Apesar de ansiar pelo Direito, Ungulani teve de optar pela Geografia (LABAN, 1998).

O plano de ruptura com o modelo colonial adquiriu feições militares, desafeto que atingiu o seu maior ponto quando Khosa assumiu o posto de professor no campo de reeducação de Lichinga, na região do Niassa. Esse campo de reeducação se destacou por vários eventos violentos destinados aos vários tipos que representavam um desvio moral na ótica do partido, “nos quais se enquadravam, por exemplo, prostitutas, alcóolatrás, desempregados (os chamados então de ‘improdutivos’, mormente após a ‘Operação Produção’, de 1983)” (SOUZA, 2017, p. 78, grifos do autor).

O ensino de um ofício e das principais diretrizes da orientação marxista-leninista era o maior objetivo oficial desses campos de reeducação, mas a utilização de chicotes para a disciplina foi o que mais chamou a atenção do autor, que se questionou quanto ao modelo a ser seguido para o futuro do país. Relata ele em entrevista para Patrick Chabal (1994, p. 310):

Eu cheguei a Niassa em 1978. Niassa e Cabo Delgado eram as zonas dos campos de reeducação. O que é que acontecia? É que

havia uma característica que realmente as pessoas, em vez de irem para uma cadeia natural, iam para um campo de reeducação. Só que o esquema não estava bem regulamentado. Então havia uma série de arbitrariedades. Este cometia este erro, aquele comandante cometia aquele erro, e eu tive a felicidade de assistir a essas coisas todas. Essa realidade toda fez-me desabrochar mais para a literatura.

E foi aí que comecei a sentir a necessidade, realmente, de escrever, para falar dessa realidade e expor o que muitas pessoas não sabiam. Achava que era importante que isso se soubesse. O contacto que eu tive com presos de delitos comuns, não políticos. Para mim foi uma realidade nova ver aquilo. Presenciar uma experiência e, por outro lado, os erros que se iam cometendo nessa experiência. Ver a frustração das pessoas. A experiência pretendia ser de que, passados dois, três anos, as pessoas estivessem reeducadas, mas realmente não estavam.

Eu acho que é possível reeducar, só que os mecanismos de reeducação têm que ser estudados com muito cuidado. Ali, vinha um comandante, obrigava a trabalhar, de manhã, à tarde e à noite. Havia um pequeno comício que fazia o estudo político, mas as pessoas que faziam esse estudo penso que não tinham preparação. E as pessoas ficavam cada vez mais frustradas, de dia para dia. Depois eram as punições. Alguns chegavam, eram obrigados a construir a sua própria casa etc., e isso frustrava mais as pessoas. As pessoas acabavam por sair de lá em piores condições do que quando tinham entrado.

O testemunho de Ungulani, mal sabia ele, viria a se tornar força motriz de sua ficção, o que aconteceria logo que estivesse na capital.

O retorno para Maputo se deu pela sua posse no serviço público e na Associação de Escritores Moçambicanos (Aemo), fundada em 1982, da qual Ungulani se tornou assíduo funcionário e membro. Khosa começou a se interessar pela literatura norte-americana, da qual destaca escritores como Ernest Hemingway e Francis Scott Fitzgerald, e também pela produção do escritor colombiano Gabriel García Marquez, cuja clássica obra *Cem anos de solidão* foi fundamental para que o autor moçambicano compreendesse o realismo mágico na América Latina em sua proximidade com a realidade da África (LABAN, 1998). A proximidade política agregada à busca pela própria realidade fez com que a leitura de autores norte-americanos e latino-americanos da chamada “geração perdida” inspirasse a ele e a outros escritores a repensarem os planos de nação pela via literária, de modo que a conciliação entre os polos político e cultural fosse plausível. Foi assim que surgiu o grupo que deu origem à revista *Charrua* em 1984.

O grupo, liderado por personalidades literárias da geração da libertação de Moçambique, encontrava algumas diferenças com relação à geração de Ungulani, mas seu convívio era natural e proveitoso. Na verdade, essa safra

tinha muita liberdade quanto às escolhas estéticas e grande convivência com os demais poetas e escritores da Aemo. Esse foi o clima propício à publicação de sua primeira obra, embora ainda com algumas objeções.

*Ualalapi*, lançado em 1987, encontrou resistência por se tratar de um livro forte: a figura histórica de um imperador é representada de maneira a desafiar a imagem hegemônica do partido (LABAN, 1998). Afinal, ao testemunhar a transladação das ossadas de Ngungunhane, Ungulani questionou o mito em torno de sua figura e de personalidades políticas que julgava similares, como Samora Machel, que, de acordo com o autor, “estava a ter aqueles gestos, aquela pose quase napoleônica” (LABAN, 1998, p. 1070). A coincidência histórica entre os 11 anos no poder de ambos os indivíduos também salienta a herança colonial portuguesa: outras formações sociais somaram-se à moçambicana, algo inerente aos seus ideais programáticos em Moçambique em seus respectivos períodos de atuação. E esses fatores se fizeram presentes como maneiras de questionar o passado pelo intermédio de uma diferente interpretação, que não se restringe a uma única verdade. A elaboração de um próprio discurso também desmistifica as “versões correntes da história de Ngungunhane (a colonial, que é paternalista, e a revolucionária, pós-independência — implícita, não referida no texto —, que lhe atribui um estatuto de herói)” (LEITE, 2012, p. 81). Trata-se de uma versão do exercício da soberania desse personagem com destaque para a prática de relações humanas (TEIXEIRA, 2020).

Em seu romance seguinte, *No reino dos abutres* (2002), Khosa destaca as tensões entre a população do campo e a da cidade de modo a revelar diferentes posicionamentos acerca de um aparelho policial repressivo instaurado em Moçambique após a independência, do que foram resultados os campos de reeducação. Os indivíduos considerados inimigos do povo, como os membros de grupos religiosos, os graduados em curso superior, as prostitutas, entre outros, mostram-se presentes na narrativa consolidada na enumeração das “falhas morais da sua comunidade num diário de despedida” (TEIXEIRA, 2013, p. 158), de sorte a provocar um senso de real quanto ao regime instaurado. Se em *Ualalapi* a oralidade se mostrou importante elemento para o discurso final de Ngungunhane, que adquire contornos proféticos de tom apocalíptico, no romance de 2002 esse componente se mostra um impeditivo

para Tomás, ancião que, na narrativa, limita-se a pintar os crucifixos dos mortos. O estado de barbárie vivido durante a aplicação do plano de nova nação, no qual o homem moçambicano é retirado de sua condição humana, faz com que homens e animais sejam associados. Em contrapartida, o gado é batizado com nomes humanos, “numa tentativa de retomada de uma ancestralidade que engloba ícones do mundo visível e invisível da sabedoria banto, a qual se mostra, contudo, irremediavelmente perdida em um mar de dejetos humanos” (DUTRA, 2009, p. 86).

O seu romance seguinte, *Os sobreviventes da noite* (2005), ambientado durante a Guerra dos Dezesesseis Anos, tem como foco os integrantes de um acampamento instalado durante o conflito. De maneira difusa, a narrativa, em discurso indireto livre, percorre o passado desses personagens de sorte a delinear os acontecimentos que tornaram possível a sua existência no cotidiano do acampamento, espaço a que se limita a diegese, tal como destaca Ubiratã Souza (2017, p. 112-113):

A liberdade dessa fluidez, no entanto, esbarra numa limitação percebida desde o início: não existe a menor possibilidade de que a narrativa avance em sua dinâmica sem que cada história pessoal das personagens seja devidamente explicitada. Essa limitação é construída através de numerosos engastes narrativos que interceptam o tempo presente da narrativa e levam o narrador num voo livre em direção a diversos planos de passado das personagens ou do acampamento.

A natureza caótica da narrativa, tal como o conflito em questão, tem como fundamento o presente da guerra interminável que deixa os personagens em modo de espera. O enredo do romance faz com que o presente se transforme apenas em plano de fundo, mas não deixa de exhibir as principais tensões da realidade moçambicana, que relega a uma posição periférica os seus indivíduos face a um confronto entre projetos de nação. A ideia de uma nação que comportasse os diferentes sujeitos moçambicanos, no entanto, não lhe era recente.

Em entrevista para Michel Laban (1998), o autor declarou que, mesmo antes de *Ualalapi*, ele teve um vislumbre para uma narrativa que remetesse a um fenômeno cultural indiferente à questão racial, visto que a assimilação é parte do processo histórico do país.

Veja-se:

Primeiro, fui descobrir que em 1860-70, no reino de Báruè, apareceu um primeiro-ministro americano, branco, que se aculturou — vestia aquelas tangas todas... — e o rei era um assimilado que se vestia à branco — com chapéu e bengala... É um tema interessante [...]

Depois também tinha uma outra ideia em relação aos prazos — estava a jogar com essas duas ideias. Os prazos vêm da Zambézia. Como é que se dá este fenómeno? Inclusivamente tinha um título que era *O churiro*. O “churiro”, na língua da zona, era o ritual que se fazia após a morte do chefe, do rei. Havia um período de uma certa anarquia, que era o período de transição, em que era permitido quase tudo; era um período de falta de autoridade, até à eleição ou nomeação de um novo rei. Na zona, o mesmo fenómeno se passava com os prazeiros — fossem eles brancos, mistos ou canecos (LABAN, 1998, p. 1066).

Dessa forma que surge o romance histórico de análise para este capítulo. *Choriro*, publicado em 2009, é ambientado no tempo dos prazos<sup>59</sup>. A sua articulação com o arquivo colonial é notória e visa “reconstruir uma memória do passado mais ou menos remoto, na sua articulação com o presente” (LEITE, 2012, p. 253). A dedicação do autor à pesquisa documental tem no Arquivo Histórico de Moçambique a sua principal fonte, dado que este “oferece aos que buscam tochas para o seu passado” (KHOSA, 2015a, p. 7). Ou seja, a memória, de alguma forma, também é apresentada como problema a ser explorado em seu enredo, que tem como destaque a rica formação étnica moçambicana.

A narrativa de *Choriro* tem como principal figura o português Luís António Gregódio, que se fixara na África Oriental portuguesa, na vila de Sena, como um soldado de infantaria da fortaleza de S. Marçal. Tendo o rei de Portugal reconhecido a necessidade de autonomia administrativa ao território, Gregódio dedicou-se à caça de elefantes juntamente com a equipe de Makula Gunanga, chefe de terras (muanamambo) e mestre caçador (necubalume), e as incursões de Gregódio tornaram possível a sua presença no interior. Em uma grande fuga de escravos oriundos de várias regiões, a diplomacia de Gregódio chamou a atenção dos chefes locais, que “jamais haviam convivido com um branco que se ambientou na língua e nos costumes, acolheram-no como um dos seus” (KHOSA, 2015a, p. 38). Foi por vezes chamado de

---

<sup>59</sup> Explicamos sobre os prazos durante o capítulo dois.

aniamatanga (o branco), mas seu trato com ervas e mezinhas conferiu a ele o nome de Nhabezi (o curandeiro). Seus feitos, porém, não param por aí.

Nhabezi introduziu o cultivo aos moldes ocidentais, além de ter apresentado espécies de árvores. Isso chamou a atenção do rei Makula, que lhe ofereceu terras e lhe ofertou a sua filha, Nfuca, “como sinal de cordialidade e boa amizade e também pelos bons serviços que ele e seus guerreiros achicundas lhe haviam prestado nos frequentes e devastadores conflitos que o mundo mercantil espalhou pelo vale do Zambeze” (KHOSA, 2015a, p. 25). O branco se tornou muanamambo, e isso alargou as suas influências e tornou-o respeitado.

O pressuposto da narrativa, contudo, é o ritual dedicado a um rei morto, o evento do “choriro”. O luto traz à tona os eventos passados que explicam não apenas o reinado de Nhabezi, como também a motivação dos demais personagens envolvidos com sua figura, direta ou indiretamente, o que inclui os eventos decorrentes do período dos prazos em direção à emancipação nacional. Por isso que o narrador exprime: “[...] todos os acontecimentos marginais à dor real ficaram ligados à memória dos acontecimentos reais. No calendário local, o tempo passou a ser dividido entre antes e depois da morte de Nhabezi” (KHOSA, 2015a, p. 133), grande marco para o povo achicunda.

Mesmo diante desse eixo de transformação, a narrativa possui um caráter difuso, com idas e vindas em seu fluxo temporal. A conexão entre personagens acontece à medida que os fatos são narrados, e estes dão a ver os elos entre o passado colonial da civilização achicunda, o discurso de nação e o presente vivido pela sociedade moçambicana. O modo de escrever o texto literário e a matéria histórico-social destacam as forças motrizes presentes no processo histórico moçambicano, inclusive no tocante ao que deve e ao que não deve ser lembrado sobre a África Oriental portuguesa<sup>60</sup>. E tais contradições se encontram expressas nesse romance histórico sobre a derrocada do Império Colonial Português: a sua estagnação e posterior subalternização diante do surgimento de outros impérios coloniais durante o século XIX.

---

<sup>60</sup> Aqui nos referimos especialmente aos mecanismos de controle sobre os arquivos históricos do passado de Moçambique, algo que exploraremos melhor no decorrer deste capítulo.

#### 4.2 *Império: tempo de prazos (a vencer)*

O filósofo alemão Walter Benjamin (2012) diz ser a imagem do passado vinculada à visão do vencedor e às suas propostas ideológicas. Porém, a colonização na África Oriental portuguesa possui caráter mais complexo do que as outras experiências colonizadoras promovidas por Portugal.

O romance *Choriro* tem em sua nota de introdução a seguinte frase: “Este retrato de um espaço identitário, de uma utopia que se fez verbo, assentou na rica e impressionante história do Vale do Zambeze no chamado período mercantil” (KHOSA, 2015a, p. 7), quando a caça e a agricultura eram atividades predominantes. A crescente inserção da África no capitalismo mundial é um fator que, posteriormente, veio a dar motivos para uma efetiva ocupação. Moçambique ainda era ponto estratégico de comércio com a Índia portuguesa, Macau e Timor. Todavia, as diferenças linguísticas e religiosas entre as comunidades da África Oriental e suas fronteiras inseguras criaram uma forma de subpovoamento, fato que deu margem ao tráfico escravo (AJAYI, 2010), o que não passou despercebido pelas autoridades portuguesas.

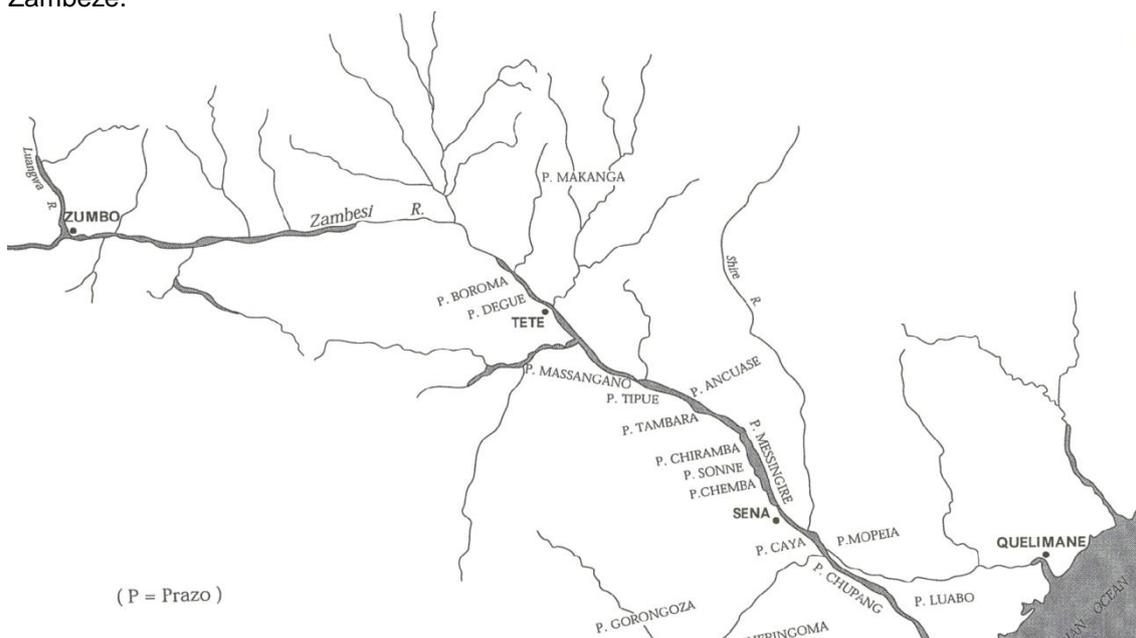
Se, durante o tempo das expedições marítimas, o português nutria um sentimento de aventura pelos novos territórios na América, a penetração de valores cristãos na África Oriental se tornou bastante difícil. E isso pode ser entendido na visão de Chicuacha, antigo padre católico que tem sua visão da África idealizada confrontada com a África real:

O apelo à aventura tocava fundo. No seu imaginário a África era mais profunda e densa que aquele povoado de ruas poeirentas, sombras dispersas, gente indolente, casas mortas ao sol, e o rio, largo e silencioso, espreitando e seguindo, com desdém, curva adiante, em direção à costa. Para ele, aqueles sons tristes e secos que ecoavam em cada esquina, sobre as pedras e galhos que os cabritos teimavam em levar à boca, não eram a África do seu imaginário. A sua África era das densas encostas que iam diminuindo de densidade ao atingirem a planície de chitas velozes que cortavam a savana à caça de gazelas que em saltos rápidos desapareciam na floresta de ramos densos, que se batiam quando bandos de pássaros se atiravam aos céus de nuvens brancas e dispersas. A sua África, sonhada e vista, era a das manadas de elefantes abrindo ruidosamente carreiros por entre a folhagem alta e verde, onde leões e leopardos se acoitavam, atentos e participantes no inevitável equilíbrio da mãe natureza, na caça de kudus e impalas e búfalos em cavalgadas vibrantes ao longo das savanas. A sua África estava nos misteriosos crocodilos que

emergiam das turvas águas do Zambeze, espalhando-se depois em grupos, ao longo das manhãs, pelas margens onde diligentes pássaros os esperavam para a quotidiana limpeza de parasitas nos desnivelados e pontiagudos dentes que sobressaíam das largas e profundas mandíbulas. Essa era a África idealizada que foi avistando à medida que navegava a montante do rio, ao tempo da sua chegada ao continente e à região dos rios Sena e Tete (KHOSA, 2015a, p. 17-18).

O narrador segue a história apontando as navegações fluviais como opções possíveis para a interiorização do território, que poderia ainda sofrer interferências de animais selvagens, no caso, de hipopótamos. Mesmo com medo do desconhecido, a presença portuguesa na costa não garantia acesso aos bens a baixo custo. Por meio do rio Zambeze que se tem maior acesso ao interior e garantia de comércio.

**Figura 4** — Mapa da região do Zambeze durante o período dos prazos. É importante notar que os prazos se organizaram principalmente entre as províncias de Sena e Tete, ao longo do rio Zambeze.



Fonte: ISAACMAN, Allen; PETERSON, Derek. Making The Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1950-1900. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston, v. 36, n. 2, p. 257-281, 2003.

Por mais de quatro séculos sem ações certeiras, a presença de Portugal na África Oriental só era percebida pelas alianças que formavam com os povos locais para a resolução de conflitos regionais. O questionamento do poderio português no território, apresentado pela estrutura da fortaleza de S. Marçal, em que Gregório primeiramente se instalara, também dá a ver a formação dos prazos da Coroa.

Veja-se:

A fortaleza, situada a menos de uma légua da vila, perdera, na entrada dos anos oitocentos, a grandiosidade de outrora. De pedra e cal, símbolo da conquista e da grandeza do império, ficara a porta de entrada, encimada pelo escudo real esculpido na pedra e os seus quatro bastiões. O resto do forte eram edifícios de tijolos cosidos ao sol, e de adobe simples que ruía facilmente com o tempo, mostrando a decadência da vila de Sena no comércio com o interior, face à anarquia vigente com a inclusão, no tráfico de escravos, de escravos guerreiros, os achicundas, que eram o sustentáculo das entidades prazeiras no trato mercantil (KHOSA, 2015a, p. 28).

Além da falta de religiosidade católica, a inexistência de estrutura administrativa e os sucessivos ataques à mínima presença portuguesa em território africano tornaram quase impossíveis as condições de sua permanência. O interesse português na mineração e no comércio também era notável. Entretanto, a estratégia utilizada nos tempos do Império de Monomotapa, até o século XVIII, não era mais vantajosa. Essa experiência fez com que os portugueses chegassem ao entendimento de que a interiorização era necessária e deveria acontecer de maneira a inserir os portugueses no sistema social africano, e não o contrário. Eis que surge uma estratégia para o controle do comércio, cujo dispositivo maior é o emprazamento.

Esses títulos locais, baseados no sistema matrilinear de herança e no poder patriarcal, envolviam a união entre os portugueses, a quem eram feitas concessões econômicas, com as donas dos prazos, enlace efetuado por meio do casamento inter-racial entre o português branco e a senhora do prazo negra. Assim aponta Khosa (2015a, p. 15):

A falta de tacto no comércio devia-se, segundo os governantes portugueses conluiados com os baneanos — designação depreciativa que se dava aos canarins —, à indolência provocada pelo crescente e vergonhoso concubinato de brancos com as cafres da terra e as centenas de mestiças que despontavam, colorindo de alegria e ritmo o mapa racial de Tete. Mas os detratores, em geral governantes recém-chegados, cedo se rendiam aos encantos das negras e mestiças, deixando, amiudadas vezes, as poucas senhoras brancas na solidão dos quartos calorentos.

A divisão entre os brancos que se intitulavam portugueses e os mestiços era comum em domínios de natureza mais urbana, como a vila de Tete.

No interior, contudo, a cultura comum se mostrou instrumento para a manutenção das relações de poder sobre o comércio para com o litoral:

Por serem cenas jamais vistas, agradava ao padre apreciar os musculados e suados troncos negros dos canoeiros a reflectir a luz através das gotas de água que os remos atiravam às costas e braços, serpenteando depois pelas salientes veias despontando no alegre e natural esforço de remar as centenas de canoas que sulcavam as águas do rio Zambeze, transportando escravos e marfim, missangas e panos, dor e alegria. Eram braços, vozes, cantos, choros, era o rio, era o Zambeze da fortuna e da desgraça, abrindo-se por milhas e milhas de extensão (KHOSA, 2015a, p. 19).

Localizar a narrativa no Vale do Zambeze traz à tona não apenas o comércio de matérias-primas ou outros itens materiais de grande valor, mas também o trabalho dos homens negros que possibilitava esse movimento. O contraste dos demais itens com o elemento humano é visível: “os pretos perfilavam-se junto dos estrados de madeira, à espera de serem comercializados por panos e missangas e outras mercadorias com mais apreço que a alma humana” (KHOSA, 2015a, p. 23).

Como uma das formas de subpovoamento explicitadas anteriormente, a escravidão remonta à África pré-colonial. Sua natureza, entretanto, tem motivação cultural e religiosa. Quando há maior grau de desenvolvimento entre uns grupos e outros é que surgem novas formas de estratificação social impostas pelo prestígio diante da comunidade, um *ethos* cultural comum (ALTUNA, 2006). E o respeito a essas posições pode ser percebido na história da presa resultante do incidente que levou à morte do caçador branco Bento Roiz Perdigão, pisoteado por um elefante:

Em caçadas normais, a carne era distribuída em função dos que iam infligindo os primeiros golpes sobre a presa. Como os tiros foram disparados atabalhoadamente, Makula priorizou os seus lugartenentes Kambamula e Ngulube, e aos demais distribuiu a carne de forma aleatória. Assim, a cabeça e a perna direita traseira couberam a Kambamula, braço direito de Makula, homem de tiro certo e especialista em estocadas com lanças entre as espáduas dos elefantes. Era jovem e astuto. Quando Makula se tornou muanamambo, deixou para Kambamula a organização das caçadas. A perna dianteira ficou para Ngulube, outro jovem caçador que se tornou responsável pela segurança de Nhabezi. Os risos e gritos, frequentes no esposteamento da carne de caça, não se fizeram ouvir.

Makula era então, e por mérito, chamado de necumbalume, mestre caçador. A seu mando estavam quinze escravos libertos que Gregódio se apressou a contratar, formando a sua primeira equipa

nas andanças pelo interior do baixo Zambeze, dedicando-se em exclusivo à caça de elefantes e enfeitando terminantemente a prática de converter homens em escravos. Chicuacha interpretaria, anos mais tarde, a recusa da prática escravagista nos seus primeiros tempos de caçador a fatores mais logísticos que ideológicos. Sem terras a seu mando, e poucos homens em quantidade e treinamento para a captura de escravos, Gregódio contentou-se com o crescente lucro que a caça de elefantes lhe fora dando. Anos mais tarde, e já em terras suas, Chicuacha traficaria, ainda que em menor grau e em escala doméstica, escravos; Os escravos que foi comprando serviam como carregadores, criados e trabalhadores agrícolas (KHOSA, 2015a, p. 36-37).

A descrição do processo natural de distribuição da carne do animal destaca as diferentes posições sociais e os seus variados níveis de prestígio. Todos, porém, possuíam princípios partilhados. E entre os citados no último trecho, há valores comuns que acentuam especificamente, dentre as comunidades bantu, o grupo dos achicundas.

Escravos de valores guerreiros, os achicundas eram voltados ao policiamento ou à caça em razão do grau de periculosidade dos seus ofícios. Eles criaram para si rituais que elucidavam os seus atributos físicos. O militarismo entre eles também não é novidade, e tal posição não poderia se igualar aos trabalhos agrícolas. Dessa maneira, criou-se um senso de coletividade identitária entre eles durante o meio do século XVIII, o que os levou a conquistar mais terras e camponeses. Todavia, isso não significava genuíno interesse na melhoria da sociedade (MARX, 2010).

O intenso trânsito entre achicundas gerou um clima de grande instabilidade, visto que ora os membros locais se debandavam para outros prazos diante da insatisfação com os senhores, ora eram capturados como escravos de forma a serem vendidos, uma vez que se tornaram mais lucrativos (TEIXEIRA, 2013). Os reinos divididos também sofriam pela intriga criada por domínios vizinhos que, movidos pelos conflitos internos, contribuía para que a situação se dinamizasse (ISAACMAN; PETERSON, 2003). Por isso, a presença de um personagem tão diplomático como Gregódio foi essencial para a produção de um sentimento de liderança e cultura comuns. Esse foi o tempo da formação de umas identidades em relação a outras, o que levou a um sistema de trocas desigual no Oceano Índico entre aqueles que representavam

o desenvolvimento econômico oriental e ocidental<sup>61</sup> na África, desbalanço que resultou na sua posição periférica na economia mundial (SALIM, 2010). As guerras entre esses povos eram comuns, e

mais frequentemente, a concorrência pela mão de obra servil suscitava uma hostilidade violenta entre comunidades comerciantes e no interior de cada uma delas. Inúmeros foram os exemplos de guerras entre bandos chikunda, chefes yao e grupos de comerciantes suaílis. Em virtude de sua dependência em relação às armas europeias e aos intermediários estrangeiros, as comunidades autóctones de comerciantes eram, com frequência, muito vulneráveis. Os portugueses, por exemplo, aproveitavam de seu papel de fornecedores de armas para forçar os bandos chikunda a aceitarem, em parte, a autoridade de Lisboa em seu território (ISAACMAN, 2010, p. 231).

Divididos pela língua, pelas divindades e pelas diversas experiências da escravidão na África Oriental, a manutenção dos valores comuns dos grupos em que se organizavam requeria para o seu comando a figura de um mentor.

De acordo com o padre espanhol Raul Ruiz de Asúa Altuna (2006), estudioso da cultura bantu, a figura do chefe está ligada às tradições e aos princípios culturais de seu povo, incidindo diretamente sobre o seu destino espiritual coletivo. Trata-se de uma sociedade em que as esferas social, política e religiosa convergem e possuem coerência entre si. Nesse raciocínio, é possível entender que

O chefe é o sangue e o espírito dos antepassados, prolongamento e depósito comunicante do dinamismo vital, pessoa sagrada, responsável pela comunidade perante os antepassados, seu delegado por capacidade e eleição, e sua encarnação, pois que, por intermédio dele, vivificam a comunidade (ALTUNA, 2006, p. 223).

Em vista disso, a figura do português António Gregório adquire importância para a narrativa de *Choriro*. No romance, antes da viagem para a África Oriental, Gregório recebera uma carta do escrivão João Andrade que não apenas conferia o estatuto de vila às povoações do Sena, mas também lhe outorgava posição similar à de um juiz em terras estrangeiras. Nhabezi faz a

---

<sup>61</sup> Aqui o autor queniano Ahmed Idha Salim (2010, p. 274) refere-se especialmente aos “mercadores asiáticos, europeus e americanos – e as populações autóctones do litoral e do interior, obtendo o primeiro grupo vantagens desproporcionais do comércio internacional que impulsionava, desenvolvia e controlava”. Essa forma de controle e desenvolvimento do comércio internacional resultou na exploração do comércio oriental e na condução da África oriental ao subdesenvolvimento durante o império comercial de Zanzibar.

ponte entre a ficção e a história, visto que “fortaleceu o presente com o passado patrilinear achicunda” (KHOSA, 2015a, p. 133). Isso se dá porque o personagem histórico que serviu de inspiração para Gregódio, Chikwasha, possui aspecto positivo, uma vez que introduziu inovações agrícolas, mostrou-se um líder promotor da paz nos tempos de instabilidade dos prazos, posicionou-se contra o tráfico escravo e também assimilou os hábitos autóctones. Há de se notar, em outra direção, que o nome remete também ao personagem Chicuacha, ex-sacerdote e polígamo a quem Gregódio confiou a função de cronista, como consta no seguinte diálogo:

- Acho melhor continuarmos a nossa conversa noutro dia, Gregódio.
- Não sei se terei outro dia, Chicuacha.
- Não é tua intenção lutares por estares sempre aqui, entre os teus?
- Estás a brincar comigo, António.
- Não é meu propósito gozar... No fundo, podes crer, admiro a crença em queres ter o controlo daquilo que só Deus tem nas mãos.
- É só esperares.
- Tu és branco, Gregódio.
- A um branco não pode acontecer?
- O teu mundo não é deste reino.
- É o que eles acreditam.
- Eu sou o rei, homem.
- Não de espírito, mas de carne.
- Quer acredites ou não, o meu mundo é este, Chicuacha. A minha carne desfar-se-á nestas terras, e o meu espírito, transformado em espírito de Leão, rugirá por estas selvas.
- Assim espero.
- De ti basta-me o registro do meu reinado passado, presente e futuro.
- A tua vontade será feita.
- É o que te peço (KHOSA, 2015a, p. 25-26).

Por isso que os personagens Nhabezi e Chicuacha se tornam centrais à narrativa: o primeiro, um rei branco do passado achicunda incorporado à cosmologia bantu; o segundo, um religioso que mudou suas práticas em contato com o povo achicunda e registrou as nuances de tais processos. Mesmo que tais aspectos autóctones e heterogêneos se sobressaiam neles, o poder de declarar a diferença nesses personagens originalmente portugueses

ainda resiste aos aspectos negativos que se somam aos traços incorporados no desenvolvimento da narrativa. O elemento colonizador tem caráter ambivalente por entrar em contato com povos diferentes, e isso se reflete nas diferentes instâncias da vida moçambicana; no caso, nas esferas política e religiosa.

Se, durante o século XIX, a relação com o catolicismo não era muito amistosa, o que explica a desconfiança de vários autóctones com relação a Chicuacha, a figura do líder recebe a carga histórica advinda da experiência ditatorial que posteriormente atingiu as colônias.

O dirigente achicunda também seria responsável pelo controle militar das regiões de atuação, autoridade que também recruta e arma esses escravos. A feitura da pólvora no romance não ocorre por acaso: o controle dos meios de violência também dá a dimensão de uma organização governamental. Sua figura é comparável à de um juiz, visto que a dinâmica entre escravos e colonos na África tem relação com a terra, onde “descansam os antepassados, fonte de vida, sabedoria e exemplo de virtudes” (ALTUNA, 2006, p. 223), e não com um regime diretamente exploratório (CAPELA, 2010). Ou seja, essas formas sociais sustentavam um regime de domínio que tinha como destaque a sua figura individual, a quem os achicundas serviam, e não ao Estado (ISAACMAN; PETERSON, 2003).

O período de paz e ordem sob a liderança de Nhabezi tem como marca a prática cultural achicunda, que não reflete todos os grupos etno-linguísticos, visto que cada tribo revela traços individuais oriundos de seus processos particulares de colonização (WIESER, 2015). Porém, certo é que a colonização se constituiu um alicerce essencial da civilização dos achicundas, que esconde o processo alienatório que se traduz como cultura capitalista e integra senhores e escravos estrategicamente num clima de unidade e relativa paz (LOSURDO, 2015). Apesar de o reinado de Nhabezi ser um único exemplo, a servidão ainda é percebida nas relações, como no caso de Nzinga e Suna. A tensão entre a esposa e a escrava com quem havia dividido a noite de núpcias de seu marido se encerrou com o funeral deste, mas não finalizou a relação de débito entre uma e outra. De maneira mais explícita, até mesmo Gregódio, ao constituir o seu exército, “se apressou a contratar, formando a sua primeira equipa nas andanças pelo interior do baixo Zambeze, dedicando-se em exclusivo à caça

de elefantes e enfeitando terminantemente a prática de converter homens em escravos” (KHOSA, 2015a, p. 36-37). Isto é, para afirmar a sua individualidade em um grupo de cultura integradora, houve a necessidade de deslocar camponeses e mulheres de quem eles são. E um importante elemento para isso é a produção dos instrumentos de controle da violência, que afirmavam a sua independência em relação ao colonizador.

Em *Choriro*, o personagem João Alfai Sabonete manipulava pólvora junto a Tyago Chicandari de maneira que não apenas os achicundas mostrassem o seu poder de fogo diante de povoações inteiras que não tinham muito contato com o artifício bélico, como também se entendesse que houve diversos empréstimos culturais entre várias sociedades, fator que oportunizou a formação de novos grupos étnicos e culturais. Esse panorama interessava a David Livingstone, pesquisador inglês que, ao explorar o continente africano, desenvolveu o registro de memórias, vivências e especializações da experiência colonial (SAID, 2011). Junto à literatura produzida na época pelas metrópoles coloniais francesa e inglesa, foram elaborados elementos essenciais para realçar e justificar qualidades da exploração imperial: o “ânimo e o interesse pela aventura no mundo colonial, longe de lançar dúvidas quanto à iniciativa imperial, servem para confirmar e celebrar seus êxitos” (SAID, 2011, p. 298). O conhecimento reunido sob o olhar do missionário e explorador inglês não apenas justificou a incursão dos grandes impérios coloniais na África, como soube descrever os hábitos locais em seus estudos. Além disso, sua presença é importante para realçar a diferença entre o sul e o norte do Zambeze, mas, simultaneamente, é um aviso quanto à imprecisão dos tempos vindouros:

Em volta das dezenas de fogueiras a incerteza do futuro pairava como um enigma. Temiam pelos novos senhores que já se faziam ao sertão. Receavam pelo que anotavam dezenas de exploradores ingleses que se expunham ao gentio com cadernos e compassos e outros instrumentos geodésicos. Dos do sul, dos que se expressavam em portuguesa língua, sabiam-nos presentes na força das armas, na gula em abocanhar escravos, nos casamentos mistos, no interminável rasto de mestiços a margearem o Zambeze como bandeiras dos novos tempos, nos dialectos a emergirem desordenadamente em bolsas distintas da baixa e alta Zambézia e na independência de muitos da suserania portuguesa. O álcool, a pólvora, o sabão, os espelhos, os panos, as missangas, eram mercadorias a circularem pelo Zambeze em pele branca, canarim, patricia e preta. O sul era a pólvora inalada há séculos, a

miscigenação feita de carências e o poder alcançado no sexo, na bala e no respeito pelos costumes. Assim se assumia o Zambeze da descoberta: colorido, conflituoso, alegre, triste. Já do norte, e seguindo a rota de Livingstone, vinham exploradores que pouco se preocupavam com armas e exércitos. Distanciavam-se das mulheres, condenavam o tráfico de escravos e procuravam uma amizade desinteressada no olhar ingênuo dos reis indígenas. Que queriam com as tábuas e ferros e cilindros que traziam às costas? Ninguém sabia, mas interrogavam-se sobre a constante presença de falantes dessa língua áspera, nasalada e bem diferente do português miscigenado nos diferentes dialectos que emergiam nas aringas dos senhores (KHOSA, 2015a, p. 153).

Como personagem do romance de Ba Ka Khosa, Livingstone é descrito como “homem preocupado com o destino de outras culturas” (KHOSA, 2015a, p. 107), mas avesso aos costumes religiosos africanos. Além disso, estava interessado na nascente do rio Nilo. No romance, entretanto, ele é declarado como culpado pelo “luto que se abatera na terra” (KHOSA, 2015a, p. 111). Afinal, de seu caminho de Angola para o Zambeze, ele se encantou com as terras de Nhabezi, cujo regime o inglês comparava a uma democracia; todavia, não citou sua passagem por lá, pois ele foi responsabilizado pela fuga de Luíza, filha de Nhabezi que fugira com Maluka, um dos homens de confiança de Livingstone “ajeitado nas roupas ocidentais” (KHOSA, 2015a, p. 107). Porém, ela foi motivada pelo sentimento de aventura que despertara o amor entre eles. Mal sabia Luíza que assistiria à reorganização do espaço na África em razão da conferência de Berlim e do *ultimatum* inglês, propiciados pelas pesquisas e declarações do personagem histórico inglês, enterrado em Westminster.

A presença de Livingstone no romance não se dá ao acaso. Ela realça o caráter periférico do império português em relação aos impérios francês e inglês. Enquanto os ingleses procuraram estudar os povos com os quais firmaria elos de dominação, o colonialismo português optou pelos métodos já conhecidos de colonialismo: penetração sexual e interpenetração racial como métodos aproximativos que deram caráter duplo à sua identidade, mas na época não tinham objetivos programáticos claros diante dos conflitos vividos na metrópole. Ao final, a sujeição do império português aos outros impérios implicou o modo como a primazia portuguesa se relacionou com os seus colonos (SANTOS, 2003). No caso de *Choriro*, isso é perceptível em Nhabezi.

Gregório foi para a África Oriental, desvinculou-se de sua cultura e de seu *status* de civilizado para viver com suas mulheres e seus filhos segundo os costumes locais. O termo *cafre* diferenciava os “negros não muçulmanos daqueles que falavam árabe e estavam envolvidos no comércio que os povos de cultura árabe-muçulmana e suaíli mantinham há séculos naquelas paragens” (SANTOS, 2003, p. 35). Logo que assimilou a língua e as culturas locais, Gregório foi integrado àquele meio. No entanto, sua identidade junto ao grupo era negociada, não assimilada, o que sustentava sua posição superior como líder *achicunda* e também como representante do império português. O efeito disso é a reciprocidade no comércio e a vassalagem com os reis e as autoridades locais. O mesmo não pôde ser feito em relação a seu filho Ignácio, que não se encaixara na educação *achicunda*.

Dizia-se que, de Nhabezi, Ignácio “levava a sua costela de branco agarrada à arma do desprezo e da escravização [...] Ignácio é uma peça desgarrada do nosso conjunto” (KHOSA, 2015a, p. 80). Isso porque o seu senso de aventura era maior que nos outros irmãos. Ignácio fez aliança com os portugueses oficiais da marinha Hermenegildo Carlos de Brito Capello e Roberto Ivens, incumbidos de criar um atlas geral das colônias portuguesas pelo governo de Portugal e explorar a possibilidade de criar uma ligação entre Angola e Moçambique. Foi recebido em Lisboa, onde passara a morar, pelo rei D. Luís, a quem muito admirava e

a quem dedicava os versos de literatura de cordel trauteados em fados de embalar nos bairros de Lisboa onde, em companhia de mestiços e negros, feitos simples operário de obras, ou senhores de ofícios ligados a cordoaria, tecelagem, tinturaria, tanoaria e charutaria, beberricava o vinho em tabernas com batentes, contando histórias não vividas de uma África que os brancos tanto se deleitavam em ouvir, no findar dos turnos das obras de construção do porto de Lisboa. Sempre calmo e conciliador e assumidamente solteiro, para não dizer viúvo, Ignácio viveu os últimos anos da monarquia com a ingênua alegria de muitos dos frequentadores das baiucas da baixa de Lisboa (KHOSA, 2015a, p. 81).

Mesmo entusiasta da monarquia, assistiu ao nascimento da República em Lisboa e posteriormente voltou para a África Oriental, para Quelimane, cidade cosmopolita onde exercera o ofício da topografia. No entanto, muito mudara: “A mãe não reconheceria o filho, assumido cidadão português de terceira categoria” (KHOSA, 2015a, p. 84). O assimilacionismo de Ignácio, aqui,

assume um jogo de distância e proximidade do colonizado com o colonizador, de modo que, embora tenha abandonado o *status* de “selvagem” conferido pela sua condição de mestiço, ainda é diferente do português. Para isso, até mesmo a negação da história africana é realizada, o que ainda sustenta o pretenso direito do europeu de intervir na África (SANTOS, 2003).

Ao início do romance, é possível identificar a herança das terras dos prazos como legado familiar, racial e comercial. Dona Josefina Castelbranco, filha de um antigo prazeiro com uma negra forra, ampliou o comércio com o interior ao fortalecer as escoltas dos caçadores por meio do tráfico sexual. Esse fato associa a interiorização do território da África Oriental à penetração sexual. Além disso, evidencia o machismo e o preconceito racial como indícios da hipocrisia do colonizador, que aponta os estereótipos presentes no seu olhar para com o homem africano (SANTOS, 2003). A estranheza e a repulsão se tornam pares do desejo e da atração, caráter realista que desafia a natureza maniqueísta das narrativas colonialistas. Afinal, a personagem questionava os votos de fé do homem branco colonizador ao se fazer valer do amor pelo preto Nazaré, o que relaciona o fator racial a uma questão de gênero.

De maneira a contrabalancear esses dados, a imaginação da comunidade achicunda em torno da noite de núpcias de Nhabezi se mostrou curiosa ao considerar a cor do futuro mambo:

Aliás, a corte soli estava expectante. Todos queriam saber das qualidades da carne branca em entranhas negras. Em tais ocasiões os rumores correm rápido. Diziam à boca pequena que Nzinga virara palha revolvida até à exaustão pelo musculado branco, metamorfoseado em elefante que urrou de satisfação na noite de tremores na palhota de hóspedes. Os cabelos do branco transformaram-se em trombas inquietas sobre os seios erectos que amoleceram como a muchém atacado pela fúria devoradora de pangolins famélicos. Outros afirmavam que o branco e a preta conubiaram-se de tal ordem que tomaram a forma de zebras felizes no preto e branco das cores de paz e tranquilidade. A felicidade estava com eles. Os mais cruéis, dado o silêncio que tocava a palhota de hóspedes na manhã das incertezas, aventuraram a hipótese de Nzinga ter sido devorada com algumas aranhas no acto primeiro e único onde os machos oferecerem o abdómen, mas no caso, a força do branco contrariou as leis da natureza (KHOSA, 2015a, p. 56-57).

O receio de copular com o branco é capaz não apenas de compartilhar o sentimento de estranheza entre todos os envolvidos na experiência da colonização, mas também de apontar um cariz sistemático para a

miscigenação mesmo antes da colonização efetiva da África (MBEMBE, 2014). De acordo com o romance, para os *solis*, grupo que habitava a atual Zâmbia, a convivência próxima com pessoas sem pele era uma novidade. Gregódio, no entanto, associava a ganância pelo marfim aos brancos, o que também dá a ver o caráter mercantil das relações raciais na África Oriental. Dessa maneira, a subjetividade tanto de um grupo quanto do outro deve ser encarada como parte integrante do caráter processual da história do homem em seus momentos mais decisivos (BASTOS, 2021). Para o modelo de nação, não é diferente.

#### 4.3 *Nação de Ungulani: território dividido, projeto em disputa*

A formação étnica e cultural do centro de Moçambique tem na figura do branco cafre realizado o grande centro da narrativa. Não obstante, o período figurado associa a vocação nacionalista ao interesse colonial, do qual resultariam os movimentos de efetiva ocupação. A presença constante da morte na obra é um receio de Chicuacha em relação ao futuro: “Sentia, agora que o reino havia sido tocado pelos espíritos da morte que pairavam com a notória presença de estranhos abutres, que o mundo em redor estava prestes a tomar outros rumos” (KHOSA, 2015a, p. 24). Por isso, o rei branco pediu para Chicuacha para que fosse o seu cronista: “De ti basta-me o registro do meu reinado passado, presente e futuro” (KHOSA, 2015a, p. 26).

A escolha do período figurado por Ungulani em *Choriro* não se dá por acaso. Arlenice Almeida da Silva (2021) também atribui ao romance histórico a motivação da materialidade sensível em movimento como fator decisivo para a consciência do tempo no romance histórico, uma

Forma irremediavelmente contaminada pelos nacionalismos. Certamente, como desmembramento da forma épica, voltada para o passado heroico, o romance histórico no cenário moderno continua a referir-se a uma aventura coletiva, para a qual o problema da nação é crucial (SILVA, 2021, p. 22).

Decerto, as fronteiras da forma estética também são associadas aos limites da demarcação do tempo — passado, presente e futuro da nação, fluxo em consonância com a cor local. O caso de Moçambique, cuja emancipação

fora tardia, tende a resumir sua ação no radicalismo da independência como reação à natureza do colonialismo português. Ou seja, o surgimento da Frelimo se torna a ideia base para a revolução, elemento que dá coesão ao plano de nação. O mesmo pode ser percebido pela cultura achicunda no romance analisado.

Como forma social presente na história da nação moçambicana, há o impedimento do conhecimento direto das sociedades achicundas e de sua justaposição no espaço moçambicano. Dos principais registros sobre os achicundas, de acordo com Ungulani,

a referência maior fica para Allen e Barbara Isaacman, casal iluminado na reconstrução do edifício social, económico, político e cultural do vale do Zambeze desde a primeira escopetada de um desconhecido português em finais do século XVI (KHOSA, 2015a, p. 7).

A pesquisa do casal foi capaz de se dedicar pormenorizadamente à história dos achicundas e tem como base as entrevistas que fizeram com pessoas que habitam o Vale do Zambeze, visto que a tradição oral do povo moçambicano e a memória comunicativa são os únicos elementos de acesso a esse período da História. Entre as entrevistas realizadas pelos Isaacman, é possível encontrar nomes com que Ungulani batizou alguns dos personagens de *Choriro*. Outro historiador que explorou o legado dos prazos no território, inclusive dos achicundas, foi o moçambicano José Capela, que reconhece a inaplicabilidade da história de Moçambique em relação aos modelos tradicionais. Em *Choriro*, explica-se que “na verdade o passado e o presente dos achicundas esteve sempre nos prazos” (KHOSA, 2015a, p. 68). A cultura integradora achicunda tornava a população em “escravos livres de um senhor. Não tinham outra pátria” (KHOSA, 2015a, p. 68). A entrega aos senhores dos prazos fazia os escravos serem acolhidos como estrangeiros que deveriam seguir as normas locais, mas a ação daqueles líderes se tornara determinante impulso para a população. E a escolha de Ba Ka Khosa para o romance não se dá ao acaso: sua poética tem caráter engajado quanto à percepção da realidade moçambicana, de modo a “criticar as diversas formas de sufocamento de individualidades em prol das decisões de soberanos e governantes, marcadas pelos jogos de poder” (TEIXEIRA, 2020, p. 315).

Como se sabe, *Ualalapi* destaca o papel das figuras de poder em relação ao restante da população. O olhar para os grupos que ficaram à margem do processo de construção da nação com base no projeto da Frelimo possui cariz questionador, uma vez que a invocação de tribos individuais remete, na interpretação inicial da Frelimo, a um dos polos da luta armada contra o colonialismo português.

Isso se dá porque a incompetência e o desinteresse dos militares portugueses durante a guerra colonial se refletiram em uma possível tentativa de elaborar um golpe de Estado com base no apoio de populações rurais que, em aliança com os portugueses, visavam à resistência à emancipação nacional tomando como valor o assimilacionismo (CABAÇO, 2009). Os valores tradicionais foram instrumentalizados para os fins de uma política militar de manutenção colonial que convocava cada vez mais jovens para fazer parte de seus exércitos e os afastava da política (GRAÇA, 2005).

A maioria dos intimados era mestiça, o que evidenciava a associação da cor da pele ao controle de quem poderia ser vadio ou improdutivo. Para a frente revolucionária, caracterizada pela sua radicalidade, o trabalho deveria ser obrigatório. “Permaneceu em Moçambique um Estado, com características autoritárias e repressivas, que concebia o trabalho como um meio e um fim em si para alcançar o progresso” (COLAÇO, 2001, p. 103). Uma vez que a Frelimo não era associada com o tradicionalismo e com o colonialismo, constituía-se uma das forças mais autônomas de emancipação, pois nutria violência comprimida nos processos de marginalização sofridos por esses membros.

Parte dessa violência diz respeito à tradição militar hierárquica, que visava ao funcionamento do colonialismo primitivo (RANGER, 2008). Da coordenação do tribalismo para a execução da luta armada é que a indicação de usos e costumes comuns, de origem bantu, passou a constituir unidade para o conceito de povo (GRAÇA, 2005). Diferentemente dos outros modelos de colonialismo, em Moçambique essa divisão da organização militar já era dado presente na cultura achicunda. Sua ligação ao império colonial é que tornava possíveis as práticas de colaboração entre estruturas autóctones e coloniais. Enquanto os ingleses e os alemães faziam-no por meio da noção rudimentar de realeza, à qual ritos religiosos foram incorporados, os

portugueses optaram pela assimilação e pela cafricanização, o que, na ótica portuguesa, dá caráter moderno à colonização executada.

Os valores modernos para a construção da nação foram incorporados do modelo colonial, e suas políticas acabaram tornando-se formas repressivas de inibir manifestações sociais e culturais tradicionais. Isso porque a unidade, no projeto da Frelimo, era importante diante das “inúmeras fissuras étnicas, religiosas e regionais de difícil superação, e com as quais o projeto tivera pouca sensibilidade” (THOMAZ, 2001, p. 139). A cultura moçambicana se fez produto das contradições coloniais presentes na formação nacional, uma vez que foi produzida pela convivência entre a cultura portuguesa, os ambientes tropicais e as manifestações tradicionais da cultura bantu. Não é muito diferente do que o Império Romano costumava fazer na Antiguidade, ao absorver os membros de uma cultura alheia e incorporá-los a uma cultura maior; e também não é divergente da tática de dominação *achicunda* com base na cultura. Porém, não houve um debate acerca da permanência da cultura portuguesa no meio moçambicano, algo necessário, pois a teoria de Freyre foi usada para justificar a presença lusitana como inclusiva durante o colonialismo, e ainda hoje a elite a utiliza para ditar usos e costumes civilizados e, com isso, ratificar a divisão racial entre brancos, mestiços, negros, indianos e goeses. E essa diferenciação é cultural, não meramente racial (GRAÇA, 2005).

A neutralização de qualquer atitude ou iniciativa localista e particularista que contradissesse o plano de nação era estimulada, mas isso ocorria principalmente contra a cultura assimilacionista:

O Homem Novo, tantas vezes evocado nos discursos de Samora, parece uma mera estratégia retórica — quase messiânica — que pretende criar um efeito didático e moralizador. Trata-se de uma construção imagética que busca aproximar um horizonte de possibilidades (emancipatórias, diria o jargão) nunca completamente atingidas. Essa perpétua virtualidade é um atributo que o Homem Novo compartilha com o seu oposto simétrico: o assimilado. Tal constatação apoia-se não apenas na evidência, quase banal, de que ambas as categorias não existem, nem existiram, em estado puro, mas, sobretudo, no facto de que as duas compartilham uma idêntica intransigência face à “tradição” ou, se preferirmos, perante os “usos e costumes”. No seu monoculturalismo intrínseco, ambas se nutrem de uma mesma epistemologia binária (MACAGNO, 2019, p. 199).

A desconfiança em relação aos mestiços, mesmo quando em cargos de relevo médio, ainda se mostrava presente após a independência. O exemplo

de António Escrivão, filho de Nhabezi com Luiza, mostra a sua condição de cidadão subalterno e a sua tentativa de se tornar mais próximo do colonizador por meio da ocultação dos seus traços fenotípicos de africano: “O cabelo, encaracolado, era alisado com a brilhantina que o deixava colado ao coiro” (KHOSA, 2015a, p. 65). Embora se reconhecesse como português, sua mobilidade social era impedida: “ele desempenhava as funções de escrivão auxiliar por a raça não permitir ocupar lugar cimeiro, mas no quotidiano a escritura e outros trabalhos burocráticos ficavam à sua inteira responsabilidade” (KHOSA, 2015a, p. 65). Mestiço vindo do interior, António se recusou a viver com o pai e outros pretos do sertão profundo.

Diferente de António, seu irmão, Sejunga, filho branco de Nhabezi, representava a manutenção dos valores achicundas. “Mas o que mais o fascinava, na savana aberta, e nos largos espaços por entre o verde imenso, era o trote invulgar, cheio de energia e força, da manada de búfalos em direção ao rio” (KHOSA, 2015a, p. 101). Afinal, o ofício das caçadas era motivo para a formação do homem achicunda e da integração entre homem e natureza:

Todos tiravam lições destas caçadas, aprendendo os altos, descomplexando-se os de meã altura, e rindo-se os de média medida, mas irmanando-se todos nas oportunidades que a natureza oferecia a cada ser na medida das suas capacidades. O gigante integrou-se facilmente na comunidade já de si sincrética, pois todos vinham de etnias díspares e com hábitos particulares que se foram fundindo na alma única do ser achicunda (KHOSA, 2015a, p. 104).

A resistência achicunda foi bastante conhecida por se basear numa aliança multiétnica, no seu prestígio histórico, no sucesso militar e na crença de posses mágicas. A entrega do povo achicunda aos senhores dos prazos do Vale do Zambeze significava o alcance da liberdade. Além de o personagem Nhabezi ter convertido todos esses aspectos em si, de modo a produzir um clima de paz, ele não se esqueceu do progresso técnico-científico nem da valorização da cultura tradicional. No tocante aos ideais da Frelimo,

O poder tradicional era acusado pela FRELIMO de representar um obstáculo à acção anticolonial unitária e de se “opor à ciência, à técnica e ao progresso”, preconizando meios e práticas insuficientes para fazer frente ao poder do ocupante. A partir de então, ele foi classificado, na análise da direção do movimento, como parte do aparelho de poder colonial; ele representaria o poder dos colaboradores que tinham assegurado a ligação dos ocupantes com

as populações rurais e que, por conseguinte, se tornavam igualmente alvos da luta ideológica (CABAÇO, 2009, p. 294).

Isso se deu porque a utilização de comunidades interioranas armadas foi uma estratégia portuguesa para a luta armada, algo que impulsionou as disparidades não apenas entre o interior e o litoral, como também entre o campo e a cidade. Como a construção de uma nação aos moldes da Frelimo teve como base a luta de libertação e a revolução decorrente disso, que propunha uma unidade entre todos os moçambicanos, o controle da história se fez necessário para a Frelimo, de maneira a manter essa harmonia, inclusive quanto aos impasses entre o litoral e o interior.

As diferenças entre as vilas de Sena e Tete, figuradas no romance, ampliam essa discussão. Por um lado, o local onde se faziam as trocas mercantis, Tete, é seco, quente e desmatado. Por outro lado, em Sena, “a vida era calma e acolhedora. As pessoas eram aconchegantes. Os homens da sua cor não o olhavam com o desdém que os tetenses lhe prestavam [a Adaliano]” (KHOSA, 2015a, p. 59). Se em Sena o velho Andrade fazia valer o peso das letras em sua tarefa de escrivão, em Tete o multilinguismo predominava à medida que se intensificavam as trocas comerciais. Até mesmo o fato de Gregódio não gostar de se expressar em português e falar pouco em relação à vida antes da caça de elefantes não se dá por acaso.

O historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho (2015) aponta que, em razão da manutenção da unidade após a emancipação, cria-se uma manipulação quanto aos eventos passados de modo a legitimar as políticas governamentais do presente. O acesso restrito aos arquivos associados à luta pela libertação faz com que os registros associados a esse período sejam privados. Porém, essa memória política foi ampliada pela presença de testemunhas da revolução, cujos apoiadores posteriormente ocuparam posições estratégicas do funcionalismo público em centros urbanos. As vozes dissonantes, apesar disso, trazem à tona contornos historiográficos complexos e cada vez mais melindrosos em razão da Guerra dos Dezesesseis Anos. É por essa razão que

a literatura de ficção torna possível pensar na luta de libertação sem necessariamente experimentar; e, por mais paradoxal que possa parecer, ao fazê-lo, ao imprimir nela uma dimensão ficcional, alimenta

a fábula congelada com aquilo que, através de um debate aberto, a permite transformar-se em verdadeira memória social (COELHO, 2015, p. 164).

Nesse sentido, a figuração do período mercantil dos prazos em Moçambique, dos seus últimos momentos até a efetiva colonização, apresenta dados relevantes para se pensar a nação em seu processo de formação — por meio do que representava “Gregódio, assumido rei de um estado militar” (KHOSA, 2015a, p. 13).

As gogodelas e os panos das trocas comerciais que adornam o quarto de Nhabezi dão a dimensão significativa do domínio político-militar achicunda. Mais do que isso, apontam a junção entre o legado colonial e a herança africana. E é no formato de aringas que escravos e colonos instituíram uma organização militarizada do território, em quilombos armados (CAPELA, 2006).

O armamento clandestino era uma maneira de reduzir a dependência das comunidades do Zambeze em relação a fontes externas, o que atingiu amplas proporções quando Lisboa tentou a efetiva ocupação por meio de uma ofensiva mais agressiva (ISAACMAN, 1975). Houve grande resistência armada no campo, com direito a coalizões e ataques às companhias de exploração. Um desses grupos de oposição foi o liderado por Kanyemba, que dominou o norte do Tete. O Vale do Zambeze foi uma área em que se concentraram grandes esforços de resistência a Portugal. Mesmo pacificado pouco antes de 1920, o local conservou grande sentimento anticolonial de termos não raciais, elemento trazido à tona pelos defensores da liberdade do Vale do Zambeze, especialmente médiuns espirituais shonas, que posteriormente integraram a Frelimo durante o período da luta armada.

Em oposição ao racionalismo cristão e cosmopolita da frente militar colonial, nasceu, em 1972, no centro do país, a ação militar da Frelimo, com fortes valores tradicionais e apoio camponês. Na verdade, “particularmente reveladora da tendência de miscigenação não só biológica mas também cultural são as origens multiétnicas da FRELIMO” (GRAÇA, 2005, p. 210). A elite da colônia moçambicana, de maioria branca e urbana, apoiou o projeto de uma nação emancipada aos moldes da Rodésia. A crescente adesão à Frelimo fez com que houvesse grande distanciamento entre brancos e negros, e a

frente colonial tentou apaziguar os ares da guerra colonial pela via política e conciliatória.

A atmosfera pacífica da administração de Nhabezi, em *Choriro*, é sustentada por uma cultura integradora baseada nos valores guerreiros e pela cafrealização, que mantém a posição privilegiada do mambo português.

Mesmo que aparente, a essencialidade é revelada por meio da descrição da casa-grande em que Gregódio morava:

Um pouco ao longe, fora dos batuques meio adormecidos, estava a casa grande de Nhabezi. À distância, e com pequenas chamas flutuando em velas de cera de abelhas que afluam dos castiçais de madeira, a casa senhorial assemelhava-se a um galeão fundeado em águas perdidas e paradas numa floresta onde descaíam, em traçados desiguais pela proa e costados, lianas e folhas gigantes de onde emergiam insectos que circundavam sobre as chamas titubeantes, incomodando homens e mulheres em cochichos de luto. Os sussurros que se ouviam pelas divisões da casa assemelhavam-se ao restolhar dos roedores sobre as folhas, secas e verdes, ramos e gravetos que atapetavam o chão da floresta, e aos ruidosos acasalamentos de ratos cujas fêmeas não desgrudavam os órgãos genitais masculinos depois do orgasmo, contentando-se em deixar o macho em apuros por tempos que se prolongavam por quinze a vinte minutos de duração, ficando ela e ele grudados e de cabeças viradas em rodopios crescentes, ao som de folhas que se chocavam, de ramos que rolavam, e de grilos em estrilos que os ratos interpretavam como de louvor, mas que eram de sedução às fêmeas, enquanto borboletas nocturnas sobrevoavam em círculos cada vez mais concêntricos o casal de ratos temporariamente iluminado pelos vagalumes que enchiam a noite (KHOSA, 2015a, p. 79).

O carácter onírico da descrição da casa onde mora Nfuca, esposa de Nhabezi, associa a ânsia de aventura do português com sua predisposição ao coito, que, no trecho anterior, está presente no acasalamento de animais e insectos. Tanto Gregódio quanto Chicuacha são participantes do sistema poligâmico achicunda, o que lhes garante várias esposas:

Depois, e fazendo justiça às práticas locais, Chicuacha tomou a liberdade de ter outras mulheres. Hábitos novos foram-se grudando ao corpo, enquanto o espírito removia com paciência do tempo as lianas mais endurecidas dos costumes de outrora (KHOSA, 2015a, p. 21).

Nesse ponto, Gilberto Freyre (2001), em sua visita a Moçambique durante o seu período de patrocínio do Estado Novo português, constatou semelhanças entre Brasil e Moçambique a partir de seus indígenas. Disse ele que se tratava de uma

espécie de centro do Brasil com seus xavantes e suas matas quase virgens de brancos — em terra que, sendo ainda da África, já é do Oriente pelas influências orientais que se juntam, na paisagem e nas formas de homens e culturas, às africanas (FREYRE, 2001, p. 426).

É dessa forma que Freyre enxerga no exemplo português liderança capaz de levar adiante o processo de engenharia social modernizante quanto às bases étnica e religiosa, esses índices particulares que, na sua concepção, empobrecem esse povo. A base para isso seria por meio da inserção do catolicismo e da lusitanidade, fatores motivados pelo ódio aos maometanos e aos animistas. Ou seja, ainda se reconhece grande aversão às religiões e culturas autóctones; nesse caso, à feitiçaria e à ideia de um espírito territorial de proteção, crença dos achicundas: “O importante, para nós, achicundas, homens de diversas origens, é ter um espírito territorial que nos proteja” (KHOSA, 2015a, p. 69). E esse espírito está associado não apenas à terra, mas também à ancestralidade, como declara João Alfai Sabonete: “Viver com os brancos faz as pessoas esquecerem-se do ventre da mãe” (KHOSA, 2015a, p. 23). Diz Frantz Fanon (2005) se tratar de um sentimento de pertencimento a um tempo mítico que se traduz em força de resistência própria da particularidade das comunidades que a expressam.

Não foge à crítica o plano de nação que exclui os valores ancestrais:

Os tempos eram outros, e as armas não eram mais gugudas que não deixaram memória, varridos do mapa da memória os messiris que nada legaram da indústria das armas aos netos e bisnetos, feitos camponeses ou funcionários administrativos do escalão inferior da discriminação. Os que entoaram os cânticos da independência dum território nunca imaginado pelos mpondoros depressa recusaram, a favor de racionalidades unificadoras de um campesinato e proletariado uno e universal, os valores ancestrais, e toda uma genealogia, pois o passado, na nova cartilha de aprendizagem, só assentava na luta libertária onde não figuravam os achicundas que marcaram a vida e o ritmo do vale do Zambeze (KHOSA, 2015a, p. 74-75).

A aceitação dos ditames de uma nação moderna, cujo expoente tecnológico exprime melhor esse adjetivo, implica a eliminação dos valores ancestrais. Tanto a comunicação do espírito de Kanyemba quanto os passos do ritual de luto de Nhabezi se fazem por meios tradicionais: a mediunidade, a

observação dos elementos naturais e os tambores. Esses elementos não se encerram em si mesmos ou na figuração dos prazos:

É óbvio que a continuação do romance histórico no sentido da historização da representação do presente, a continuação da história passada na figuração da história vivida, tem, no fim das contas, razões que não são estéticas, mas sócio-históricas (LUKÁCS, 2011c, p. 108-109).

Nesse sentido, procuraremos explorar a sociedade moçambicana e suas relações com o período figurado do romance.

#### 4.4 *Sociedade moçambicana: feitiço nacional contra o espírito estrangeiro*

Lukács reconhece, na conexão do autor com o presente e com a história, que “a relação do escritor com os problemas da sociedade de seu tempo é decisiva” (LUKÁCS, 2011c, p. 208). Ou seja, no caso de *Choriro*, é importante reconhecer o passado referente ao período dos prazos não apenas como parte integrante do império português e da história colonial de Moçambique, mas também como uma maneira de tratar dos desafios do presente.

A irrealização do sonho utópico de Nhabezi, que desejava a não escravização dos povos do Zambeze, atesta a frustração do escritor quanto ao projeto de nação executado. Nesse contexto, “surgiram novos comandos, agora locais, embalados por hinos de uma independência que depositou a derradeira pedra sobre o túmulo dos saberes endógenos e da grande cultura das terras do Zambeze” (TEIXEIRA, 2014, p. 120).

Ainda, um dos fatos mais próximos do presente marcado pela publicação da obra pode ser expresso na seguinte passagem, na qual o caminho para a incorporação do espírito de Kanyemba encontra na construção da barragem de Cabora Bassa um motivo para o questionamento do progresso tecnológico em relação ao progresso humano:

Depois, como que a provar a sua imortalidade, o espírito alojou-se no belo e sorridente corpo de Joaquina, mulher que viria a morrer em tempos de independência da nação, de dimensões imensuráveis para os espíritos regionais mpondoro. Mas o espírito de Kanyemba guiaria ainda as suas gentes pelos caminhos da pacificação e do chibalo; e com eles percorreria o tempo da dolorosa construção da barragem de

Cabora Bassa — local onde centenas e centenas de descendentes dos guerreiros de aringas pereceriam sob as pedras que se desprendiam das encostas escarpadas, em manhãs e tardes de trabalho desprotegido, apagando as ancestrais marcas dos canoeiros, que viam um novo mundo emergindo na vasta bacia que os homens criaram a montante da barreira de cimento que regulava as águas do Zambeze, dando empregos de subsistência na artesanal pesca do mpende, peixe de elevado sabor, conhecido quando seco e comercializado por chicoa, por ser a zona de origem, que estrangeiros elogiavam em fartas refeições turísticas (KHOSA, 2015a, p. 74).

O audacioso projeto do primeiro-ministro português Marcelo Caetano tinha o propósito de aumentar a área de irrigação do Vale do Zambeze, algo que já era ensaiado pelas políticas nacional-desenvolvimentistas do governo salazarista desde 1957. Além da abertura de novas empresas mineradoras, era visível o fomento a uma comunidade branca economicamente ativa na região (ANDRADE, 2020). A presença de brancos na região não era uma novidade, mas não era o cerne do problema.

Desde o tempo dos prazos, a presença da comunidade branca do Zambeze era sinônimo de ascensão social para os indígenas, uma vez que a influência portuguesa, em seu grau de proximidade, garantia prestígio e acesso a bens. E essa lógica se manteve com a vinda dos portugueses para a região depois da ofensiva portuguesa contra a liga africana. Por isso, as diferenças sociais se tornaram marcantes pelos índices racial e espiritual, o que explica, de acordo com o antropólogo brasileiro Inácio de Carvalho Dias de Andrade (2020, p. 83), “por que, até hoje, um sistema político justo é avaliado pela capacidade de indivíduos poderosos redistribuírem bens e direitos por meio de uma estrutura política baseada na raça”.

Em 2007, dois anos antes de *Choriro* ser lançado, uma subsidiária da multinacional brasileira Vale S. A. assinou um contrato com o governo moçambicano para explorar a área de Moatize, ato que ocasionou o deslocamento compulsório da população local, excluída da decisão (EUSÉBIO, 2019). A premissa de oportunidades de trabalho, crescimento econômico e bem-estar social, todavia, foi o que guiou a política desenvolvimentista do governo de Guebuza na época. No entanto, o poder ainda era ditado pela intervenção da figura branca na região, seja pela posse do latifúndio, seja pela posse dos meios tecnológicos. No caso dessa última, ao final do século XIX ou

início do século XX, Chiponda assistiu, durante a investida lusitana para a efetiva ocupação portuguesa,

com pesada mágoa, à desestruturação do seu reino pelo sacana do Mataquenha, dono de um exército de mais de cinco mil achicundas que amedrontaria a região com armas mais modernas que as gogodelas de fabrico caseiro (KHOSA, 2015a, p. 75).

Tal embate, em escala menor, pode ser visto nas figuras de Tyago Chicandari e João Alfai, ferreiro-mestre e aprendiz na manufatura bélica:

Crescido em ambientes como o da vila de Tete, João Alfai jamais imaginara que os pretos dominariam técnicas de fabrico de armas e pólvora. Via-os como simples força braçal que o chicote e os impropérios impeliam ao trabalho escravo. [...] (KHOSA, 2015a, p. 40).

A visão de João Alfai revela o estigma social, político e econômico inerente à diferenciação racial — a crença de que o branco ou os próximos ao branco seriam os únicos a deterem esses meios bélicos e tecnológicos. A repercussão dessa forma ainda se vê na sociedade moçambicana contemporânea:

O termo nativo “branco” é extensivo a todos aqueles que ostentem hábitos civilizados: ao lado dos brancos e dos mistos, os negros que se expressem adequadamente em português e atuem como os cidadãos são denominados pelos camponeses de *mulungos*, se no sul, e *muzungos*, quando caminhamos rumo ao norte do país. *Mulungo* e *muzungo* são termos indicativos de uma posição social que se sobrepõem e incorporam a referência ao grupo somático. Se todos os brancos são *mulungos*, aos negros cabe esta possibilidade, pois uma minoria desde o período colonial podia se enquadrar na categoria de *assimilado*, a qual não foi efetivamente superada no período pós-independência. E se o *assimilado*, ao longo de toda a história colonial, consistia em um negro que se aproximava efetivamente no núcleo do poder — sem se confundir com ele —, nos anos que sucederam à independência passou a ocupar um lugar decisivo no funcionamento do aparelho de um Estado que não apenas adotou o português como língua oficial mas, no interior de um projeto marxista-lenista, apropriou-se com um propósito revolucionário de um conjunto de atributos anteriormente associados à civilização (THOMAZ, 2006, p. 257).

Dessa forma, o estigma ainda associado ao colonialismo, de que os negros estariam vinculados à tradição, à inveja, ao azar e ao ocultismo (FANON, 2005) permanece sendo ressuscitado na nação moçambicana contemporânea e na atual região do Tete. Não apenas isso, mas também a sua

posição social de alguém dedicado ao trabalho pesado é ratificada, mas desta vez com a intervenção do capital estrangeiro. Afinal, na sociedade moçambicana contemporânea, é visível “um profundo desprezo ao trabalho manual, entregue aos indígenas, em contraposição ao trabalho que deveria ser realizado pelos colonos e eurodescendentes” (THOMAZ, 2001, p. 152).

Esses índices, também relacionados com a alta taxa de analfabetismo e a situação do multilinguismo em Moçambique, que concentra a língua herdada do colonizador nos seus poucos grandes centros urbanos, destacam o subdesenvolvimento e a predominância da ruralidade no país. Em termos de nação moderna, não há superação efetiva do passado colonial, principalmente com o impedimento do acesso à história antes das guerras coloniais.

Entender o todo da obra e da história de Moçambique implica outros fatores:

Parecia existir por trás da utilização genérica do termo “geração” uma espécie de visão teleológica da história, como se ela fosse guiada por grupos notáveis ou por “grandes homens”. Esta é, ao menos, a perspectiva que aparece na historiografia do século XIX, em que a história é apresentada como o lugar da sucessão de grandes conquistas e grandes batalhas, com seus respectivos mártires e heróis. Esse paradigma não deixa de se fazer presente no caso de uma certa história do colonialismo português, isto é, da história escrita pelos vencedores, como uma saga à busca da quinta-essência nacional e imperial (MACAGNO, 2019, p. 44).

E no romance *Nhabezi* é um marco considerável entre o antes e o depois. A iminência do falecimento do mambo aponta para os seus filhos como o futuro daquela comunidade, o que inclui a dimensão da mestiçagem em Moçambique. Mesmo com sua população de maioria negra, a quebra da homogeneidade do povo em diferentes graus dá a ver de diversas maneiras as ligações com o espaço, o trabalho e a cor que confere maior *status* de poder; no caso, quanto maior a proximidade com a cor branca (THOMAZ, 2006). Em *Choriro*, o fator da raça pode ser delimitador no tocante aos tempos passado e futuro. Nfuca acredita que o fator geracional não é uma garantia para a tradição, no que diz respeito à sucessão de seu filho Lefasso no comando das terras achicundas: “O fogo que arde para as crianças aos adultos já não serve” (KHOSA, 2015a, p. 85).

Porém, a prática diária do homem achicunda, tanto na caça quanto na colheita, como foi apresentado no romance, aponta uma rede de elementos que dão não apenas contorno cultural ao coletivo representado, mas também razão religiosa. A religiosidade é um recurso imaginário capaz de despertar a memória e humanizar o homem (MBEMBE, 2014). É nesse sentido que o entendimento dos costumes e das crenças achicundas, bem como o ritual de luto de Nhabezi se tornam força motriz para a reflexão sobre o edifício social moçambicano e para a celebração da humanidade comum a todos, por meio da História.

Na caça e na colheita dos achicundas, há uma cosmogonia que permite o convívio secular com os elementos naturais, como bem falamos na seção anterior. Isso acontece porque essas atividades tornam possível a vida em suas múltiplas interações, seja para o bem, seja para o mal, em sua espontaneidade e nas camadas visível e invisível. Por isso que ela adquire natureza mágica, o que se explica pelo uso de unguentos e amuletos por parte dos caçadores. Sua homogeneidade garante contorno mítico àquela realidade e a todos nela contidos. Ou seja, tem cariz ontológico (ELIADE, 2010).

A tentativa constante de interpretação dos corvos presentes durante o luto de Nhabezi, a divisão da caça, a dúvida de Nfuca quanto a Nhabezi se tornar um espírito bom ou mau, a intervenção dos reis do passado na realidade, a ligação entre o mundo visível e o mundo invisível por meio de médiuns são fatores presentes em *Choriro* que atestam essa integração dos fatores religiosos a motivações políticas, filosóficas e éticas.

Os ritos dos quais participavam os achicundas tinham como foco o homem, que agia na guerra e na defesa dos prazos. Além de receberem a educação voltada para esses fins, também eram adornados pelas tatuagens no rosto e pelos dentes afilados que os distinguiam como guerreiros (ISAACMAN; PETERSON, 2003). Suas práticas e seus rituais valorizavam a coragem e maculavam a fraqueza e a inconstância, além de se centrarem no trabalho militar de maneira a garantir a longevidade patriarcal e proteger o território contra a invasão estrangeira. A educação das mulheres restringia-se aos ofícios domésticos, ao enaltecimento dos homens achicundas e desejos sexuais destes. No romance, o conjunto de regras denominado likankho surge

como forma tradicional de controle social das mulheres pelos homens mais velhos da comunidade.

Sua natureza, é claro, tem como foco reforçar a lealdade entre homens achicundas, e não com as mulheres:

Sabendo [...] que o tempo de estada nas matas era, em geral, superior a duas semanas, os achicundas estenderam a abstinência às mulheres que em casa aguardavam pelos seus homens. E para que a fidelidade fosse efectiva os achicundas impuseram o likankho. Para tal, os homens matavam uma cobra venenosa donde extraíam o pâncreas que secavam e moíam. O pó, conservado longe de olhares intrusos, era misturado, em quantidades bem sopesadas, em véspera de partida à caça, na comida da mulher. Se ela ousasse manter relações sexuais, o amante morreria, e o marido, em plena caça, sentiria dores e febres prenunciadoras do adultério (KHOSA, 2015a, p. 76).

No tocante à sociedade moçambicana, permanece a dúvida quanto à direção dos costumes tradicionais para com a mulher, visto que a reconciliação entre Suna e Nzinga, os questionamentos quanto ao futuro por parte de Nfuca e a fuga de Luíza são fatores de conexão entre a superfície imediata dos acontecimentos e a dinâmica histórica profunda movida pelas relações de classe: 1) internamente, no contrato de escravidão; 2) entre homens e mulheres, em um mesmo estrato; 3) percepção quanto às diferenças de classe em uma instância imperial em relação à outra. Esses fatores resultantes do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo impressos na obra são possíveis por meio da figura de mulheres ofertadas e unidas por meio da poligamia. Como base do Império Colonial Português durante o período dos prazos, as mulheres tinham o seguinte papel: “Os meus homens ensinarão as tuas mulheres no trato da semente com a terra” (KHOSA, 2015a, p. 45) — e isso prolongou a relação entre portugueses, poderes e culturas locais. Isso significa que se reconhece o papel da mulher moçambicana na manutenção da cultura local no núcleo familiar. Além disso, também é assegurado àquele que possui a terra o monopólio dos meios naturais (MARX, 2010).

Entretanto, a invocação do povo achicunda vindo do passado contra aquele que chega “infundindo o terror e o medo em populações que iam se desestruturando, apagando marcas seculares de convívio com a terra, a água, o vento e o fogo” (KHOSA, 2015a, p. 88) indica a vinda do capital estrangeiro a Moçambique. As iminentes mudanças, oriundas do conflito entre tradição e

modernidade, reforçam a necessidade de o povo se proteger de possíveis ameaças.

A recondução do percurso de vida de Nhabezi não é apenas um ato isolado, mas uma reflexão da qual participa toda aquela comunidade, seja por meio do diálogo, seja pela explicação das motivações de uns personagens e outros, que têm suas histórias cruzadas com a do mambo, cuja existência comum a todos se faz rememoração do

acontecimento mítico, o único digno de interesse, porque é o único criador. É ao mito primordial que cabe conservar a *verdadeira história*, a história da condição humana: é nele que é preciso procurar e reencontrar os princípios e os paradigmas de toda conduta (ELIADE, 2010, p. 90, grifo do autor).

Dessa maneira, a transmutação de Gregódio em um mpondoro era uma garantia de segurança e prosperidade para aquelas terras. Ela reivindica autonomia para a escrita da história do povo achicunda, como está escrito no seguinte trecho em que Nhabezi se dirige a Nfuca:

Há os que são lembrados pelos livros, outros pela memória oral. Eu quero estar presente em todos os momentos do meu reino e em todas as memórias. Morrerei quando não mais se souber que aqui começou a terra de Nhabezi e aqui terminou o território a seu mando. Aí será o fim da nossa história. Não mais teremos árvores, os nossos animais, as nossas águas. Outros espíritos escreverão a sua história sobre os escombros daquilo que um dia foi uma terra, um povo, uma história. Diz-me o Chatula que a noite da nossa decadência será rápida e avassaladora. Não restará nada à superfície que fará lembrar que um dia os nossos homens fabricaram armas e pólvora; a nossa memória será encaixotada em palavras que não comportarão os anos da nossa glória. Os que mais mortes e guerras provocarem serão os mais lembrados. Fixa isso, Nfuca. O que Chicuacha vai apontando não terá grande significado, porque é comum à alma humana acordar, comer, dançar, dormir, viver e procriar. A diferença estará em um branco ter bebido o sangue negro. O que quero, na verdade, Nfuca, é continuar a existir por estas terras por anos sem fim, como uma alma protectora (KHOSA, 2015a, p. 138).

Afinal, a consulta a esses espíritos era um recurso necessário para identificar inimigos e perigos à vista (ISAACMAN; PETERSON, 2003). Porém, não é um recurso que se reserva somente às religiões tradicionais.

Se, durante o colonialismo, o catolicismo era a religião oficial do Estado, a religião sofreu duras críticas por parte de Samora Machel durante a emancipação. Além de a Igreja Católica representar toda a opressão do colonialismo português, era a única a ter divulgação na rádio e no jornal

durante esse período. Nos tempos atuais, é crescente a influência das igrejas protestantes em Moçambique, cuja proximidade com a Frelimo é um fenômeno inegável (SILVA, 2017). A aversão à tradição, a convivência em uma comunidade cristã comum e a contribuição financeira para a igreja são sinais cada vez mais presentes no país desde a Guerra dos Dezesesseis Anos, visto que a ausência das instituições tradicionais e da vida comunitária de antes propiciou a procura por formas alternativas de cura e de resolução de problemas (FRY, 2000).

A distância abrupta entre classes, guiadas por sua aproximação ou por seu distanciamento do elemento branco, fez com que tais religiões, grosso modo, fossem associadas a essas posições sociais e econômicas da sociedade moçambicana:

A Igreja Católica é associada ao *establishment*, as igrejas protestantes históricas com pessoas mais letradas e bem-sucedidas economicamente, enquanto as igrejas espiritualistas parecem recrutar seus membros entre as pessoas mais pobres e menos escolarizadas (FRY, 2000, p. 75).

A atribuição de elementos das religiões autóctones às religiões estrangeiras não é um fenômeno novo, mas foi vantajoso para o discurso protestante, que procura centrar-se na figura universal do indivíduo. Se antes rejeitava os valores autóctones em conformidade com o “homem novo” em formação, a Frelimo gradualmente demonstrou flexibilidade nas políticas direcionadas às comunidades particulares, o que fez com que os anseios do homem moçambicano fragilizado com a experiência colonial e a Guerra dos Dezesesseis Anos pudessem ser direcionados por alguma forma de experiência cultural e/ou religiosa.

A experiência da guerra fez com que os espíritos tradicionais revivessem suas aflições, que reverberam no mundo visível à espera de alguma retribuição por parte dos vivos, canalizadas em dívidas herdadas. Muitos adivinhos são chamados para explicar os fenômenos relacionados a essas aflições, tal como o fenômeno dos corvos no romance, mas é a figura dos médiuns, por meio da incorporação, que externaliza isso. Em aversão a esses sinais, o protestantismo se propôs solução para sanar as dívidas históricas espirituais particulares, por intermédio da figura do Espírito Santo (FRY, 2000). Dessa

forma, são atribuídos os valores de civilização e tradição a diferentes grupos sociais e religiosos, fazendo-se valer da herança histórica das ideias de raça ao longo da história de Moçambique e das particularidades familiares e regionais. Assim, torna-se impossível não associarmos esse fenômeno do progressivo sincretismo religioso moçambicano à ideia de assimilação. Seria possível a união de povos com valores tão distintos?

Em *Choriro*, Nhabezi se apresenta como solução política, cultural e religiosa. A pesquisadora brasileira Carmen Lúcia Tindó Secco (2021) reconhece que

Gregódio incorporou não só costumes, porém crenças e mitos da região, a ponto de os achicundas acreditarem que sua alma entraria no mundo dos espíritos mpondoro, divindades protetoras desses povos do vale do Zambeze (SECCO, 2021, p. 158).

A ideia de um branco que se moçambicanizou, contribuiu com fatores científicos à realidade local, incorporou a religiosidade tradicional dos achicundas ao seu dia a dia, fez unirem-se povos de valores diferentes, liderou esse povo de maneira a manter a paz e foi contra a comercialização de negros durante o período mercantil é propícia à ideia não apenas de uma cultura aglutinadora, mas também de uma religiosidade própria. Nhabezi, como mambo, tornou-se lei e voz comum a todos. Além disso, mostrou-se também curandeiro capaz de unir uma nação fragmentada em culturas e níveis de desenvolvimento diversos. Prova disso é o fato de seu túmulo ser marcado por duas matrizes culturais e religiosas diferentes englobadas pela cultura achicunda.

Se o Chikwasha histórico foi separado de seu resquício católico, que foi o personagem Chicuacha, poderia Nhabezi ser a solução para os problemas da moderna nação moçambicana?

#### 4.5 *Choriro como um romance histórico*

A pesquisadora Fátima Mendonça (2020) reconhece que, desde o início dos anos 2000, a narrativa moçambicana tem se nutrido essencialmente da figuração de fatos históricos conectados aos eventos atuais da vida nacional, como a Guerra dos Dezesesseis Anos, os campos de reeducação e a execução

do projeto do homem novo sobre a população. Esses aspectos possuem grande reverberação nos planos coletivo e individual, mas não são desvinculados de um passado anterior até mesmo à primeira obra publicada de Ba Ka Khosa.

Ungulani revela essas tensões em seu texto “Memórias perdidas, identidades sem cidadania” (2015b), ao destacar a valorização das culturas locais como solução para que a cidadania plena seja atingida independentemente dos esforços programáticos do Estado, cujo papel é valorizar e preservar por esses valores. Essa crítica do papel da cultura para a nação, na percepção de Khosa, dá a ver um amplo panorama da formação nacional.

A complexidade cultural e histórica da região do Zambeze é bem chamativa no imaginário moçambicano, uma vez que guarda uma das maiores fontes da memória coletiva do país. Naturalmente, o olhar do artista Ungulani se “apropria de elementos históricos do Vale do Zambeze, veiculados pela tradição oral” (MENDONÇA, 2020, p. 69), e questiona as identidades conflituosas forjadas no contexto da emancipação nacional, tendo em vista que ainda têm relação com a figura do colonizador. Como herói errante, Gregório se importou com as particularidades culturais e sócio-históricas do povo achicunda e as incorporou, o que garantiu a sua inserção na ordem social achicunda.

Naturalmente, as diferenças entre os processos de cafricanização e de mestiçagem na obra parecem incidir em uma coexistência entre a ambivalência do português agente da colonização e as formas de subpovoamento tradicionais da África. Porém, Gregório e seus filhos mestiços tiveram diferentes destinos e tratamentos sociais. Desse modo, revela-se o complexo quadro étnico e classista da nação, no qual o branco ainda permanece central, e a proximidade com os aparelhos estatais ainda afirma essa relação de poder de subjugação do homem negro, não só pela razão religiosa como pela proximidade daquele com as metrópoles e pelas habilidades daquele com a língua portuguesa.

Em termos de romance, *Choriro* ainda tem por leitores os usuários de língua portuguesa, o que corresponde a uma pequena parte da população de Moçambique que vive na cidade e se utiliza de sua língua predominante. Khosa

busca, na cultura achicunda, apontar a sua consonância com a cultura frelimista que se legitimou nacional, mas de maneira a designar o legado do colonialismo que se manteve nas relações para com o outro, o que rompe a soberania do país e desqualifica os povos e as culturas locais sem espaço na cidade. Além dos vocábulos inseridos em línguas de matriz bantu, é possível perceber elementos autóctones que apontam a religiosidade como possibilidade para figurar o passado, mesmo que em conflito com as lembranças, associadas ao modo como é realizado o controle de informações em relação à memória política do passado colonial. Dessa forma, o romance histórico analisado se opõe aos desígnios da ordem mundial capitalista.

De acordo com o teórico indo-inglês Homi K. Bhabha, trata-se de uma mescla entre “as exigências do passado e as necessidades do presente” (BHABHA, 2013, p. 346), em que os eventos de antes, aparentemente desconectados do tempo atual, são finalmente conectados com o desenvolvimento do capitalismo em suas sucessivas etapas rumo à globalização: mercantilismo, capital transnacional e capitalismo financeiro. A estrutura de prazos, a vinda das companhias de exploração, a construção de Cabora Bassa e a ação da subsidiária da Vale S. A. em Moçambique foram os passos tomados rumo ao presente, que não conferem alguma autonomia ao povo em suas decisões, pela ação colonizadora, pelo plano de nação da Frelimo e pela intervenção do capital internacional.

Poderíamos nos sujeitar a um jogo de diferenças intersticiais para a interpretação da obra, mas Khosa justapõe essas sucessões de modo a evidenciar o papel da espiritualidade tradicional em sua presença constante ao longo da história moçambicana. Isto é, a espiritualidade assume o grande papel de conectar passado, presente e futuro e de apontar os elementos de risco para a soberania de seu povo. Dessa maneira, a cultura achicunda assume valores coletivos, contudo não deixa de permitir que o prazeiro se torne um produtor de desigualdades por sua presença, uma vez que os filhos que se renderam a um modelo extranacional ou não tradicional tentaram inutilmente se projetar como indivíduos, e não como seres sociais.

Diante da lógica imperial, Chicuacha revelou em seus escritos o seu receio pelo não reconhecimento de Nhabezi diante do poder de Portugal, algo que, nos ditames portugueses ainda desatualizados, poderia atingir tal

contorno pragmático: “O futuro não estará nos torrões que se irmanam dos ancestrais costumes. O futuro estará nos fuzis dos europeus” (KHOSA, 2015a, p. 154); ou seja, a efetiva ocupação viria com a marca do conflito bélico. Chicuacha ainda anunciou, nas palavras da figura histórica do caçador de elefantes inglês Frederick Selous, que o império britânico manifestou diferente tratamento quanto à escravatura, recomendando a Gregódio que não tomasse o mesmo posicionamento que Kanyemba. Selous era um homem branco que manteve relações cordiais com as tribos e chefias locais ao longo de sua exploração, que aconteceu da África do Sul ao sudoeste do Zimbábue, país fronteiro a Moçambique: “Homem probo, brando no trato com os indígenas, mas diplomata e comedido no trato directo com os escravocratas, Frederick estava acima de qualquer suspeita” (KHOSA, 2015a, p. 154). Selous e Nhabezi são próximos nesse aspecto, o que evidencia a incerteza quanto a uma posterior proposta de descolonização pacífica.

Na verdade, os escritos de Chicuacha guardam as dúvidas quanto ao futuro a partir das memórias do que viveu junto a Nhabezi. Seus registros podem ser classificados como o que restou da memória popular, que ainda mantém valores antiprofanos: “Sabia distanciar-me desse mundo, invocando para a minha protecção os deuses brancos: os santos dos evangelhos que espontaneamente vinham à boca quando a realidade se tornava ficção” (KHOSA, 2015a, p. 143). Ainda assim, mesmo com a aceitação da maioria dos médiuns locais, Chicuacha não agradava a todos. E, na visão de Chatula, Chicuacha “carregava os espíritos brancos há muito expulsos do corpo de Gregódio. Eu não estava limpo” (KHOSA, 2015a, p. 145).

A impureza de Chicuacha tem relação com o messianismo português. A presença de figuras divinas no seu imaginário e sua maior proximidade com o mar, se em comparação com Gregódio, que preferia a terra e os rios, são fatores que dão a ver a separação da figura histórica Chikwasha e Chicuacha. O primeiro, receptáculo das religiões autóctones africanas, embora sem domínio técnico da língua portuguesa em termos de leitura e escrita, designa Nhabezi; o segundo, como português que também se aculturou, mas manteve sua religiosidade ligada ao imaginário católico-cristão, com o poder de registrar o passado e as confidências privadas por meio da escrita, que vem à tona durante os momentos finais do funeral de Nhabezi, tem relação com o ex-

padre. Nesse ponto, é fundamental julgar as diferenças narrativas entre o narrador-personagem Chicuacha, que é um herói mediano na obra, e o narrador da obra como um todo. Este último aponta o povo achicunda como aquele afetado pela influência e pela presença de Nhabezi nas terras do Zambeze, um foco narrativo amplo ao qual Chicuacha não possui acesso. Essa tensão revela dificuldades quanto à composição do romance histórico pós-colonial, visto que também aponta para dificuldades políticas e culturais da mudança histórica (MCWILLIAMS, 2018), mas não deixa de revelar “a proximidade e a fidelidade íntimas próprias do observador contemporâneo, que capta também os detalhes contingentes e fugazes” (LUKÁCS, 2011c, p. 103).

Há um complexo sistema de valores que integram a história moçambicana, e, mesmo que os registros do colonizador se atenham a momentos significantes da colonização portuguesa na África Oriental, os guardiões das religiões tradicionais da África não nutrem confiança total em Chicuacha. No entanto, como testemunha e sujeito que passou a ser social achicunda, seria considerado apóstata e “seria preso e desterrado para que não sirva de exemplo aos novos cristãos” (KHOSA, 2015a, p. 154). Ou seja, a religiosidade de Chicuacha não poderia ter voz política, diferentemente dos outros médiuns da região. E, tratando-se do futuro regime salazarista naquelas terras, o domínio católico teria grande influência nas bases da assimilação e na classificação do que é oficial e do que não é. A ética cristã presente nos dogmas burgueses e nacionais portugueses se apresenta na emancipação nacional de Moçambique, mas sua vertente católica não é vista com bons olhos antes da colonização efetiva e após a independência. A narração, todavia, é realizada por um narrador onisciente que opta por inserir Chicuacha e seus escritos na narrativa.

Sob esse prisma incerto quanto à escritura da história, há o receio de Chicuacha: “Algo me diz que a morte de Gregódio será o enterro de um sonho feito de interpenetrações de valores” (KHOSA, 2015a, p. 154), tal como o romance parece sugerir, como objeto cultural, sintoma de um passado cristalizado pelos costumes de outrora, mas inapropriados para os tempos vindouros. Entretanto, a narrativa apresenta-se de maneira a contestar o seguinte futuro:

O reino de Gregódio deixará de ter contornos exactos nos mapas da dominação efectiva. Os achicundas envergonhar-se-ão dos macajú da identificação. Os filhos afastar-se-ão das escarificações da adolescência. Os messiri verão as oficinas destruídas, e o mercado proibido. Será rime lembrar que os pretos fabricaram pólvora e armas em terras do interior profundo. Os espíritos, a existirem, definharão na memória de gerações que desbravarão sem medo, e a mando de outros reis, os bosques sagrados à procura de outras riquezas. Os mapas da memória perderão a cor e o vigor de outrora. Na verdade, seremos o sonho de nós mesmos (KHOSA, 2015a, p. 155).

A iminência de que isso aconteceria por meio da colonização portuguesa e do ideal nacionalista da Frelimo revela as dificuldades de se figurar a história em movimento quando não há muitos registros sobre o período delineado, contraído nos revestimentos da memória. Quando não, o uso da memória configura-se em narrativa controlada pelos desígnios do poder vigente — no caso, dos propósitos frelimistas para a nação.

Instaurar a memória no âmbito do sagrado que representa o personagem Nhabezi faz com que adquira natureza mágica e afetiva, entrando em conexão com a vida. Afinal,

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Na direção de fomentar um sentido histórico coletivo, a invocação da região do Zambeze e do período relativo aos prazos torna possível a conexão da memória, como atributo permanente, com a história em movimento de continuidades. Em outro rumo, no momento do enterro de Nhabezi, uma criança exclama o seguinte:

— Onde canta a água do rio, o rio é profundo — disse, sem muito pensar.

E o dito circulou com a rapidez de um raio pela população que se preparava para o enterro, animando os cânticos de louvor a Nhabezi, pois onde canta a água do rio, é sinal de alegria e fartura, porque o peixe abunda (KHOSA, 2015a, p. 157).

A fala da criança indica não apenas a mudança, mas também um efeito sinestésico positivo que ultrapassa a figuração histórica e se registra como afeto na ação popular.

Tal ação, por parte de Ungulani, legitima a história moçambicana com base na tradição a que se reporta, o que se contrapõe ao movimento executado pela Frelimo ao longo da luta pela emancipação nacional. Dessa forma, a memória não se faz apenas evento privado a certos grupos, mas parte da dinâmica histórica como um todo. Tal como sugere a epígrafe no início do romance, de autoria do dramaturgo japonês Yukio Mishima: “Sempre imerso no seu sonho, bebeu duma vez o chá morno. Estava amargo. A glória, como sabeis, é coisa amarga”. O tempo que compreende a figuração do romance, as consequências do projeto de nação e a dinâmica do presente da escrita é que tornam perceptíveis a “memória sem a manipulação do presente, e no qual a cultura teve um papel muito forte, porque, o presente pode manipular a memória do passado para servir os interesses da classe que está no poder” (WIESER, 2015, p. 17). O amargor, sensação a que se refere Mishima, relaciona-se a valores da cultura tradicional japonesa incompatíveis com a modernidade.

Assim, *Choriro* pode ser identificado como romance histórico do tempo dos prazos do Império Colonial Português, como também dos sintomas do colonialismo presentes em Moçambique no início do século XXI. A figuração relaciona Nhabezi aos demais personagens, que são parte da formação nacional moçambicana, prevê os contornos sociais subsequentes. Seu aspecto heterogêneo se mostra nos elementos de personagem típico (Nhabezi), narrador e herói (Chicuacha) medianos, que apresentam os impasses de ficcionalização do passado nacional diante de seu processo histórico conflituoso desde a sua emancipação. O engajamento de Ba Ka Khosa em relação ao país aponta para as contradições desse desenvolvimento, que envolve todos os povos moçambicanos. A interdependência entre a história nacional e a história do Império Colonial Português tem como espaço uma das áreas mais significativas de Moçambique para o entendimento da diversidade de seu povo, elemento central para a categoria de estudo do romance histórico. As várias crenças em destaque e a sua articulação se mostram prova de um processo histórico complexo que merece reflexão maior, capaz de suscitar o discernimento dos valores herdados do colonialismo presentes na formação da nação moçambicana e nos impasses de Moçambique na contemporaneidade

em perspectiva global. Dessa forma, reconhecemos em *Choriro* uma ação artística transformadora e promotora da descolonização.

**Capítulo 5 – “Mas quando julgam ser eternos é porque já morreram” —  
*Crónica do cruzado Osb.*, de Agustina Bessa-Luís**

*Achavam que saber coisas, estar cevado de conhecimentos, gordo de títulos, pletórico de razões, era a maneira de libertar as pessoas, de as tornar úteis e felizes. Não reparavam que a cultura assim ministrada não passava duma nova superstição. Que o sexo, a física nuclear e o estudo dos clássicos ficavam tão obscuros como dantes, se não fossem respeitados como fenómenos independentes de qualquer versão vitoriosa; pois a obscuridade de todas as coisas só se dissipa quando o elementar delas se atinge — e o elementar é a relação entre elas com o homem.*

Agustina Bessa-Luís

Neste capítulo estudaremos o romance *Crónica do Cruzado Osb.* (1976). Para isso, apresentaremos a autora e as características de sua produção literária pertinentes à obra analisada. Em seguida, relacionaremos o tempo do final do império português figurado e os personagens-tipo de relevo. Posteriormente, analisaremos a formação da nação portuguesa, cuja leitura é possível pelo uso do romance de Agustina. Ainda, trataremos sobre as mudanças culturais que implicam os tempos do império e da ditadura salazarista na dinâmica social portuguesa no período de publicação da obra. Finalmente, exploraremos como *Crónica do cruzado Osb.* se configura como um romance histórico do fim do império enquanto promove a descolonização de Portugal.

### 5.1 A autora do Porto

A revolução de 25 de abril de 1974 provocou profundas mudanças não apenas no aspecto artístico-literário, como principalmente nos campos político e cultural (REIS, 2004). Afinal, pôs termo a um tempo ditatorial marcado pela repressão e pelo isolacionismo e propiciou “reflexões sobre atitudes morais, sobre Portugal e o destino português, sobre revoluções e transformações sociais” (REIS, 2005, p. 242-243) em vários âmbitos da sociedade portuguesa. Na esfera literária, em especial, a superação gradual do neorrealismo até o ano da revolução se faz processo de difícil compreensão historiográfica.

Na verdade, entender Portugal após 1974 configura um “processo mais antigo e vasto, processo a que de algum modo põe termo, diluindo em gesta futurante, em evasão celeste, a blocagem histórica de um povo sem destino terrestre definido e convincente” (LOURENÇO, 2017, p. 81). Por isso, o reconhecimento da transitoriedade da História é de fundamental importância, sensibilidade que Agustina Bessa-Luís exerceu no conjunto de sua obra literária.

No dia 15 de outubro de 1922, Maria Agustina Ferreira Teixeira Bessa nasceu em uma família de aspiração aristocrata na região de Amarante, na freguesia de Via Meã. Sua mãe, Laura Jurado Ferreira, era espanhola, enquanto seu pai, Artur Teixeira Bessa, era português.

Logo após viver no Brasil, o pai de Agustina,

com saudades de se converter ao rural depois de muitos anos de vadiagem buliçosa, quando se casou pensou arrumar-se na província. Aborrecia-se de morte, e a casa que comprou em Vila Meã e onde nasci vendeu-a logo a seguir (BESSA-LUÍS, 2014, p. 34).

A troca de casa e de geografia se dava de acordo com as “fases de sorte e azar nos negócios, da fortuna que ia ganhando ou perdendo” (NOVO, 2019, p. 45). Com isso, a família se mudou para Vila Nova de Gaia, onde assistiu ao levantamento militar de 28 de maio de 1926, ponto em que a Primeira República foi encerrada e deu-se o início da ditadura. Após a revolta armada que sucedeu ao evento no Porto, o casal decidiu se mudar para Águas Santas. Lá Artur se tornou gestor do cine-café-concerto Jardim Passos Manuel, espaço no qual Agustina descobriu o seu encantamento em relação ao cinema, que revelou à pequena os segredos da vida adulta: “Eu amava a vida dos adultos, os seus perigos, mistérios, paixões, desgraças. O erotismo da infelicidade depressa o entendi como se fosse a vocação das pessoas” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 36). Isso duraria pouco, uma vez que a pequena havia se mudado para a casa do Douro para curar-se de uma doença com o auxílio de seus parentes maternos. Não apenas as tramas que envolviam a família espanhola atraíam o interesse de Maria Agustina, mas também outras narrativas:

Em casa do avô Lourenço, Agustina, como toda a gente, falava castelhano. As histórias que ouvia da velha ama Lorenza Fuentes eram espanholas: as histórias de ladrões, perseguições e emboscadas; histórias sanguinárias passadas durante as guerras carlistas; histórias macabras, “de mortas que se levantam no caixão à meia-noite” ou “de ricas damas que iam vivas a sepultar”. Os livros que via nas estantes também já a fascinavam, como uma promessa de mais histórias recolhidas, fascínio que era afinal o de querer dominar mais uma forma de compreender as pessoas e intuir os seus mistérios (NOVO, 2019, p. 47).

E a curiosa vida dos adultos ocupou um espaço importante para Agustina, visto que a frieza da mãe e a manifestação de maior atenção dos pais para com José Artur, o irmão de Maria Agustina, fizeram com que ela se sujeitasse a um papel secundário. E Agustina viria a afirmar: “Só nos livros eu encontrava companhia que não me obrigava a ceder” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 47).

Nas histórias misóginas dos livros da casa do Douro, em que mulheres tinham pouca participação, a pequena Agustina reconhecia contrastes com a ação constante que as mulheres de sua família desempenhavam no interior da residência. De acordo com a portuguesa Isabel Rio Novo, biógrafa da autora, ela gostava

sobretudo da vida no interior daquela casa de mulheres, dominada pelas mulheres, onde toda a hora se respiravam acontecimentos e onde parecia haver uma permanente sensação de novidade, de vida e de movimento. Com a tia Amélia, que caminhava adiante, sempre cheia de afazeres, empunhando o guarda-sol preto e o sorriso que lhe descobria um dente desacertado, percorria o caminho de terra até a feira. Enquanto a tia conversava com os feirantes, a menina observava a mercadoria reluzente dos ourives, as bancas de doçaria, polvilhada de canela e de açúcar, os leitões, que, de tão cor-de-rosa, pareciam pintados. Durante as estadas no Paço, como, um pouco mais tarde, na Quinta de Cavaleiros, junto da aldeia de Corvos, ou até em Godim, Agustina iria viver muitas experiências relacionadas com a vida rural, iniciando-se numa forma de sabedoria diferente e complementar da que recolheria dos livros. Em que altura do ano cantava um rouxinol, em que outra chilreava a cotovia. Como se fazia o pão. Como se secavam os figos. Como se corava o linho. Como se dava de comer aos porcos. Como nascia um vitelo. Como se pisavam as uvas no lagar (NOVO, 2019, p. 66-67).

Desses conhecimentos, dos casos verídicos e das narrativas religiosas, Agustina viria a escrever histórias a partir de estampas durante o tempo que morou em Póvoa, cidade que servira de abrigo a pessoas ilustres que tiveram um revés na vida. Sua primeira interlocutora foi sua prima Laura, mas foi nas aulas de labores que ganhou um público maior e fiel. Depois, seu tio António ofereceu-lhe um diário para que anotasse seus pensamentos e suas citações em francês de pessoas célebres (NOVO, 2019).

O conhecimento em francês e espanhol a fez avançar nas leituras, o que a fez chegar até Flaubert, Dumas e Victor Hugo; além disso, a russa Sophie Feodorovna Rostopchine, a Condessa de Ségur. Mesmo que demonstrasse avanços na sua educação, Agustina não veio a cursar o ensino superior: “eu já estava perdida para a escola. Tinha escrito o meu primeiro romance” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 56). Ao encomendar o prefácio ao escritor Sousa e Costa, no

entanto, foi aconselhada por ele a escrever um novo romance, o que a fez abandonar o projeto e engavetar o manuscrito<sup>62</sup>.

Seu regresso ao Porto, em 1942, foi marcado pelo clima do conflito mundial, que, mesmo diante da neutralidade portuguesa, não deixou de alterar os humores da sociedade lusitana. A crise financeira era uma realidade próxima de todos, e o comércio adquiriu ares febris com a comercialização paralela e o contrabando do volfrâmio, metal fundamental para a fabricação de material bélico. E como “Portugal era, na época, um dos principais produtores e exportadores mundiais de volfrâmio” (NOVO, 2019, p. 123), o Porto se tornou local privilegiado para a negociação.

Por isso que lá Agustina adotou uma vida recolhida, preenchida pelos livros que tomava emprestado no sebo alfarrabista e pela amizade com Maria Antónia, vizinha conhecedora de cultura erudita que lhe trazia peças de teatro, contava os acontecimentos de celebridades e “transmitia-me a sua solidão no fundo duma província hostil pelo que tinha de indiferença pelas artes” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 61). A população do Douro era hierárquica e arrogante, e a relação entre as famílias se dava ora pelo parentesco, ora pela fortuna. Foi nesse ínterim que Maria Agustina, com seus dezenove anos, manifestou o desejo de se casar: “Pela primeira vez pensei que me devia casar, porque a solteira me distraía de maiores realidades” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 62).

De maneira a “desenvolver as suas prendas artísticas, buscando, quiçá, aumentar os dotes para agarrar um noivo” (NOVO, 2019, p. 125), Agustina frequentou o Salão Silva Porto, perto de sua casa, mas a impaciência com os exercícios acadêmicos e sua experiência imatura como pintora revelaram a ela que essa não era uma ocupação que lhe traria excelência: “Eu queria ser excelente nalguma coisa, e na pintura havia pelo menos dois alunos que eram muito melhores do que eu” (BESSA-LUÍS, 2014, p. 62). Mesmo com dúvidas quanto à sua veia literária, ela publicou contos nos jornais. António Pinto Machado, figura ilustre do Porto e amigo de Artur Bessa, comentou com o pai o brilhantismo da autora. Nesse ponto Agustina se reconheceu como autora.

---

<sup>62</sup> O referido manuscrito veio a ser publicado apenas em 2019, ano no qual a autora veio a falecer. Trata-se do romance *Deuses de barro*, escrito em 1942 e assinado com o pseudônimo María Ordoñez.

A procura pelo noivo não cessou. Na verdade, “a decisão de casar envolvia, pois, aspetos bem mais complexos do que os da mera inclinação física e/ou sentimental; constituía um ‘novo rumo de vida, e não exatamente uma finalidade afectiva’” (NOVO, 2019, p. 130, destaque da autora). Por isso, decidiu colocar um anúncio no jornal de modo a corresponder-se com alguém inteligente e culto. Ela não apenas queria relacionar-se por meio de cartas, mas também desejava ser lida. Eis que um jovem estudante de Direito chamado Alberto Luís trocou cartas com Maria Agustina e encontrou-se com ela algumas vezes até que decidiram pelo casamento, que ocorreu em 26 de julho de 1945.

A nova etapa da vida da autora, marcada pela perda da inocência — derivada não apenas das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra, como também do cerceamento da juventude fugaz —, define-se na sua conformidade com o modelo burguês, bem como no apoio que seu marido deu para que exercesse a sua escrita.

A vida em Coimbra, pacata, arrastada e sem imaginação, foi propícia à escrita de seu romance *Mundo fechado* (1948), que seguiu a formulação dos romances de Dostoiévski, caracterizados por narrativas subterrâneas. Como candidata aos concursos de escrita, respeitava os jogos florais e seguia o gosto do júri pelos modelos estrangeiros. A limitação criativa imposta pelo regime ditatorial salazarista “intimidava os intelectuais e a sociedade, disseminando o medo sobre as possíveis consequências de qualquer ato reprovável à política oficial” (ROANI, 2004, p. 18). Portanto, a incerteza antes pairava sobre a publicação e a circulação das obras. Depois de alguns anos, quando retornou ao Porto, Agustina publicou o título *A sibila* (1954), situado no meio rural português entre 1870 e 1950, aproximadamente.

*A sibila* foi um romance importante para a literatura portuguesa por romper com o modelo realista consolidado pelos romances de Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco. Além disso, possibilita a remodelação de temas e da estrutura dos romances sem deixar de lado o diálogo com a tradição (DENUBILA, 2018). Afinal, os valores rurais tradicionais portugueses de *A cidade e as serras*, associados à abastança, à fidelidade e à intuição, são contrapostos à prodigalidade, à infidelidade e ao intelectualismo presentes na vida citadina e moderna, esferas que têm como núcleo as figuras feminina e masculina, respectivamente.

Narrada por Germana, ou Germa, sobrinha da personagem central, a narrativa trafega entre as memórias da tia Joaquina Augusta, ou Quina, o que torna a sua figura “ponto nodal dos inúmeros fios que se cruzam, dela partindo ou para ela convergindo” (CARVALHAL, 2009, p. 331-332). Acometida pela epilepsia, a condição outorga caráter solitário à personagem do romance, que vê sua individualidade social inacessível diante da dependência dos outros personagens pertencentes à aldeia em sua disposição para adivinhar o futuro (MOISÉS, 2009). Porém, Quina reergueu a casa que estava à beira da falência por culpa do pai e aumentou o valor do patrimônio da família Vessada. Assim, a passagem do tempo, a descrição de costumes e a densidade psicológica articulam o real conectado a Quina, que, por sua vez, demonstra seu o poder mítico, ao figurar a dimensão temporal a partir do universo feminino. Neste, Germa é sucessora urbana que analisa o passado da tia, interpreta as forças que operavam em seu tempo e se interroga quanto ao legado de Joaquina Augusta no mundo moderno. Assim destaca o crítico português Eduardo Lourenço (1993, p. 163):

Nesta intimidade medular se revela Agustina Bessa-Luís solidária da experiência visceral desse povo cujo arcaísmo fabuloso tem nas suas páginas o retrato que até agora nos faltava. A sua obra mostra até que ponto é uma oposição sem sentido a de regionalismo e universalismo. Para isso bastou que ela não viesse de fora, como folclore, o tão evidente e tão explorado (a tantos e tão diversos títulos...) povo português e sua rusticidade. Ela identificou-se, ela é esse folclore que só existe no olhar estrangeiro e não pode ser o seu, ela que é mulher de bruxedos e pítia, vítima e oficiante, enfim, sibila desse mundo, circunscrita pela fundura misteriosa ou irônica que por ela fala ou em nome de quem fala. O ancestral e arquétipo mundo português do “fuso e da roca” já não desaparecerá de todo na “boca de sombra” porque do seu seio uma jovem profetisa se levantou para lhe dar a forma do menos perecível.

A figuração de um mundo romanesco insólito ligado ao inconsciente português foi um importante indício de rompimento com a paralisia histórica, literária e filosófica dos embates entre o presencialismo e o neorrealismo português. No entanto, isso não seria possível sem o olhar pessoal de Agustina, que conferiu uma expressão genuinamente lusitana à prosa de ficção no século XX, que estava restrita aos modelos estrangeiros, ao pormenor privado e à provocação psicológica.

Ou seja, *A Sibila* se mostrou um modo de captar,

no advento desse novo tempo, a necessidade de repensar os caminhos da expressão literária portuguesa, sobre a qual havia pairado, durante quase meio século, o crivo de uma censura impiedosa e limitadora da livre expressão artística (ROANI, 2004, p. 17).

A ficção produzida no presente, por meio da figuração do passado, mostrou-se propensa a compreender as contradições da vida social portuguesa marcadas por uma cultura tradicional ainda aversa aos valores democráticos republicanos. Como declarou Agustina em seu *O livro de Agustina* (2014), esses impasses são captados pela arte e transformados esteticamente:

Deu-se o 25 de Abril estando eu na cama de manhã, e tudo me pareceu o resultado dos fenómenos ocultos que são as pessoas. De repente comete-se uma acção que deriva dum largo período de discussão e de dúvida. Não se sabe se é justa ou injusta, nessas circunstâncias isso importa pouco. A maior parte da nossa vida passa-se na dúvida, no estado de contradição e fora de compromissos irreversíveis. Só assim podemos introduzir o princípio da comunicação. Mas um dia a dúvida é posta de lado e impõe-se um procedimento que pode ser dementado mas que resolve as situações de mais obscura solução (BESSA-LUÍS, 2014, p. 93).

Esse tempo novo foi propício a um balanço, por parte de Agustina, dos pilares do regime salazarista — Deus, pátria e família. Com a mulher no centro, o romance histórico *As pessoas felizes* (1975) tem como personagens uma decadente família burguesa do Porto. O conflito interior e a constante revolta na família Torri acentuam os impasses do passado figurado entre os anos 40 e 60 do século XX. A carência de transformações efetivas destaca o poder de controlar gestos e ações dos seres (DENUBILA, 2018), ao qual foi sujeita Nel. O foco na jovem integrante da família faz com que a narrativa oscile entre a inocência da infância e a desilusão da maturidade, visto que a ingênua busca universal pela felicidade se contrapõe à frustração de uma mulher que perdeu sua individualidade após três anos casada. Questiona-se não apenas o tabu do sexo para fins de procriação, como também a situação do domínio português em relação à Índia, o que tem associação direta com a descolonização dos territórios ultramarinos e a situação de falência do colonialismo português.

No ano seguinte, Agustina lançou *Crónica do Cruzado Osb.*, romance histórico que revisita um passado recente — o período anterior, concomitante e

posterior à revolução de 74 —, e dedicou-se às experiências e hipóteses vividas com os personagens presentes no contexto do acontecimento, “e o próprio termo revolução desde muito cedo na narrativa deixa de estar associado exclusivamente ao universo político-ideológico” (CARDOSO, 2009, p. 299).

Independentemente de suas crenças pessoais, Agustina reconhecia a inegável mudança que a Revolução dos Cravos causou na sociedade portuguesa. As famílias burguesas precisaram se adaptar “à filosofia dos novos tempos” (NOVO, 2019, p. 288), como é perceptível pelas famílias dos Jeremias, dos Aurelianos e dos Silvas. A ligação entre essas três famílias presentes no romance é dada “por uma estima natural fora do comum” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 24), pois permite visualizar as várias etapas de percepção da própria mudança pelo viés português e também dá uma dimensão da organização social e espacial do país, o que define melhor a posição desses personagens como personagens típicos. E seus filhos, Antenor Jeremias, Agostinho Aureliano e Josué Silva, dão a ver as tensões da época.

As situações particulares vividas por esses agrupamentos convergem com os conflitos históricos de maneira a refletirem sobre a psicologia dos personagens a partir de suas paixões. “De repente, a atmosfera fizera-se tensa, a política ocupava todo o horizonte humano” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 28). Verifica-se, pois, a mudança dessas aceções nos personagens após ocorrer a revolução, que influencia diretamente nas relações entre eles, entre homem e natureza, entre homem e nação, entre outros aspectos.

## 5.2 *O fim de um império ultrapassado*

A matriz temporal de *Crónica do cruzado Osb.* é marcada pelo tempo anterior, concomitante e posterior à revolução de 25 de abril de 1974. A data é marcante, pois põe fim ao regime republicano antiparlamentar e corporativo de 48 anos, e também finaliza um sistema imperial ultramarino que durou cinco séculos.

Trata-se

de um nacionalismo centralizador, proteccionista e projectado na ideia de império, a qual, apesar de implícita na defesa da unidade nacional (a simbiose política e económica da metrópole com os territórios ultramarinos) assumida pelos republicanos tal como o fora, também, pelos liberais de 1820, só veio a ter formulação jurídica, limitadora da anterior abrangência semântica, precisamente na importante legislação desse ministro da ditadura, em especial nas suas Bases Orgânicas da Administração Colonial — Base I — “O império colonial português é formado pelas colónias portuguesas — e ampla difusão pública a partir daí (SILVA, 1998, p. 219).

Essa foi uma importante estratégia — a criação de uma mística imperial — para ocultar a solução que Salazar encontrou para o déficit financeiro de Portugal nas primeiras décadas do século XX. Como, então, separar o império para o entendimento da nação?

Para manter o carácter indissociável entre um e outro durante o Estado Novo, foi necessário um Estado que fizesse da “manutenção do seu Império colonial a sua grande cruzada” (TORGAL, 2009a, p. 365). E a consolidação de seus principais aspectos é percebida na família dos Aurelianos, que se colocavam como fiadores do povo inteiro — burgueses, citadinos ou camponeses (BESSA-LUÍS, 1976). Também habitantes do perímetro rural, os Aurelianos, católicos de ascendência fidalga, assumiam cargos no funcionalismo público e tinham grande relevo social. Além de serem conhecidos como cultos, eram lembrados por comporem o exército e o judiciário. Orgulho e soberania eram valores que ligavam os Aurelianos a Portugal, uma vez que “personificavam os respeitáveis, iracundos no génio que defende princípios, e também medíocres na obrigação de os nacionalizar e converter em narrativa” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 34). Isto é, essa família carrega os valores da história oficial portuguesa e se vê como portadora do legado medieval que outorga a manutenção da lógica imperial à nação:

Como um daqueles antigos foros que se pagavam aos fidalgos e que podiam ser estipulados em meio ovo e um leitão com uma laranja na boca, assim eles achavam Portugal; e os portugueses era como se tivessem sido por eles recomendados à História, livrados por eles de serem anexados a Castela, vendidos em Fez, deportados para Amesterdão, vencidos em Aljubarrota. Talvez tivesse um pouco de razão Piedade Aureliano. Talvez na sua casta andasse o sangue daqueles homens grandes e solitários que em cortes de aldeia conspiravam contra os Cristóvão de Moura e outros como eles. Na sua vaidade, feita por certo duma incultura dos verdadeiros perigos do espírito, não havia desrespeito pelas coisas que são escala e progresso duma pátria (BESSA-LUÍS, 1976, p. 33-34).

Mantenedora dessa lógica na dimensão familiar, Piedade Aureliano é a mãe de Agostinho. Seu nome, tal como a *Pietà* de Michelangelo, dá outra dimensão dramática à existência do personagem. As suas leituras, que contemplam textos do intérprete católico de Platão, Santo Agostinho, e o romance *Pamela* (1740), do escritor inglês Samuel Richardson, fazem crer que Piedade é marcada por um “sentimento doloroso da existência, impregnado de doçura e de resignação, que parece caracterizar a cultura portuguesa, se deva à influência e à onipresença do cristianismo” (LOURENÇO, 2001, p. 40). Considerando que a Igreja Católica está associada à formação lusa desde antes da elevação de Portugal a reino independente, não é de se estranharem as tentativas da matriarca da família Aureliano para doutrinar o filho. Afinal, a fim de evitar um comportamento pagão, exige-se “um modelo de comportamento religioso, ético e espiritual que, em princípio, subdetermina todos os atos da existência” (LOURENÇO, 2001, p. 40).

Na verdade, Piedade tornava o ato de criar filhos uma espécie de evento de seleção natural, uma vez que “produzira espécimes destinados ao sucesso, vinculados a viverem acima do normal das pessoas, incapazes até de crítica porque o resto do mundo só palidamente existia para eles” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 32). E isso condiz com o dito sobre os Aurelianos, que tinham ar aristocrata e posição de chefia. Na verdade, até com os acontecimentos corriqueiros sentiam estranhamento, o que demonstra a sua impaciência para com a revolução:

Piedade Aureliano tinha o comportamento daquelas patrícias que se correspondiam com S. Jerónimo, castas mas de certo modo assíduas numa relação provocadora de sentimentos brumosos, entre o passatempo da virtude e o engano de exigências da natureza. Com o 25 de Abril, pouco lhe faltou, como outra Paula, para fechar o seu palácio e ir abrir conventos em Nazaré e em Belém. De facto, a sua casa do Porto foi muito danificada, e parte dos objetos do culto da capela desapareceram, assim como móveis e tapetes. Outros foram queimados na rua, de mistura com os livros. Mas Piedade Aureliano encarava o levantamento da população como um imposto mais à sua fazenda. Em todas as viragens históricas a sua casa fora invadida e saqueada; o dia em que a poupassem, acharia isso algo irregular. Os grandes Aurelianos não eram mesquinhos, e como tal a desgraça também teria de ser quantiosa e exuberante para eles (BESSA-LUÍS, 1976, p. 33).

A indiferença da personagem com relação aos levantes históricos tem relação com a associação entre povo e nação, de maneira a relativizar suas

diferenças e afirmar o caráter totalitário do regime em vigor por quase cinco décadas. No domínio cultural, uma visão tradicionalista e historicista era exercida, o que levava à apropriação da pintura figurativa e da arquitetura e da escultura clássicas e imponentes (TORGAL, 2009a). Não é por acaso que há semelhança entre os nomes de Piedade e da escultura de Michelangelo, visto que a lógica do totalitarismo italiano era modelo para o projeto salazarista. Tal como a Virgem Maria, Piedade é figurada com olhos para o seu filho. Seu incômodo se dava porque ele “não tomava um caminho fértil. Estava desiludido com o amor e com o ódio da terra; e a Igreja parecia-lhe fraco paliativo para o seu desejo” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 36).

Como herói mediano, Agostinho é o personagem que busca por autonomia em um ambiente que almeja a democracia, mas se vê entre os preceitos messiânicos e o imaginário heroico do passado. Como o messianismo não possibilita o espírito laico e as narrativas do passado não condizem com o presente, no que implica as esferas literária, política, religiosa e moral, resta a fuga para a África:

Em sentido próprio, não houve em Portugal o fenômeno de “paganização” voluntária a que chamamos Renascimento. Isso não significa que Portugal tivesse ficado inteiramente à margem das diversas “revoluções” ou mudanças culturais europeias, ou que não fizesse outras por sua própria conta e da mesma Europa, como a que os descobrimentos marítimos representam. Quer dizer apenas que dessas mudanças, enquanto alteravam o estatuto privilegiado da Igreja como referência cultural por excelência, ou horizonte incontornável do imaginário religioso, como também literário e artístico, só o que podia conciliar-se com a ortodoxia tinha entre nós direito de cidade (LOURENÇO, 2001, p. 41).

Em termos de mundo invisível, a esfera católica e a esfera clássica foram comprometidas. No entanto, a revolução também precisava abalar o que era visível em termos de organização humana — os domínios político, jurídico, econômico e social.

A luta pelo poder após a revolução é nítida na nova conjuntura humana, caracterizada como um momento “em que se criou uma situação moral mais forte que os interesses humanos” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 28). Por isso, a fuga com riquezas caracterizou esse clima de mudança, e então houve a perda da dimensão do que é público e do que é privado:

A delinquência, praga das desmobilizações repentinas e do desmantelamento da legalidade, veio a afligir a pequena burguesia que tinha casa de praia ou de cidade, entregue à segurança quase só da indecisão para o crime e que é fruto do trato social assente numa confiança-tipo. Começaram as ocupações de moradias, instigadas em parte pela necessidade que estivera muito tempo confinada à categoria de tema estatístico (BESSA-LUÍS, 1976, p. 29).

O palácio Sequeira, construído por um visconde brasileiro no início do século XX, é descrito como um local cheio de retratos “por toda a parte, de gente estranhamente parecida com dirigentes sindicais, com barbas e bigodes de cidadãos empíricos no seu cotidiano” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 29). O lugar foi invadido, de acordo com o narrador, pelos sujeitos delinquentes, fato que atingiu a personagem Isabel Jeremias:

Isabel sofreu um golpe quando viu aquele casarão aberto, com faixas de papel escrito em nome popular. Ela pensara um dia comprar aquilo, mudar-se para lá e ter um quarto mobiliado com um espelho Império e pouco mais. O espaço, dimensão dos melancólicos, parecia-lhe ter parentesco com o sublime (BESSA-LUÍS, 1976, p. 29).

A não concretização das expectativas tinha um clima de mudança perceptível na cidade e nas colônias portuguesas. Afinal, via-se na monarquia brasileira uma extensão do reinado português, mas ainda de um projeto moderno de colonialismo protagonizado pela obra de Gilberto Freyre. Além disso, o nome atribuído ao espelho, Império, indicava a fragilidade teórica dos colonialistas, que se viam por meio do legado imperial, que procurou reforçar os laços com o Brasil, sua ex-colônia, de maneira a eliminar os conflitos raciais na colonização portuguesa do século XX (MARGARIDO, 2000). Em meio às lutas de libertação, o personagem Agostinho Aureliano migra para a África de modo a encarar de frente o seu passado nacional:

Ao fechar-se em África, como ele dizia, Agostinho estava a viver a autêntica censura da sua primeira juventude, e que era não resistir ao medo que a mãe lhe inspirara com toda a sua tremenda respeitabilidade. A África representava o mundo da infância com o qual tinha de explicar-se. Havia nele ofensas, explorações, combinados favores e alguns vícios — mas nada que pudesse representar-se pelo sentimento do vergonhoso. Colonialismo correspondia à ideia verbalizada de obscenidade. O conceito de obscenidade tinha mudado; Sófocles não poderia fazer uma tragédia do seu Édipo, mas um português também não do seu complexo colonial (BESSA-LUÍS, 1976, p. 152).

Há um processo de autoconhecimento latente em Agostinho desde então, que é parte do processo orgânico da História. Como há uma crise histórica, isso se reflete nas vidas particulares dos personagens. Esse é um sinal de que “as contradições econômicas imediatas e as contradições morais decorrentes brotam organicamente dos problemas cotidianos” (LUKÁCS, 2011c, p. 86-87). A vida longe da mãe, Piedade Aureliano, mostra-se um modo de desfrutar de um ambiente livre do desejo de acúmulo dela, mas o trecho seguinte ressalta as diferenças gritantes entre a mãe e o filho quanto às suas ideias de classe e de projetos:

Piedade Aureliano, ocupada como andava sempre com a sua grande casa, cheia de coisas que precisavam de cuidados, como as pratas, os cobres, os móveis indo-portugueses, não reparava na extrema escassez em que vivia a gente da povoação, à sua porta. Era esmoler, certo. Mas isso fazia parte de seu capricho de agir, e não exatamente dum dever cívico e humano. Com a revolução, não logo ao princípio, mas reflectindo os seus próprios sustos e responsabilidades, pareceu-lhe estranho estar tão isenta de sofrimentos miseráveis, por direito da sua classe (BESSA-LUÍS, 1976, p. 153).

Esse desequilíbrio entre os personagens pode traduzir o que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2003) diz sobre o colonialismo português, que se dá pelo excesso de colonialismo e pelo déficit de capitalismo. Sendo os Aurelianos um grupo genuinamente burguês, a sua matriarca pratica a lógica aqui mencionada, mesmo que tenha sentido, em longo prazo, a realidade das transformações. Quando se pergunta:

“O que é uma senhora?” Aquilo que se dissera dos nobres, que tinham criado uma sensibilidade desconhecida do povo, lentamente formada no ardente desejo de exceção, dizia-se dos portugueses. Divididos da sua classe, usando a injustiça para com o seu próprio sangue, suportando as ideias falsas e os governos viciosos, para engrandecerem a sua herdade, eles tinham-se tornado funestos, apesar da sua pequena integridade laboriosa (BESSA-LUÍS, 1976, p. 154).

As causas particulares de Piedade são logo associadas à disputa pelo plano de nação na esfera macro. Além de não acreditar no mistério do ser humano, chocava-se com a falta de grandeza na vida de Agostinho, que, na visão dela, cafrealizara-se por se igualar ao africano, mesmo que tivesse obtido o diploma de Engenharia na Bélgica. O filho confronta a matriarca: “Não

dramatize. Não somos heróis de nada, e um certo modo de argila não é desprezível. De que devo purificá-la?” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 94). No seu balanço sobre a colonização, em discurso indireto livre, o narrador constata o pensamento da mãe em relação ao filho e ao futuro da nação:

Cafreara-se, e mais nada. O seu gosto nas travessias dos grandes territórios, o acampar na orla da floresta, a surpresa das bruscas tempestades, o grito das hienas na noite pesada e doce — o que era senão uma chamada à conspiração do homem primitivo? Quinhentos anos de colonialismo tinham dado esse pacto com o negro, esse esbanjamento da raça, esse recordatório inevitável da vida em conformidade com a selva. A melhor gente, as famílias dos condestáveis e dos fronteiros, tinham ido buscar à cama das suas escravas uma dinastia baça, duvidosa, rebaixada. Ela disse, abruptamente:

— Talvez daqui a cem anos vejamos um povo menos resignado e com categoria moral para além duma verdade fácil (BESSA-LUÍS, 1976, p. 94).

Com a revolução de 25 de abril de 1974, a descolonização tornou-se uma necessidade. Apesar de isso ter acentuado a vulnerabilidade do país, Agostinho responde a Piedade o seguinte:

— Sempre à espera de resolver as coisas com entidades puras! Cada país funciona e subsiste duma forma particular. Mas todo o homem procura o máximo de felicidade entre um comportamento económico e outro não económico. Não me censure porque repeli o meu lavabo de prata, pois dei conta de que preciso de mais água do que ele podia conter, para lavar as mãos. Faz-me falta um caudal, o que é antieconómico. Porto-me mal, eu sei. Mas que quer? Sou uma fábula em desenvolvimento (BESSA-LUÍS, 1976, p. 95).

Em sua jornada de autodescobrimento, o aventureiro representante dos Aurelianos é comparado ao Odisseu, que, por meio de suas ações e atitudes, reencontra o caminho de casa. A referência ao herói grego e à jornada que marca o seu caminho épico dá a ver também a posição económica e social ocupada por Portugal diante do mundo — em desenvolvimento. Porém, a espera da completude não é ação do personagem, uma vez que sua partida fora em consequência revolução concebida em seu íntimo: “A revolução era, para Agostinho, um pronunciamento interior efectuado em todos os momentos da vida” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 97). No entanto, a falta de mobilidade das ações humanas no âmbito coletivo da nação era evidente na provinciana

família dos Jeremias, que alimentavam as paixões pelo passado ilustrado do país.

A família dos Jeremias vive predominantemente no campo. O professor Jeremias, líder da família, via, nas descobertas feitas em uma viagem do campo à cidade, o conhecimento da vida real. O campo estava em crise, falha que acentua a desfaçatez do regime de Caetano. A escassez de mão de obra levou à ociosidade da lavoura e à queda na produção (MAXWELL, 2006). A intelectualidade estadonovista, sobretudo voltada à ciência, alimentava as fantasias do imaginário do pai, algo que tem grande conexão com a teorização que justificasse a relação entre Portugal e suas colônias africanas. Sua mulher, Isabel Jeremias, assim o fazia de maneira que sustentava suas leituras solitárias. O casal, de aparência um tanto artificial, manifestava certo desconhecimento um do outro ao exilarem-se em suas lógicas trabalhistas e provincianas. A estrutura da família, contudo, mantinha a moderna homogeneidade social e cultural centralizada em Isabel e Jeremias, costumes que não permitiam a liberdade interior de seus integrantes. Numa fala de Jeremias, é possível verificar: “Já a vossa mãe se aborrecia comigo. Acho que sempre fui colonizado pelas mulheres, à maneira portuguesa. Descubrem-me e depois abandonam-me” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 10). Trata-se de uma figuração não somente dos tempos áureos do império português, movidos pelas descobertas em terras estrangeiras, mas também de um elo de dependência familiar lusa que permaneceu até o 25 de Abril. Por isso, a descrição do ato sexual como algo “violento e obscuro e para além de toda a verificação” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 12-13) traduz o anseio pela transformação, mas a consciência, carente de experiências, não lhes permitia enxergar isso; ou, como coloca o teórico Eduardo Lourenço, a impossibilidade de os portugueses se compreenderem como realidade histórica possui grande influência na autoimagem de Portugal. Outro exemplo nítido se dá no núcleo dos Jeremias. O confronto de um genuíno Jeremias, Antenor, e o afilhado de seu pai, Camilo, encarado como um agregado da família, dá a entender a submissão que traduz a revolução como uma afronta. Assim considera Antenor:

Eu dormi sempre em lençóis lavados e comi nas horas certas. Tu não. Tu usavas os meus fatos velhos, e mesmo isso já era uma regalia, pois eu podia vendê-los a um adelo ou oferecê-los a outro. A

revolução feita por ti está ameaçada de ficar cristalizada na reivindicação. Se a maioria se exprimir pela reivindicação, chega depressa a acordo pela satisfação dos seus prejuízos. E a revolução acaba por aí. Por isso as revoluções são breves enquanto dependerem da oportunidade de se fazer justiça. O ressentimento é um mau condutor do espírito revolucionário, inclui-se até na sua inibição. Sabes uma coisa? O verdadeiro revolucionário não se preocupa com uma sociedade mais justa, mas em mudar as estruturas. [...] isso tudo deve ter começado por uma carência de conflitos normais de culpa. A culpa, se não é distribuída nos pequenos fachos quotidianos, torna-se obsessiva, produz um acesso tão irresistível como um culto. Os homens que se aliaram num processo prático e doutrinal, quem são eles? Intelectuais e activistas românticos. Instrumentos de protecção duma transição administrativa, não exactamente subversivos, mas apenas desobedientes. O espírito militar prevalece por cima do desafio revolucionário. E repara: todo o *complot*, seja qual for a técnica política e a doutrina de fila, baseia-se numa língua-mãe que é uma mensagem de culpa (BESSA-LUÍS, 1976, p. 26-27, grifo da autora).

A relação entre colonizados e colonos, traduzida pela secção de cidadanias, pode ser compreendida pela suspeição de Antenor de que Camilo iria, na ocasião da revolução das relações, inverter o jugo a seu favor, o que é uma forma de desqualificar a importância da revolução em si. Afinal, havia uma “dificuldade em aceitar a existência de um discurso autónomo por parte dos colonizados” (MARGARIDO, 2000, p. 27), os quais usavam diferentes recursos. Um deles foi o lusotropicalismo, que afirmava os laços entre Portugal e suas colônias, embora as práticas se registrem diferenciadoras e endógenas quanto à manutenção das posições sociais do colonizador em relação ao colonizado. Essa era a estratégia para perpetuar a dependência entre Portugal e as colônias, fato que atrasou a descolonização (MAXWELL, 2006).

Sendo o colonialismo a objetificação de comunidades inteiras, a mesma ambição persistiu por meio da figura de Spínola, que procurou formas alternativas aos movimentos de libertação na África, possível apenas com um forte poder metropolitano e uma potente negociação por parte dos militares, opções ausentes naquele contexto (PINTO, 2001). Afinal,

O português não tem espírito trágico, é certo. Trata as ideias como objetos, e isso é a negação da tragédia. Um destino é, para o português, algo de aplicável ao seu quotidiano; um destino histórico não é nada. “Ou vos não agrada o que é vosso, ou algum delicto cometestes na vossa pátria, para dela sairdes tantas vezes”, dizia o mouro na muralha de Lisboa sitiada. O cruzado Osb. mostra simpatia por este mouro, decerto porque encontra nele experiência e o sentimento que a acompanha. Na realidade, não agrada aos portugueses o que possuem, porque tudo possuem como objetos; a ideia não está nisso representada (BESSA-LUÍS, 1976, p. 152).

Esse desejo de acúmulo, de fetichização, e não humanização foi o que caracterizou a nação portuguesa. Em Portugal, “o nacionalismo só cumpriu papel essencial no século XX, para ressaltar cada vez mais a suposta grandeza da pátria como justificativa de um governo autoritário e de um colonialismo ultrapassado” (SECCO, 2004, p. 32). Agustina diz que a nação lusa passou da posição de nação aliciante à qualidade de nação insignificante (BESSA-LUÍS, 2016). Sem amarras reais, a moralidade nacional reaviva relações messiânicas e esboça uma nova mística.

### 5.3 *Nação de Agustina: legado medieval, busca presente*

De acordo com o historiador português Luís Reis Torgal, não apenas o indivíduo deveria se integrar ao todo representativo da nação portuguesa, mas “todas as realidades da Nação tinham de se subordinar entre elas, fossem as da Metrópole, das ilhas ou das colônias, dos indivíduos, das famílias e dos organismos públicos e privados, dos direitos e deveres” (TORRAL, 2009a, p. 469). Essa junção de corpos, traduzida no projeto do Estado Novo, é que fez com que o militarismo se tornasse uma forma de extensão da subalternização.

A violência do regime ainda comporta a opressão de um Estado em constante vigilância. No entanto, após o governo estigmatizar, durante a conquista militar indiana, o exército português presente em Goa como covarde, um dos maiores agentes do regime, tal exército não seguia imediatamente as ordens do governo ditatorial (MAXWELL, 2006). Desde então, a realidade política se vê mais presente diante da fragmentação das bases da ditadura:

O exército, que actua à vontade perante um inimigo, repara que a sua imaginação bélica se evapora posta diante da realidade política. A luta pelo poder, faltando-lhe a arma esmagadora que é o libelo da traição — traição à pátria, acima de tudo —, cai na intriga desautorizada (BESSA-LUÍS, 1976, p. 28).

A previsibilidade de conflitos leva à tendência determinista da realidade, inimiga da obra de arte. Invocadora dos valores tradicionais portugueses, a cultura provinciana foi propícia à paralisia de padrões sociais e econômicos portugueses durante a ditadura portuguesa, como pontua Kenneth Maxwell (2006). Por isso, a cidade é o grande palco para os feitos transformadores da

revolução de 74, se em comparação ao provincianismo que deu tom ao início do Estado Novo de Salazar.

Essa premissa é verificada pela seguinte passagem:

Havia flores à beira do caminho, flores um pouco caídas em estado selvagem, mas que Isabel preservava sempre, guardando as velhas sementes de ano para ano. De repente, a atmosfera fizera-se tensa, a política ocupava todo o horizonte humano (BESSA-LUÍS, 1976, p. 28).

A narração em meio natural e pitoresco é interrompida, dando lugar à mudança histórica por meio da ação política. Isso porque houve um deslocamento da autoridade política para o povo, que outorgou veracidade à fundação de um novo país (HUNT, 2007). Entretanto, em relação à elite,

Toda essa gente cometeu a vulgaridade de se incomodar com a revolução, mais pelo facto de ela os ignorar, do que porque realmente ela os podia perder. Tinham levado muito tempo a compreender que toda a mansidão anterior não passava duma anemia intelectual e moral; e a pressa que se seguiu em desenvolver uma acção que se proclamava original queria exatamente dizer que o continente se achava esgotado e que estava a braços com uma civilização vazia e desproporcionada (BESSA-LUÍS, 1976, p. 26).

Nesse ponto, a figura de Isabel ganha destaque. Ela é responsável por fazer a conexão da província rural com a cidade do Porto, o que revela o modo de entendimento da realidade portuguesa com base no par dialético de campo e cidade, explorado pelo crítico brasileiro Antonio Candido em seu texto “Entre campo e cidade” (1945). Candido aponta que os romances de Eça de Queiroz procuravam figurar os impasses da nação portuguesa mesmo que os meios para fazê-lo se provassem inautênticos, o que acentua a importância de a liberdade artística compor uma reinterpretação moderna da realidade e da história nacionais, como se prova na obra *Os maias* (1888). Trata-se de um romance no qual predomina a relutância para se aceitar o tempo português no final do século XIX, o que paralisa a imaginação capaz de impulsionar a mudança e o novo (LIMA, 1988). A matriarca da família Jeremias, porém, possui fixação por romances, o que lhe dá conhecimento fragmentado e místico da realidade nacional. Daí ocorre o seu espanto com as consequências da revolução:

Aborrecia-a alterar os planos, desfazer a mala, dar ordens para o jantar, recuperar os hábitos que não chegara a interromper. Se ao menos houvesse algo de emocionante, capaz de a arrastar e comprometer. Mas o que sucedia era longe, uma aventura para um pequeno número, mais uma vez. Generais e capitães com samarras de astracã, briosos, salvadores da pátria. Que tinha ela com isso? (BESSA-LUÍS, 1976, p. 19).

As viagens que faz para a cidade são um dos poucos atos que conferem efetiva realização humana à personagem, embora o façam em caráter individual. As diferenças entre os espaços sociais e econômicos, que carregam valores de civilização e rusticidade, *carpe diem* e *fugere urbem*, fazem com que o casal discuta entre si e estranhem o clima revolucionário:

Como se um cativo, do qual não conhecera nem a força nem a persuasão, se desprendesse dele a paz do matrimónio, como uma pele seca de serpente. A paz do matrimónio, as infinitas concessões do gosto e da vontade, a sensibilidade para partilhar os pensamentos, eram cortadas, feridas para sempre. Isabel apercebeu-se de alguma coisa que atingia todos os bloqueamentos humanos, sucedia. Era portanto verdade. A sua pequena índole insuspeita de burguesa quase pobre, era rudemente afectada. Vivera devagar, moendo as suas ilusões, inventando uma aventura débil e tortuosa. Agora que tudo era possível, sentia-se perdida, gasta para a verdadeira história da sua vida. Já à mesa, perante a refeição de uma hora a que chamavam a hora velha. Isabel pôde reconhecer que havia um elemento novo entre eles, uma espécie de maliciosa frescura que dividia definitivamente a família. Antenor, que era dois anos mais novo que Violantina, pousou bruscamente o garfo e deixou de comer. Parecia divertido e ao mesmo tempo apoderado de certa ansiedade.

— Foi uma coisa formidável! Sem mortes, sem tiros, como um jogo de damas.

— Estava tudo podre — disse o pai, com uma entoação despeitada.  
— Um regime em ruínas, onde os velhos se tinham tornado caricatos à custa de serem prudentes. Ninguém nos garante que a situação se deteriore (BESSA-LUÍS, 1976, p. 22-23).

Nessa parte é possível entender o fluxo histórico que a revolução ocasionou — o velho e o novo se consolidam: Manuel Jeremias reconhece a decadência do modo como Portugal se pensou até então, e Antenor reconhece a modernidade, cujo paradigma contrasta a idealização do mundo, em visão masculina, com a realidade. Isabel, por sua vez, vê a revolução com sentido histórico em perspectiva de mudança, o que a faz julgar suas aventuras individuais:

Isabel compreendeu que uma era diferente estava em marcha. Não se tratava de revolução no sentido que cada um lhe queria dar, um triunfo, uma aposta sobre uma classe, por exemplo; era alguma coisa

de mais profundo, talvez a extinção dum medo milenário, do desprezo por si próprio. As pessoas estavam estranhamente cordiais, e parecia que a rivalidade que dominava sobre as tensões humanas se esgotara. Isto ao nível da rua, da multidão anónima, do desconhecido. Porque no campo das profissões e das hierarquias grassava já a baixa manobra para obter lugares, assegurá-los no futuro mercê duma fluidez de compromissos. Mas a verdade era que, no caso de Isabel, ela não encontrava mais a importância da sua fingida aventura. Não atraía a atenção de ninguém com as suas pequenas viagens e a insinuação do seu mistério. Assim, a sua solidão agravou-se. Ou bem se deixava absorver pelo estado de ânimo da multidão, organismo vivo controlado pelo acordo mútuo, ou bem ela parecia, como exceção falsa, como cristalização duma causa injustificável (BESSA-LUÍS, 1976, p. 30).

O embate do casal quebrou a monotonia do casamento, que figura o regime militar de um país predominantemente rural e centrado em suas incursões interioranas, e apresentou as consequências da notícia nacional em instâncias particulares e domésticas. Na verdade, os efeitos da revolução se mostravam na derrocada econômica e na dissolução de costumes, mas “repetia[m] incansavelmente os lugares-comuns sobre a ruína do país, o fim da iniciativa privada, a emigração da inteligência, a desmoralização do trabalho” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 30). Karl Marx e Friedrich Engels postulam que há uma dependência dos indivíduos em relação às suas condições materiais para a sua produção, da mesma maneira que o modo como eles manifestam sua vida reflete como eles são, seja na maneira, seja no produto produzido (MARX; ENGELS, 2007). Na forma de visão caricata, as diferenças entre as gerações imperam ainda conforme a cultura livresca não comprometida com a totalidade, embora a mudança dos valores fosse sentida. E foi essa postura adaptativa que Manuel Jeremias tomou diante das iminentes transformações no espaço de Portugal. Afinal, a interferência de grandes grupos ainda era visível nas decisões nacionais, mesmo se significassem uma modernização econômica para Portugal (MAXWELL, 2006). Ou seja, o sistema econômico e social vigente até aquele momento impunha a sua permanência, o que afetou as eleições de 1975.

Ainda que a reforma agrária não fosse diretamente relacionada ao projeto nacional, isso interferiria em como o povo se relacionava com a terra, em especial com os campos do Sul, caracterizados por sua improdutividade e pela precariedade do trabalho agrícola na região. A princípio, a reforma era pauta do movimento camponês, e os partidos surgidos na redemocratização de

Portugal não apenas a adotaram, como a adaptaram aos seus planos de governo.

**Figura 5** — Mapa da divisão política atual de Portugal, no qual constam o norte, o centro, o sul (Lisboa, Alentejo e Algarve), Açores e Madeira.



Fonte: Xrei.com<sup>63</sup>.

Isso explica a notória polarização sulista em relação ao Partido Comunista, se em comparação às condições equânimes de distribuição de terra ao norte de Portugal (MAXWELL, 2006). A agitação que isso promoveu em todo o país causou o seguinte: “o professor, perturbado com a reforma agrária e o que dela se tornaria estável, ofereceu sua propriedade para que nela funcionasse como escola agrícola” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 38), o que condiz com sua profissão. Isto é, diante dos rumos imprecisos que poderia

<sup>63</sup> Disponível em: < <https://xrei.com/pt/regioes-de-portugal/> >. Acesso em: 2 agosto 2022.

assumir o movimento, o mesmo Manuel Jeremias, “homem de pequeno caráter e pequenas letras” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 9), optou pela camuflagem de sua propriedade por meios mais autênticos ao seu ser:

Ficava privado do rendimento, mas o que auferia na função docente e o que economizava como administrador directo dava-lhe para melhorar o seu nível de vida. As suas hipotecas tornaram-se uma questão de purificação sociopolítica, e o Estado, como porta-estandarte da justiça de classe, assumiu-as. Isto foi possível porque o professor se tinha situado dentro duma actualidade digamos reptante (BESSA-LUÍS, 1976, p. 38).

Não é à toa que a questão da ocupação do espaço é ligada à família Jeremias. Se “Manuel Jeremias foi designado para dirigir uma academia agrícola nos arredores da cidade” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 9), sua esposa Isabel “se situava num mundo estranho ao dele” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 11). As mudanças ocorridas na revolução ocasionaram o falecimento de Isabel. Além de as tarefas dos dois personagens serem bem divididas, não havia concretização do amor no ato sexual. Isabel ocasionalmente saía para o Porto, “onde se instalava no hotel durante dez dias, saindo pouco e lendo livros policiais” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 14). Fechados em si mesmos, os Jeremias não possuíam liberdade interior. Em relação ao marido, Isabel “instaurara uma tirania amorosa que não lhe dava tréguas para mais nada” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 12). E, no mundo após o 25 de Abril, não oferecia mais essa possibilidade material para a matriarca, que logo faleceu.

O filho dos Jeremias, Antenor, reconhece a erudição como elemento importante para as conquistas amorosas. Enquanto os rapazes de sua geração “encaravam a sexualidade como uma confraria e não como uma liberdade” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 23), Nor ainda categorizava a educação sexual como algo estranho a qualquer campo do saber, uma vez que era ato inato ao ser humano. Afinal, em sua concepção, o amor venal tinha papel de submissão consentida, enquanto o sexo era um “pacto que reabilitava o homem de sua humilhante função de procriador” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 23). Depois disso, ele era “banido do acampamento onde tudo acontecia — fecundidade, celebrações, diálogos com deuses e deusas” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 23). Isso significa que a sexualização era o único “movimento de integração do homem para com o outro” (GINZBURG, 2012, p. 43), impasse que também pode

associar o prazer físico a um movimento agressivo que tem relação com um limite violento. Indiferente às mulheres, “condenadas a amores fictícios” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 10), Antenor via na perda da paixão por si mesmo a supressão de sua liberdade.

Diferentemente de Antenor, Agostinho via no desejo de se casar um ideal. Mesmo que nutrisse platonicamente um amor por Olímpia, Agostinho não a escolheu. Escolher um amor, e não o outro, tem relação com a ânsia do personagem por uma mudança, possivelmente associada com o desejo pela modernidade da nação. Isso, no entanto, tem relação com o abandono da herança clássica.

Ao saber que o filho de Piedade estava prestes a se casar, Olímpia adoeceu em razão de uma descalcificação e se tornou desagradável para com as pessoas, razão pela qual foi mandada para o sanatório. Violantina fala para a irmã o seguinte: “Inclinamo-nos a amar quem precisa de nós e a adorar quem de nós não precisa. Mas tu amas quem não encontra em ti nenhuma utilidade e nenhum bem” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 60). Como dama de companhia de Lucrecia, Olímpia empacotava peças

que podiam ser classificadas como património nacional, assombravam-se de tal quantidade de coisas raras que uma nação pobre tinha na obscuridade, funcionando como uma economia vingativa, ilusão de crédito actuando sobre as moléstias das leis fiscais (BESSA-LUÍS, 1976, p. 59).

Considerando as ligações com a intelectualidade estadonovista de Lucrecia, entende-se aqui que Olímpia assume outra função além de personagem. Seu nome, reportando-se aos valores greco-latinos, e a sua condição de idealista quanto à relação com Agostinho têm relação com o olhar europeu sobre outras culturas predominante entre os séculos XV e XVII, cuja marca maior foi o poema épico *Os lusíadas*, de Luís de Camões, composto com base nos modelos clássicos (LOURENÇO, 2001). A pesquisadora portuguesa Isabel Pires de Lima se reporta a isso como vultos que atravessam o imaginário ficcional romântico e se incorporam nele de maneira que os valores portugueses mostram-se “fechados num confessionalismo saudoso e exasperado, que os impede de ver o Outro, e numa visão catastrofista da pátria moribunda, que os remete para um Portugal mítico a Oriente” (LIMA, 2003, p.

131). E se Olímpia era tida como real e inacessível, também se fizera assim o legado clássico do português em sua autoimagem até o fim do Estado Novo.

Olímpia traduz os problemas estéticos e políticos quanto a Portugal se entender em meio à reconfiguração de grupos na sociedade e na escolha de projetos para o futuro do país. Tratar do futuro da nação, por isso, deveria ser uma incursão ao passado. Num título como *Crónica do Cruzado Osb.*, é notória a menção ao evento que definiu a fundação de Portugal — o cerco de Lisboa, documentado em carta de remetente e destinatário imprecisos, uma vez que não há certeza se são Osberto Bawssey e/ou R.

Produzida em 1147, a “Carta do Cruzado Osb”. Sobre a conquista de Lisboa descreveu o envolvimento dos cruzados em sua missão de ajudar o rei Afonso Henriques a combater os infiéis presentes no território. E, “contraposto ao particularismo da nobreza feudal, o absolutismo criou um aparato unificado de poder, e com ele a *permutabilidade interna de homens e documentos*” (ARANTES, 2006, p. 31, grifo do autor). Ou seja, o caráter institucional e privado era comum durante a Idade Média em correspondências dessa natureza, visto que atendiam aos interesses do reino e da monarquia vigente. Por isso que a mudança de carta para crônica reafirma a necessidade de tratar dos impasses históricos com maior autenticidade, tal como o fez Fernão Lopes em suas famosas crônicas.

O famoso cronista do humanismo português logo é associado ao texto cronístico pela sua investigação original e crítica, um avanço para a sua época, em que predominava a influência francesa nutrida de recordações pessoais, testemunhos e relatos (SARAIVA; LOPES, 2010). Sobre sua importância, Antonio José Saraiva e Oscar Lopes (2010, p. 127) ressaltam:

A grandeza de Fernão Lopes como historiador consiste, principalmente, nesta visão multifacetada que abrange os aspectos sociais da vida nacional e que lhe permitiu transmitir-nos o fresco global de uma época, em vez de simples narrativas de aventuras de força e coragem de acordo com a ideologia cavaleiresca, como as que nos apresentam outros cronistas medievos. Graças a esta superioridade de visão, possuímos hoje um precioso relato de conjunto da grande crise social que marcou em Portugal a passagem da Idade Média para os tempos modernos.

Esta visão da sociedade deve-se, sem dúvida, ao gênio do cronista, que soube aproveitar testemunhos de uma mutação social que põe em crise os valores tradicionais e possibilita a contestação da ordem estabelecida por outras classes sociais até então excluídas do poder.

O modelo de Fernão Lopes funciona bem quanto à ordenação de figuras em pontos fulcrais, que cobre o ambiente de maneira a despertar a descoberta da profundidade no espaço. Trata-se de personagens ora com grande vigor, ora marcados pela indecisão, apeados de sua estrutura psicológica, o que não é o caso de Agustina.

A autora identificou em seu ensaio “Governo e revolução”, escrito no mesmo ano em que publicou *Crónica do cruzado Osb.*, o conflito entre a ausência de necessidades e o aumento de aspirações após o período revolucionário, o que, mesmo diante da multiplicidade de projetos apresentados, não tornava possível solução nacional alguma. Na obra do *corpus*, o narrador aponta: “O poder só se obtém no momento em que se criou uma situação moral mais forte que os interesses humanos” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 28). O imobilismo da época acaba adquirindo maior vigência do que a revolução em si, uma vez que o primeiro não compromete a ação partidária. Isso pode ser percebido por uma falta de espírito combativo à burguesia portuguesa para a manutenção dos princípios de cada partido esquerdista, permissivo para Piedade Aureliano:

A sua grande fortuna ainda lhe dava certas vantagens, mesmo no âmbito da mobilização mental à esquerda, como ela dizia, incluindo nessa mobilização os seus jovens sobrinhos. Ela estava estreitamente ligada a elites políticas que tentavam por todos os modos imobilizar o Governo; dizia-se mesmo que os da sua camarilha influíam junto de elementos importantes do PC para julgarem a tentativa da tomada do poder popular. Piedade Aureliano sabia manter com os comunistas a tática do interesse imediato, e até coligar-se com eles para a gestão democrática que impunha o duplo jogo do socialismo de envelope, que tanto pode abrir-se para o capitalismo, como para uma via mais ou menos radical de transformação. Mercê da sua formação eclesiástica, ela era perita nas contradições. Ao nível de cúpulas, as lutas são melífluas; desembaraçadas dum comportamento de seita, são mais capazes de autocritica e de merecer a sua própria economia operante (BESSA-LUÍS, 1976, p. 117).

A falta de confiança em Spínola fez com que os partidos do antigo regime ficassem divididos. A luta de classes, que não era acirrada durante a ditadura devido à influência da elite portuguesa nos grupos políticos, tomou ares mantenedores do império em ruínas. Entretanto, o movimento de Spínola ao tentar manter as ligações de Portugal com suas ex-colônias foi encarado com descrédito (MAXWELL, 2006).

Como ainda é possível ser vista, a presença da elite portuguesa nas instituições governamentais ainda é latente. Afinal, a estrutura burocrática do Estado-Nação não se abalou em razão do uso da não violência e da destruição generalizada. Por isso, era difícil “distinguir fato de ficção em meio à barafunda de mentiras, contrafações e revelações autointeressadas que enredava quem se interessasse em interpretar os assuntos portugueses” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 152). Em virtude disso, Bessa-Luís se utiliza de um recurso comum na literatura de seu tempo, a investigação do passado por meio do ofício da História que, por intermédio da figura do autor literário, vem a questionar o caráter de verdade dos discursos, o que inscreve o gênero crônica ao romance do *corpus*. “O cronista faz-se agora *tabelião*, homem do registro, do arquivo e do documento que, na palavra, garante a verdade, dá existência real e jurídica aos factos, guarda para a História” (REIS, 2005, p. 269, grifo do autor). Porém, os pontos de legitimidade podem comprometer o caráter de verdade da narrativa, o que acentua a dificuldade de separar o real do irreal, o falso do verdadeiro, a ficção do acontecido. Em função disso que surge a figura de Josué Silva, também chamado de Rei Assur.

Embora não sejam conhecidos pelo nome Teixeira, os Silva procuravam reconhecimento público para o nome da família pois antes se dedicavam a:

Cargos obscuros, ligados ao capital e psicologicamente inferiorizados por ele. As revoluções de todas as épocas têm muito que agradecer aos Silvas de todas as épocas. Sem o seu ressentimento frio e ponderado, sem certo atrevimento que obedece à exasperação duma atividade semiadversa e que conta para o triunfo; porque, em dado momento, os Silvas estão a conspirar com o que é compatível com a neutralidade da vida prática. Os Silvas, quando nascem de burocratas ou de pequenos lavradores, ou de recebedores de rendas urbanas, dão o que se chama a força do concreto. Negociantes, distribuidores, grandes defensores das liberdades civis, organizam todo um padrão de vida entre a finalidade política e a conduta criminal. Transcendem qualquer regime político, porque administram três quartos do arbitrário, deixando que um povo coma o suficiente despendendo o máximo (BESSA-LUÍS, 1976, p. 42-43).

Associado ao historiador francês Alexis de Tocqueville, crítico da Revolução Francesa e defensor da liberdade individual e da igualdade política, Josué tinha uma visão privilegiada em relação ao cotidiano: “não partia da História para o conhecimento dos factos, mas destes para o empreendimento do saber” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 108). Tocqueville entendeu que não houve

um fim do Estado Monárquico, mas a melhora de sua burocracia e dos poderes administrativos, o que deu continuidade entre antigo e novo regime (HUNT, 2007). O jornalista testemunhou o veto do poder popular por parte do exército em razão da perda da confiança burguesa em relação às instituições, que dariam efetividade às mudanças sociais oriundas da revolução, o que ele considerou grande risco para a nação. “Josué Silva dizia que, como o cruzado Osb., estava a assistir ao cerco duma cidade sobretudo como cronista” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 109), mas suas opções de classe e sentimento político impediram-no. Tal contradição revela impasses quanto à essência e à aparência das coisas, inclusive no tocante à linguagem: “Uma ambiguidade inevitável tomava a lealdade incompatível com o desenvolver das amizades e até das aversões” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 109-110). E isso incide quanto à própria Agustina.

A coincidência do sobrenome da autora aponta não apenas para o ofício da escrita de um romance com o mesmo nome, mas para um modo mais incisivo de Agustina intervir no conflito, por intermédio de seu trabalho artístico. Na recente biografia da autora, redigida por Isabel Rio Novo (2019), é dito que, apesar das discordâncias de Agustina em relação aos rumos adversos que a Revolução dos Cravos tomou, ela reconhecia a inegável mudança que causou na sociedade portuguesa.

#### 5.4 *Sociedade portuguesa: em busca da modernidade europeia*

“Toda a civilização é construída sobre o supérfluo do drama humano, aquilo tudo o que é impossível de partilhar com os outros homens” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 106). Nesse sentido que os múltiplos interesses da pequena burguesia em relação à revolução foram afetados pelo evento em si e pelos seus desdobramentos.

A interioridade do sujeito social português estava inacessível à própria nação, e o evento da revolução possibilitou a reabertura do sujeito para o mundo, o que alterou o *status quo* estadonovista:

O que ia ficando claro na revolução de 25 de abril era a saturação do próprio método revolucionário. A televisão, os jornais e a rádio, e por último o boato, acabavam por violar o equilíbrio interior do indivíduo, e

ele regia impondo, por sua vez, à sociedade a penalidade da sua nova despolitização (BESSA-LUÍS, 1976, p. 101).

A resistência às transformações oportunizadas pelo novo contexto se dava em razão do controle anterior das paixões humanas do coletivo português, proporcionado pelo Estado Novo. Esse controle violento não cessa, uma vez que toma formas várias por iludir a culpa (BESSA-LUÍS, 2016).

Nesse clima de instabilidade, a exaltação ao passado compromete o presente e o futuro, fator que mantém a atmosfera humana imóvel. Dessa maneira, de que forma os portugueses se viam como portugueses? O filósofo húngaro György Lukács (2010b, p. 379) assim afirma:

O ser humano, até em seu autoconhecimento tão rodeado de lendas, deve reduzir-se ao ser-em-si de sua própria constituição categorial e verificar por meio da própria práxis, se quiser realmente conhecer a si próprio. Pois o que ele realmente, propriamente, é, é dado a ele também como um ser existente-em-si e jamais é produto das representações ou das ideias que ele possui de si mesmo. Portanto, também a si mesmo ele só conhece de maneira correta na própria práxis; só por meio dela é capaz de realmente fazê-la desdobrar-se. Até as paixões não têm, aqui, força comprobatória para o ser. Pensemos nas falsas tendências, como o desejo de ser pintor na vida de Goethe e Gottfried Keller se torna importante — como falsa tendência. Não é nenhuma surpresa que exatamente Goethe, tão profundamente cético a propósito um autoconhecimento “teórico”, considere apenas a práxis como o órgão do autoconhecimento.

No contexto estadonovista, os portugueses possuíam sentimento patriótico formulado com base em sua mitologia patriótico-clerical e ratificado pela visão intelectual burguesa em seu traço repressivo de índole cristã que afirmava o país como “cristão, harmonioso, paternal e salazarista, suave, guarda-avançada da civilização antimarxista” (LOURENÇO, 2001, p. 35). Esses princípios culturais possuem caráter histórico e forte carga política, de maneira que se deslocam para o campo da luta de classes por incitarem o nacionalismo como oposição ao internacionalismo marxista. Isso é tão real, que as agências de inteligência estadunidenses receavam a revolução orientada pela esquerda em Portugal durante a Guerra Fria (MAXWELL, 2006), o que endossou a polarização das frentes revolucionárias democráticas em Portugal e emancipatórias na África.

A verdadeira imagem cultural da realidade portuguesa era subversiva, e por isso feita em contexto marginal:

Marginal por definição, era uma tal pressão capaz de alterar a fundo a *imagem interior* do que éramos e podíamos ser? Não é mera hipnose de “intelectual” imaginar-lhe poderes de *subversão* que uma vez mais não traduziam senão o eco atrasado de uma revolução já acabada algures e sem impacte visível sobre a inamovível boa consciência nacional, aliás, em fase de apoplético e delirante narcisismo? (LOURENÇO, 2017, p. 38-39).

Distinguir o aparente momento dos traços essenciais tem grande conexão com a vida, e na arte esses serão acentuados em conexões pessoais únicas, envolvendo homens concretos e situações concretas — e para a produção de uma imediaticidade artística nova, capaz de despertar a experiência da totalidade da vida, nas palavras de Lukács (2011b). Por isso, a diferença entre as gerações é demarcada por três personagens centrais, Agostinho, Antenor e Josué, que, na viva interação com as ações de outros homens no coletivo português, concentram pontos decisivos de forças pessoais. Como nem sempre o que guia os sujeitos são assuntos privados, é possível perceber a conexão de seus interesses e suas paixões com as decisões de cariz nacional, que dão a ver os impasses entre o que é público e o que é privado. E no tocante às consequências do 25 de Abril, ponto central de *Crónica do cruzado Osb.*, é exigida “a figuração de homens que, em suas paixões pessoais, representam de imediato forças cujos choques formam o conteúdo material do conflito” (LUKÁCS, 2011b, p. 132) ligado ao caráter social do evento.

Ao tratar do estudo das paixões e dos interesses humanos, o economista e político Albert Hirschman destaca na atribuição de valor honroso ao enriquecimento e ao exercício de atividades comerciais e bancárias o reconhecimento de Max Weber como a ética protestante. Porém, a visão do capitalismo como vício data desde a Idade Média, a partir do pensamento de Santo Agostinho. A aristocracia de valores cavaleirescos “buscava a honra e a glória na prova da virtude e da grandeza de um homem” (HIRSCHMAN, 2002, p. 32). Essa busca particular tomou ares positivos com a ideia de Adam Smith, atrelada à organicidade do mercado no tocante às economias nacionais. A ascensão da classe burguesa na França oportunizou, assim, a visão do nobre

como portador de um refinamento do ofício do comércio pacífico, inofensivo, de virtudes heroicas e paixões violentas se em distinção com diferentes grupos sociais. Ou seja, dentro da decadência burguesa, esse intuito tem “justificação relativa, subjetiva, que se enraíza na ordem social do passado ou antecipa o futuro” (LUKÁCS, 2011b, p. 143). Na verdade, centra-se no choque entre duas ordens sociais — no caso, o antes e o depois da revolução. E isso pode ser provado no seguinte trecho da obra de Agustina aqui analisada:

Uma vez extinto o clamor da demagogia que regulava a razão dos acontecimentos e servia a sua temeridade, algo de superficial se havia de abater sobre a experiência política dum povo. A paixão pela liberdade tornar-se-ia um eco, imperativo ainda, mas fácil de iludir; voltaria ao seu estado latente, para um dia renascer além dos pensamentos quotidianos e da dócil virtude que faz duma comunidade uma nação. Assim como o exemplo da rebeldia se contagia e torna os homens indomáveis, também essa rebeldia se apaga e volta uma espécie de aspiração à submissão temporária que vai dar às instituições novas tempo para se tornarem odiosas e insuportáveis. O gosto da servidão dura mais do que o génio da liberdade. Aproveitar este heroísmo que concebe num momento da História os rumos mais desesperados e audazes, é o sentido da revolução. Os que a ditam não o sabem, os que esquecem são quem realmente o experimenta (BESSA-LUÍS, 1976, p. 108-109).

O projeto do colonialismo português teve um fim, mas a conformidade à modernidade imposta pela lógica imperialista estadunidense no mundo globalizado não foi acompanhada de uma reflexão espiritual para o efetivo progresso português em relação à imagem do passado. Foi contra o colonialismo e o Estado de exceção que representou a ditadura salazarista que Agostinho se posicionou e oportunizou uma mudança no tocante à sua história progressa.

O momento de transformação pode ser traduzido pelo desejo de Agostinho pela libertação da presença da mãe, quase tão indissociável dele quanto o corporativismo do Estado Novo em relação às colônias, que foram também emancipadas. Ele diz não haver heróis na constituição de seu povo, apontamento realista acerca da história portuguesa. A partida do personagem para a África se dá por um grande desejo de autoconhecimento por parte dele, tal como aconteceu quando Portugal se desmembrou de seu império, o que deixou para trás o seu legado nacionalista clássico e romântico. De acordo com Eduardo Lourenço, isso se dá porque “é urgente, de facto, *repensar* a partir do país que devimos após o refluxo africano, a totalidade da nossa aventura

histórica, o que infelizmente não foi o caso” (LOURENÇO, 2001, p. 72, destaque do autor). Nesse sentido, a reabilitação de Olímpia realçou as suas dificuldades para assumir os valores universais de “uma nova gente, moça global, quer dizer, não especializada nos temas e nas classificações em rodagem, compreendesse isto. Olímpia compreendia, e não era nem inteligente nem puritana” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 80-81).

Em outra direção, mesmo que Antenor, em diálogo com Josué, não reconhecesse a experiência das paixões diante da revolução, o improvável recai diante da nação:

Toda a política depois do 25 de Abril tinha sido conduzida na arte do impossível. Não há como os homens interessados em verdades gerais, para se inclinarem para as paixões particulares. Um misto de arrebatamento e paciente condução de ideias ao arrepio dos sentimentos, faziam da cena política um lugar onde toda a solenidade duma nação em desabrimento estava ausente. Já antes do 25 de Abril, com Portugal isolado do resto do mundo, pesado pela sua incapacidade governativa que se exprimia pela acomodação a um falso destino, não havia nenhuma solenidade nos acontecimentos, nos chefes e na nação inteira. Tudo se produzia como se as pessoas não soubessem desesperar. Agora continuava esse mesmo estado de espírito, tão próprio dos portugueses e que tão bons e tão maus frutos dá (BESSA-LUÍS, 1976, p. 168).

A imobilidade era dado que realçava o clima de incertezas, pois o governo provisório ainda era ligado ao regime ditatorial, estratégia para que o poder popular não assumisse o governo. O princípio da submissão, que realçava a superioridade do português civilizado e católico em relação ao mundo ainda pagão, foi entendido do seguinte modo por Josué:

A submissão era um ritual e não estava tão vinculada à sociedade patriarcal como se fazia supor. Ela marcara o período heroico da sociedade patriarcal, mas era um heroísmo que se desenvolvera e se educara a partir do princípio do rendimento, e esse era promovido pelas mulheres. [...] Esta obediência marca uma etapa da história da humanidade — a da organização económica. [...] Assim, a famosa guerra dos sexos estabeleceu-se num jogo de falsa usurpação e reconquista. O desejo de emancipação da mulher não existe. Com a participação mais generalizada mulher em todas as atividades sociais, surge com nova intensidade o antiquíssimo preconceito da exclusão feminina de todo o cerimonial; a noção de que a influência das mulheres prejudica o sucesso dos homens, aparece com extraordinária veemência através de desaprovações ou aplauso simulado (BESSA-LUÍS, 1976, p. 163-164).

Essa ideia de obediência foi discutida pelo jornalista e por Nor, que chegou à conclusão de que a sua capacidade de imitar a natureza materna foi restrita pelo homem porque ele sempre a invejou na mulher, uma vez que a razão mágica possuía razão política, e a razão prática é apenas eficaz.

Esclarecida essa questão, uma mudança se viu na casa da senhora Lucrecia quando, durante um banquete, Antenor se interessou por Antónia, uma mulher que acompanhava Arcângela. Embora nascida na classe média, tinha vida abastada e espírito político de oposição geral aos poderes vigentes. Ou seja, Antenor reconhecia nela a modernidade de que tanto falara com seu pai anteriormente:

No entanto, logo à primeira vista, Nor viu nela a candidata a um novo mundo. Reparou que ela se esforçava para se manter dentro da zona de convívio; mas algo a repelia, porque imediatamente se encontrava sozinha. As pessoas voltavam-lhe as costas ou conversavam, sem a considerarem sequer um obstáculo físico — isto sem qualquer acinte, mas porque simplesmente ela era tão neutra que nem sequer podiam ver nela uma estranha. Como todas as camadas sociais, mais aliadas na sua presença contemporânea, do que divididas nas suas ideias, aquela gente parecia querer sair da margem em que deambulava, anacronicamente. Do outro lado, esperavam três reinos: a anarquia, a ditadura e a liberdade. Aquela mulher não se dirigia para nenhum deles. [...] (BESSA-LUÍS, 1976, p. 169).

Isto posto, Antenor reconhecia na neutralidade dela uma mulher-tipo de várias tonalidades, possuidora “do que é no mundo a proporção perfeita, a índole económica [...] A terra inteira era a sua paixão; havia de consumi-la por meio de números, frotas, fábricas e mercados” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 171). E seu aparecimento era símbolo do fim do idealismo no homem audacioso:

As paixões políticas eram apagadas da História pelo dedo da Economia; só ela teria autoridade e regularia a liberdade dos homens. Aquela mulher personificava tudo isso, toda essa derrocada de ideias, de programas e de aspirações. Abriria o livro do deve-e-haver como se abrisse o livro do destino, e rubricava-lhe as páginas uma a uma, Nor disse-lhe:

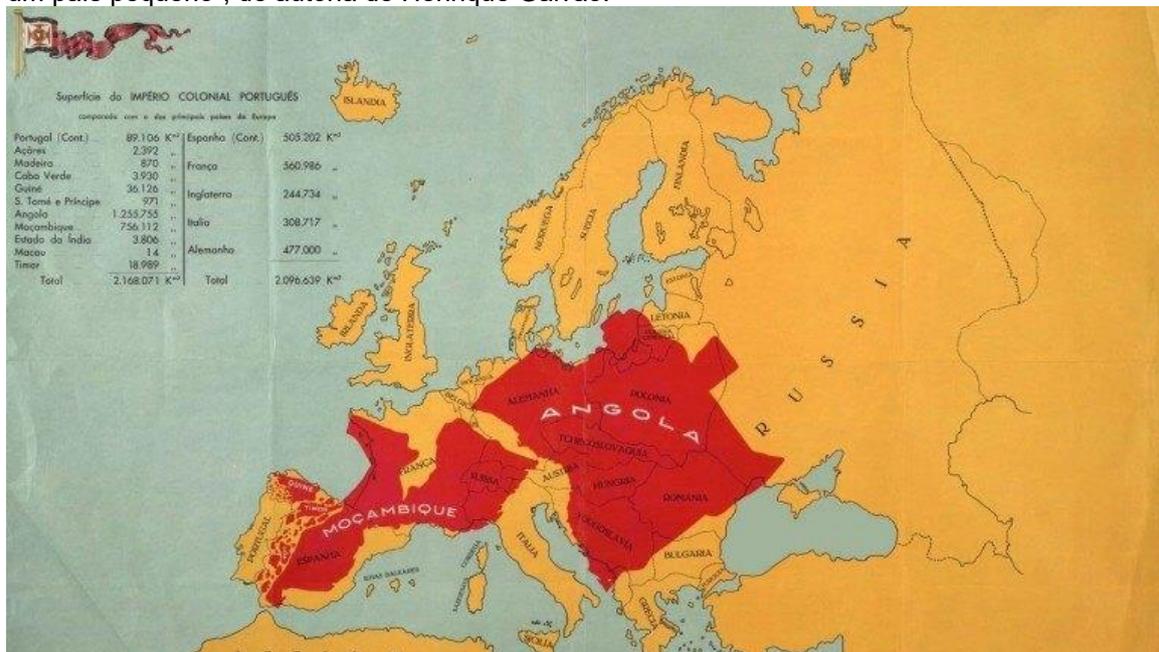
— É esta a hora da verdade.

Ela lançou-lhe um olhar desapaixionado e no entanto profundamente íntimo. [...] Amavam-se sem esperança de se completarem. Eram criaturas mais do que nunca distintas uma da outra e em paz num sucesso social de produção; ambos sabiam que não se tratava de se submeterem um ao outro, mas de viverem a mais bela e absurda das aventuras: a de estarem a mais no mundo e elevarem-se ao desejo dum criador. Isso ultrapassava o diálogo (BESSA-LUÍS, 1976, p. 172).

O reconhecimento do momento certo ocorre tal como em “Nevoeiro”, poema de Fernando Pessoa inserido ao final de sua obra *Mensagem* (1934), que indica o surgimento de uma nova consciência, de matriz econômica, possível pelo “ajustamento realista de Portugal a si mesmo” (LOURENÇO, 2017, p. 48), se em comparação à insuficiência econômica e social do salazarismo. E isso se inicia com possibilidades econômicas simples, mas capazes de promoção coletiva, como “as nacionalizações dos sectores básicos da economia, a destruição dos principais grupos económicos privados e a Reforma agrária” (PROENÇA, 2015, p. 725). Afinal, tratava-se de uma população analfabeta, rural, empobrecida, atrasada economicamente, que não via outra saída exceto a emigração, e foi do círculo mais privilegiado desse âmbito que veio Antenor. Além disso, a conversão cultural com o olhar crítico era uma importantíssima demanda, algo a que Agostinho se dedicou em sua incursão na África. Porém, isso adquiriu ares maiores com a imprensa portuguesa, o que distingue o papel de Josué Silva.

O Estado Novo preocupou-se em manter uma corrente de opinião que fosse favorável ao regime e para isso criou um aparelhamento publicitário abrangente que reafirmasse a ordem até então vigente. Isso significa que era necessário essa operação atingir em cheio o campo da cultura. A diluição das fronteiras entre uma alta cultura e a cultura de massa, em razão da preservação da primeira, não são acidentais.

**Figura 6** — Imagem publicitária que vigorou durante os anos 30 e 40 do Estado Novo português que visava compensar a pequenez de Portugal pelo seu domínio colonial na África. O mapa foi divulgado em todas as escolas do país e fazia parte do programa “Portugal não é um país pequeno”, de autoria de Henrique Galvão.



Fonte: site Observador<sup>64</sup>.

Em diálogo com o modernismo brasileiro, parte da classe artística portuguesa manifestou sua adesão ao regime de Salazar em seus preceitos tradicionais combinados a uma cultura nova, conduzida por elites, heróis e homens-síntese que chefiariam as massas e dariam novo conceito à nação (TORRALBA, 2009b) por intermédio da restrição da memória, que tem relação direta com a indústria cultural. Adequar a sensibilidade ao regime é estratégia violenta e compromete a personalidade, o que interfere na espontaneidade do artista. Esse novo conceito de homem tem o seguinte resultado:

E daí, em política, proclamar-se-ia a “Abolição total do conceito de democracia, conforme a Revolução Francesa, pelo qual dois homens correm mais do que um homem só, o que é falso, porque *um homem que vale por dois é que corre mais que um homem só!*” — substituíam-se assim a Democracia, o “Grande Sentido da Democracia, contrário em absoluto ao da actual, que, aliás, nunca existiu”. Em arte, dava-se a “Abolição total do conceito de que cada indivíduo tem o direito ou o dever de exprimir o que sente — o que é necessário é o “artista”, “O artista cuja arte seja uma Síntese-Soma, e não uma Síntese-Subtração dos outros de si, como a arte dos actuais” — “Como tudo é subjectivo, cada opinião é verdadeira para cada homem: a maior verdade será a soma-síntese-interior do maior número d’estas

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/guerra-colonial-na-grande-estrategia-de-salazar/>>. Acesso em: 7 maio 2022.

opiniões verdadeiras que se contradizem umas às outras” (TORGAL, 2009b, p. 46, grifo do autor).

Uma harmonia nacional era mantida conforme os valores da ética cristã, e isso realça a presença dos intelectuais no funcionalismo público durante o Estado Novo. Agustina (BESSA-LUÍS, 2016), ainda, aponta que o intelectual português é metucioso com a realidade e opta por não lutar pelo poder. Ou seja, até mesmo a noção de verdade foi banida como forma de objetivação artística e política. Isso também interfere no discernimento dos fatos, ordenados mais por uma ordem filosófica do que por uma razão científica. Trata-se de “novas técnicas de controlo ao nível do comportamento humano, mas não ao nível da dimensão essencial humana” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 107). Isso significa que não há novidade no tocante ao cultivo do povo português como sujeito e objeto no âmbito da cultura. O outro também foi utilizado para reafirmar uma imagem positiva de Portugal, principalmente por intermédio de concursos literários nas colônias e movimentos de grupos especializados na metrópole. De maneira a reafirmar os valores tradicionais e as instituições pelos quais se veiculam as organizações de controle ideológico, tais como a Mocidade Portuguesa, destaca-se a Mocidade Portuguesa Feminina, que reafirmou a política do Estado Novo na sociedade lusitana:

Nesse contexto, não se deve esquecer a secção da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), sob o patrocínio do Ministério da Educação, e a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) — criadas em 1936-37, sendo estas mocidades reestruturadas em 1966 —, com o objetivo expresso de estimular a acção educativa da família, em cooperação desta com a escola, fomentando assim a um amplo programa de formação nacionalista da juventude portuguesa. Nos mais diversos aspectos da vida quotidiana e em vários extractos sociais — do enquadramento legal ao papel no sistema educativo ou às práticas de educação física —, o lugar e a missão da Mulher estavam devidamente enquadrados pela política do Estado Novo, sendo muito reveladora a história das organizações e movimentos femininos nesta época [...]. A função social das mulheres e das mães estava fortemente condicionada por valores caros à organização e à ideologia do regime: papel da mulher mãe e dona de casa (“fada do lar”), na sua função maternal e procriadora, educativa e assistencial. Condicionada por preconceitos diversos e pelas regras da conservadora moral católica, prevê-se a imagem da mulher no espaço da família, dependente do pai ou do marido, tendencialmente apartada de muitas funções profissionais autónomas, quer no mercado de trabalho, quer sobretudo no espaço público e na vida política (MARTINS, 2021, p. 95).

Em decorrência da revolução e do período da década de 70, uma série de grupos minoritários ganha destaque e acentua a crise política na cena internacional. As velhas elites, representadas por Piedade e Rubim, costumavam reprimi-los, incumbência do Estado burocrático. E foi essa tecnocracia que mantinha a violência de deter o poder de decisão em relação à dignidade das pessoas sem sequer ouvi-las. Agustina reconhece esses no parlamento existente com Marcelo Caetano, do qual se originaram os partidos do período revolucionário, e os compara a uma robinocracia. No entanto, são reconhecidos o papel do processo democrático e a validade revolucionária do 25 de Abril no tocante à justiça de classe em relação a esses povos:

Os tempos que corriam eram propícios a desenvolver novas experiências de vida. Grande parte das pessoas que conduziam a revolução tentavam canalizá-la para uma justiça de classe de facto precária, porque a justiça de classe que está em causa é exigente dum resposta que mais amplamente a todos satisfaça. Não é possível mudar nada enquanto a luta constar apenas dum rolamento de lugares de vítimas e carrascos. Abrir todas as prisões tem que significar destruir as prisões, e não conservá-las à ordem doutros poderes. Porém, o primeiro obstáculo é a memória do homem. Ele terá que partir, não dum experiência formal, mas dum experiência original. Todavia, as relíquias de todos os propósitos regem o executivo da revolução (BESSA-LUÍS, 1976, p. 116).

E essa experiência original também incita a consciência nacional quanto à marginalidade de Portugal, que se utiliza ainda de parâmetros amparados pelas descobertas marítimas. Em uma via mais ou menos radical de transformação, Piedade Aureliano percebeu “que a revolução se referia a toda a Europa, o que era situar-se num estrato da burguesia não muito abundante em Portugal” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 118). Há uma evidente crise histórica sobre o passado que atravessa a consciência neoliberal, o que dificulta o entendimento sobre o tempo pregresso. No jogo de forças não houve mudança quanto ao caráter imperialista, mas em relação aos meios alcunhados como civilizados pelo capitalismo global: por meio da cultura de consumo. Era um cosmopolitismo que não incluía Olímpia nos seus padrões, mas tinha o seguinte preceito:

O cosmopolitismo do português de *foyer* despertava em Josué, e ele queria o padrão dos países grandes, os Campos Elíseos numa Lisboa napoleónica, nova, restaurada, dessa restauração que sempre

aflige o povo e o torna saudosos dos tempos antigos, dos seus erros e das suas misérias (BESSA-LUÍS, 1976, p. 145).

Sendo os cafés estabelecimentos que representavam o sonho da classe média portuguesa de alcançar o ideal de ser parte da Europa moderna, como aponta o romance, esse cosmopolitismo envolvia o abraço da nação portuguesa em torno da comunidade de países da Europa ocidental, em especial dos ideais franceses que poderiam ser encarnados por Josué Silva.

Conhecedor desse drama do passado imperial português arrastado por uma ditadura recém-terminada, Josué Silva reconhecia se refugiar por “trás da sua própria conduta revolucionária, para não assistir a algo de total e de grave” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 191). Mesmo nas primeiras eleições, os ânimos não deixaram de ser exaltados entre os portugueses. Afinal, mudaram-se os tempos, as vontades, as leis e a vontade objetiva do povo. Mesmo o valor de liberdade é posto em causa em razão da nação:

Uma nação que assim descobre a sua liberdade — não a razão das ruas ou o reconhecimento das teorias que são seu apoio e sua defesa, mas algo de mais absoluto e até de mais poderoso —, uma nação assim pode enfrentar a sua adversidade. Amá-la-á se for preciso. E fará dela uma realidade superior ao seu destino (BESSA-LUÍS, 1976, p. 188).

Porém, o liberalismo francês não basta para a reflexão acerca das nações, principalmente no tocante à modernidade construída a partir do massacre do colonialismo europeu (MARGARIDO, 2000). É preciso manter os valores revolucionários incorporados às práticas cotidianas.

### 5.5 Crónica do cruzado Osb. como um romance histórico

Em meio caótico, o caráter realista de *Crónica do cruzado Osb.* prima por conferir à vida nacional uma crítica aos padrões hegemônicos e culturais de esquerda em relação aos impasses de Portugal após a longa ditadura estadonovista. A proposta de uma obra escrita por Josué se traduz como uma busca pessoal do jornalista por um sentido para sua concepção de justiça. A referência ao documento de Osb. se fez uma retomada da história portuguesa de maneira a colocar em xeque suas práticas mais incisivas relacionadas ao

colonialismo português e provoca um reposicionamento quanto ao seu plano de nação.

Ao pessoalizar o império, Camões aponta a figura de um rei “fora da história, em sentido moderno, como encarnação que é do princípio *monárquico*, princípio de continuidade, antirromântico, antitrágico por excelência” (LOURENÇO, 2017, p. 82). Reconhecer-se um não herói, mas participante reflexivo da história, é o processo pelo qual Josué passou. E isso é declarado na seguinte passagem:

No entanto, havia uma certa elevação na sua alma que o impedia de pensar como um tirano; era como a memória duma humilhação tão longa que se lhe tornara quase amada. Um cativo talvez, em que o quotidiano sofrimento permitiu ainda o apreço da vida nas coisas sem escolha e no local de trabalho. Uma memória de lágrimas e sedições, e também doces e ligeiras palavras de amor. Tudo isso estava no tempo como um velho quadro desbotado, um tempo que nunca seria removido do seu coração. Não era o seu passado físico, mas um passado moral em que milhões de pessoas se juntavam como um só dia contemporâneo. Ele havia de ser sempre um dissidente, sempre um provocador, e os regimes todos da terra haviam de o desaprovar. Diriam que o pensamento dele não era honroso, pois não se ligava à configuração social da época. E contudo era difícil pôr de parte a sua imprecação. Ele conhecia profundamente emprego das alternativas, e era, dum modo geral, mais forte que as circunstâncias (BESSA-LUÍS, 1976, p. 202).

Esse mosaico de situações compromete o caráter de verdade tão importante para a obra — como a verdade sobre o colonialismo português ser um processo violento que resultou na desumanização dos colonizados e do próprio português; sobre o salazarismo não ser um mero quadro desbotado, mas parte importante para o entendimento do presente; sobre a consciência a respeito do declínio econômico português em razão de sua dependência das colônias. E isso não escapa ao entendimento sobre os intelectuais portugueses, que edificaram um modo prosaico de lidar com a história portuguesa aderido pela elite de Portugal.

Isabel foi uma das pessoas que mergulhou nessa realidade, por meio das leituras que moldaram o caráter místico da realidade nacional. A interrupção dessa redoma foi realizada pela revolução, o que a fez se questionar sobre sua relação com o todo do conflito. Afinal, trata-se de uma situação moral mais forte que os interesses humanos. Entretanto, o despertar da consciência é um evento que toma tempo, e a figuração daquele momento

específico da vida portuguesa não significa a perda do elemento poético da revolução. A descrição apresentada sobre aquele momento político fez a personagem-tipo sair de seu estado vegetativo, no qual era objetificada pelo Estado Novo e pelos seus instrumentos de controle do imaginário, para o horizonte objetivo da realidade. Para Piedade, por sua vez, houve um processo mais lento para a apreensão da consciência em torno da mudança provocada pela revolução. Afinal, significava também a transformação da posição de nação aliciante para uma nação insignificante, visto que antes Portugal era conhecido pelo acúmulo, pela fetichização e pela não humanização.

Os impasses entre campo e cidade, figurados por meio do casal Jeremias, não possuíam vida interior. Em seu plano original, a cultura provinciana estagnava os padrões sociais e econômicos de Portugal, o que se refletia na previsibilidade dos conflitos. Para iluminar a questão, entende-se, com base na obra de Eça de Queiroz, que Isabel e Jeremias viviam uma vida inautêntica, uma vez que não compreendiam Portugal como realidade histórica, mas apenas como destino pátrio de um legado humanista e como uma comunidade cristã de herança messiânica. Na qualidade narrativa, isso diminui o valor da obra de arte. Porém, a tradição literária se mostra presente em *Crónica do cruzado Osb.* nos momentos em que Isabel busca individualmente por sua realização humana. Seu deslocamento não se dá ao acaso, mas também fora feito por Agustina para o Porto, cidade onde pôde ter contato com leituras eruditas. Sendo a literatura portuguesa o meio pelo qual se pode conhecer a nação portuguesa, o deslocamento do título se dá pelo referencial do documento que deu marco à fundação de Portugal — a cidade de Lisboa — e um dos espaços urbanos de destaque da narrativa, a cidade do Porto. Por isso que o romance se faz uma tentativa de conferir realização humana a Portugal mesmo com sua conturbada história. Isso não decorre, contudo, sem tocar no tema da posse e democratização da terra, que também tem relação com a divisão entre Norte e Sul e com a forma como os eventos subsequentes à revolução afetaram politicamente a população preocupada com a pauta. Com receio da mudança, Manuel e sua propriedade se camuflaram de maneira a manter seus privilégios de classe.

Dentre as paixões que movem a História, a questão de gênero move a história portuguesa de modo a reafirmar os posicionamentos sociais correntes.

No entanto, essas paixões ainda se concentram em momentos específicos do processo de desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção, e representam interesses pessoais que almejam um horizonte ideal para sua totalidade. Por esse motivo que o choque entre o velho e o novo, divididos pelo tempo antes e depois da revolução, é aspecto delineador de novas possibilidades para a nação. O tempo de antes também é associado à Idade Média, visto que o caráter institucional e privado do documento de referência para o título da obra manifesta associação das paixões dos personagens-tipo com os seus valores. Os personagens centrais — Antenor, Agostinho e Josué — definem os novos tempos, tendo em vista que questionam a cultura hegemônica, legado da história portuguesa derivado não apenas da experiência totalitarista, mas também da vivência colonialista. Respectivamente, os personagens propiciaram uma reflexão sobre: a existência, ou não, de paixões diante da revolução à luz da conquista da modernidade portuguesa; a mudança em relação à história e à cultura colonialista no âmbito do corporativismo estadonovista; o papel intelectual para lidar com a arte, a memória, as instituições estatais e as perspectivas de futuro da sociedade portuguesa rumo à globalização e à efetiva democracia.

Encarar as ideias e os ideais pelos quais Agustina luta é o que faz os personagens de *Crónica do cruzado Osb*. São personagens que universalizam os problemas ligados à vida portuguesa e à sua relação com o mundo globalizado. De acordo com Lukács (2011b, p. 349),

esse é um traço positivo importante no romance histórico do humanismo antifascista, um passo rumo à superação da falta de ligação entre o passado e o presente que acometia o romance histórico dos períodos passados, mesmo em seus representantes mais significativos. [...] Por um lado, a vivência imediata não pode se realizar com a mesma amplitude e a mesma multiplicidade que nas personagens que não têm a função de elevar essas vivências ao nível historicamente mais alto de abstração. Por outro, o único caminho que conduz da vivência à universalização é o da alma de um homem singular, e esse caminho é necessariamente mais curto, linear e simples que aquele que busca concentrar no protagonista histórico — que nos clássicos é uma figura coadjuvante — os caminhos distintos e extremamente divergentes extraídos de vivências de personagens humana e socialmente distintas.

Portanto, a constituição desses personagens também é uma forma de questionar passado e presente, além de questionar “o modo prosaico de lidar

com a história portuguesa” (MAXWELL, 2006, p. 56-57). Para isso, questiona-se, inclusive, quem escreve a obra, visto que “O engenho literário sempre impressiona aqueles que, possuindo a força, sabem que ela não se coaduna com a independência do espírito” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 44). Nesse ponto, é possível também associar o cruzado Osb. com Josué, o que implica suas paixões particulares:

O cruzado Osb. era de facto mais cronista do que guerreiro. Daí que anotasse tão honradamente que os sitiados, sob a aparência de peregrinação e de religião, desejassem saciar a sede de sangue humano. E ele, Josué Silva, extremoso filho daquele cerco feito à cidade, à nação, ao mundo inteiro? (BESSA-LUÍS, 1976, p. 70).

Porém, como não o associar ao mesmo legado medieval comprometido e a razões particulares? Essa ambiguidade se mostra dado de tensão entre os elementos históricos ficcionalizados e os elementos composicionais do romance, que, no ofício da escrita, vê na alocação da memória a dos despojos mortais do tempo passado em prática cultural (VECCHI, 2003), o que também denota uma posição de classe. Como jogo de semelhanças,

Na sua *Crónica do Cruzado Osb.*, Josué Silva escrevia que a grandeza é um vício de transformação. Ela existe a todos os níveis e admite a cumplicidade de cada um. No entanto, a natureza tende a fazer-se complexa, mas não soberana nem grandiosa. Só o homem pretende interpretar-se a partir do prodígio, amando todavia a sua convergência na igualdade e na justiça. Uma coisa inspira a sua caminhada; outra serve os seus passos. Mas à medida que a sua residência moral e económica for proporcionada ao seu prazer de viver, o belicismo do desejo tornar-se-á desnecessário (BESSA-LUÍS, 1976, p. 138).

Ou seja, a obra do personagem jornalista aponta para a obra analisada neste trabalho, de autoria de Agustina, que, por sua vez, aponta para a realidade e a grandeza da vida e da história em plena transformação. Embora assim se cumpra, “a paixão da vontade encarna toda a realidade histórica e depressa acaba com a dinâmica do sentimento geral” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 71). E não há gênero que, na lógica do jornalista, tenha maior participação na vida nacional do que o romance, que se relacione à participação da leitura e acentue “o grande centro irradiador da arte, da cultura e da literatura — a França” (CASTRO, 2015, p. 18), também modelo democrático de modernidade alcançado com a integração de Portugal à União Europeia pouco depois da

publicação da obra em análise. A revolução, assim, tornou-se uma pauta europeia, o que dá maior relevo ao seu significado. Contudo, há maior profundidade no que veio a significar para Portugal.

A compreensão da revolução e, com isso, da história portuguesa após o 25 de Abril, necessita de reflexão para se garantir o efetivo progresso. Quando figurado o momento de abertura democrática, *Crónica do cruzado Osb.* traduz isso da seguinte maneira:

O que faz uma revolução, para além do derrube das instituições cansadas, é o espírito público para tornar activa a revolução. E não se julgue que a decepção inerente aos detalhes detestáveis e aos absurdos incidentes que acompanham a versão contemporânea dum processo histórico, indica uma deliberação de voltar para trás. Os povos rompem com o passado porque ele os priva da sua parte de génio, inimigo do bom senso. É sempre ilusão tomar como competência política o esforço para salvar os velhos regimes. Eles só são reais na medida em que simulam ser imortais. Mas quando julgam ser eternos é porque já morreram (BESSA-LUÍS, 1976, p. 128).

Nesse sentido, a falta de ação é comparada ao sebastianismo por Agustina em seu artigo “Governo e revolução” (1976), uma vez que a vagueza dos planos ou da resolução política para a concretização da nação caracteriza a espera por um profeta que reconheça os problemas e os nomeie. Poderia ser um intelectual, como Josué, mas ainda haveria a restrição ao campo lógico da guerra dos sexos. Além da presença da própria obra no romance em análise, o jogo de semelhanças aponta algo além do próprio título e da lógica por trás dos episódios subsequentes à revolução, o que ressalta a importância de a linguagem e o impulso narrativo transgredirem o esquematismo de outrora (SILVA, 2021). Para a revolução ser total, é necessário incluir as aspirações e as necessidades do povo. No caso, a inclusão da mulher num plano positivo de nação é uma das demandas reconhecidas no âmbito coletivo. Além disso, o olhar atento da autora, que também é cronista, realça um olhar reflexivo sobre a realidade por intermédio de um legado cultural e artístico acessível a ela por meio dos hábitos de leitura e da experiência sensível, indiscutivelmente diferente da percepção masculina. E no tocante ao senso de justiça promovido pelo 25 de Abril, novos valores morais são formulados de maneira a indicar não apenas a participação da mulher na sociedade patriarcal progressa, como também a sua mudança em relação aos períodos marcantes da história

portuguesa — o colonialismo e o Estado Novo. Outro período, a fundação de Portugal, não possui participação feminina, o que acentua a necessidade de se discutir o papel da mulher no plano de nação, de modo que as relações de classe entre colonos e colonizados também se mostram presentes nas relações entre homens e mulheres portugueses. Agustina também apresenta isso por meio do seguinte trecho do romance:

O sangue de muitos povos alimentava o carácter racial da contradição; celtas garridos e sombrios iberos existiam em oposição no contexto da natureza provinciana e que pesava em todos os actos da vida comum e privada (BESSA-LUÍS, 1976, p. 12).

A obra de arte, por intermédio da realidade, aponta para esses aspectos e não deixa de se questionar. Isso é possível porque o carácter plástico é visível nessa obra de Agustina, que também se permite ser reconhecida como um *kitsch*, um retalho de vários componentes da personalidade portuguesa em abordagem pós-moderna e ainda ligada ao propósito corporativista do Estado Novo de integrar várias realidades em uma. “«Não é *kitsch*», costumava dizer Nor. O amor tinha-se tornado *kitsch* ao romper com o sistema de valores que o equilibra” (BESSA-LUÍS, 196, p. 86, grifos da autora). Decerto, a obra de arte se compromete não apenas em relação aos instrumentos de controle e manutenção do consumo, por meio da cultura, mas também em razão de seu conteúdo. Afinal, trata-se de um período de crise por seguir-se à ditadura militar portuguesa, em que a imobilidade caracterizava obediência cívica e progresso de uma nação que dependia de um império periférico no mundo moderno; de uma espera por resolução política dos partidos e projetos de nação disponíveis, o que interfere na psicologia dos personagens pelo o que foram e pelo o que virão a se tornar, na posse de terras, na escrita da História.

Dessa forma, é reconhecido o valor dos elementos presentes no romance *Crónica do cruzado Osb.* como essenciais à compreensão não apenas dos eventos anteriores, concomitantes e posteriores à revolução, mas da sua importância como um todo. Além disso, vê-se o papel do colonialismo para a identidade portuguesa, que mostra grande dependência de Portugal em relação ao império colonial e às suas violentas implicações quanto às classes envolvidas. Por fim, o protagonismo feminino mostra-se como maneira não apenas de documentar esses eventos, mas de posicioná-los na história

portuguesa de forma mais inclusiva, com perspectiva de futuro e questionadora de si mesma e da tradição literária portuguesa. Esses são critérios que permitem classificar a obra aqui analisada, junto às outras do *corpus*, como romance histórico pós-colonial do fim do império português que evidencia a descolonização necessária ao povo português após esse período, por meio da obra de arte e da sua necessidade de democratizar as pautas políticas ao grande público. Seria esse o início de um período marcado por valores efetivamente humanos, cada vez mais distantes da alienação humana que caracteriza uma civilização em decadência (CÉSAIRE, 1978)?

## **“Existe vida após o império!” – Considerações finais**

A demanda pela democracia se tornou universal, mas a que ponto os discursos nacionalistas não carregam valores separatistas? É nesse sentido que a literatura comparada, com o imperativo de uma poética universal, possui o mérito de combater o falso isolamento das histórias literárias nacionais e, por que não, a pretensa segregação de histórias nacionais que, na dinâmica internacional, revelam uma lógica complexa de possível e genuína conciliação por parte das nações (WELLEK, 2011).

Esse novo humanismo é extremamente necessário a partir do entendimento do quanto as práticas sociais e culturais do livre mercado desqualificam o elemento humano a favor de um individualismo e de uma modernidade que supostamente se afirmam como democráticos quando são expoentes de mercado (ABDALA JUNIOR, 2012).

Aliás, são índices que ousam interpretar o desenvolvimento ontológico na dinâmica atual por meio de um paradigma globalizante quando suas diferenças mostram capacidades prospectivas próprias quanto à sua objetivação para o futuro. Entretanto, a integração econômica não significa a superação moral e social de arquétipos econômicos passados (LUKÁCS, 2010b). Isso pode ser percebido na forma como o Brasil se interpreta como nação que possui uma história colonial, haja vista a perpetuação de uma dinâmica racial na qual os valores democráticos não se fazem participantes ativos do cotidiano da nação; na maneira como os moçambicanos ainda têm como referencial o branco para a dinâmica de sua sociedade, de suas instituições e dos seus cultos; no jeito português de lidar com o outro de modo a justificar, por meio da tradição literária e do inconsciente coletivo, o seu passado diante de uma situação na qual se tornou dependente economicamente.

Esses são fatores de proximidade e diferença presentes na produção contemporânea de autores de língua portuguesa que, em seus respectivos contextos de produção, “nos obriga a interrogar a psicologia das profundezas” (BRUNEL; PICHOS; ROUSSEAU, 1995, p. 58). São traumas expressos produzidos não apenas por motivações sincrônicas, mas por uma sucessão de permanências originadas pela retórica imperial (VECCHI, 2003). Trata-se de

fatores análogos que motivaram nossa práxis aqui presente, por meio da análise de três obras designadas como romances históricos, motivadas por traços essenciais de uma tradição de formas artísticas que ainda são instigadas por motivações particulares das histórias nacionais em que João Ubaldo Ribeiro, Ungulani Ba Ka Khosa e Agustina Bessa-Luís se inserem. Por essa razão que nos dedicamos a um estudo pormenorizado da forma romance histórico e de suas manifestações no Brasil, em Moçambique e em Portugal.

No tocante às obras selecionadas neste trabalho, é possível perceber em cada uma delas uma infraestrutura cultural que integra a ação colonizadora e justifica a dominação do outro, especialmente para o trabalho escravo. De acordo com George Stainer (1994), a língua em comum para a escrita dos romances transparece parâmetros intra e interlinguísticos, entre os quais se incluem aspectos históricos e culturais comuns do desenvolvimento humano que se cruzam e se separam, se integram e se fragmentam (GUILLÉN, 1985). Esse movimento tem relação com as formas supranacionais de dominação existentes ao longo da história da luta de classes. Uma delas — o Império Colonial Português, junto à doutrina católica, tornou possível a desumanização de vários homens e mulheres ao longo do período propulsor do capitalismo mundial (BOSI, 1992).

Em *O feitiço da ilha do Pavão*, é possível reconhecer seus aspectos emblemáticos de maneira que a Igreja, a administração colonial, os nativos e os negros escravizados compõem o quadro social exemplar da colonização portuguesa na América, cujo elemento integrador foi a assimilação. Na obra percebemos vários impasses com relação ao outro de raça e ao outro de gênero, principalmente de maneira a manter o português branco como destinatário da empresa colonial desde as cruzadas. E isso se verifica por meio da posse da terra, que no período figurado tem a forma dos engenhos de cana-de-açúcar que produzem o alimento direcionado à Europa — no caso da narrativa, a fazenda de Sossego Manso, administrada por Capitão Cavallo. A possibilidade de lidar com os indígenas e com os negros, em especial a mulher negra, dava-se não apenas por meio da violência e da mestiçagem, mas também por meio de uma administração colonial comum e inserida nesse *páthos* colonial cuja ação adquire maior significado na vila de São José, o que prenuncia o desenvolvimento urbano incipiente da ilha. A marginalização é

evidente no romance, pela organização da vila, pela guerra dos Borra-botas e pela sexualidade com palavras ensaiadas entre Lô Pepeu e Crescência. Na verdade, a monocultura, as posições sociais definidas pela lógica colonial e a inquisição viabilizam uma aproximação desse período com a Idade Média, cujos costumes foram diluídos na prática capitalista.

Alguns desses costumes também são perceptíveis em *Choriro*, narrativa figurada durante o tempo dos prazos, similares a feudos. Diante da ineficácia da fórmula colonizatória portuguesa aplicada na África Oriental, que resistia à catequização, a solução foi a cafricanização de portugueses para que estes se inserissem na estrutura social e na cultura locais, que possuíam aspectos religioso, militar e hierárquico. O emprazamento e a adoção de costumes autóctones permitiram a Chicuacha e a Gregódio integrarem-se à sociedade achicunda, uma vez que instrumentaram os elementos autóctones para a ação colonizadora — no caso, a cultura achicunda. Seu caráter militar e machista deu ao legado dos prazos, representado pela família de Gregódio, um vínculo que não se encerra nas esferas político-administrativa, social e cultural, mas também alcança a esfera familiar. E como houve uma gradual reorientação da política colonial quanto à escravidão, o período do governo de Nhabezi é visto como glorioso por não possuir muitas baixas. Porém, o controle bélico nas mãos do mambo se traduz como instrumento de administração colonial. Seu fornecimento, por sua vez, está ligado a um sistema desbalanceado de trocas com outras nações que dá ao mercado internacional contornos cada vez mais amplos. Nesse sentido, posteriormente, em sua dinâmica com outras nações imperialistas, Portugal viu-se rebaixado pelos modelos francês e inglês em razão de suas dinâmicas ditas modernas para a práxis colonizatória. Na obra de Khosa foi possível detectar isso por meio das figuras de Frederick Selous e David Livingstone, que representam a dominação inglesa sobre a África por meio do estudo das culturas locais no século XIX.

Por fim, o domínio do Estado Novo em relação ao sujeito se deu pela via cultural, com o controle de massas e o apoio da intelectualidade portuguesa; e também por meio da violência, da qual a PIDE exercia grande controle militar nas colônias, cujo resultado era mais mortes e tortura. A própria imagem da nação foi moldada de forma a garantir um passado heroico que justificasse as ações do governo salazarista em prol da nação, mas essa solução ocultou a

realidade da dependência econômica de Portugal para com os países colonizados. Em *Crónica do Cruzado Osb.*, é visível que a mística imperial era incapaz de ocultar o déficit financeiro português. No tocante à objetificação dos povos colonizados, a indissociabilidade do império e da nação foi ressaltada pelo Estado Novo, que fez da sua manutenção uma grande cruzada. Também estatutários, a família dos Aurelianos tinha o propósito de, por meio das instituições militares e do saber intelectual da época, reforçado com a publicidade do Estado Novo, reter os padrões sociais portugueses na égide do catolicismo e do instinto militar<sup>65</sup>, na figura de sua polícia política atuante no Império, que, junto ao provincianismo da nação, formou a base cultural e governamental do totalitarismo em Portugal (MACÊDO, 2015). Os Jeremias, no entanto, sofriam com a sua homogeneidade social e cultural, uma vez que os costumes impediam o movimento interior da família, tão paralisada quanto ao cenário rural no qual vivem em razão da crise no campo. O casal era assolado com relações sexuais violentas, o que também é característico da falta de conexão entre os envolvidos. Outro conflito visível é a rivalidade de classe de Antenor para com Camilo, afilhado de seu pai tratado como agregado da família. Com a Revolução dos Cravos, evento que contou com o apoio popular, a vida particular desses personagens ganhou novos contornos, visto que Isabel e Manuel Jeremias tiveram conflitos, e Agostinho Aureliano decidiu ter uma vida longe dos valores que a mãe, Piedade Aureliano, tanto elegia para a sua raça perfeita. É possível destacar a importância da mulher para se manter a ordem social patriarcal e colonialista, seja no campo intelectual, seja nas esferas institucional e religiosa, sendo a última de caráter doutrinador.

A articulação entre aparatos institucionais, doutrina religiosa e racismo se constitui base comum para a história imperial de Portugal presente nas obras do *corpus*. Nas fronteiras entre os espaços coloniais figurados, pelo engenho de Capitão Cavalo, pelo prazo de Nhabezi ou pela fazenda do professor Jeremias, vários personagens-tipo personificam essas instâncias de

---

<sup>65</sup> Acerca disso, a crítica brasileira Tania Macêdo esclarece: “A profunda articulação entre a nação e o império promovida pelo Estado Novo foi fomentada por uma máquina de propaganda muito bem azeitada que, aliada da atenta e diligente Polícia Política, a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), criada em 1933, posteriormente transformada em PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), construiu a ‘força ideológica do conceito’ imperial e as operações de sentido realizadas em função da mesma” (MACÊDO, 2015, p. 75, grifo da autora). Ou seja, a família que destacamos no romance possuía grande envolvimento institucional com os mecanismos ideológicos do império.

atuação do império, que mantém sua base no controle de terras possuídas pelos personagens e habitadas por outros (SAID, 2011). Mesmo irrealizada, a civilidade cristã e europeia era um valor almejado como superior pelos habitantes da ilha do Pavão, em especial pelos políticos da Câmara Municipal. Porém, os contornos periféricos dos personagens seguintes, habitantes da periferia do perímetro urbano, os mestiços, os negros e os índios, dão a ver os diferentes arranjos geográficos e históricos da população brasileira em seu processo de modernização desigual camuflada pela teoria da miscigenação. Em Sossego Manso, entretanto, não se revelam conflitos entre os seus habitantes e visitantes, o que destaca a importância da associação do dono da fazenda com o antropólogo brasileiro Gilberto Freyre.

Em contrapartida, a divisão social achicunda, que separava os camponeses dos caçadores, dá a ver uma organização social própria (ISAACMAN; PETERSON, 2003) que justifica a ordem produtiva e militar regida por um mambo, nos termos locais, ou por um prazeiro, nos termos imperiais. Essa duplicidade, característica dos elos colonizatórios (SANTOS, 2003), é possível pela incursão terrestre, social e conjugal com os povos locais.

A questão agrária durante o Estado Novo se mostra movediça, pois a crise econômica e a evasão do campo afetaram a produtividade da colheita, e o risco de a reforma agrária se tornar pauta concreta fez com que a posse de terra no Norte de Portugal não fosse garantia concreta para aqueles que dependiam da atividade. O professor Jeremias, por exemplo, viu-se na situação de converter sua fazenda em escola agrária para mantê-la. Em outra direção, o fato de a revolução ter maior destaque em meio urbano trouxe uma nova dinâmica espacial para Portugal, que se refletiu em estabelecimentos cosmopolitas presentes nas cidades, como o café frequentado por Antenor e Josué. Isso não ocorre, é claro, sem os planos público e privado entrarem em conflito em razão do 25 de Abril, cuja consequência visível foi o saqueamento ao Palácio Sequeira. O palácio do conde brasileiro continha retratos de pessoas parecidas com dirigentes sindicais, cidadãos empíricos do cotidiano. O local revela o desejo não concretizado de posse do imóvel por parte de Isabel, e seu saque quebra as expectativas portuguesas em relação ao projeto imperial.

Há variações espaciais e sociais quanto aos meios de manutenção do complexo imperial que foram devidamente explicados nos capítulos anteriores. Em termos de permanência, constata-se nos três períodos figurados que “o Império português era parco na produção de conhecimentos sobre seus domínios” (CHAVES, 2005, p. 290). Sua ação desordenada privilegiou o excesso de colonialismo e o déficit de medidas de integração entre os povos, seja por ordem monetária, seja por ordem social, processo em que a separação dos países de suas metrópoles resultou em independências políticas com laços ainda incrustados nos esquemas coloniais.

No tocante à construção de uma comunidade política imaginada como soberana, um conjunto de elementos atua de maneira a justapor eventos e símbolos de caráter nacional que desenvolve comum significado e identificação (ANDERSON, 2008). Lukács diz em seu *O romance histórico* (1936-1937) que a elaboração poética romântica da realidade histórica descaracteriza a poesia autêntica e particular da vida histórica, mas reserva à grandeza épica importante condição quando confere figuração fidedigna aos impasses vividos pelo povo (LUKÁCS, 2011c). Por outro lado, a crítica Inocência Mata (2003) diz que, mesmo na condição recém-adquirida de agenciar autonomamente a sua existência, a construção dessas narrativas sofre contaminação épica. Por isso que, tendo em vista a figuração do passado correspondente a um período do Império Colonial Português, é possível associar as marcas da colonização ao imaginário coletivo que caracteriza a diversidade étnica e a história nacionais (ABDALA JUNIOR, 2012).

Um desses obstáculos é vivido pelo personagem Balduino, e trata-se do seu processo de aculturação em *O feitiço da ilha do Pavão*. O retorno para o mato e a opção pela vida na cidade são impasses que dizem respeito à situação do índio no imaginário coletivo brasileiro, uma vez que ele foi escolhido como índice de nacionalidade em relação ao negro, parte integrante do sistema econômico escravocrata ainda sustentado pela elite do país. Sua comparação com Peri e Macunaíma é natural, pois o personagem apresenta traços ora caricatos, ora épicos. No entanto, sua participação na negociata com padre Tertuliano e Borges Lustosa redefiniu a ordem da narrativa, que antes era cronológica e passou a ser marcada pela analepse. Ou seja, a assimilação conferiu ao tempo brasileiro uma relação diferente com o passado, emblema

registrado na obra de Freyre sobre a interpretação da nação. Afinal, o cerceamento dos conflitos entre as classes, resultantes da abrupta diferença entre seus grupos, ressalta um projeto democrático em que o Estado está disponível para alguns e ausente para outros.

Já em *Choriro*, a figuração do período dos prazos passa por um questionamento acerca do controle da memória, visto que não há amplo acesso aos documentos referentes ao passado anterior à guerra colonial. Voltada aos relatos orais, a pesquisa dos Isaacman dá grande suporte à composição da matéria histórica do romance, mas seus contornos adquirem caráter subjetivo e razões cada vez mais particulares. Esses fatos acentuam a problemática de representação do passado da nação quando o seu domínio é particular e mediado pela memória. Isso pode ser visto na estrutura social na qual Nhabezi ganha centralidade não apenas para a obra como um todo, mas também para os seus personagens em sua estrutura social e familiar, capaz de reelaborar o desenvolvimento histórico dos homens em sua dimensão cotidiana (MARX; ENGELS, 2007). Um processo de marginalização de mestiços é relatado, e a cultura achicunda revela-se como fio homogeneizador de uma unidade próxima à de uma nação, o que desvela grande relação com o projeto da Frelimo para com a nação em seu ideal de homem novo. Ou seja, há no romance de Ungulani apontamentos relacionados à manipulação da história de Moçambique, e isso acontece por justificativas do presente.

No período figurado em *Crónica do Cruzado Osb.*, a relação simbiótica entre império e nação sofre uma cisão com o fim do Estado Novo, possibilitado com a Revolução dos Cravos. O fim da paralisia histórica e do determinismo social, artístico e cultural do salazarismo fez com que as relações mudassem de figura, inclusive quanto à concentração dos grandes acontecimentos em torno da nação, que tem como palco a cidade. A libertação dos personagens da cultura rural representa a gradual industrialização de Portugal e sua constante inserção no sistema econômico mundial, mas isso não seria possível sem encarar de frente a sua autoimagem ligada ao império colonial, sustentada por modelos modernos de arte e pensamentos do passado. De maneira a democratizar os registros sobre a história do presente, o gênero crônica irrompe na obra de modo a assinalar os impactos da revolução, que foi uma circunstância de caráter público apoiada pelo povo, no âmbito privado dos

conflitos particulares dos personagens dispostos no romance — isto é, no cotidiano da burguesia portuguesa. E isso se dá de maneira diferente da “Carta do Cruzado Osb.” (1147), documento fundacional de Portugal acessível apenas a membros privilegiados da Corte inglesa durante a Idade Média<sup>66</sup>. Isso é significativo, pois uma das principais medidas do governo pós-74 foi a liberdade de imprensa<sup>67</sup>.

É possível notar que todas as obras convergem com modelos interpretativos para o entendimento da nação, seja por meio de estudos, como o de Freyre em relação ao Brasil, seja pela tradição como forma de acessar a história de Moçambique antes do período da guerra colonial. Isso significa que visitar o período colonial é imperativo para a compreensão das complexas relações ainda presentes na formação da nacionalidade moçambicana, intuito que não se restringe à ideia de um único partido ou de uma única família, como a de Nhabezi, mas diz respeito a um grande e melindroso quadro obscurecido pela ordem democrática institucional controlada pela elite que detém grande parte da riqueza nacional, como no caso brasileiro, em que a mestiçagem se tornou fórmula comum da dinâmica social no Brasil. Em Moçambique, por sua vez, o branco como centro da mestiçagem ainda é fator a ser explorado e enfrentado. A cafrealização mostra-se dinâmica que permite maior integração do branco à sociedade moçambicana, inclusive no tocante à tradição, sem o esforço programático da colonização. Porém, não há atitude recíproca no que diz respeito aos elementos autóctones quando ligados à nacionalidade ou à religiosidade. Já em Portugal, as narrativas moldaram a nação imperial que passou pela experiência totalitarista, fator que delimitou as narrativas simbólicas que expressariam a nacionalidade em plano ideal e limitou o campo de discussão sobre a realidade. O evento da revolução transformou a nação. Esta precisou revisitar suas dinâmicas do imaginário, sua tradição literária e

---

<sup>66</sup> É importante destacar o papel de Alexandre Herculano na recuperação do documento histórico para Portugal.

<sup>67</sup> Josué Silva compara-se ao cruzado Osb. e se vê em diferente situação: “Daí que anotasse tão honradamente que os sitiados, sob a aparência de peregrinação e de religião, desejassem saciar a sede de sangue humano. E ele, Josué Silva, extremoso filho daquele cerco feito à cidade, à nação, ao mundo inteiro?” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 70). Lidar com a realidade histórica de seu tempo não lhe imbui o mesmo sentimento, mas um desejo maior de compartilhar isso com o seu povo do que a mídia usual permitia: “A imagem da televisão doseava as evidências e tentava dirigir a força obscura dum povo cuja miséria, uma vez consciencializada, o dividiria fatalmente, em vez de o unificar” (BESSA-LUÍS, 1976, p. 70).

suas paixões individuais para encarar o seu passado comum como uma experiência que não condiz mais com o presente da narrativa de Bessa-Luís. Trata-se de maneiras de o povo português se reencontrar e construir sentido na nova dinâmica estabelecida com o mundo moderno e globalizado. Os fatores identificados nos três romances podem enumerar as contradições da vida nacional expressas no modo como a história nacional foi composta e em suas relações com o passado da dominação e da colonização.

A vida cotidiana, entretanto, faz-se base e produto da objetivação do homem por meio da arte. Figurar o passado torna possível não apenas considerar o processo como um todo, mas também admitir e perceber o presente como história em seus graus mínimos de transição (LUKÁCS, 2011c). Por isso que os impasses de razão sócio-histórica são extremamente relevantes para o entendimento da raiz dos problemas do presente e de seus diferentes participantes indissociáveis dos problemas centrais da vida.

A identificação do conceito de miscigenação em *O feitiço da ilha do Pavão* nos permite o entendimento da falta de mudanças efetivas no processo histórico brasileiro. A conexão pode ser percebida na posse de terra e de meios de produção, bem como na concentração de renda por parte de membros da elite brasileira. Ainda, a ocupação do espaço desde a colonização resultou em uma grande presença de brancos na cidade. Embora a miscigenação seja capaz de camuflar, não oculta a falta de integração do índio e, especialmente, do negro, como seres sociais na sociedade de classes brasileira, além de seus contributos culturais e religiosos. Ou seja, evidenciam-se o racismo, a intolerância religiosa, o ódio de classe, o sistema trabalhista ainda associado à escravidão e as instituições vinculadas às oligarquias vigentes, sendo o último item responsável pela pouca participação do povo nos acontecimentos diretamente relacionados à vida nacional.

Em sua relação com o presente, o passado dos prazos em *Choriro* revela intenções programáticas com base na cultura. Sempre associadas aos portugueses, a posse e a administração de terras moçambicanas nas mãos de estrangeiros não é novidade. Porém, a construção de Cabora Bassa, a exploração mineral em Moatize e o período dos prazos estão intimamente ligados não apenas por fatores que dizem respeito a esses aspectos, mas também pelo Vale do Zambeze, reduto da cultura tradicional do país desde

antes da colonização. Porém, em razão do analfabetismo e do multilinguismo desse país predominantemente rural, a religiosidade tradicional é parcialmente utilizada de maneira não a acessar o passado oculto pelas dimensões materiais, como de praxe, mas de sorte a acentuar o poder do branco estrangeiro por intermédio de religiões ditas modernas em oposição ao medo dos rancorosos espíritos no âmbito da tradição, que se tornaram enfurecidos após a Guerra dos Dezesseis Anos. Tal como Nhabezi se mitifica e se faz narrativa verdadeira, a arquitetura de crenças é questionada de maneira a desvelar suas intenções no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

O marco que delimita a transformação de Portugal do antes, em que o Estado Novo era hegemônico, para o depois, marcado pela abertura democrática e pela instauração de uma nova democracia e de um novo plano de nação, é a revolução. E sua centralidade permite verificar a transformação do cotidiano em seus graus mínimos. Primeiro, das paixões dos indivíduos, da consciência histórica de seu papel para com o todo, que antes tinha um controle muito estrito; segundo, da comprovação efetiva do passado glorioso que não cabe nas necessidades do presente dominado pelo subdesenvolvimento; da ausência de heróis na dinâmica histórica portuguesa atual e da necessidade de que seu povo deve ser sujeito de uma conversão cultural munida de olhar crítico para com a realidade, o que permitirá o surgimento de uma consciência histórica efetivamente nacional; das razões lúcidas, a modernidade europeia possível de ser alcançada a partir do modelo democrático francês, consolidador de novos padrões para as relações cotidianas.

A necessidade de progresso efetivamente humano, no entanto, ocupa lugar de destaque para o romance histórico pós-colonial, visto que os autores se empenham em conjecturar soluções e elementos estéticos que sugiram repensar as dinâmicas até então executadas e descontaminar a realidade da violência atmosférica do imperialismo (CHAVES, 2005). Nesse sentido que é possível reconhecer Juliano como expoente da luta de classes no Brasil mesmo diante de uma realidade marcada pelo preconceito racial e pelos interesses das classes dominantes oriundos do passado colonial; reconhecer a religiosidade e as culturas bantu como forma de conhecer o passado e

preservar a história, o território e a autonomia dos povos tradicionais no âmbito coletivo da comunidade imaginada que confere modernidade ao seu modelo ainda dependente da intervenção estrangeira; reconhecer a revolução como um processo de distanciamento de um longo passado nacional marcado pela violenta colonização portuguesa. João Ubaldo torna possível verificar os impasses da modernização periférica do Brasil resultantes do processo de colonização portuguesa na América de maneira a suscitar o surgimento de Juliano e as possibilidades para o seu futuro histórico. Ungulani não apenas figurou um período da história moçambicana, mas também apontou contradições na formação da história nacional, inclusive no tocante ao controle da violência e à posição da mulher nas culturas tradicionais. Agustina tratou de figurar momentos próximos e críticos quanto à revolução e à violência que a falta de interioridade causava nos sujeitos. Além disso, a autora portuguesa questiona o papel da mulher na nova sociedade e aponta a sua participação no patriarcado que sustentou o Estado Novo; tratou da importância de Portugal assumir o papel de personagem típico de Agostinho e tomar partido quanto ao real conhecimento da África para o autêntico conhecimento de si próprio. Mesmo que para a mãe isso adquira ares trágicos, “essa concepção das contradições do progresso humano é um produto do período pós-revolucionário” (LUKÁCS, 2011c, p. 87), sinônimo de uma nova situação histórica.

Sendo assim, analisamos comparativamente o romance histórico pós-colonial retomando essa interdependência de experiências históricas, o que dá a ver elementos que permitem reconhecer um senso histórico do gênero humano na fase da colonização por parte do artista. São elementos de tensão criados pela desidentificação entre o autor, o narrador e/ou o personagem, de acordo com o estudo de Roberto Vecchi (2003), ressaltados pelo estadunidense John McWilliams como um contraste de forças literárias. Em *O feitiço da ilha do Pavão*, a interpretação intelectual da história brasileira por Gilberto Freyre é traduzida em forma estética por Ubaldo, que divide o romance em capítulos, ou na maneira de contar a narrativa após ato que consolida a assimilação do índio, símbolo de nacionalidade brasileira que, no plano da vida, decide pelo direito à cidade para se adequar à modernidade, dado que, embora já visível nos romances de Antonio Callado, complexifica-se com a

centralização dos aparelhos institucionais na mão da elite do Brasil contemporâneo. Em *Choriro* percebemos um conflito nos escritos do ex-padre católico Chicuacha se comparados a uma história ampla apreendida pela oralidade e pelo testemunho, cujos múltiplos focos narrativos fazem perceber uma dimensão mais abrangente do povo do que sugere o controle da história realizado pela Frelimo, domínio coletivo atravessado pelo elemento branco cafricanizado aglutinador dos impasses presentes relacionados à intervenção estrangeira em Moçambique e à importância das religiões autóctones para a defesa dos elementos nacionais. Em *Crónica do cruzado Osb.*, é possível visualizarmos a articulação do jornalista Josué com o cavaleiro medieval, que, por sua vez, tem suas obras comparadas à de Agustina, aqui analisada, para refletirmos gradualmente sobre o passado que leva em conta as particularidades locais e internacionais do poder colonial, desde a campanha contra os árabes na qual a reconquista se fez ato de tomada de Lisboa. Trata-se de sujeitos de diferentes tempos e diferentes gêneros textuais e literários, carta, crônica e romance, que demarcam iniciativas de escrever sobre a nação, sendo Agustina destaque, em especial, em razão de sua oposição ao patriarcalismo e de uma tomada de posição diferente em relação aos precedentes. O reposicionamento dos autores diante do mundo globalizado frisa sua aversão aos resquícios de formulações ainda concatenadas ao colonialismo nas instituições e nas classes promotoras da independência e ainda aglutinadas aos regimes pós-independência (MATA, 2003), ato que, presente na forma artística, revela traços particulares do colonialismo nessas regiões e propicia o estabelecimento de novas relações por denunciar os esquemas homogeneizantes presentes no plano da cultura, com a miscigenação, o uso da cultura autóctone e das instituições nacionais para fins particulares ou o intelectualismo sem práxis revolucionária. E essas seriam particularidades reconhecidas pelo romance histórico pós-colonial.

São particularidades materiais e espirituais resultantes dos processos históricos brasileiro, moçambicano e português que conectam o passado marcado pelo império colonial, a formação das nações e o presente resultante desse movimento de contínuas transformações. Essa inteligibilidade comporta social e politicamente o avanço desta consciência, que “pode criar bases materiais que facilitem o aperfeiçoamento social, político, moral, espiritual e

artístico, impulsionando a humanidade a um nível jamais alcançado no passado” (LUKÁCS, 2010c, p. 36). São esses os passos fundamentais para propor uma liberdade cada vez mais distante do colonialismo e mais próxima de uma vida verdadeiramente autêntica em todos os sentidos, o que é possível não apenas por meio do romance histórico, forma artística objeto deste estudo, mas da responsabilidade de uma obra de arte produzida por autores ligados intimamente com a vida em todas as suas dimensões.

No entanto, não é uma iniciativa que se encerra com este estudo. Na verdade, deve ser estendida como prática cotidiana e processual que ratifique o elemento humano como central à vida, mesmo diante de tempos sombrios. Essas reflexões foram trazidas à luz pelos três romances históricos pós-coloniais supracitados em condições que propiciam não um novo rótulo, mas uma possibilidade de estudo do romance histórico que envolva o passado da colonização e o presente marcado por uma posição periférica no qual o passado ainda se faz presente, o que complexifica um entendimento completo da mesma totalidade do “capitalismo mundializado — que se sustenta em fratura social e expropriação, geridas com competência e violência pela modernização da economia financeirizada” (CARA, 2021, p. 124); que valorize a obra de arte autonomamente sem perder de vista as suas contradições; que permita a resolução de impasses históricos e a possibilidade de mudança histórica. Essa, definitivamente, é a hora!

## Referências

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura comparada e relações comunitárias, hoje*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

AFONSO, Maria Fernanda. *O conto moçambicano: escritas pós-coloniais*. Lisboa: Caminho, 2004.

AHMAD, Aijaz. Cultura, nacionalismo e o papel dos intelectuais: entrevista concedida a Erika Repovz e Nikolai Jeffs. In: AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente: ensaios*. Traduzido por Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 219-247.

AJAYI, J. F. Ade. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. AJAYI, J. F. Ade (ed.). *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-26.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura tradicional bantu*. São Paulo: Paulinas, 2006.

AMUTA, Chidi. *The theory of African literature: implications for a practical criticism*. London: Zed, 1989.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Traduzido por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. Traduzido por Milton Ohata. *Novos estudos*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.

ANDRADE, Inácio de Carvalho Dias. “Tem um espírito que vive dentro dessa pele”: democracia, desenvolvimento e feitiçaria em Tete, Moçambique. *Etnográfica*, Lisboa, v. 24, n. 1, p. 69-89, fev. 2020.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

ARANTES, Paulo. Nação e reflexão. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin; CARA, Salete de Almeida (org.). *Moderno de nascerça: figurações críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-45.

ARISTÓTELES. *Poética*. Traduzido por Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back*. 2. ed. Londres: Routledge, 2002.

ASSIS, Machado de. *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1955.

BANASIAK, Marta. Narrativa moçambicana pós-colonial: constantes e singularidades. 2012. Tese (Mestrado em Estudos Portugueses) – Instituto de Estudos Românicos, Univerzita Karlova v Praze, Praga, 2012.

BASTOS, Hermenegildo. Sobre a força poética da transformação n'O Romance Histórico. In: LEITE, Ana Mafalda; BERGAMO, Edvaldo; CANEDO, Rogério. *A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade*. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 61-71.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.

BERND, Zilá. O feitiço da ilha do pavão e de outras ilhas. In: BERND, Zilá; UTÉZA, Francis. *O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2001. p. 115-123.

BERND, Zilá. O caminho do meio. In: BERND, Zilá; UTÉZA, Francis. *O caminho do meio: uma leitura da obra de João Ubaldo Ribeiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2001. p. 137-142.

BESSA-LUÍS, Agustina. *Crónica do cruzado Osb*. Porto: Babel, 1976.

BESSA-LUÍS, Agustina. *O livro de Agustina*. 2. ed. Lisboa: Guerra e Paz, 2014.

BESSA-LUÍS, Agustina. Governo e revolução. In: *Ensaios e artigos (1951-2007)*: vol. 1 (1951-1979). 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2016. p. 787-792.

BHABHA, Homi. Como o novo entra no mundo: o espaço pós-moderno, os tempos coloniais e as provações da tradição cultural. *O local da cultura*. Traduzido por Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 335-372.

BOOKER, M. Keith. The African historical novel. In: IRELE, F. Abiola. *The Cambridge Companion to the African Novel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 141-157.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Traduzido por Nair de Lacerda. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

BOXER, Charles Ralph. *A igreja militante e a expansão ibérica, 1440-1770*. Traduzido por Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRAGG, Tom. *Space and Narrative in the Nineteenth-Century British Historical Novel*. Londres: Routledge, 2016.

BRUGIONI, Elena. *Literaturas africanas comparadas: paradigmas críticos e representações em contraponto*. Campinas: Ed. Unicamp, 2019.

BRUNEL, Pierre; PICHOS, Claude; ROUSSEAU, André-Marie. *O que é literatura comparada?* Traduzido por Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1995.

BUSSOTTI, Luca. A gestão do “risco político” na democracia moçambicana: análise e perspectivas. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 20, p. 219-252, 2014.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CAETANO DA SILVA, Marcos Vinicius. *Sertão e savana: forma literária e processo histórico em contos de Bernardo Élis e de Mia Couto*. 2017. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CAETANO DA SILVA, Marcos Vinicius; OLIVEIRA, Rosa Alda Souza de. Romance, memória e história: as insepultas do passado em “Vinte e zinco”, de Mia Couto. In: BRAGA, Cláudio R. V. *Almas de África no mundo: literaturas africanas e afrodiaspóricas em diálogo*. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 61-77.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. [S. l.]: Fundação Biblioteca Nacional, 2015. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. 11. ed. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora, 2017.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPELA, José. Como as aringas de Moçambique se transformaram em Quilombos. *Tempo*, Niterói, v. 10, p. 72-97, 2006.

CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Porto: CEAUP, 2010.

CARA, Salete de Almeida. Atualidade do realismo histórico. In: LEITE, Ana Mafalda; BERGAMO, Edvaldo; CANEDO, Rogério (org.). *A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade*. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 117-124.

CARDOSO, Patrícia Santos. Crônicas da Fúria: A revolução dos cravos segundo Agustina. In: LEÃO, Isabel Ponce (org.). *Estudos Agustinianos*. Lisboa: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009. p. 297-302.

CARLI, Ranieri. *A estética de György Lukács e o triunfo do realismo na literatura*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2012.

CARPENTIER, Alejo. *O reino deste mundo*. Traduzido por José Manuel Lopes. Lisboa: Edições Saída de Emergência, 2010.

CARVALHAL, Tania Franco. História, memória e ficção na obra de Agustina Bessa-Luís. In: LEÃO, Isabel Ponce (org.). *Estudos Agustinianos*. Lisboa: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009. p. 331-338.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Afrontamento, 1998.

CASTRO, Andréa Trench de. *Caminhos do romance em Portugal: Camilo, Eça e o Folhetim Francês*. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonizador*. Prefácio de Mário Pinto de Andrade. Traduzido por Noémia de Sousa. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CHABAL, Patrick. Ungulani Ba Ka Khosa: entrevista. In: CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994. p. 309-315.

CHAVES, Rita. Vida literária e projeto colonial: tradição e contradição no Império Português. In: *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. p. 287-302.

COELHO, João Paulo Borges. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias

portuguesas. In: GOIRAND, Camille (org.). *Lusotopie: Violences et Controle de la Violence au Bresil, en Afrique et a Goa*. Paris: Karthala, 2003. p. 175-193.

COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 106, p. 153-166, 2015.

COLAÇO, João Carlos. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. In: FRY, Peter (org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. p. 91-108.

COSTA, João Paulo Oliveira. “Os primórdios” e “O império marítimo”. In: *História da expansão e do império português*. Lisboa: A esfera dos livros, 2014. p. 15-199.

COUTO, Fernando Amado. *Moçambique 1974: o fim do império e o nascimento da nação*. Maputo: Ndjira, 2011.

CUNHA, Eneida Leal. Viva o povo brasileiro: história e imaginário. *Portuguese cultural studies*, Massachusetts, v. 1, p. 1-13, 2007.

DALLEY, Hamish. *The Postcolonial Historical Novel: Realism, Allegory, and Representation of Contested Pasts*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.

DENUBILA, Rodrigo Valverde. *A enciclopédia aberta de Agustina Bessa-Luís: uma escrita entre parênteses*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Araraquara, 2018.

DOMINGUES, José Maurício. *Do Ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUTRA, Robson. Ungulani Ba Ka Khosa: literatura e eficácia. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 16, p. 79-92, dez. 2009.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Traduzido por Rogério Fernandes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ESTEVES, Antônio Roberto. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

EUSÉBIO, Albino José. Os direitos sobre os territórios: “comunidades locais” e os projetos de desenvolvimento em Moçambique. *AbeÁfrica – Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 154-177, out. 2019.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Traduzido por Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Traduzido por Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FEIJÓ, Elias J. Torres. A questão africana na historiografia literária portuguesa e a sua confiabilidade: o caso da “História da literatura portuguesa” de Antonio J. Saraiva e Óscar Lopes. *Guavira Letras*, Três Lagoas, n. 18, p. 73-105, ago./dez. 2014.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. Traduzido por Wladimir Araújo. São Paulo: IBRASA, 1983.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. In: Maria Nazareth Soares Fonseca. Terezinha Taborda Moreira. (org.). *Cadernos CESPUC de Pesquisa – Literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007. p. 13-72.

FRANZIN, Adilson Fernando. *O romance moçambicano: história e mito*. 2021. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Sorbonne Université/Universidade de São Paulo (USP), Paris/São Paulo, 2021.

FREDERICO, Celso. Encruzilhadas: estudos culturais e crítica literária. In: COTRIM, Ana Aguiar; CORRÊA, Ana Laura dos Reis. *O realismo e sua atualidade: estética e crítica*. São Paulo: Outras Expressões, 2018. p. 113-127.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. São Paulo: É realizações, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

FRIAS, Sónia. Poupança no feminino: aforro e combate à pobreza. *Humanitas – Revista da Escola Superior de Gestão, Ciências e Tecnologia*, Moçambique, n. 4, p. 72-85, 2009.

FRY, Peter. O espírito santo contra o feitiço e os espíritos revoltados: “civilização” e “tradição” em Moçambique. *Mana – Revista do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 65-95, 2000.

GIACON, Eliane Maria de Oliveira. *Acervo Capiroba (1968-2008): quarenta anos da fortuna crítica de João Ubaldo Ribeiro*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012.

GRAÇA, Pedro Borges. *A construção da nação em África: ambivalência cultural de Moçambique*. Coimbra: Almedina, 2005.

GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno y lo diverso: introducción a la literatura comparada*. Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Traduzido por Berilo Vargas. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERMANN, Jaqueline. Cenário do encontro de povos: a construção do território. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 17-33.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HIRSCHMAN, Albert Otto. *As paixões e os interesses: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo*. Traduzido por Luiz Guilherme Chaves e Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Traduzido por Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na revolução francesa*. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. Traduzido por Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Traduzido por Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ISAACMAN, Allen. The Tradition of Resistance. *Africa Today*, Bloomington, v. 22, n. 3, p. 37-50, jul./set. 1975.

ISAACMAN, Allen. Os países da bacia do Zambeze. In: AJAYI, J. F. Ade (ed.). *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 211-249.

ISAACMAN, Allen; PETERSON, Derek. Making The Chikunda: Military Slavery and Ethnicity in Southern Africa, 1950-1900. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston, v. 36, n. 2, p. 257-281, 2003.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível? Traduzido por Hugo Mader. *Novos estudos*, São Paulo, n. 77, p. 185-203, mar. 2007.

JAMESON, Fredric. The Historical Novel Today, or, Is It Still Possible?. *In: Antinomies of realism*. Londres: Verso, 2013. p. 259-313.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Choriro*. Porto: Sextante, 2015a.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. Memórias perdidas, identidades sem cidadania. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 106, p. 127-132, 2015b.

LABAN, Michel. Encontro com Ungulani Ba Ka Khosa. *In: LABAN, Michel. Moçambique: encontro com escritores*. v. 3. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida, 1998. p. 1043-1080.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LIMA, Isabel Pires. Eça e Os Maias – pensar-se pensando em Portugal. *Colóquio/Letras*, Lisboa, n. 10, p. 19-27, mai. 1988.

LIMA, Isabel Pires. Oriente literário entre dois séculos. *Revista Cadmo*, Lisboa, n. 13, p. 129-146, 2003.

LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. Traduzido por Sílvia de Bernardinis. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOURENÇO, Eduardo. Identidade e memória: o caso português e Portugal – Identidade e imagem. *In: Nós e a Europa (ou as duas razões)*. Lisboa: INCM, 1988. p. 9-23.

LOURENÇO, Eduardo. *O canto do signo: existência e literatura (1957-1933)*. Lisboa: Presença, 1993.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. Os girassóis do império. *In: RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.). Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 29-41.

LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. 11. ed. Lisboa: Gradiva, 2017.

LUKÁCS, György. *Teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Traduzido por José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/34, 2000.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Traduzido por Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010b.

LUKÁCS, György. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: MARX, Karl. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Traduzido por José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcante Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010c. p. 11-38.

LUKÁCS, György. *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Organizado, apresentado e traduzido por Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011a.

LUKÁCS, György. *Escritos de Moscú: estudios sobre política y literatura*. Traduzido por Martín Koval e Miguel Vedda. Buenos Aires: Gorla, 2011b.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Traduzido por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011c.

LUKÁCS, György. O típico: problemas do conteúdo. In: *Introdução a uma estética marxista: sobre a Particularidade como Categoria Estética*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Instituto Lukács, 2018. p. 238-247.

MACAGNO, Lorenzo. *A invenção do assimilado: paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Colibri, 2019.

MACÊDO, Tania. O Império Colonial Português e sua retórica. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin; ROCHA E SILVA, Rejane Vecchia. *Literatura e memória política: Angola. Brasil. Moçambique. Portugal*. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARINHO, Maria de Fátima. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

MARTINS, José Cândido de Oliveira. Crônicas jornalísticas no feminino: impressões de um cotidiano instável no final do Estado Novo. *Revista Internacional de História de la Comunicación*, Sevilla, n. 16, p. 93-110, 2021.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Traduzido por Luís Cláudio de Castro e Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa. *In: LEÃO, Ângela Vaz (org.). Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 41-72.

MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Manaus: UEA, 2013.

MATOS, Claudia Neiva de. *Acertei no milhar: samba e malandragem nos tempos de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MATUSSE, Gilberto. *A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa*. Maputo: Livraria Universitária da UEM, 1998.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada*. Traduzido por Narrativa Traçada. Lisboa: Pedagogo; Luanda: Mulemba, 2014.

MCWILLIAMS, John. *Revolution and the historical novel*. Lanham: Lexington Books, 2018.

MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana: a história e as escritas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1988.

MENDONÇA, Fátima. Zambeziana ou o discurso exótico a várias vozes: comentário crítico. *In: SAN BRUNO, Emílio. Zambeziana – cenas da vida colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999. p. ix-xx.

MENDONÇA, Fátima. Zambeziana ou o discurso exótico a várias vozes. *In: Literatura moçambicana: as dobras da escrita*. Maputo: Ndjira, 2011. p. 13-33.

MENDONÇA, Fátima. Panorama (muito geral) da ficção narrativa moçambicana contemporânea. *In: QUEIROZ, Mirna (org.). Travessias imaginárias: literaturas de língua portuguesa em perspectiva*. São Paulo: SESC, 2020. p. 56-95.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. Cidade do México: FCE, 1993.

MOELLWALD, Branca Cabeda Egger. *A poiesis da nação em Mia Couto*. Fragmentos de um olhar. 2008. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MOISÉS, Massaud. Quina e Capitu: a sibila e a esfinge. In: LEÃO, Isabel Ponce (org.). *Estudos Agustinianos*. Lisboa: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009. p. 277-286.

MORAIS, Eunice. *Refigurações de nação no romance histórico e a paródia moderna de Ana Miranda*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOSCA, João. Fatores não económicos no desenvolvimento de Moçambique. *Humanitas – Revista da Escola Superior de Gestão, Ciências e Tecnologia*, Maputo, n. 4, p. 52-61, 2009.

NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. São Paulo: Kapulana, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVO, Isabel Rio. *O poço e a estrada: biografia de Agustina Bessa-Luís*. 2. ed. Lisboa: Contraponto, 2019.

OLDRINI, Guido. *György Lukács e os problemas do marxismo do século 20*. Traduzido por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Aires. O ciclo africano. In: COSTA, João Paulo Oliveira (org.). *História da expansão e do império português*. Lisboa: A esfera dos livros, 2014. p. 341-549.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. Traduzido por Rita Olivieri-Godet e Regina Salgado Campos. São Paulo: HUCITEC, 2009.

OREL, Harold. *The Historical Novel from Scott to Sabatini: changing attitudes toward a literary genre, 1814-1920*. Nova York: St. Martin Press, 1995.

OTSUKA, Edu Teruki. Lukács, realismo, experiência periférica (anotações de leitura). *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 13, p. 36-45, 2010.

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 131-161, dez. 2014.

PINTO, António Costa. *O fim o império português: a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROENÇA, Maria Cândida. *Uma história concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

RANGER, Terence. A Invenção da Tradição na África Colonial. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Traduzido por Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 219-269.

REAL, Miguel. *O romance português contemporâneo, 1950-2010*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2012.

REIS, Carlos. A ficção portuguesa entre a Revolução e o fim do século. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 15-45, 2004.

REIS, Carlos. *História crítica da literatura portuguesa – vol. IX: Do neo-realismo ao post-modernismo*. Lisboa: Editorial Verbo, 2005.

RIBEIRO, João Ubaldo. Entrevista concedida ao Caderno Literário 7. *Cadernos de Literatura Brasileira: João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo, n. 7, p. 27-49, 1999.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

RIBEIRO, João Ubaldo. *O feitiço da ilha do Pavão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

ROANI, Gerson Luiz. Sob o vermelho dos cravos de abril – Literatura e revolução no Portugal contemporâneo. *Revista Letras*, Curitiba, n. 64, p. 15-32, set./dez. 2004.

RODRIGUES, José Damião. O império territorial. In: COSTA, João Paulo Oliveira (org.). *História da expansão e do império português*. Lisboa: A esfera dos livros, 2014. p. 201-339.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. 35, n. 157, p. 1031-1054, 2001.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Traduzido por Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALIM, Ahmed Idha. O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845. AJAYI, J. F. Ade (ed.). *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 249-274.

SAN BRUNO, Emílio. *Zambeziãna – cenas da vida colonial*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos estudos*, São Paulo, n. 66, p. 23-52, jul. 2003.

SANTOS, João Paulo Ferreira dos. *Jorge Amado e o romance histórico do cacau*. 2017. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: UFSM, 1996.

SANTOS, Pedro Brum. Literatura e intervenção: romance histórico no Brasil. *Floema – Ano VII*, Vitória da Conquista, n. 9, p. 283-303, jan./jun. 2011.

SARAIVA, António J.; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto Editora, 2010.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo nas obras de Gilberto Freyre. *História da historiografia*, Ouro preto, n. 10, p. 75-93, dez. 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.

SCOTT, Walter. *Ivanhoé*. Traduzido por Brenno Silveira. São Paulo: Ediouro, [19--].

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Os outros pés da História: uma leitura de Choriro, de Ba Ka Khosa, e O outro pé da sereia, de Mia Couto. In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó. *A magia das letras africanas: Angola e Moçambique – ensaios*. São Paulo: Kapulana, 2021. p. 154-162.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Para Maxwell, comemoração revela autoconfiança brasileira. *Folha de São Paulo* [on-line], 6 de mar. 2000. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/entre\\_3.htm#:~:text=Para%20o%20brasileirista%20brit%C3%A2nico%20Kenneth,de%20Crist%C3%B3v%C3%A3o%20Colombo%20%C3%A0%20Am%C3%A9rica](https://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/entre_3.htm#:~:text=Para%20o%20brasileirista%20brit%C3%A2nico%20Kenneth,de%20Crist%C3%B3v%C3%A3o%20Colombo%20%C3%A0%20Am%C3%A9rica). Acesso em: 8 jun. 2022.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 21, p. 21-42, mai./ago. 1994.

SILVA, Arlenice Almeida da. Da teoria do romance ao romance histórico: a questão dos gêneros em Györg Lukács. *Rapsódia*, São Paulo, v. 1, p. 29-53, 2001.

SILVA, Arlenice Almeida da. O romance histórico: Fredric Jameson e as incertezas no realismo do século XIX. *In*: LEITE, Ana Mafalda; BERGAMO, Edvaldo; CANEDO, Rogério (org.). *A permanência do romance histórico: literatura, cultura e sociedade*. São Paulo: Intermeios, 2021. p. 21-45.

SILVA, Armando B. Malheiro. A saudade do império: notas para uma leitura interdisciplinar e diacrônica do colonialismo português. *In*: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (org.). *Poder e sociedade: actas das jornadas interdisciplinares*. v. 2. Lisboa: Universidade Aberta, 1998. p. 205-231.

SILVA, Armando B. Malheiro. Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918). *In*: SZESZ, Christiane Marques; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; BANCATO, Sandra Maria Lubisco; LEITE, Renato Lopes; ISAIA, Artur Cesar (org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 49-86.

SILVA, Cristane Nascimento. *Viver a fé em Moçambique: as relações entre a FRELIMO e as confissões religiosas (1962-1982)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVA, Rogério Max Canedo. *Romance e história em Chegou o governador, de Bernardo Élis*. Goiânia: Ed. UFG, 2016.

SILVA, Tiago Marcenes Ferreira da. “*Cousas passadas, cousas futuras*”: História e religião em Esaú e Jacó de Machado de Assis. 2019. Tese (Doutorado em Literatura) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, João Paulo Afonso. Entre o Sentido da colonização e o Arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 173-203, jan./mar. 2008.

SOUZA, Ubiratã. *Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique*. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

SOUZA, Ubiratã. *A gravitação das formas: gêneros literários e vida social em Moçambique (1977-1987)*. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Vanderlúcio. Faz 17 anos do “chute na santa”. *O povo* [on-line], Fortaleza, 12 out. 2012. Seção *blog* Acoradouro. Disponível em: <<https://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2012/10/12/faz-17-anos-do-chute-na-santa/>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

STEINER, George. Que es literatura comparada? *In*: STEINER, George. *Pasión intacta: ensayos 1978-1995*. Traduzido por Menchu Gutiérrez e Encarna Castejón. Madrid: 1997. p. 135-162.

SUMIYA, Cleia da Rocha. O romance histórico no Brasil: um breve panorama da produção ficcional. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 150-164, jan.-jun. 2016.

TEIXEIRA, Vanessa Ribeiro. Ungulani Ba Ka Khosa e a orquestra da violência. *Metamorfoses*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 155-161, 2013.

TEIXEIRA, Vanessa Ribeiro. De Gaza ao Zambeze: a reinvenção da história em Ualalapi e Choriro, de Ungulani Ba Ka Khosa. *Mulemba*, Rio de Janeiro, p. 110-121, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Vanessa Ribeiro. Ualalapi, de Ungulani Ba Ka Khosa: corpos arruinados na escrita da história". *In*: FREITAS, Sávio Roberto Fonseca; PINHEIRO, Vanessa Riambau (org.). *Dos percursos pelas Áfricas: a literatura de Moçambique*. João Pessoa: UFPB, 2020. p. 315-329.

THION'GO, Nguigi wa. *Moving the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms*. London: James Currey, 1993.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Contextos cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em andamento). *In*: FRY, Peter (org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. p. 135-153.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "Raça", nação e *status*: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 252-268, 2006.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, Estado novo: ensaios sobre história contemporânea*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009a.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, Estado novo: ensaios sobre história contemporânea*. Vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009b.

VASCONCELOS, Sandra Gardini. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. *Terceira margem*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 15-37, jan./jun. 2008.

VECCHI, Roberto. A casca e a fruta do pós-colonialismo português: algumas armadilhas do lusotropicalismo. *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, v. 5, p. 213-221, jan./jun. 2013.

VECCHI, Roberto. Das relíquias às ruínas: fantasmas imperiais nas criptas literárias da guerra colonial. *In*: RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (org.). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003. p. 187-202.

VECCHI, Roberto. Os fins do tempo do fim: descolonização, negação, pertença. *Altre Modernità*, Università degli Studi di Milano, Milão, n. 16, p. 43-51, nov. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Dafoe, Richardson e Fielding*. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: EdUFSC, 1997.

WELLEK, René. A crise na literatura comparada. In: CARVALHAL, Tânia Franco; COUTINHO, Eduardo Faria (org.). *Literatura comparada: textos fundadores*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. p. 120-132.

WIESER, Doris. “O conceito de branco como branco não existe na cultura bantu”. Entrevista com Ungulani Ba Ka Khosa. *Mulemba*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 4-20, jan./jul. 2015.

XAVIER, Lola Geraldés. *O discurso da ironia em literaturas de língua portuguesa*. 2007. Tese (Doutorado em Literatura) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique*. Salvador: EdUFBA, 2012.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória; SANSEVERINO, Marcos *et al.* (org.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRGS, 2003. p. 109-139.